GARRANCHOS

TEXTOS INÉDITOS DE

GRACILIANO RAMOS

ORGANIZAÇÃO **THIAGO MIO SALLA**

RECORD

GARRANCHOS

GRACILIANO RAMOS

ORGANIZAÇÃO
THIAGO MIO SALLA

1ª edição

Sumário

Introdução

Garranchos e outros Ramos

THIAGO MIO SALLA[1]

O presente volume reúne 81 textos de Graciliano Ramos inéditos em livro, produzidos pelo escritor alagoano em diferentes momentos de sua trajetória artística, intelectual e política, abrangendo um período que vai de meados dos anos 1910 até o início da década de 1950. Nesse conjunto díspar, não incluído nas obras póstumas *Linhas tortas* (1962) e *Viventes das Alagoas* (1962), encontram-se crônicas, epigramas, artigos de crítica literária, discursos políticos, cartas publicadas na imprensa, o primeiro ato de uma peça de teatro, além de um conto juvenil intitulado "O ladrão", datado de julho de 1915, entre outras produções esquecidas em velhos periódicos e acervos de todo o país. Cada uma, a seu modo, permite iluminar facetas pouco conhecidas ou, até então, obscuras do autor de *Vidas secas*, fornecendo mais subsídios para a fundamentação, pelo leitor, de certos elementos concernentes a sua poética, além de ampliar as possibilidades de leitura e compreensão do papel desempenhado tanto pelo homem quanto pelo artista Graciliano Ramos.

Nesta coletânea, figuram desde escritos nos quais o autor ainda se vale de diferentes pseudônimos, abreviaturas e iniciais (Ramos Oliveira, Ramos de Oliveira, Lúcio Guedes, X, R.O., J.C., G.R.)[2] até aqueles em que já os assina com o nome pelo qual se tornou literariamente consagrado. De maneira geral, nos textos estampados na imprensa ainda nos anos 1910, o escritor optava por deixar de lado o prenome e valer-se apenas dos nomes de família "Ramos de Oliveira" (ou "Ramos Oliveira") ou ainda das iniciais destes, "R.O.". Alguns anos depois, nas páginas do jornal interiorano *O Índio*, o procedimento de encobrir-se ganha realce: por conveniência, o autor subscreve suas produções tão

somente por meio de pseudônimos, entre os quais se destacam “Anastácio Anacleto”, “J. Calisto”, “J.C.” e “X”[3]. Em 1930, nas colaborações para o *Jornal de Alagoas*, o artista ainda se ocultava, fosse por meio da alcunha “Lúcio Guedes”, fosse, mais discretamente, mediante o emprego das capitulares “G.R.”. Somente a partir de 1931, em sua contribuição para *Novidade*, revista alagoana na qual publica pela primeira vez um trecho de romance,[4] passará a assinar “Graciliano Ramos”, deixando de lado, desde então, toda e qualquer forma de disfarce.

Se os textos da presente coletânea variam quanto ao gênero e aos traços de autoria, o mesmo se pode dizer no que diz respeito aos assuntos. Entre eles, destaque para: as impressões do ainda jovem cronista sobre o Rio de Janeiro do começo do século XX; diferentes aspectos da vida sertaneja; o cenário político alagoano no começo dos anos 1930; a exaltação da arte dos romancistas nordestinos; os debates literários da capital do país, no momento posterior a sua saída do cárcere; a militância comunista em seus últimos anos de vida; os debates em torno da Constituinte de 1946; e a defesa dos autores nacionais quando de sua passagem como presidente da Associação Brasileira de Escritores.

Em meio a tamanha diversidade, o critério que norteou a seleção dos textos ora publicados, cuja autoria de Graciliano pudesse ser comprovada de maneira assertiva, foi a publicização preliminar destes feita pelo autor, seja em páginas de jornais e revistas, seja em discursos e comícios. Tal diretriz editorial fez com que se privilegiassem escritos mais bem acabados, trazidos previamente a público pelo artista, ainda que em suportes precários, distantes da perenidade e prestígio do formato livresco. De todo modo, em sua maioria, não se trata de esboços e fragmentos, ou seja, de versões anteriores que possivelmente viriam a ganhar outro acabamento.

Fogem dessa regra apenas cinco produções, extraídas única e exclusivamente de manuscritos, ou seja, sem exposição oral ou jornalística prévia efetuada por Graciliano: o referido conto “O ladrão” e as crônicas “A literatura de 30”, “Jorge Amado”, “O negro no Brasil” e “Revolução Russa”. A inclusão de tais composições nestes *Garranchos* se justifica, sobretudo, em função da relevância cultural que apresentam quer para o conjunto da obra do autor, quer para a compreensão matizada de suas posturas em face de importantes questões da época em que viveu.

***Garranchos* e o pseudorrebaixamento**

Aparentemente paradoxal, a escolha do termo “Garranchos” para nomear esta coletânea deve-se, em primeiro lugar, ao fato de 14 dos textos, ora apresentados, terem sido publicados em seção com este mesmo título no jornal *O Índio*, de Palmeira dos Índios, entre janeiro e maio de 1921. Logo, em meio ao conjunto heterogêneo de mais de oitenta escritos aqui reunidos, esta série se destaca por constituir uma unidade específica, de crônicas articuladas entre si, em que o narrador projetado por Graciliano, encoberto pelo pseudônimo “X”, procurava construir uma identidade e um estilo bem definidos. Em tais produções, o escritor privilegiava um discurso mais direto e participativo, assumindo, muitas vezes, a condição de defensor da população da cidade interiorana representada pelo jornal. Para tanto, recorrentemente, vale-se de um tom opinativo e mordaz de polemista.[5]

De maneira análoga, os demais textos integrantes do presente livro também revelam um Graciliano mais atuante, que toma partido e não foge à luta ao se defrontar com as principais questões literárias e sociais de seu tempo. O escopo de sua ação, contudo, amplia-se: não será mais o microcosmo municipal, nem depois a esfera estadual, mas sim o país, o grande diálogo nacional. Seja colocando-se a favor do romance nordestino de 1930, seja militando no Partido Comunista do Brasil, posiciona-se diante dos grandes debates artísticos e políticos em torno da construção do país.

Paralelamente, a opção pelo referido título recupera certa tradição instaurada pela obra póstuma *Linhas tortas*. A denominação “Linhas Tortas”, também nome de uma seção de jornal comandada por Graciliano,[6] assim como “Garranchos”, ou ainda “Traços a esmo”, designação de outra série sob a tutela do escritor,[7] traduz bem a aparente precariedade atribuída pelo artista a suas colaborações na imprensa. Para nomeá-las, ele lançou mão de certa estratégia retórica conhecida como *inania verba* (palavras fúteis), recorrentemente utilizada na conceituação do gênero crônica. Em linhas gerais, tal artifício prevê o rebaixamento dos textos jornalísticos (referidos como frivolidades sem maiores compromissos) e do próprio mister de cronista, como meio de torná-los, em sentido contrário, ainda mais persuasivos. A suposta humildade reivindicada por tal procedimento ajudaria a dignificar a condição daqueles que escrevem “ao correr da pena”, bem como ampliaria as possibilidades de obtenção da benevolência do leitor, corroborando o êxito do intento comunicativo proposto, no qual, muitas vezes, a função didática parece sobrepujar a estética.

Graciliano, portanto, não se furta a essa tradição. Se o título *Linhas tortas* remete às noções de imprecisão formal, descaso e inferioridade, por mais que agrupe textos de reconhecido valor,[8] o mesmo se pode dizer em relação a estes

Garranchos. Etimologicamente, entre outras acepções, tal palavra pode referir-se tanto aos ramos tortuosos de uma planta quanto, por analogia, a letras mal traçadas, pouco legíveis. Nesse sentido, por mais que os escritos reunidos nesta presente coletânea não alcancem a estatura dos romances, memórias e contos, apresentando-se metaforicamente como galhos tortos de uma árvore frondosa, bem estabelecida no centro do jardim literário nacional, têm o mérito de revelar novos aspectos do artista e de sua obra, bem como engrandecer a ambos.

***Garranchos* ao longo do tempo**

Como abarcam diferentes fases e inflexões da atividade intelectual de Graciliano, os textos foram agrupados em cinco blocos, tendo como base um critério de ordem cronológica, especificado, quando necessário, por dados geográficos e biográficos. São eles: “Anos 1910”; “Anos 1920”; “Anos 1930 ainda em Maceió”; “Depois da saída da prisão” e “Depois da entrada no PCB”.

Na primeira parte, “Anos 1910”, têm-se escritos do momento da primeira permanência de Graciliano no Rio de Janeiro, entre 1914 e 1915, quase vinte anos antes da publicação de seus primeiros romances. Trata-se de três crônicas e de um conto, assinados, ou com os sobrenomes do autor (“Ramos de Oliveira” ou com a variante “Ramos Oliveira”), ou com as iniciais destes (“R.O.”). No que diz respeito aos textos jornalísticos, privilégio para a tematização de *faits divers* retirados dos jornais de grande circulação da capital federal, bem como para a figurativização de dados recolhidos da própria experiência do narrador, a flanar pela cidade e pelo discurso cultural no qual ela se assentava já em fins de *Belle Époque*. Um dos textos cronísticos foi estampado no jornal *Parayba do Sul*, da cidade do interior fluminense de mesmo nome, e os outros dois no *Jornal de Alagoas*, já que, além de colaborar com a imprensa carioca, o escritor, como uma espécie de correspondente, enviava suas produções para serem publicadas na capital alagoana.

Além de crônicas, Graciliano também escreveu alguns contos durante sua estada inicial no Rio de Janeiro. Em correspondência enviada à irmã Leonor, em 10 de julho de 1915, o jovem escritor aponta que até aquele momento havia composto quatro deles: “Maldição de Jeovah”, “A carta”, “O discurso” e “Um retardatário”, chegando a destinar este último para publicação nas revistas *Americana* e *Concórdia*.[9] Ao que parece, todos se perderam, inclusive o que teria sido supostamente estampado em periódico, restando tão somente a narrativa “O ladrão”, ainda em manuscrito, que agora se apresenta aos leitores pela primeira vez.[10] Conforme sublinha Fernando Alves Cristóvão, ela tem um

caráter seminal, merecendo ser publicada “pelo que permite esclarecer sobre as principais determinantes do estilo e da evolução do autor”.[11]

Na seção “Anos 1920”, agrupam-se textos do momento em que Graciliano retoma a atividade jornalística nas páginas do periódico provinciano *O Índio*, de Palmeira dos Índios. No início de 1921, seis anos depois de retornar do Rio de Janeiro e de se estabelecer como comerciante em tal cidade do agreste alagoano, o autor começa a escrever para a pequena folha local. De janeiro a maio de 1921, colaborou de maneira intensa nas 14 edições iniciais da publicação, que era dirigida pelo pároco do município.[12] Afora alguns textos eventuais, Graciliano era responsável por três seções: “Factos e Fitas”, “Garranchos” e “Traços a Esmo”. A primeira, que abrange um total de seis composições, reunia epigramas satíricos, prioritariamente em prosa, assinados com o pseudônimo de Anastácio Anacleto. A segunda e a terceira eram espaços privilegiados para a veiculação de sua produção cronística. Nelas, publicou séries de 14 textos, mantendo-se oculto pelos pseudônimos “X” e “J. Calisto”, respectivamente.

Desse conjunto, apenas os escritos assinados com o pseudônimo “J. Calisto” foram reunidos na obra póstuma *Linhas tortas*. Os 14 subscritos por “X”, os seis firmados por “Anastácio Anacleto” e uma crônica isolada na qual Graciliano se encobre com as iniciais “J. C.” (em que a última letra deve ser tomada como uma abreviatura de “Calisto”, do criptônimo “J. Calisto”) são, aqui, reunidos e trazidos a público pela primeira vez em livro. O mesmo se pode dizer de “Uma carta”, missiva em que o escritor, assinando agora “G. Ramos”, nega ter colaborado em *O Índio* e diz de maneira irônica que não sabia escrever e que não merecia tal honra.[13]

Já a terceira parte, “Anos 1930 ainda em Maceió”, abarca as produções do período em que Graciliano ocupava cargos administrativos na burocracia estadual e convivia com o talentoso grupo de intelectuais que então residia na capital alagoana, entre os quais se encontravam Rachel de Queiroz e José Lins do Rego. Nesse momento, colaborava principalmente com o *Jornal de Alagoas*,[14] periódico governista, um dos mais importantes do estado, ora utilizando o pseudônimo “Lúcio Guedes”, ora assinando as crônicas com as iniciais G.R. Residindo e escrevendo na capital, passa a privilegiar assuntos de abrangência estadual na medida em que procurava aproximar-se e participar do diálogo com os habitantes da cidade litorânea, representados pelo jornal em questão. Nos seis textos que publicou no *Jornal de Alagoas*, ao longo do ano de 1930, detém-se quase exclusivamente na tematização de certas práticas políticas alagoanas, procurando evocar, direta ou indiretamente, os avanços modernizadores da gestão do governador Álvaro Paes15 em contraposição ao

que ocorria nas administrações anteriores.

À medida que adquire maior *status* artístico, observa-se que a produção cronística de Graciliano sofre uma inflexão. Ao mesmo tempo que passa a assinar os textos com o nome pelo qual se tornou artisticamente conhecido, abandonando o véu dos pseudônimos, o escritor deixa de privilegiar assuntos relacionados à vida sertaneja para tratar de literatura. Nesse processo, suas crônicas adquirem mais o aspecto de artigos, com o crítico se detendo mais especificamente num assunto: o romance nordestino de 1930. Como se pode perceber, por exemplo, nos escritos "Um romancista do Nordeste" ou "O romance do Nordeste", o autor procurará valorizar tal atividade regional, reconhecendo-lhe maior verossimilhança artística ao compará-la com a produção romanesca brasileira escrita até então, sobretudo com aquelas obras feitas por literatos "oficiais" da Academia.

Na seção "Depois da saída da prisão", privilegiam-se textos do período em que o romancista passa a morar de maneira definitiva no Rio de Janeiro e a viver de seu trabalho literário, o que o obriga a colaborar intensamente em jornais e revistas.[16] Logo no princípio dessa nova vida, passa a escrever para a IBR — Imprensa Brasileira Reunida Limitada —, uma agência de notícias de São Paulo que distribuía matérias de diferentes colaboradores para uma cadeia de mais de duzentos jornais de todo o país.[17] Além disso, sem intermediários, colaborara ainda com vários periódicos cariocas, tais como: *O Cruzeiro*, *Vamos Ler!*, *Dom Casmurro*, *Revista do Brasil*, *Diretrizes*, *Observador Econômico e Financeiro*, *Diário de Notícias*, *Diário Carioca*, *Folha Carioca*, *O Jornal*, *A Tarde*, entre outros.[18]

Os textos de Graciliano escritos nesse momento de sua segunda permanência no Rio tratam basicamente de literatura e da vida literária nacional. São assinados com o nome artístico do autor, agora um renomado romancista, que, além de *Caetés* e *São Bernardo*, viu seu livro *Angústia* ser publicado pela José Olympio, em 1936, quando ainda se encontrava na cadeia.

É nesse contexto que o escritor se aventura pelo gênero dramático. Em julho de 1942, publicou na *Revista do Brasil* o primeiro quadro de uma peça intitulada *Ideias novas*, que aqui, pela primeira vez, se apresenta em livro. Não se sabe o porquê, mas o trabalho não teve continuidade. De qualquer maneira, apesar de resumir-se a um trecho inicial, o documento se mostra relevante por dar a conhecer a incursão do artista pelo universo teatral. Revelando afinidade com Artur Azevedo e Martins Pena,[19] tal iniciativa pode ser descrita como uma comédia de costumes, cujo pano de fundo era a vida de uma família sertaneja contemporânea ao momento de enunciação do autor, ou seja, o início dos anos

1940. Por sob a figurativização do enredo, percebe-se que o artista, em última instância, procura discutir literatura. A filha libertária e a mãe conservadora, retratadas no texto, alegorizariam, respectivamente, o romance de 1930 e os livros românticos do passado (ou mesmo os romances intimistas de orientação católica do presente). Obviamente, Graciliano recusa estes em favor daquele, enaltecendo o exame crítico e sem pudores da vida sertaneja ensejado por Jorge Amado e José Lins do Rego, entre outros de seus companheiros de geração.

Por fim, na última parte, "Depois da entrada no PCB", reúnem-se artigos, discursos e manifestos da fase de militância política de Graciliano.[20] Em agosto de 1945, pelas mãos do próprio Luís Carlos Prestes, Graciliano filia-se de maneira oficial ao Partido Comunista do Brasil. Nesse momento, a organização voltava a funcionar legalmente e se aproximava do já decadente ditador Getúlio Vargas no contexto do final da Segunda Guerra Mundial. O romancista alagoano se torna um militante disciplinado. Participava de células, encontros e reuniões partidárias; pronunciava e redigia discursos, sobretudo no contexto da eleição da Assembleia Constituinte de 1946; além de colaborar, sem grande regularidade, com veículos da imprensa comunista. Durante esse período, a partir de maio de 1951, o romancista assume a presidência da Associação Brasileira de Escritores (ABDE), num momento em que a instituição estava sob total controle do partidão. Na qualidade de dirigente, redige notas e declarações em defesa, sobretudo, da liberdade de expressão e da paz.

Entre os textos de jornal, destaque para a crônica "Prestes", publicada em janeiro de 1949, no jornal *Classe Operária*, órgão oficial do Comitê Nacional do PCB.[21] Trata-se de uma narrativa de caráter encomiástico, em celebração ao aniversário do líder do partido.[22] Contudo, logo no início, o escritor alagoano sinaliza que deixaria de lado o mito Prestes, resultado da força criadora da multidão, para tratar do homem Luís Carlos Prestes, opondo dialeticamente um e outro. Logo, na medida em que propõe a apresentação não de um ser inatingível, mas sim de uma figura de carne e osso, Graciliano redimensiona o panegírico, fugindo da glorificação pura e simples do dito "Cavaleiro da Esperança", procedimento laudatório habitual naquele momento.

Se, por um lado, seus discursos desse período apresentam cunho eminentemente político e partidário, por outro, destacam-se do ponto de vista formal pelo cuidado e planejamento da expressão, assemelhando-se em muitos aspectos aos textos direcionados a publicações impressas. É o próprio Graciliano, em carta de 12 de outubro de 1945, endereçada ao filho Júnio, quem comenta tal similitude, lembrando a estratégia retórica empregada num comício na zona norte do Rio de Janeiro, em 7 de outubro de 1945: "Decidi, pois, falar

num discurso como falo nos livros. Iriam entender-me? Talvez metade do auditório fosse formado pelas escolas de samba. (...) Era arriscado. Aceitaria a multidão essa literatura sem metáforas e crua?”[23] Como evitava falar de improviso, elaborava suas falas por escrito, selecionando com acuidade termos, frases e argumentos. Contudo, nada que o distanciasse do público, muito pelo contrário: a opção por uma prosa meticulosamente acessível, despida de rebuscamentos bacharelescos, o emprego de metáforas pedestres, exemplos cotidianos, informações correntes e o privilégio para a primeira pessoa do plural, amalgamando enunciador e enunciatário, favoreciam a empatia com a assistência, bem como a persuasão e a sedução desta em torno da mensagem de transformação social anunciada. Portanto, os discursos aqui apresentados valem não só enquanto documentos de época, mas também enquanto peças retóricas representativas da força do texto de Graciliano.

Garranchos podados

Por se tratar de meros exercícios literários, não foram coligidas, neste volume, as produções adolescentes publicadas por Graciliano nos jornais de tiragem e circulação restritas *O Dilúculo*[24] e *Echo Viçosense*,[25] quando ele tinha apenas entre 11 e 13 anos de idade. Seguindo recomendação dada pelo autor a seu filho Ricardo Ramos de nunca publicar poesia,[26] também se excluíram da presente edição cerca de sessenta poemas e sonetos estampados na revista carioca *O Malho* e nos periódicos alagoanos *Jornal de Alagoas*, *Correio de Maceió* e *Argos*, entre 1907 e 1913.[27] Como se trata de uma sequência inconclusa e descontinuada, deixou-se ainda de fora o manuscrito “J. Carmo Gomes”, desconhecida continuação do conto “A prisão de J. Carmo Gomes”, recuperada por Fernando Alves Cristóvão.[28]

Outras ausências foram os sete textos em prosa assinados pelo pseudônimo “Lambda” saídos no *Jornal de Alagoas*, entre 1909 e 1913, e em *O Índio*, em 1921.[29] Apesar de alguns críticos sugerirem que essas produções seriam do autor de *Angústia*, têm-se fortes indícios para se recusar tal atribuição de autoria, sobretudo quando se considera a crônica “Solidariedade”, estampada no jornal de Palmeira dos Índios em 24 de abril de 1921. Em chave não irônica, o texto é marcado por certo tom doutoral, bem como por irrestrita adequação à moral religiosa, algo bem distante do materialismo e do criticismo mordaz do autor.[30]

Como se apresentam aqui textos de diferentes períodos, eles obedecem a padrões ortográficos variados. Nesse sentido, optou-se por uniformizar as

grafias, atualizando-as de acordo com as regras correntes. Realizaram-se também a solução ocasional de erros tipográficos, sempre referidos em nota, e a padronização de formatações especiais (negrito, itálico e sublinhado). Foram mantidos, entretanto, os casos de pontuação, concordância, colocação pronominal e regência de caráter mais estilístico. Como algumas crônicas e discursos não apresentavam títulos, coube ao organizador atribuí-los, optando sempre por nomes "econômicos, diretos e previsíveis", bem ao feitio de Graciliano.[31] Investiu-se ainda na produção de notas de rodapé, tendo em vista o objetivo de facilitar a compreensão deste conjunto de composições tão diversificado e heterogêneo, produzido em contextos socioculturais tão distintos. Tal iniciativa procurou, assim, aproximar esta coletânea dos leitores atuais de Graciliano, retomando, quando possível, os diálogos do tempo da primeira veiculação oral ou escrita das produções aqui reunidas. Todos os cuidados visaram à confiabilidade, à integridade e à inteligibilidade para que estes *Garranchos* se estabeleçam como fonte de consulta para novos estudos sobre o autor de *Vidas secas*.[32]

Notas

1. Thiago Mio Salla é bacharel em português, linguística e jornalismo pela USP, além de doutor em Comunicação Social e doutorando em Letras pela mesma universidade. Defendeu a tese *O fio da navalha: Graciliano Ramos e a revista* Cultura Política (2010) e, a partir de 2011, desenvolve pesquisa sobre a recepção da obra do autor de *Vidas secas* em Portugal.

2. Uma série de estudiosos da obra do autor confirma que ele se valera de pseudônimos: MIRANDA, Wander de Melo. *Graciliano Ramos*. São Paulo: Publifolha, 2004; PINTO, Rolando Morel. *Graciliano Ramos: autor e ator*. Assis, São Paulo: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Assis, 1962; GAMA, Maria Lúcia Palma. "Projeto para inéditos". *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, nº 35, 1993, pp. 201-4; SANT'ANA, Moacir Medeiros de. *Graciliano Ramos antes de Caetés*. Maceió: Arquivo Público de Alagoas, 1983. Informações também presentes no site oficial do autor: http://www.graciliano.com.br/vida_linhadotempo.html.

3. O uso de tal pseudônimo é referido apenas por GAMA, Maria Lúcia Palma, *op. cit.*, p. 201. Contudo, seja pela extensão de seu emprego no jornal *O Índio*, seja pela proximidade temática e estilística das composições assim acobertadas em relação às crônicas assinadas por "J. Calisto", disfarce inquestionável de Graciliano nas páginas do referido periódico, não há sombra de dúvida de que o artista se valeu de tal alcunha para ocultar-se diante dos leitores. Como se sabe, o escritor alagoano colaborou apenas com as 14 primeiras edições da folha de Palmeira dos Índios. (RAMOS, Graciliano. *Cartas*. Rio de Janeiro: Record, p. 72). Tão logo deixou o veículo, não por acaso, os textos rubricados por "X" deixaram de ser publicados, totalizando 14 crônicas sequenciadas, estampadas na seção "Garranchos". Além disso, a ênfase na interlocução e o emprego de certo tom irônico e zombeteiro, direcionado ao tratamento de temas como o Carnaval, a Semana Santa, as complicações do mundo moderno e a alfabetização, entre outros, evidenciam o parentesco dessas produções com os demais textos cronísticos compostos pelo artista naquele momento.

4. Trata-se do capítulo XXIV de seu livro ainda inédito à época, *Caetés.* (RAMOS, Graciliano. "Cahetés – capítulo XXIV". *Novidade*, Maceió, nº 9, 6 de junho de 1931).

5. Em várias oportunidades, por exemplo, protagoniza uma campanha em defesa do incremento da instrução pública no município. Na primeira delas, a crônica de número IV, de 20 de fevereiro de 1921, apela para o argumento da suposta relação entre a degradação moral da população, sobretudo das crianças, e o analfabetismo, com o intuito de sensibilizar seus interlocutores habituais e, ao fim, os próprios governantes, aos quais endereça uma súplica: "Abri escolas, senhores do governo, esses viveiros de esperança (...) e tereis prestado um grande bem à nossa pátria" (X [Graciliano Ramos]. "Garranchos [IV]". *O Índio*. Palmeira dos Índios, ano 1, nº 4, 20 de fevereiro de 1921, p. 2). Destaca que, na cidade, contudo, criavam-se diariamente centros de diversões, mas não se abria nenhuma escola. À medida que vai construindo seu discurso sobre a cidade, de acordo com uma perspectiva de orientador social, o narrador dos *Garranchos* continuava a privilegiar a tematização de supostos problemas que afligiam os munícipes, tais como a precariedade da iluminação pública; as melhorias no abastecimento de água que custariam caro à população; a ausência de árvores nas ruas; a precariedade do cinema local, incompatível com a modernidade da qual a cidade almejava fazer parte, entre outros.

6. Seção publicada no *Jornal de Alagoas*, de Maceió, entre março e maio de 1915, quando Graciliano se encontrava no Rio de Janeiro e enviava crônicas sobre diferentes aspectos da capital carioca para serem estampadas em tal periódico alagoano.

7. Título de seção encontrada tanto em *O Índio*, no primeiro semestre de 1921, como no jornal fluminense *Parayba do Sul*, entre abril e agosto de 1915.

8. “As crônicas e artigos de Graciliano certamente não têm a estatura textual de suas melhores páginas de romance ou memória. Ainda assim, em seu conjunto, respeitadas as diferentes condições de produção, circulação e consumo, são escritos que estão longe de desmerecer o autor. Muitos são obras-primas no gênero, continuação segura da melhor tradição brasileira no ramo, cuja fonte principal é Machado de Assis.” (GARBUGLIO *et al*. *Graciliano Ramos*. São Paulo: Ática, 1987, p. 118.)
9. RAMOS, Graciliano. *Cartas*. Rio de Janeiro: Record, 1981, p. 57.
10. Tal conto não deve ser confundido com o texto “Um ladrão”, recolhido pelo autor em *Dois dedos* (1945), *Histórias incompletas* (1946) e *Insônia* (1947). Apesar do título semelhante, as histórias versam sobre situações diferentes e são compostas de acordo com orientações formais e estruturais distintas. Para mais informações, ver as notas ao próprio conto “O ladrão”, presente neste volume.
11. CRISTÓVÃO, Fernando Alves. “Um inédito de Graciliano Ramos prenuncia obra futura.” In: *Diálogos da casa e do sobrado*: *ensaios luso-brasileiros e outros*. Lisboa: Edições Cosmos, 1994, p. 137.
12. *O Índio, jornal independente, literário e noticioso* era uma publicação em tamanho tabloide, de quatro páginas divididas em quatro colunas, que circulou no município de Palmeira dos Índios de fevereiro de 1921 a janeiro de 1925. A redação do periódico, comandado pelo padre Macedo, ficava na sacristia da igreja palmeirense.
13. RAMOS, G. [Graciliano Ramos] “Uma carta”. *O Índio*. Palmeira dos Índios, ano 1, nº 17, 22 de maio de 1921. Tal afirmativa não passava de pura ironia, pois, como se sabe, mesmo no sertão, Graciliano era considerado um homem de letras nesse momento: lecionava francês no Colégio Sagrado Coração, ensinava, sem formalidades escolares, português e gramática para diferentes grupos de pessoas, assinava vários jornais do Rio de Janeiro e solicitava livros pelos catálogos das editoras Alves, Garnier e Mercure de France (as duas primeiras da capital federal e a última de Paris).
14. O *Jornal de Alagoas* é lançado em 1908. Em 1914, com o intuito de divulgar informações referentes à Primeira Guerra Mundial, passa a ter duas edições diárias. Em 20 de fevereiro de 1920, já apresentava um formato moderno, com oito páginas. Foi o primeiro periódico a oferecer, em suas edições dominicais, um suplemento semanal ilustrado que tratava, entre outros assuntos, de literatura. Em 1926, estampava a primeira página exclusivamente literária da imprensa alagoana, sob a direção do poeta Lobão Filho (SANT’ANA, Moacir Medeiros de. *História da imprensa em Alagoas (1831-1981)*. Maceió: Arquivo Público de Alagoas, 1987).
15. Álvaro Paes permaneceu à frente do Executivo estadual de 1928 a 1930, quando foi deposto pela revolução de 3 de outubro. Em seu governo, prosseguiu com a política de seus antecessores de ampliação de estradas de rodagem e de expansão de cooperativas de crédito agrícola. Mereceu uma crônica encomiástica de Graciliano, intitulada “Álvaro Paes”, publicada no *Jornal de Alagoas* em 12 de junho de 1930 (RAMOS, Graciliano. *Linhas tortas*. Rio de Janeiro: Record, 2005, pp. 123-6).
16. Como se sabe, Graciliano foi preso em 1936, em Maceió, sem acusação formal. Em seguida, levado para o Rio de Janeiro, o escritor ficou preso até janeiro de 1937. Após sua libertação, ele decide fixar-se na capital carioca e dedicar-se, sobretudo, à carreira literária.
17. Conforme sublinha o próprio Graciliano, entre os colaboradores da agência de notícias estavam José Lins do Rego e Gilberto Freyre, o que para os diretores da empresa era um motivo de honra (RAMOS, Graciliano. *Cartas*. Rio de Janeiro: Record, 1981, p. 180).
18. Dentre estes periódicos, Graciliano colaborou mais intensamente com o *Diário de Notícias*, tido nos anos 1930 e 1940 como “um dos mais importantes jornais do país” (BAHIA, Juarez. *Jornal, história e técnica*. São Paulo: Ática, 1990, p. 180). Ao todo, entre crônicas, artigos e contos, que depois viriam a fazer parte de suas obras ficcionais ou memorialísticas, estampou 35 textos em tal folha. Vale salientar ainda que, além de escrever para a imprensa da capital federal, Graciliano começou a colaborar, a partir de dezembro de 1945, em *A Tribuna*, de Santos, São Paulo.
19. Ao comentar sobre o que pensava da arte teatral no Brasil, em entrevista publicada no *Jornal de Alagoas*, em 12 de julho de 1910, o ainda jovem aspirante à carreira literária revelava sua predileção

por Martins Pena: "Temos França Júnior, Agrário Menezes, Macedo, Alencar e, talvez superior a todos, o grande Martins Pena, o famigerado autor de *O juiz de paz da roça* e *O noviço*" (RAMOS, Graciliano. "Um inquérito". In: SANT'ANA, Moacir Medeiros de. *A face oculta de Graciliano Ramos*. Maceió: Arquivo Público de Alagoas, 1992, p. 43).

20. Ao agrupar os textos de cunho mais político de Graciliano, cumpre-se aqui sugestão deixada por Ricardo Ramos: "O que não podemos ignorar é que a febre da pesquisa, ao longo de anos e anos, minuciosa a desenterrar crônicas, poesias, toda a obra juvenil ou imatura de Graciliano, alcançando mesmo pseudônimos para nós secretos, haja unanimemente desprezado as suas ostensivas publicações políticas. Os comentários aqui são dispensáveis" (RAMOS, Ricardo. *Graciliano: retrato fragmentado*. São Paulo: Siciliano, 1992, p. 140).

21. De certa maneira, tal trabalho já havia sido anunciado anteriormente, na entrevista concedida por Graciliano, quando de sua entrada oficial no PCB: "Iniciou-se para Graciliano Ramos uma nova fase na sua vida: ao lado da literatura, ele se dedicará também ao PCB em trabalhos de ordem prática que faz questão de realizar como tarefas. Assim é que já tomou a seu cargo uma pequena biografia de Luís Carlos Prestes, bem como a revisão de livros que serão editados sob orientação do partido" (FACÓ, Ruy. "Graciliano Ramos, escritor do povo e militante do PC". *Tribuna Popular*, Rio de Janeiro, 26 de agosto de 1945).

22. Tal escrito faz parte de um caderno dedicado à celebração do 51º aniversário de Prestes, no qual há colaborações de boa parte da *intelligentsia* do PCB.

23. RAMOS, Graciliano. *Cartas*. 7ª ed. (aumentada). Rio de Janeiro: Record, 1992, p. 206.

24. Jornal fundado por Graciliano Ramos e por seu primo Cícero Vasconcelos, quando ambos ainda eram alunos do Internato Alagoano, em Viçosa, no começo do século XX. A iniciativa lhes foi sugerida por Mário Venâncio, literato que lecionava geografia no referido colégio. A publicação circulou entre 24 de junho de 1904 e 16 de abril do ano seguinte, totalizando 17 números. "...*Dilúculo*, folha impressa em Maceió, com duzentos exemplares de tiragem quinzenal, trazidos pelo estafeta Buriti, que vendia revistas e declamava pedaços do *Moço Louro*. O desgraçado título foi escolha do nosso mentor, fecundo em palavras raras" (RAMOS, Graciliano. *Infância*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1953, p. 225). Assinando como "Ramos", "G. Ramos", "Ramos de Oliveira", "Ramos Oliveira" ou "Feliciano", foi neste periódico que Graciliano publicou suas primeiras produções: "Meus primeiros trabalhos foram pequeninos contos, simples ensaios sem estética, sem forma, sem coisa alguma. Verdadeiras criancices" (RAMOS, Graciliano. "Um inquérito". In: SANT'ANA, Moacir Medeiros de. *A face oculta de Graciliano Ramos*. Maceió: Arquivo Público de Alagoas, 1992, pp. 38-9).

25. No início de 1906, novamente incentivado por Mário Venâncio, Graciliano ajudaria a editar o jornal *Echo Viçosense*, "periódico literário e noticioso", que duraria apenas 15 dias, chegando a apenas dois números. A vida da publicação foi abruptamente encurtada em função do suicídio de Venâncio, em 1º de fevereiro de 1906. "Em edição extra, o *Echo* divulgaria a tragédia, sua última notícia" (MORAES, Dênis de. *O Velho Graça*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1992, p. 20).

26. Poucos meses antes de falecer, Graciliano adverte seu filho quanto à publicação de sua obra juvenil e avulsa: "— Preste atenção ao que não está em livro. Se assinei com o meu nome, pode publicar; se usei as iniciais GR, leia com cuidado, veja bem; no que usei RO ou GO, tenha mais cuidado ainda. O que fiz sem assinatura ou sem iniciais não vale nada, deve ser besteira, mas pode escapar uma ou outra página menos infeliz. Já com pseudônimo não, não sobra uma linha, não deixe sair. E pelo amor de Deus, poesia nunca. Foi tudo uma desgraça" (RAMOS, Ricardo, *op. cit*., p. 176). Seguindo rigidamente tais diretrizes, não só as poesias, mas também nenhum texto subscrito com pseudônimo deveria ser publicado. Contudo, quando da edição de *Linhas tortas* (1962), em trabalho realizado por Heloísa Ramos, Ricardo Ramos e James Amado, os textos nos quais o autor se ocultava com a rubrica "J. Calisto" vieram a público. Essa exceção se justificava tanto em função do mérito literário dos escritos selecionados naquela ocasião quanto do crescente interesse e curiosidade que a obra de Graciliano despertava não só nos estudiosos de literatura como no público de maneira geral.

Tendo como base tal perspectiva, fazem-se publicar, no presente volume, textos assinados pelos pseudônimos “Lúcio Guedes”, “X” e “Anastácio Anacleto”. Vale ressaltar ainda que, encoberto por esse último, Graciliano incluiu versos nos textos publicados na seção “Factos e Fitas”, do jornalzinho *O Índio*. Apesar da alegada contrariedade do autor ao texto poético, a opção por se recolherem tais escritos no presente volume se justifica, pois, neles, a poesia vem mesclada a passagens predominantemente em prosa. Além disso, ela se resume a poemetos satíricos de dois, quatro ou oito versos, que se ajustam ao tom irônico imprimido pelo escritor às suas produções cronísticas daquele momento, saídas no mesmo periódico interiorano. Nesse sentido, guardam grande diferença da produção poética juvenil, tributária de modelos simbolistas e parnasianos, veementemente repudiada pelo autor alagoano em cartas e entrevistas.

27. Entre 1907 e 1913, o escritor publicou 41 poemas e sonetos na revista carioca *O Malho*, sob os pseudônimos Almeida Cunha, S. de Almeida Cunha, Soeiro Lobato, Feliciano de Olivença e Feliciano Olivença. Para a imprensa alagoana, entre 1909 e 1911 o autor também escreveu inúmeras poesias. Foram 11 para o *Jornal de Alagoas*, cinco para o *Correio de Maceió* e duas para a revista literária *Argos*.

28. CRISTÓVÃO, Fernando Alves. “Um inédito de Graciliano Ramos: o manuscrito ‘J. Carmo Gomes’”. In: *Cruzeiro do Sul, a Norte*: *estudos luso-brasileiros*. Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 1983, pp. 485-506.

29. São estes os textos: “No campo das letras”. *Jornal de Alagoas*, Maceió, 20 de abril de 1909; “Estudante na roça”. *Jornal de Alagoas*, Maceió, 13 de março de 1910; “Pela mocidade”. *Jornal de Alagoas*, Maceió, 22 de fevereiro de 1911; “Zé Pereira”. *Jornal de Alagoas*, Maceió, 26 de fevereiro de 1911; “Professiomania”. *Jornal de Alagoas*, Maceió, 26 de setembro de 1913; “Como se escreve”. *O Índio*, Palmeira dos Índios, 3 de abril de 1921; “Solidariedade”. *O Índio*, Palmeira dos Índios, 24 de abril de 1921.

30. Repudiando o egoísmo degradante do ser humano, que se haveria distanciado de Deus, o narrador chega a afirmar em tal crônica: “Ao brado hiperbólico do ardoroso poeta [“Deus! ó Deus! onde estás que não respondes?”, do poema *Vozes d’África*, de Castro Alves] respondemos pela consciência, pela razão, que nos homens se não extingue de vez, por ser um reflexo da eterna Luz: ninguém para sentir Deus precisa viajar muito e para Dele ser ouvido basta pensar levemente. Os que procuram senti-lo e não conseguem, ficando descrentes ou invadidos pela dúvida, não se lembram que, estando ele em todos os lugares, não devem procurá-lo onde não podem chegar com a mesquinha imaginação” (LAMBDA. “Solidariedade”, *O Índio*, Palmeira dos Índios, 24 de abril de 1921). Mais adiante, rebaixa a falta de fraternidade e o individualismo político dos homens, ao compará-los com o caráter solidário da organização social de abelhas e formigas: “No seu reino [dos insetos] não medram as greves nem os horrores do anarquismo que tanto infelicitam os maiores seres da criação, caprichosamente empenhados em perverter os sentimentos da solidariedade humana, substituindo o amor do próximo pelo egoísmo, o amor da espécie humana pela ambição partidária” (*idem*, *ibidem*). Chegou-se à hipótese de que os textos assinados por Lambda, em *O Índio*, seriam na verdade de Joaquim Pinto da Mota Lima, pai de Joaquim Pinto da Mota Lima Filho, grande amigo de Graciliano naquele momento. Segundo o autor de *Caetés*, ele próprio teria solicitado ao dr. Mota a publicação de dois artigos no pequeno jornal palmeirense (RAMOS, Graciliano. *Cartas*. Rio de Janeiro: Record, 1981, p. 72). Não por acaso, a colaboração de Lambda com a publicação se resume a apenas duas crônicas. Além disso, recuperando-se a produção pregressa do dr. Mota, publicada no *Jornal de Alagoas* (ver os textos “O perdão”, de 4 de junho de 1911; “Materialismo”, de 18 de junho de 1911; “Humildade”, de 21 de novembro de 1913, entre outros), observa-se o predomínio de certa postura sapiencial, subordinada à moralidade católica, muito próxima daquela vista acima em “Solidariedade”.

31. RAMOS, Ricardo, *op. cit*., pp. 73-4.

32. Por fim, gostaria de agradecer, em primeiro lugar, a Luiza Ramos Amado, pela confiança depositada no presente trabalho, bem como pelo apoio e pela ajuda em todos os momentos. Agradeço

também à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) pelo auxílio financeiro necessário à realização das pesquisas que resultaram neste livro. Mais especificamente, sou grato também a Elizabeth Ramos, Ivan Teixeira, Luiz Maklouf Carvalho, Paulo Motta, Luís Bueno, Wander Melo Miranda, Yêdda Dias Lima, Ann Marie Buyers, Marcos Vasconcelos Filho, João Tenório e toda a equipe do Instituto de Estudos Brasileiros que, por diferentes razões, colaboraram na consecução destes *Garranchos*. Em especial, agradeço a Ieda Lebensztayn, pela revisão criteriosa, bem como pelo auxílio constante nos últimos meses, e a Daniela Damiati Ferreira, pela compreensão e carinho de todas as horas.

ANOS 1910

Na Terra do Fogo as coisas estão frias[1]

Conforme telegrama publicado, há dias, em um dos nossos melhores jornais, há uma grande carência de mulheres na Terra do Fogo. Semelhante fato, coisa que não acontece com frequência, felizmente, constitui — não há sombra de dúvida — uma calamidade para um povo. Pudesse alguém interrogar os colonos portugueses das primeiras expedições que vieram ao Brasil... Mas, se vão longe esses tempos indecisos da Idade Média, ainda se não apagaram do espírito de alguns cariocas os dias agitados de 93,[2] o período em que a República lutava contra a fúria da revolução. Houve então aqui um considerável decrescimento do número das mulheres, o que determinou, segundo a opinião do dr. Pires de Almeida,[3] profunda corrupção nos costumes da cidade. A judiciosa asserção do ilustre clínico leva a gente a pensar que os habitantes da Terra do Fogo não devem estar em situação muito agradável. Mas quais seriam os motivos de haverem as gentis representantes do sexo frágil abandonado essa ilha tão fria, que tem um nome tão quente? Terá havido por lá alguma extraordinária epidemia, que se haja limitado a atacar apenas a constituição delicada dessas encantadoras criaturas? Terão os gelos das proximidades do Polo Sul arrefecido o caráter de seus compatriotas a ponto de, sentindo-se desprezadas, terem as pobrezinhas a necessidade de bater a linda plumagem? Ou continuarão os homens de lá com aquele hábito de que fala Darwin — o péssimo costume de, em tempo de penúria, comer as mulheres, porque as consideram inferiores aos animais?[4] Se esta última hipótese é verdadeira, devem agora os habitantes da Terra do Fogo estar arrependidos de sua voracidade,[5] porque se privaram, por não haverem sido mais sóbrios, do único meio que tinham de perpetuar o alimento das ocasiões difíceis. Mas não se pode atinar com a causa do

desaparecimento das pobres *flores da vida* na grande ilha do sul. E a gente vê, pela tristeza do telegrama, que os homens estão angustiados, estão aflitos, vítimas de uma viuvez geral. Mas caso é para uma pessoa pôr-se a pensar tristemente nas grandes desigualdades que há neste mundo. Desapareceram as mulheres ali, e aqui promanam mulheres em quantidade. Parece até uma injustiça. Bem se está vendo que os bens da terra não foram feitos para todos...

Notas

1. RAMOS OLIVEIRA [Graciliano Ramos]. “Na Terra do Fogo as coisas estão frias...”, *Parayba do Sul*, Paraíba do Sul, RJ, nº 54, 7 de janeiro de 1915, p. 2. Tal semanário, da cidade fluminense com o mesmo nome, era editado apenas às quintas-feiras e tinha apenas quatro páginas (de tamanho *standard*), divididas em seis colunas.

2. Provável alusão à Revolta da Armada, sublevação iniciada em setembro de 1893, em navios ancorados no Rio de Janeiro, que teve “como causa as rivalidades entre o Exército e a Marinha e ressentimentos do almirante Custódio José de Melo, que se vira frustrado em seu objetivo de suceder a Floriano na presidência da República” (FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Edusp, 2003, p. 255). Em seu intuito de forçar a renúncia do “Marechal de Ferro”, uma parte da esquadra insurrecional se deslocou para o Sul e juntou suas forças à dos rebeldes participantes da Revolução Federalista, guerra civil originada da disputa entre republicanos e federalistas (“maragatos”), que tomou corpo no Rio Grande do Sul também em 1893 (*idem*, *ibidem*). Em sua *Pequena história da República*, Graciliano demora-se ao abordar a Revolta da Armada, documentando a sucessão de eventos relacionados ao conflito e o caos instaurado na capital federal: “Na manhã de 6 de setembro de 1883 toda a armada se revoltou, acrescida de alguns navios mercantes. No mesmo dia o batalhão naval da ilha das Cobras aderiu à revolta, os operários da Central do Brasil fizeram greve, assaltaram-se diversas estações (...). No dia 13 cinco navios insurgentes começaram a bombardear a cidade. A esquadra estrangeira afastou-se, por toda a parte circularam boatos, uma grande multidão invadiu as estações e fugiu desordenadamente para os subúrbios” (RAMOS, Graciliano. *Alexandre e outros heróis*. Rio de Janeiro: Record, 2003, p. 161).

3. Referência a José Ricardo Pires de Almeida, médico higienista, autor de, entre outros, *Instruction publique au Brésil — Histoire et legislation* (1889) e *Higiene moral — homossexualismo (A libertinagem no Rio de Janeiro)*: estudo sobre as perversões do instinto genital (1906). Nesta última obra, o autor considerava que a sodomia e a prostituição masculina na então capital do país decorriam, sobretudo, da desproporção entre o número de homens e mulheres (ANTUNES, José Leopoldo Ferreira. *Medicina, leis e moral*: *pensamento médico e comportamento no Brasil* [1870-1930]. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1999, pp. 172-3).

4. Em *A origem das espécies*, Darwin assinala: “Os selvagens da Terra do Fogo dedicam tão grande valor a seus animais domésticos que preferem, em época de fome, matar e devorar as velhas mulheres da tribo, pois as consideram muito menos úteis que os cães” (DARWIN, Charles. *A origem das espécies*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004, p. 48).

5. No original, há um erro tipográfico: em vez de “voracidade”, está escrito “veracidade”, termo que não convém em função da lógica argumentativa desenvolvida.

Coisas do Rio[1]

A guerra acabou-se. Já se não ouvem pelas ruas aquelas graves dissertações sobre o movimento europeu. É em vão que os jornais continuam a prodigalizar ao público suas longas colunas repletas de telegramas — essas vagas notícias já não produzem em nosso espírito aquele entusiasmo de outrora. Foi-se a ânsia dos elegantes que devoravam folhas com sofreguidão, esperando saber talvez se as botas do general Pau2 estavam bem lustradas no último combate, ou se os bigodes de S.M. germânica continuavam irrepreensivelmente frisados.[3] Findaram-se as ponderosas lições daqueles geógrafos circunspectos que discursavam em frente das redações, falando largamente sobre o volume de água do Marne ou sobre a posição de Antuérpia. Hoje o negociante rico da rua da Quitanda não sente, ao montar seus óculos no nariz e ao desdobrar seu diário matutino, aquelas apreensões que há cinco meses sentia, quando julgava que a conflagração lhe podia prejudicar o comércio.

Ingratos... Como vos esquecestes tão depressa daquilo em que ocupáveis todos os vossos cuidados, todos os vossos pensamentos?

Não sois patriotas, “franceses” que rebentáveis a cara de vossos antagonistas quando estes ousaram afirmar que o cerco de Paris era um fato... Não tendes amor a vossa terra, “alemães” que combatíeis pacificamente na Avenida e na rua do Ouvidor... Por que abandonastes covardemente essa Germânia gloriosa que o dr. Topsius[4] chamava “a mãe espiritual dos povos”? Como pudestes esquecer essa França tão pródiga que [n]os oferecia tudo — artes e moda, fazendas e literatura, mulheres e ideias; essa França generosa que fornecia nosso mercado de todos os instrumentos inventados pela civilização e enriquecia nossa língua com todas as palavras de seu vocabulário.

Ingratos... Hoje sentis pela conflagração o mesmo que sentiríeis se vos dissessem que a Lua tinha voado pelos ares ou que os habitantes de Marte se

matavam uns aos outros, servindo-se de grossos canhões 42.

E se um antiquário desocupado tem o mau gosto de referir-se a esses acontecimentos vermelhos que lentamente se vão desdobrando lá nas estepes brancas e nos pérfidos mares cheios de minas traidoras, torceis o nariz e abris a boca em longos bocejos.

* * *

Não sei quem fez esta observação sagaz: “Nós somos um povo muito volúvel.” Grande verdade, que não passaria despercebida ao espírito arguto do conselheiro Acácio.

Dizem aqui que houve um poeta muito amado por toda a gente que faz versos e amarra ao pescoço bonitas gravatas. Era um ídolo, mais que um ídolo — um figurino. Imitavam-lhe o formato dos metros e o feitio da roupa.

(Há alguém que se queixe da falta da originalidade que nos leva a seguir cegamente pegadas de algum mestre. Tolice! É muito mais cômodo percorrer os caminhos que os outros vão abrindo do que meter-se uma pessoa por veredas escusas e intrincadas.)

Pois o nosso homem era uma espécie de pontífice de todos os indivíduos que deitavam olhos cobiçosos às musas do Rio antigo.

Um dia — dia fatal! — o poeta teve de fazer uma longa viagem. Viagem funesta! Voltou anos depois. Trazia versos. Mas parece que seus adoradores notaram que lhe não ficava bem o laço da gravata... Foi uma grande apostasia — todos os devotos passaram a queimar incenso nos altares de outros deuses.

E o figurino das letras exilou-se, pensando talvez na ingratidão daqueles gregos que decretaram o ostracismo de Aristides.

* * *

O caso é para a gente pôr-se a pensar na versatilidade dos cariocas. Pensando bem, vê-se que há muita semelhança entre o ídolo literário da geração passada e a conflagração europeia. Nosso povo tudo esquece. O que é necessário é que haja um fato qualquer que lhe afaste o pensamento do objeto de suas preocupações.

A viagem determinou o desterro do poeta. A indiferença com que olhamos hoje as coisas da Europa tem muitas causas — a crise, ambiguidade sobre o

presidente do E. do Rio[5], o carnaval...

Decididamente somos um povo extremamente falto de memória.

Rio, 25 de fevereiro de 1915

Notas

1. R.O. [Graciliano Ramos]. “Coisas do Rio”. *Jornal de Alagoas*, Maceió, 6 de março de 1915. No original há um erro na data apresentada, pois está escrito 1914 em vez de 1915.

2. Menção a Paul Marie César Gerald Pau, general que, no âmbito da Primeira Guerra Mundial, foi retirado da aposentadoria para comandar o Exército francês da Alsácia (BOURNE, J. M. *Who's Who in World War One*. Londres; Nova York: Routledge, 2001, p. 228).

3. Referência a Sua Majestade Guilherme II, imperador da Alemanha e rei da Prússia durante a Primeira Guerra Mundial. Esteve no poder de 1888 a 1918 (TUCKER, Spencer e ROBERTS, Priscilla Mary. *The Encyclopedia of World War I*: *a political, social and military history*. 5 vols. Santa Barbara, Califórnia: ABC-CLIO, 2005, vol. 1, p. 1260). O *Kaiser* deu ensejo a certo modismo ao utilizar as guias do bigode espetadas para cima. Segundo Valdemar de Souza Lima, Graciliano teria implicado com tal particularidade, produzindo “piadas ferinas” acerca do “bigode retorcido” do chefe de Estado alemão (LIMA, Valdemar de Souza. *Graciliano Ramos em Palmeira dos Índios*. Brasília: Livraria-Editora Marco, 1971, p. 109).

4. No jornal está grafado Topsins, contudo trata-se de uma referência ao dr. Topsius, personagem de *A relíquia* (1887), de Eça de Queirós. Segundo Teodorico Raposo, narrador-protagonista do romance, tal figura, que portava o título de doutor pela Universidade de Bonn, “era também intoleravelmente vaidoso da sua pátria. Sem cessar, erguendo o bico, sublimava a Alemanha, mãe espiritual dos povos; depois ameaçava-me com a irresistibilidade das suas armas. A onisciência da Alemanha! A onipotência da Alemanha! Ela imperava, vasto acampamento entrincheirado de in-fólios, onde ronda e fala do alto a Metafísica armada!” (QUEIRÓS, Eça de. *A relíquia*. Cotia, São Paulo: Ateliê Editorial, 2004, p. 114).

5. Tal “ambiguidade” decorre das disputas em torno da sucessão ao governo fluminense que vinham, sobretudo, desde fins de 1914. Depois do pleito, uma parte da Assembleia Legislativa estadual considerou vencedor Nilo Peçanha. Outra parcela reconheceu como presidente do Estado do Rio o tenente Feliciano Sodré. O caso foi submetido ao Supremo Tribunal Federal, e aquele obteve, por meio de um *habeas corpus*, decisão a seu favor (BARBOSA, Rui. *Obras completas*. 49 vols. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura; Fundação Casa de Rui Barbosa, 1981, vol. 42, t. 2, p. 3). Mesmo diante desta sentença, Wenceslau Braz, recém-eleito presidente da República, ordenou às Forças Armadas que assegurassem a posse de Nilo Peçanha. Apesar disso, o grupo favorável a Feliciano Sodré também o empossou como governador. Os embates entre os dois lados se arrastaram pelo ano de 1915, e, “em novembro e dezembro, as discussões finais sobre o estado de sítio dão vitória a Nilo Peçanha” (CARONE, Edgar. *República Velha: evolução política*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1971, p. 300). Em carta ao pai, de 9 de janeiro de 1915, Graciliano manifesta certo distanciamento em relação às disputas políticas na capital do país: “A cidade está agitada — há por toda a parte uma terrível manifestação a não sei quem, a Nilo Peçanha, parece (...). Deve ser a Nilo Peçanha. Parece que a coisa não acaba bem; porque há forças por toda a parte, e o povo grita pelas ruas a valer...” (RAMOS, Graciliano. *Cartas*. Rio de Janeiro: Record, 2011, p. 55).

Linhas tortas III[1]

Abrindo um parêntesis na agitação de uma vida pouquíssimo devota e muitíssimo prática, todo o grande rebanho religioso resolveu, durante três ou quatro dias, recordar-se de que outrora, lá em uma velha cidade do Oriente, um pobre rapaz, por amor dos homens, se deixou amavelmente pendurar numa cruz.

Recordou-se, mas não como naqueles tempos em que a cristandade, com um pranto mais ou menos verdadeiro, batia piedosamente nos peitos e se mortificava e ralava os joelhos e passava semanas estragando o estômago com um detestável e insulso bacalhau ascético.

Hoje — ai! — as coisas mudaram.

Há até algumas condenadas que não hesitam, nos dias da Paixão, em meter dentes ímpios no saboroso "beef" cheio de pecados, britanicamente tresandando a heresia. A religiosidade pacata que transita pelas ruas, visita as igrejas, beija os pés do Senhor e critica rindo a linguagem dos graves eclesiásticos que pregam sermões de lágrimas, abandonou o antigo e salutar costume de penetrar funebremente em fatos cor da treva, amarrar ao pescoço gravatas tétricas e apresentar à gente um ar compungido de quem acaba de receber o mais doloroso golpe que se pode imaginar.

Anda-se com botas amarelas, chapéu branco, calças claras, coisas que são apenas atenuadas pelo rigor de um ou outro paletó severamente escuro e que traduzem uma crença muito dúbia, um fervor religioso muito ambíguo.

Mas que querem? É o progresso. Já não há necessidade de meter-se um indivíduo numa cela e ali passar horas e horas prostrado, com sangrentos calos nas rótulas, batendo nos peitos ou arrancando os cabelos, faminto, a rezar com desespero, os olhos esbugalhados presos no teto, como se estivesse vendo aparecer lá em cima o vulto do amável Jesus tal qual ele estava quando o desceram do aviltante instrumento de suplício — boca aberta, a cabeça pendida

para um lado, as mãos negras de sangue coalhado.

Há processos modernos de adoração.

Chora-se alegremente a morte do Redentor nos teatros, onde as empresas suspendem temporariamente as representações de revistas idiotas e de peças "gênero livre", para oferecer ao público a *Vida, Paixão e Morte de Nosso Senhor Jesus Cristo,* coisa muito bem-feita e pelos preços do costume. E os cartazes dos cinemas proclamam também reproduções daquelas coisas peregrinas que S. Mateus, S. Marcos, S. Lucas e S. João ingenuamente introduziram em seus evangelhos.

Magnífico! Por cinco tostões, tem um cristão uma morte de Jesus em segunda classe, com tudo que uma alma pia pode desejar — as pregações, as curas milagrosas, os brinquedos infantis do pequeno Rabi e os bigodes dos legionários romanos. É barato.

De sorte que, com a desleal concorrência que os teatros fazem às igrejas, vão os empresários penetrando suavemente na seara sagrada.

Essa gente frivolamente religiosa nem se dá ao trabalho de comemorar a sério a morte do pobre revolucionário judeu, a quem a posteridade pregou um logro formidável e que é hoje representado por qualquer comediante de revistas.

E pensar que, há mil setecentos e cinquenta e sete anos, S. Policarpo teve o louvável incômodo de ir de Esmirna a Roma conferenciar com Santo Aniceto sobre a grave questão da Páscoa! Pensar que S. Vitor e a Igreja do Oriente andaram numa grossa barulhada, por não terem chegado a um acordo sobre o dia em que a cristandade devia comer um carneiro e exercer outras práticas difíceis! Para nada serviram tantos discursos, tanta condenação, tanta balbúrdia entre aqueles respeitáveis santos, até que o concílio de Niceia resolvesse pôr termo à questão[2].

Hoje chega a parecer que se não estabelece distinção entre a mais séria de todas as sextas-feiras e essas reles sextas-feiras ordinárias. E o sábado é uma pândega, uma "aleluia" de todos os pecados.

Mandam-se à fava as parcas roupas pretas que ainda surgiam por acaso, veste-se qualquer cômoda vestimenta de "pierrot" ou de arlequim, pega-se um lança-perfume e vai-se para a Avenida.

Ali é que a vida é uma coisa deliciosa.

"Confeti", serpentinas, caras com pinturas artísticas, sorrisos tentadores e postiços mostrando alvos dentes de porcelana...

Sublime!

A semana passada foi-se, vai longe.

Agora é o Carnaval, a patuscada, a alegria, a "evoé", a "Filomena"...[3]

Ah! Venerandos sumos pontífices do segundo século! S. Policarpo, Santo Irineu e outros que tais! Empertigados e simplórios bispos do concílio de Niceia! — Felizmente estais mortos. Se pudésseis ver o que aqui se passa mil novecentos e quinze anos depois da execução do Messias, mandáveis à breca todas as controvérsias que tivestes para reputar aquelas coisas da Páscoa.

Rio, 5 de abril de 1915

Notas

1. R.O. [Graciliano Ramos]. “Linhas tortas III”. *Jornal de Alagoas*, Maceió, ano 8, nº 83, 18 de abril de 1915. Além deste, Graciliano publicou outros quatro textos no *Jornal de Alagoas* entre março e maio de 1915, em seção intitulada “Linhas tortas”: “Linhas Tortas I”, de 18 de março de 1915 (também estampado no jornal *Parayba do Sul*, em 8 de julho de 1915); “Linhas tortas II”, de 20 de março de 1915; “Linhas tortas IV”, de 25 de abril de 1915 (republicado no *Parayba do Sul*, em 13 de maio de 1915); e “Linhas tortas V”, de 7 de maio de 1915. Não com os mesmos títulos aqui apresentados, nem com a mesma disposição, mas todas as crônicas acima listadas foram coligidas na obra póstuma *Linhas tortas* (1962). Em carta de 20 de março de 1915, dirigida à irmã Leonor, fingindo indignação pelo fato de ela ter viajado sem avisar-lhe, indaga-a sobre os escritos encaminhados para publicação no referido periódico alagoano: “Então recebes a delicada missão de enviar-me umas *linhas tortas* mandadas ao *Jornal de Alagoas* e, sorrateiramente, azulas para essas terras, a viver com onças e outros bichos?” (RAMOS, Graciliano. *Cartas*. Record: Rio de Janeiro, 1981, p. 49).

2. Graciliano faz referência às querelas entre as correntes oriental e ocidental da Igreja, no que diz respeito ao estabelecimento da data da Páscoa cristã. A primeira, presa ao costume hebraico, defendia que a festa deveria realizar-se no dia 14 do mês judaico de nisã. A segunda estabelecia que a comemoração ocorreria no domingo subsequente a este (CROSS, F. L. e LIVINGSTONE, E. A. [eds.]. *The Oxford dictionary of the Christian Church*. 3ª edição revista. Londres: Oxford University Press, 2005, p. 1234). Tal diferença gerou inúmeras tensões nas primeiras eras do cristianismo, tais como a viagem do bispo Policarpo de Esmirna, adepto da vertente oriental, a Roma, para conferenciar sobre o assunto com o papa Aniceto; e a imposição por parte do papa Vitor I, em fins do século II, da celebração dominical do festejo, o que gerou forte protesto do bispo de Lião, Irineu. O concílio de Niceia, realizado no ano de 325, procurou pôr fim à controvérsia: todas as igrejas foram exortadas a aceitar o “costume alexandrino de celebrar a Páscoa no domingo seguinte à lua cheia do equinócio da primavera, ou seja, entre 22 de março e 25 de abril” (BOROBIO, Dionísio. *A celebração na Igreja*. 3 vols. São Paulo: Loyola, 2000, vol. 3, p. 99).

3. Referência à música *Ai Filomena. Se eu fosse como tu...* grande sucesso do carnaval de 1915. Tratava-se de uma polca (cantada como marcha), assinada nas partes de piano por J. Carvalho Bulhões, a qual satirizava o presidente Hermes da Fonseca (ver TINHORÃO, José Ramos. *A música popular no romance brasileiro*. 3 vols. São Paulo: Editora 34, 2002, vol. 3, pp. 119-21).

O ladrão[1]

O homem chegou sorrateiramente à esquina, olhou desconfiado os arredores e entrou na única loja que por ali havia aberta àquela hora da noite. Vi-o entrar, com um saco ao ombro, o chapéu de couro negro da água, a roupa em farrapos colada ao corpo, o queixo tremendo, rilhando os dentes. Eram onze horas. O negociante, que estivera até então a cochilar, esperando algum freguês retardatário, dispunha-se a fechar as portas.

Levantou-se, estirou os braços para desentorpecê-los, abriu os olhos cheios de sono e, contente com a perspectiva de fazer negócio, acercou-se do homem. Estávamos em junho. Fazia muito frio. Era tudo escuro. Chuviscos caprichosos esvoaçavam no ar, espalhando-se em todas as direções, levados por um vento inconstante e mal-humorado. Na rua estreita, tortuosa, estendia-se um lençol de lama revolvida, atoladiça, vagamente espumosa. Perto, na estação da estrada de ferro, a luz de uma grande lanterna feria as duas longas linhas de trilhos claros, brilhantes, semelhando serpentes adormecidas. O rumor monótono do rio cheio convidava a gente a dormir. Eu estava encostado ao balcão, acompanhando os cochilos do dono da casa, quando o homem entrou. Vinha descalço, sem fazer ruído com os pés, e parecia meio gelado. Exigiu uma pinga, alguma coisa que o esquentasse. Bebeu, pareceu reanimar-se um pouco, pediu um artigo qualquer. Não me lembra o que foi que ele pediu. Parece que foi um chapéu. Comprou sem regatear. Depois pediu outras mercadorias e foi comprando sempre. O comerciante estava encantado. Eu, espantado. Já havia sobre o balcão coisas suficientes para encher o saco, que o homem trazia agora cuidadosamente debaixo do braço. Não se apartava dele. Eu perguntava a mim mesmo onde aquele esfarrapado fora buscar dinheiro para comprar tanto. O que me admirava era ele conformar-se sempre com o preço que lhe davam. Estava sendo positivamente roubado. Sua grande preocupação era a escolha. Pedia um artigo,

depois outro, enfileirava-os, punha-se a examiná-los com excessivo cuidado. Mas parecia proceder maquinalmente. De vez em quando chegava à porta, olhava a rua deserta, os negros armazéns adormecidos ao lado da estação, a torre da igreja que se elevava a pequena distância, esguia, com uma luz indecisa a brilhar em uma das suas janelitas em que havia sinos.

Depois voltava, pedia desculpas por estar dando aquela maçada. Mas tinha a voz trêmula, gaguejava, dizia tolices. E ia comprando, comprando. Era quase uma hora da madrugada. Havia ali um montão de coisas que ele só não poderia transportar. Eu dizia a mim mesmo que o comerciante ia ganhando francamente naquela transação para mais de sessenta por cento. Agora o homem falava em companheiros que o deviam auxiliar a conduzir o fardo. E sempre com a voz trêmula, os olhos baixos e assustados. Espantavam-me aqueles modos inquietos e aquela atitude de súplica tão estranha em um freguês. O dono da casa também estava admirado. Uma venda àquela hora era coisa extraordinária, principalmente no inverno. Passavam-se ali meses em que o movimento comercial era quase nulo. O frio aumentava. Eu sentia as orelhas, por baixo da gola do casaco, úmidas daqueles pequeninos chuviscos que se espalhavam pelo balcão, dando-lhe a aparência de uma grande placa de vidro. A luz do candeeiro pendente do teto esmorecia, por falta de combustível. O homem continuava aquele interminável negócio, agora desatento, precipitadamente, lançando-me de soslaio uns olhares em que havia impaciência e raiva. Era evidente que minha presença lhe não agradava. Parecia que eu lhe estava a estorvar algum plano. Suas rápidas viagens à porta sucediam-se agora com mais frequência. Olhava para todos os lados com uma ansiedade que não podia ocultar, como se quisesse descobrir na treva algum vestígio dos companheiros de que falara. Não se via ninguém. Tudo escuro. Apenas as duas luzinhas pálidas continuavam a brilhar — uma na janelita do campanário, outra na estação da estrada de ferro, iluminando os trilhos claros, luzentes, como dois enormes rastos de lesmas gigantescas. No céu negro esmorecia um bando de pequeninas máculas brancas, semelhando frocos de algodão. Subitamente ouviu-se um rumor de cordas de violão. Quem diabo estaria a tocar àquela hora, com tão grande frio? Meio enregelado, com as mãos insensíveis, as cabeças dos dedos roxas, eu admirava a perícia do artista noturno. Quem seria ele? Naturalmente o sacristão, meu companheiro de pândegas, um patife de primeira ordem que passava as noites pela rua da Sodoma, a fazer serenatas à chuva. Com certeza vinha bêbedo o maroto, porque tocava às maravilhas. A música aproximava-se. Era uma velha cantiga muito triste, que dizia as dores de uma separação ou qualquer outra coisa assim. Eu aplaudi gritando: — Bravo! Bravo!

O homem teve um sobressalto. Disse não sei quê em voz baixa, a tremer.

Creio que se queixava do frio e que pediu mais um trago de aguardente. Era já o terceiro ou quarto que bebia. Furtivamente, lançava olhares desesperados às duas extremidades da rua: parecia pensar em fugir, sem se aventurar, contudo, a meter os pés naquele extenso lamaçal de um negro avermelhado, coberto de bolhas onde se refletiam as manchas brancas que polvilhavam o céu. Indeciso, olhava também com avidez o montão de mercadorias que o negociante faturava agora com cuidado, sobrecarregando o preço de algumas. Às vezes batia ligeiramente com o pé no chão e apertava contra o corpo o saco que invariavelmente conservava debaixo do braço. Eu achava tudo aquilo muito estranho. Agora os bordões do violão gemiam perto. A voz avinhada e amiga do sacristão gritou-me da sombra de um muro:

— Vem cá, meu filho. Vai-se fazer uma festança na casa da Bela. Coitadinha! Ela anda doente, doente… Caroços, feridas, o diabo. Não faz mal. Há de ser uma pândega. Temos um bacalhauzinho mole e uma sentinela de defunto na vizinhança. Muita saia, graças a Deus. Só vendo. Diacho! Estou com a garganta inflamada, um tanto rouco, e não posso cantar hoje. É preciso que me ajudes.

Enquanto falava, aproximou-se, tombando ligeiramente, e deu-me um grande abraço. Agora o dono da casa explicava ao extraordinário freguês que não podia continuar com a porta aberta. Os pacotes estavam feitos, sim senhor, a fatura tirada, ali estava ela. O homem já não tinha pretexto para demorar.

— Vamos lá, cidadão. Não podemos passar aqui a noite inteira. Olhe que são quase duas da madrugada. Faça o favor de receber os tralhos.

O freguês riu com um riso alvar, pegou a fatura, virou-a para a direita, voltou-a para a esquerda, pôs-se a considerá-la com atenção simulada.

— Não se demore, amigo, faça favor. Olhe que já não tenho luz.

O sujeito, sem dizer palavra, olhava a rua com ansiedade crescente, parecendo calcular a distância que o separava do ângulo de um muro próximo, negro como breu, onde uma pessoa se podia refugiar.

— Então, bradou com rispidez o negociante, o senhor acaba ou não acaba com isso? Já faz muito tempo que eu estou desconfiando de seus manejos.

— Tenha paciência, patrão. É que meus companheiros... Aqueles sem-vergonha, como V. Mc. sabe, falando com pouco ensino...

— Ah! Lá volta a falar novamente em companheiros.

E saltou o balcão. O outro lançava-me de relance suas pupilas negras, em que havia desespero e ódio. Eu tinha a mão direita no bolso do casaco. O dono da casa resvalou furtivamente para trás da folha de uma porta e pôs-se de atalaia, com uma guarda de ferro na mão. Juntos, em silêncio, empenhados num singular torneio que exigia muita astúcia e muita precisão de movimentos, éramos dois gatos brincando com um rato. O sacristão, sem nada ver, continuava a parolar,

narrando o programa da festa em casa da Bela. Havia uns cajus adoráveis e uma cama imaculada adorável também. Uma pândega. Só vendo.

O homem continuava a devorar com os olhos aquela distância de dez metros que o separava da salvação. Num momento em que julgou nossa atenção distraída, deu um salto e foi cair em meio da rua. Lá tentou formar carreira. Não pôde. Estava preso, mergulhado quase até à cintura naquele lodaçal negro, viscoso, coberto de espuma avermelhada como uma baba sangrenta. Quanto mais se esforçava para sair, mais se afundava. E do atoleiro vinha um glu-glu semelhante ao rumor que alguém faz quando quer engolir qualquer coisa sem poder, e à superfície subiam sempre aquelas bolhas redondas, avermelhadas, como uns grandes olhos que estivessem assistindo aos esforços do desgraçado, impassíveis, zombeteiros. Eu já estava ao lado dele, meio enterrado na lama também, com um revólver entre os dedos inteiriçados. O comerciante, junto a mim, brandia a barra de ferro, pronto a arremessá-la.

— Não te mexas — gritou. Não te mexas, que te parto a cabeça. Deita fora o saco.

O homem não se mexia.

— Deita fora o saco — berrei. Deita fora o saco, que tens aí uma arma.

O homem atirou-mo. Abri-o. Havia dentro um pedaço de pau e uma faca, uma lâmina inofensiva e ridícula com o cabo amarrado a cordéis. Atirei tudo aquilo ao atoleiro.

— Sai daí — bradou o negociante. Anda, sai daí. Mas não fujas, que te quebro as pernas, patife.

O sujeito não podia sair. Estava todo enterrado do umbigo para baixo. Foi preciso arrancá-lo à força e arrancar-nos a nós mesmos. Gastamos um quarto de hora a desenvencilhar-nos. Agora o lampião da loja estava quase apagado. O sacristão riscava fósforos e, livre do susto que apanhara, soltava pragas, sem compreender bem aquilo. O homem batia os dentes como um porco bravo, tremia e chorava, sem poder mexer-se, meio paralisado depois daquele banho de lama gelada. Nós gritávamos:

— Ladrão! Ladrão! Qual era a tua intenção, sem-vergonha? Confessa.

E o bêbedo a gritar também, fazendo coro:

— Ladrão! Tu és um safardana, ouviste? Não prestas para nada. Vinhas matar-nos, vinhas roubar as fazendas todas. Vamos! Conta tudo ou eu dou-te um sopapo.

Havia agora uma grande balbúrdia. Na vizinhança abriam-se portas e janelas, mostrando rostos cheios de sono; gente acorreu, trouxeram velas acesas e brandões. Nosso grupo aumentava. E a vozeria aumentava também com as explicações confusas que se trocavam a torto e a direito. O homem continuava a

tiritar em nossas mãos, tentando falar sem poder. Fazia com os dentes um barulho horrível. Em um minuto arrancamos-lhe o casaco e a camisa. Seu busto magríssimo, cor de bronze, apareceu, com as costelas salientes formando grandes sulcos. Batido por aqueles chuviscos que iam caindo sempre com persistência, alvos, miudinhos, dolorosos como pontas de alfinetes, percorriam-no estremecimentos rápidos. Sem querer, eu o comparava ao corpo descarnado de um Jesus sinistro que havia na capela do povoado. Amarramos a cordas aqueles pobres membros entanguidos que não opunham resistência. Choveram então impropérios e insultos.

— Dize que vieste roubar e assassinar, bandido! Confessa, ladrão! Confessa!

E apertávamos mais as cordas.

— Que é de teu dinheiro?

Revistamos os bolsos. Não havia nada.

— Vinhas comprar sem dinheiro, impostor!

O sacristão andava a bradar de um lado para outro:

— Não tens direito de roubar. Estás ouvindo, grandíssimo filho de uma mãe? Não tens direito. Traste, coisa ruim. Vem cá, vou dar-te um cachação.

E atirou-lhe o cachação. O desgraçado soltou um grunhido, vacilou, deu uma cambalhota. Depois foi uma chusma de bofetadas. Seguindo o exemplo do bêbedo, cada um de nós descarregava as mãos sobre aquela cara magra, lívida, com duas grandes covas nas bochechas, denunciando ausência de molares. Pela testa estreita do paciente deslizavam umas gotinhas miúdas que se iam perder na mata das sobrancelhas emaranhadas. Não se sabia se eram suor ou a água da chuva, que continuava a cair. Outras que escorriam pelas faces eram com certeza lágrimas. O vento rugia; os arames do telégrafo gemiam como extraordinários bordões de violão; o rio continuava a soluçar lá embaixo. Os estalos sonoros das bofetadas repercutiam a distância. E o sacristão sempre a gritar:

— Não tens direito! Toma! Toma! Batam de rijo. Toma! Toma!

Com os movimentos que fazíamos com os braços, uma espécie de calor de indignação invadia-nos; ia-se o frio aos poucos dissipando; estávamos um tanto confortados.

— É preciso entregá-lo à polícia — lembrou alguém. Vamos levá-lo à cadeia.

Aplaudimos unanimemente. Num minuto fecharam-se as portas. E, à luz dos brandões e das velas, lá fomos em procissão, fazendo uma algazarra doida. Éramos uns vinte. Marchávamos com precaução, meio cegos pelo clarão das tochas. Estávamos encharcados. De vez em quando uma perna mergulhava no atoleiro de lama nauseabunda, pegajosa, macia como um veludo. Às vezes, encandeados como morcegos, procurávamos evitar o lamaçal saltando para cima de uma coisa branca que, vista a distância, parecia uma pedra, e era uma poça de

água. Um exaltado perdeu a paciência e saiu correndo, a acordar o comissário de polícia e o carcereiro. Nós continuamos a arrastar-nos com lentidão, conduzindo o homem. De quando em quando soavam gritos de alerta:

— Cuidado com ele! Está seguro? Olhem que o canalha não se escape.

Estava seguro. Todas as mãos esforçavam-se por tocar-lhe o corpo. Dir-se-ia que ele nos era muito precioso. Havia naquele nosso exagerado desejo de agarrá-lo qualquer coisa do fervor de beatos querendo a todo o transe pegar o andor em que vai a imagem de um santo. À matinada que fazíamos, ladravam cães, bois despertos mugiam nos estábulos. A povoação continuava negra; muros negros surgiam por vezes junto a nós, como grandes lençóis escuros; e sombras de árvores avultavam aqui e ali, povoando os quintais, negros também.

Estávamos a chegar. Já se divisava uma luzinha a iluminar uma porta aberta. Estugamos o passo. E o homem a tremer entre as nossas garras, a bater os dentes com uma violência que me dava um grande mal-estar. Seus membros úmidos, moles como trapos, causavam repugnância. Parecia que tínhamos entre os dedos um bando de lesmas desmanchando-se. Nossos gritos ferozes casavam-se aos gritos que vinham da cadeia.

— Depressa, malvado, depressa! Estás demorando de propósito para fugir, sem-vergonha!

E já nem sentíamos o sopro gelado que nos açoitava as orelhas e aquela água em pó, fina como vidro frisado, tão excitados estávamos. Chegamos. A barafunda cresceu. Houve uma espécie de interrogatório que ninguém entendeu. Todos nós falávamos a um tempo, como numa feira. O comissário de polícia, arrepiado, puxava as mãos para dentro das mangas do casaco e pedia explicações. Alguns soldados soltavam trajos e passavam as costas das mãos pelos olhos. E o sacristão andava a berrar:

— Canalha ruim! Roubou as fazendas do homem todas!

As perguntas choviam sobre o homem, que, atordoado, nada dizia. Apenas afirmava que era arrieiro do senhor Ladislau e que uns camaradas o tinham encarregado de fazer a compra.

— Estás a mentir, safado! Tu não tinhas no bolso um vintém.

— Eles traziam — balbuciou o desgraçado. Tinham prometido chegar mais tarde. Não sei por que não vieram.

— Mentira! — bradamos nós.

— Está claro! — apoiou o comissário.

— Traziam, sim senhor — gemeu o homem. Eu vim primeiro para adiantar o serviço. Deram-me a nota, sabe? Ora! Veja o senhor! Não trouxe o dinheiro justamente com medo de ser roubado. E acontecer-me uma coisa assim! As estradas estão escuras que fazem medo. É até arriscado a gente andar só.

— Ele mente que faz gosto — disse uma rapariguita franzina que acabara de entrar.

— É claro que mente — exclamou o comissário. Se já ia fugindo! Por que é que você ia fugindo?

O homem embatucou. Naturalmente não pensou em dizer que se havia arreceado de minha atitude e da barra de ferro do negociante.

Reconheceu com certeza que não havia meio de convencer-nos. Continuou calado. Talvez tivesse querido dizer muitas coisas. Mas era uma criatura bisonha, meio selvagem.

— Por que é que você ia correndo? — insistia o comissário. Responda. Por que fugiu? Está bem. Não quer falar. Fica por aqui a descansar alguns dias.

E voltando-se para os polícias:

— Metam-no lá dentro. Deem-lhe uma cama e um lençol, que está fazendo frio.

Saiu, piscando um olho significativamente. O homem deitava-nos uns olhares de imbecil, como se não tivesse consciência daquela aventura em que estava metido. Parecia que aquilo não era com ele. [Desligaram]-se[2] as cordas que o prendiam. E ele a observar assustado a saleta em que estávamos, o teto negro, as tarimbas sujas, as cortinas de teias de aranha que enfeitavam as paredes, as grades de ferro que davam para o cárcere, onde presos se concentravam, resmungando. Se naquela ocasião ele tivesse podido justificar-se, creio que sentiríamos uma grande decepção. A rapariga andava entre nós, lançando-nos com meiguice suas pupilas negras e sorrisos que lhe mostravam os dentes miudinhos, aguçados a lima, todos caninos.

Dois soldados acercaram-se do prisioneiro, agarraram-lhe os pulsos, puxaram os sabres. Ele teve um estremecimento, pareceu despertar, caiu de joelhos, fez um esforço para juntar as mãos. Uma lâmina de aço bateu-lhe no dorso nu.

— Valha-me Nossa Senhora do Amparo! — berrou o pobre-diabo. Pelo amor de Deus! Deixem-me.

Outra lâmina caiu-lhe sobre o peito, numa pancada seca.

— Eu sou portador do senhor Ladislau. Juro por tudo quanto é sagrado. O senhor Ladislau é homem sério. Deixem-me pelo amor de Deus!

— Pelo amor do diabo que te carregue, maroto! — urrou o sacristão.

E as folhas continuavam a silvar no ar, e as pancadas sucediam-se cadenciadas, monótonas, sobre as costas e sobre o peito do homem ajoelhado. Ele tinha todo o busto vermelho como uma brasa. Nos lugares em que o ferro batia ficavam faixas brancas, cinzentas, que se tornavam rubras depois. E ele sempre a pedir misericórdia, a chorar, a urinar abjetamente. Nós estávamos recolhidos num grande silêncio. Parecia que experimentávamos o prazer de uma

vingança. Dir-se-ia que aquele indivíduo nos havia causado um grande mal e que não tínhamos feito outra coisa durante a vida senão acumular ódio contra ele. A rapariga enviava-nos olhares úmidos em que brilhava um júbilo estranho.

Mentalmente, eu contava as pancadas, que iam caindo regulares como os baques de um pêndulo:

— Uma, duas, três, cinco, dez, vinte, trinta e cinco…

— Pronto. Já tens tua conta. Podes ir dormir descansado. Se não estás satisfeito, desculpa — disse um soldado.

O homem ainda ficou de joelhos algum tempo; ergueu-se, tentou dar um passo, vacilou, caiu, tornou a levantar-se muito maltratado.

Abriu-se a porta do cárcere, ele recuou maquinalmente, foi preciso metê-lo dentro à força; a porta tornou a fechar-se.

A vozeria recrudesceu. Todos queríamos ver. Disputavam-se os melhores lugares a socos e a cotoveladas. Os que estavam perto da grade agarravam-se aos varões violentamente e defendiam-se com os pés. Lutávamos. Tínhamos naquela ocasião raiva uns dos outros. Eu me recordava de certa página em que se descrevia o furor de uma chusma de pessoas que, encerradas em uma cela onde não havia ar suficiente para todas, se debatiam desesperadamente para alcançar uma janelita onde um pequeno número se podia salvar. A rapariga magra segurava o ferro com os dedos crispados e cravava-me no pescoço seus dentinhos acerados de rato. O homem, de pé em meio da casa, não se movia, olhando os presos reunidos a um canto, reservados, hostis, grunhindo em voz baixa.

— Boa noite, camarada — gritou um deles. Fala com a gente, deixa de ser soberbo.

— Entra sem cerimônia, meu coração — disse outro. Esta casa é nossa. O artigo primeiro é entregar o chapéu e os duzentos réis do costume. Chega, não te acanhes, passa o chapéu e o níquel.

O recém-chegado entregou apenas o chapéu.

— E o resto? — exclamou o primeiro. Então queres vir para cá sem pagar a entrada? Parece que não conheces os costumes da casa.

— Donde diabo vens tu, criatura? Que espécie de tolices andaste fazendo por aí? Ladroeira, hein? Isso é um crime grave.

— Quem te meteu na cabeça que tinhas jeito para essas coisas? — segredou um negro que se divertia a raspar seus pequeninos pés extremamente móbeis. É muito difícil, menino, e tu tens cara de idiota. É a primeira vez que trabalhas, com certeza, e deixaste que te passassem a mão. Que vergonha! Um rapaz tão bonito!

— Não sejas recruta. Deixa de luxo, meu bem — disse um rapazola. Chega

cá, vou dar-te um pedaço da minha esteira.

O hóspede aproximou-se do grupo dos veteranos, que continuavam agachados. Num instante agarraram-lhe as pernas e afastaram-nas rapidamente uma da outra. O homem ficou um momento de pé, como um acrobata, milagrosamente equilibrado, agitando desordenadamente os braços; depois caiu em cheio, batendo com o peito no chão. Vi um objeto comprido, escuro, fino, semelhando uma cobra, erguer-se-lhe por cima do corpo, silvando, descrever um círculo no ar, enroscar-se-lhe depois em volta dos rins. E ouvi um grito, que se perdeu logo, misturado com a assuada que fazíamos.

— Isso! isso! — gritávamos.

E, insensivelmente, íamos acompanhando o ritmo das vergastadas, batendo com o pé nas lajes. O homem urrava e uivava. Parece que aquilo devia doer muito. Seu busto magríssimo como que agora tinha engrossado, com os músculos intumescidos sulcados de um bando de pequeninas estrias vermelhas.

— Toma! Toma! — bradava o sacristão.

E nós íamos repetindo:

— Toma! Toma! Ladrão, sem-vergonha!

Sentíamos que aquele indivíduo era o maior criminoso do mundo. Se nos dissessem de chofre que havia outros culpados, é possível que nos tivéssemos espantado. Nosso prazer era muito intenso.

E a vergasta sempre a zunir, e nossos gritos sufocando os uivos do homem. Seu busto bronzeado tinha agora uma coloração muito viva, as estrias estendiam-se em todos os sentidos, misturando-se, formando uma bela teia encarnada. As chacotas dos presos sucediam-se. Ouvindo-os, tínhamos a ilusão de que eles [eram][3] umas boas criaturas, uns pobres-diabos ali trancados por acaso. Simpatizávamos com eles. Pudera! Se eles nos proporcionavam uma satisfação forte…

E o homem a rugir, a roncar, sempre de bruços, a rojar-se como um bicho, a arranhar as lajes com os dedos, a boca muito aberta. Súbito apareceu-lhe nas costas uma gotazinha vermelha, que foi crescendo, crescendo, até ficar muito grande e deslizar lentamente entre duas costelas, deixando atrás uma fita estreita e viva.

Outros pingos vermelhos surgiam aqui e ali. Parecia que ele tinha sobre o dorso um bando de rubis que se iam fundindo pouco a pouco. A rapariga deu um grito e empalideceu. O homem tinha perdido os sentidos e estava com os braços abertos, semelhando uma cruz, entre duas poças de sangue que aumentavam. Foi então que o vergalho parou. Saímos todos, com os nervos excitados…

Eu não ia contente. Creio que cheguei a pensar que éramos todos uns infames. E pensava também na recepção feita por aqueles desgraçados a um desgraçado

como eles.[4]

Rio, 27 de julho de 1915[5]

Notas

1. Manuscrito original pertencente à Coleção Graciliano Ramos, do Centro de Estudos Literários e Culturais da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), redigido pelo autor no Rio de Janeiro, em 27 de julho de 1915, no qual consta a assinatura “Ramos de Oliveira”. Uma cópia deste documento pode ser também encontrada na Casa Museu Graciliano Ramos de Palmeira dos Índios. Durante sua primeira permanência na capital carioca, entre 1914 e 1915, além de atuar como revisor e cronista, Graciliano também se dedicou à confecção de contos. Em correspondência enviada à irmã Leonor, em 10 de julho de 1915, o jovem escritor relata que até aquele momento havia composto quatro deles: “Maldição de Jeovah”, “A carta”, “O discurso” e “Um retardatário” (RAMOS, Graciliano. *Cartas*. Rio de Janeiro: Record, 1981, p. 57). Este último teria seguido para publicação na *Revista Americana*, mas, por um imprevisto, teria recebido outro destino editorial: *Concórdia*, veículo pertencente à Sociedade Concórdia de Propaganda Sul-Americana, presidida por Coelho Neto. Na mesma missiva, Graciliano se refere à possibilidade de as “novelas” “A carta” e “O discurso” ainda serem estampadas na dita *Revista Americana*, órgão dirigido por “sujeitos muito graúdos” (eram eles Araújo Jorge e Sylvio Romero Filho). Vasculhando-se os exemplares ainda disponíveis de tais periódicos na Biblioteca Nacional e no Instituto de Estudos Brasileiros, contudo, os textos mencionados não foram encontrados. Diante do fato, pode-se considerar que da produção contística de Graciliano do período em questão teria restado tão somente este “O ladrão”, apesar de ele não ser aludido pelo autor nas missivas da época.

2. Palavra de difícil interpretação, sobrescrita a um termo rasurado.

3. Graciliano havia escrito “eram eles”, mas riscou o verbo de ligação, muito provavelmente porque tinha preferência pela sentença em ordem direta (“eles eram...”). No entanto, depois de suprimir o termo, não o incluiu no lugar pretendido. Daí a inserção deste entre colchetes.

4. No final da década de 1930, Graciliano viria a escrever e nomear um conto com um título muito próximo ao deste “O ladrão”. Trata-se de “Um ladrão”, texto cujo manuscrito data de 17 de outubro de 1938 e que foi publicado nos periódicos *Brasil Novo*, Rio de Janeiro, 1º de junho de 1939; *A Tribuna*, Santos, 10 de março de 1946; e *La défense*, [Paris], s.d., [pp. 260-4], trad. Noel A. François, bem como nos livros *Dois dedos* (Rio de Janeiro: Revista Acadêmica, 1945), *Histórias incompletas* (Porto Alegre: Globo, 1946), *Insônia* (Rio de Janeiro: José Olympio, 1947) e *Histórias agrestes* (São Paulo: Cultrix, 1960). Apesar da semelhança quanto ao nome, os contos apresentam enredos, estruturas, cenários, focalizações e narradores distintos. Neste “O ladrão”, aqui apresentado pela primeira vez ao público, prevalece o narrador-testemunha, que conta, de seu próprio ângulo de visão, em primeira pessoa, a história de um pobre homem, preso e espancado após uma tentativa frustrada de roubo a uma loja de uma cidade interiorana. Na estruturação do texto, mesclam-se cenas e sumários, com preferência para estes últimos. Já em “Um ladrão”, escrito mais de vinte anos depois, tem-se um narrador onisciente, em terceira pessoa, que focaliza a história de um assalto fracassado a uma residência a partir do ponto de vista do bandido desajeitado e inexperiente, capturado após o insucesso de sua empreitada criminosa. Em tal narrativa, situada num centro urbano, observa-se ainda o predomínio praticamente absoluto do sumário, em que o discurso indireto é permeado pelo indireto livre na captação do modo de pensar esquivo do larápio (RAMOS, Graciliano. *Insônia*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1953, pp. 19-34).

5. Hesitação na grafia da data entre 27 de julho de 1914 ou de 1915. Porém, como se trata de um conto escrito no período da primeira permanência de Graciliano no Rio de Janeiro, a única opção razoável seria 1915, uma vez que, em julho de 1914, o escritor ainda se encontrava em Alagoas. Como se sabe, sua estadia na capital carioca prolongou-se de fins de agosto de 1914 a setembro do

ano seguinte, quando se viu obrigado a voltar ao Estado natal, pois três de seus irmãos (Otacília, Leonor e Clodoaldo) e um sobrinho haviam morrido em decorrência de uma epidemia de peste bubônica que assolava Palmeira dos Índios (MORAES, Dênis de. *O Velho Graça*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1992, p. 36).

ANOS 1920

Garranchos [I][1]

Leitor amigo: Bom dia. Bom dia, boa tarde ou boa noite?

Não o posso dizer ao certo, porque não me é dado adivinhar a que horas volverás os olhos para este meu escrito tão cheio de senões como de banalidades... Mas, ao pegares nesta folha, consulta o teu relógio e, de acordo com o seu mostrador, aceita os meus cumprimentos...

Meu bom leitor: abro hoje esta seção fazendo-te um pedido e uma promessa: quando, aos domingos, à hora em que tranquilamente te sentares à tua mesa, onde fumega, saboroso e escuro, o habitual café das "sete", eu te levar, pelo *Índio*, as minhas frases insulsas e tolas, peço-te que volvas a memória para o passado remoto e sigas o edificante exemplo de Jó, o expoente máximo que foi da paciência humana.

Quero com isso dizer-te que deves ser paciente e caridoso comigo e que, por eu ficar impingindo-te todos os domingos uma injeção desta, não me deves ficar querendo mal.

Mas eu lembrei-te Jó. E muitíssimo mais do que isto ele sofreu, sem uma palavra de ironia ou um gesto de vingança. Também eu te prometo que nem mandarei matar os teus filhos nem saquearei os teus haveres... E tudo isto e mais ainda sofreu o pobre homem da Bíblia...

Não ficamos bem assim?

Tu fazendo-me o pedido e eu cumprindo a minha promessa?

De resto, quem sabe se esta seção não te irá fazer algum bem... Sofres de insônia, meu paciente leitor? Então não usarás melhor narcótico! Talvez nem seja preciso ler a garrancheira toda, para o sono chegar-te. Estive no meio de uma gente, que, para dormir, não era preciso mais que a minha presença! Ora, se

a presença de uma criatura é bom narcótico, claro está que o que ela escreve o será ainda melhor. Pois não concordas? Manda a boa lógica que se pense assim. Bem, o teu café já deve estar esfriando, e para não maçar-te mais, faço ponto, antes que de tua boca saia esta expressão tão em moda agora na nossa pacata Palmeira: “Que bucha!”

Nota

1. X [Graciliano Ramos]. “Garranchos [I]”. *O Índio*. Palmeira dos Índios, ano 1, nº 1, 30 de janeiro de 1921, p. 1.

Garranchos [II][1]

Começo hoje a minha crônica com esta frase chocarreira e tola dos namorados pataus: “gostaste de mim”, leitor?

Porque se gostaste, com efeito, dou por pago o meu sacrifício de passar estes longos minutos estragando a vista à luz de uma escassa lâmpada Garcia, que mal ilumina a mesa em que escrevo, sentado nesta velha e dura cadeira coberta de sola...

E, para outra coisa não é que a isto me exponho, senão para agradar-te.

Mas, se te não serviu a xaropada que te meti portas adentro no domingo, sê franco e dize-me a verdade.

Então o maior malho que houver na minha terra servirá para rebentar esta pena e, para destruir os meus “Garranchos”, eu mandarei fazer uma fogueira como não haverá notícia de outra igual. Serviu-te bem o narcótico?

Então não era mais que o teu dever que eu recebesse hoje de tuas mãos coisas com que pudesse render o meu culto a Momo, nestes dias que lhe são consagrados... E como perfumarei a minha Colombina, se a Vlan[2] chegou tão aristocrática para os meus bolsos humildes! Então cinco dezenas dos meus “Garranchos” não valem uma de “lança”?

Diabo! Estou vendendo muito barato o meu artigo!

Enquanto vais tagarelar com Pierrot, fecho esta crônica com a velha chave dos discursos, enferrujada como uma de que me sirvo todos os dias e igualmente velha: “tenho dito”...

Notas

1. X [Graciliano Ramos]. “Garranchos [II]”. *O Índio*. Palmeira dos Índios, ano 1, nº 2, 6 de fevereiro de 1921, p. 1.
2. Marca de um dos primeiros lança-perfumes comercializados no país (NAVA, Pedro. *Baú de ossos*. Cotia: Ateliê; São Paulo: Giordano, 2005, p. 249).

Garranchos [III][1]

Era de doidos a festa, amigo? Era de bêbedos? Fizeste muito bem em enlouquecer e embebedar-te também. Ficaste otimamente pondo a máscara de papel pintado sobre a máscara moral com que cobres eternamente o rosto, meu pérfido! Ser bobo é *chic*, está na moda!

E, como gostas dela, foste bobo também! Que pândego que te achei, envolvido em panos encarnados, arrotando vinho! Que bem que fizeste abandonando a gravidade da vida! Quem é que quer ser sério no Carnaval? Há lá seriedade nisso! E ainda que quisesses exibir alguma, pensas que Baco consentiria? Passarias por idiota se procedesses assim...

Bateu-te à porta a orgia e, com a sedução das bacantes, caíste-lhes bêbedo aos braços, tratante! Melhor não poderias ter feito. Se o vinho é deus, se o vinho impera, era mister que te entregasses de corpo e alma ao seu domínio! Beber! Transportar-se de um trago às paragens encantadas do prazer... Que delícia!

E, depois de todas essas loucuras, depois de tantas noites a braços com o vício, ir, genuflexo e piedoso, receber na testa a cruz de cinza!

Que contraste! E que é a vida, afinal, senão uma intérmina sucessão de contrastes?

Nota

1. X [Graciliano Ramos]. “Garranchos [III]”. *O Índio*. Palmeira dos Índios, ano 1, nº 3, 13 de fevereiro de 1921, p. 1.

Garranchos [IV][1]

Talvez o leitor se admire hoje deste artigo. Esta seção ainda não trouxe a seus olhos senão futilidades e coisas inúteis. Muda hoje um pouco na forma e na essência. Vai tratar de um assunto imperioso e grave; vai unir a debilidade de sua voz ao eco desta folha em prol da instrução.[2] Talvez fique por aqui, talvez continue. Se este artigo for bem recebido por aqueles aos quais se dirige, munirei o braço de forças e continuarei. Vai como uma súplica endereçar-se ao governo; partiu pela minha pena desses infelizes pais de família que veem, dia a dia, a miséria invadir-lhes o lar, onde não penetrou ainda, balsâmica e divina, a fonte do bem humano: o livro!

Criam-se aqui todos os dias, quase, centros de diversões, e no entanto uma escola não se abre!

É simplesmente horroroso que numa cidade como a nossa (já não digo o município, contento-me com a sua capital) não tenhamos quem nos ensine a ler, arrancando-nos a cegueira da alma. Bem longe ainda vai de nós o progresso... O governo, descurando a maior necessidade do povo, entrega a sua instrução a criaturas tão ineptas que mal poderiam frequentar o primeiro ano de um estabelecimento de ensino! Que podem elas ensinar, santo Deus, se nada sabem? Só por milagre. Milagres? Ah! Mas a poeira dos séculos apagou-lhes o vestígio! E a ignorância aumenta, e os crimes multiplicam-se! Temos (miséria!) escolas de vício, aprendizagem de crime, escadas para a prostituição. É a casa de jogo, é o álcool, é a aluvião de mendigas, crianças à puberdade, que infestam a cidade, oferecendo-se quase.

E não falarão essas misérias todas bastante alto para penetrar os ouvidos do governo? Não estarão ainda bem expostas à luz as pústulas que maculam a alma das multidões sertanejas?

Abri escolas, senhores do governo, esses “viveiros de esperança”, como lhes

chamou Rosendo Muniz, e tereis prestado um grande bem à nossa pátria.[3]

Notas

1. X [Graciliano Ramos]. “Garranchos [IV]”. *O Índio*. Palmeira dos Índios, ano 1, nº 4, 20 de fevereiro de 1921, p. 2.

2. Na primeira página do segundo número do jornal *O Índio*, avultava o texto “Liberdade e instrução”: “Pode-se conceber liberdade sem instrução? Pode existir democracia, que é o governo do povo pelo povo; uma vez que ele, despojado dos conhecimentos necessários, das luzes precisas, não está cônscio dos seus deveres e direitos? (...) Como a terra, que sem amanho e cultivo não pode dar bons frutos, um povo entregue à inércia e ao abandono não pode jamais contribuir com auxílios mútuos para o seu engrandecimento político, moral e social” (DUARTE, O. “Liberdade e instrução”. *O Índio*. Palmeira dos Índios, ano 1, nº 2, 6 de fevereiro de 1921, p. 1).

3. Rosendo Muniz Barreto (1845-97): poeta, autor de *O combate de Riachuelo* (1865), *Cantos da aurora* (1868) e *Voos de Ícaro* (1873), bem como do romance *Favos e travos* (1872) (COUTINHO, Afrânio e SOUSA, J. Galante de [dir.]. *Enciclopédia de literatura brasileira*. 2 vols. São Paulo: Global; Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional/DNL, Academia Brasileira de Letras, 2001, vol. 1, p. 326). Professor de filosofia do Colégio Pedro II, era considerado um espírito *démodé* por Raul Pompeia (PONTES, Eloy. *A vida inquieta de Raul Pompeia*. Rio de Janeiro: Livraria Editora José Olympio, 1935, p. 53).

Garranchos [V][1]

Andamos, positivamente, a passos de tartaruga em questões de letras. Toda a gente, quase, aqui assina jornais, e quase ninguém aqui lê os jornais que assina. Se lê, não compreende. E, por não saberem ler e pela vaidade que têm os ignorantes de entenderem de tudo, indivíduos há que têm uma maneira muito original de julgar a obra pelo título e pelo nome que a subscreve, sem a ler entretanto.

Por isso, certo cidadão da *roda*, que tem título de eleitor, que usa gravata e meias, que discute literatura, pegando certa vez um número d'*O Índio*, em que vinha publicado um artigo um pouco extenso, jogou-o para um canto, exclamando espumante de raiva, como se ele lhe tivesse ferido a sensibilidade:

— Isto é jornal! Eu bem disse logo que aqui não há assunto para fazer-se um jornal! Um artigo deste tamanho, misericórdia! Está-se vendo logo que é falta de assunto. Pode-se lá ler uma porcaria destas?!

E, no fundo, assistia muita razão ao pobre homem: habituado a ler na carta de ABC (único livro que mal conhece) que "Paulina mastigou pimenta"[2] e que "Delfina comprará araçás", não podia passear os olhos sobre um artigo de quatro colunas, fosse bom ou mau o assunto, e ter um gesto diferente daquele!

E, acima de todos os defeitos d'*O Índio*, colocou o que achou mais grave:

— Uns anúncios insignificantes, que a gente nem pode ler, tão pequenos são! Isto é jornal! Leio lá esta porcaria!

Que imbecil! Julga que o valor disto está no tamanho dos artigos e formato dos anúncios!...

Notas

1. X [Graciliano Ramos]. “Garranchos [V]”. *O Índio*. Palmeira dos Índios, ano 1, nº 5, 27 de fevereiro de 1921, p. 1.

2. Tal frase, retirada de uma antiga cartilha, tornaria a ser utilizada mais de 15 anos depois na crônica “Um novo ABC”: “Nessa medonha carta, que rasgávamos com prazer, salvavam-se algumas linhas. ‘Paulina mastigou pimenta’. Bem. Conhecíamos pimenta e achávamos natural que a língua de Paulina estivesse ardendo. Mas que teria acontecido depois? Esta história contada em três palavras não nos satisfazia, precisávamos saber mais alguma coisa da aventura de Paulina” (RAMOS, Graciliano. *Vamos Ler!*, Rio de Janeiro, 21 de abril de 1938; *Linhas tortas*. Rio de Janeiro: Record, 2005, p. 249). Se reclama da brevidade lacunosa da história de Paulina, protesta com mais veemência contra os “conceitos idiotas” contidos nas velhas cartas de ABC, tais como “fala pouco e bem: ter-te-ão por alguém” e “a preguiça é a chave da pobreza”. Em *Infância* (1945), tais críticas ganharão um tratamento mais pessoal e específico.

Garranchos [VI][1]

Voltamos a encarar de novo o grave mal que ameaça derruir a moral do povo: o analfabetismo. A ignorância arrasta, a passos gigantescos, a multidão sertaneja ao abismo tenebroso do crime!

Tinge ainda a terra do Candará o sangue da criança inocente que tombou aos golpes fatais de enxada que seu tio e companheiro de travessuras infantis, com idade de pouco mais de dois lustros, lhe projeta no crânio.[2]

Enchem ainda o coração do povo de Vitória os gritos lancinantes do rapazelho que expira com a garganta entre as garras ferozes de um soldado de polícia na praça pública, à luz meridiana.[3]

Não se apagou ainda da retina dos habitantes do sítio Lagoa Mourão a visão trágica e canibalesca de uma cena em que três indivíduos apunhalam um homem, por motivos fúteis, por cachaçadas talvez!...[4]

São desta natureza os dramas terríveis que nos oferece a selvageria do meio em que vivemos. E tudo por quê? Porque, em vez de uma carta de ABC, se dá ao povo a carta de baralho; porque, em vez de um ensinamento são, que lhe ilumine o cérebro, se lhe deita na boca o copo de aguardente que lhe devasta o organismo e relaxa o caráter!

Urge, pois, que se ponha termo a tamanhas misérias.

Como fazê-lo?

Projetando na treva que há na alma do analfabeto o clarão radioso que vem do livro! Não serão acaso tantos crimes o resultado da ignorância que caracteriza o povo? Precisamos abrir escolas. E é na palavra autorizada de Guerra Junqueiro que vamos achar este conceito de suprema verdade: “Alongar a escola é diminuir o cárcere.”[5]

Notas

1. X [Graciliano Ramos]. “Garranchos [VI]”. *O Índio*. Palmeira dos Índios, ano 1, nº 6, 6 de março de 1921, p. 2.

2. Retoma a nota “Um assassino precoce”, publicada no mesmo *O Índio*, em 20 de fevereiro de 1921, p. 3, que tratava da morte de um menino de 13 anos, vítima de enxadadas desferidas por outro garoto, de 11 anos.

3. Remissão à nota “Crime hediondo — um soldado estrangula uma criança”, também estampada em *O Índio*, em 20 de fevereiro de 1921, p. 3.

4. Alude à nota “Tiros e ferimentos”, que dava conta das violências sofridas por um cidadão de nome Manoel Euphrásio, saída em *O Índio* em 27 de fevereiro de 1921, p. 3.

5. Abílio Manuel Guerra Junqueiro (1850-1923): célebre poeta português integrante da chamada Geração de 70, da qual também fizeram parte Antero de Quental e Eça de Queirós. (MACHADO, Álvaro Manuel [org.]. *Dicionário de literatura portuguesa*. Lisboa: Editorial Presença, 1996, p. 253). Panfletário, anticlerical, antimonárquico e influenciado pela cultura francesa, ressaltava o caráter luminar da escola, fator de progresso que poderia retirar Portugal do atraso no qual o país se encontrava diante das demais nações europeias. Nesse sentido, posiciona-se como crítico ferrenho do arcaico sistema educacional português, tal como se percebe no poema-manifesto “A escola portuguesa”, publicado no livro *A musa em férias* (1879). Conforme destaca nota publicada na *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, em referência ao pensamento cientificista da segunda metade do século XIX brasileiro, era “usual, então, repetir-se, com Guerra Junqueiro, que ‘abrir escolas era fechar uma prisão’” (LIVROS. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Rio de Janeiro, vol. 36, nº 83, julho-setembro de 1961, p. 262). Esta frase, contudo, é comumente atribuída a uma das grandes referências de Guerra Junqueiro, o escritor francês Victor Hugo (SCIENCIA e educação. *A águia*, Porto, vol. XI, 2ª série, janeiro-junho de 1917, p. 79).

Garranchos [VII][1]

Eu tinha deixado a cidade na agonia da luz elétrica e noctivagava estrada em fora. Passei as águas verdes e podres do velho açude, passei a padaria Mog e caminhei ainda.

Mas ao enfrentar a casa dos mortos, branca na treva, tolheu-me os passos uma visão: era uma procissão de almas que se iam, enchendo o caminho de espanto e de medo! Fiquei branco com elas; as pernas tremiam-me como tenros galhos que o vento açoitasse; os cabelos encrisparam-se-me. Estive quase a pedir socorro! Mas ninguém me valeria, porque só almas me rodeavam...

Depois uma que me ficara perto falou:

— O senhor vota no governo, pois não vota? Então vai fazer-me um grande favor. Fui eleitor também. Votava na chapa oficial. Ora o senhor me vai levar um recado lá para a rua. Está vendo? Depois que o portão caiu, os companheiros deixaram-me só! Vão-se sem mais aquelas, sem licença de ninguém. De tantos habitantes desta casa imensa, já poucos restam. Eu gosto de cumprir ordens. Fui militar. Um dia, por uma simples infração, mandaram-me ao xadrez, quinze dias, a pão e água! Depois deste castigo, nunca mais desobedeci. Ninguém nos disse ainda que nós podíamos ir; por isso continuo no meu posto. É certo que arrancaram o portão, mas nada nos disseram... Vê o senhor? Aquilo ali faz dó! Os cães invadem-nos os leitos, os porcos chafurdam tudo, as galinhas nos martirizam remexendo a terra que nos cobre, à cata de alimentos. É uma invasão danada! A vida aqui vai se tornando insuportável! Os outros fogem apavorados! Parece até que me julgam alguma autoridade aqui, porque saem às escondidas. Mas eu fico, todo cheio de aflições. O senhor parece ter bom coração, porque está com os olhos cheios d’água. Quando chegar à rua, vá ao palacete da águia[2] e faça-me o favor de dizer tudo isto ao governo e pedir-lhe que mande um portão para cá. Do contrário isto ficará às moscas.

É certo que não fui pessoalmente à intendência; mas creio que reproduzindo aqui, textualmente, as palavras que ouvi à alma, satisfaço-lhe o pedido.

Notas

1. X [Graciliano Ramos]. “Garranchos [VII]”. *O Índio*. Palmeira dos Índios, ano 1, nº 7, 13 de março de 1921, p. 1.

2. A antiga Intendência Municipal de Maceió era cognominada de “Palácio das Águias” (Palácio Floriano Peixoto < http://www.gabinetecivil.al.gov.br/alagoas>. Acesso em 7 de agosto de 2011).

Garranchos [VIII][1]

Era uma vez uma cidade do interior de um Estado, que tinha a sua iluminação confiada aos cuidados de um certo Manoel Xororó... À luz tênue dos lampiões, fabricados com engenho por um cidadão que tinha o nome pouco comum de José Urubu, os habitantes daquela pitoresca terra podiam, à noite, sem se arriscarem ao perigo de quebrar as pernas, passear tranquilos nas ruas esburacadas...

Veio um dia a doença, Xororó foi à cama, agonizou e morreu. Nomeou-se um substituto, que não limpava os vidros dos candeeiros, nem deitava para a combustão o líquido necessário. E a luz enfraqueceu... Então o povo dali aborreceu-se do clarão que vinha dos pavios embebidos em querosene e pediu luz elétrica. Vai o intendente e, acedendo ao pedido dos munícipes, tratou do caso. Apareceu um cidadão jeitoso e amável, arrancou privilégio de vinte anos e firmou um contrato com a municipalidade...

O povo, como era natural, bateu palmas. Meses depois o homem enterrou postes e enrolou a cidade (salvo seja) em fios amarelos... Os proprietários queriam fazer instalações em suas casas, mas receavam o preço. O empresário dizia que aquilo era muito barato. E os prédios encheram-se de fios.

Chegaram por fim os aparelhos, e a primeira experiência foi anunciada. Gente curiosa encheu as imediações da empresa. O dínamo enrascou-se, as crianças gargalhavam e os garotos riscavam fósforos, para iluminar a luz elétrica... No dia seguinte, depois de um labor insano, a luz se fez! Houve risos, felicitações, e as janelas se encheram de rostinhos curiosos.

Dias após ao arrasta-pé de valsas e ao tilintar de copos transbordando espumas, inaugurou-se a iluminação pública. E a cidade se vestiu de júbilo... Música, discursos, o diabo! Tudo muito bem. As ruas ficaram claras. O povo, satisfeito, abriu os bolsos, cruzou os braços e mandou o proprietário da empresa

servir-se à vontade.

Este, não contente com o lucro, dobrou o número de instalações, e a luz esmoreceu. Achou pouco ainda; triplicou... e a luz ficou agonizante. Houve reclamações. O homem mandou cartas para a América e marcou prazo para a chegada de aparelhos, que não foram pedidos...

E hoje a gente da cidade, obrigada a andar às apalpadelas pelas ruas, arrisca-se a quebrar as pernas nos buracos, manda aos diabos as transparentes lâmpadas de Edison e fala com saudades dos bons tempos em que a iluminação da terra era confiada aos cuidados do finado Manoel Xororó, de saudosa memória!

Nota

1. X [Graciliano Ramos]. “Garranchos [VIII]”. *O Índio*. Palmeira dos Índios, ano 1, nº 8, 20 de março de 1921, p. 1.

Garranchos [IX][1]

Com as suas vias-sacras e os seus crepes, as suas matracas e os seus jejuns, a Semana Santa passou... Passou com a serenidade das coisas sagradas. Igrejas e mesas encheram-se, estas de gostosas iguarias, aquelas de crentes que rezavam e de indiferentes que nada faziam. E já que o tempo é de jejum, falemos um pouco sobre ele. Todos jejuam, uns por penitência, outros por gula. E, como para isso, precisam sair das comidas vulgares, correm às feiras, batem os mercados, andam de mercearia para mercearia, a comprar bonitos peixes, bons acepipes, ótimos doces e escolhidos temperos. O povo jejua. Não em português, que diz que “jejuar é abster-se de alimentos”, mas comendo bem e muito. Aqui se ensina que jejuar é passar à farta. Com efeito, tomar-se café pela manhã, almoçar-se às onze, como se não tivesse de jantar, não comer nada no intervalo das refeições e jantar-se às seis, tanto como se não tivesse de comer jamais, é um grande sacrifício e, consequentemente, uma grande penitência. Andar o povo empanturrado, desmanchando-se em suor, asfixiado, caindo ao peso do estômago, abrindo-se em bocejos, arrotando, enchendo o ambiente de gases malcheirosos, não é estúpido? Aí está o jejum...

Nota

1. X [Graciliano Ramos]. “Garranchos [IX]”. *O Índio*. Palmeira dos Índios, ano 1, nº 9, 27 de março de 1921, p. 2.

Garranchos [X][1]

Vem de novo à baila a velha questão do abastecimento d'água à cidade. O povo já discute as cláusulas de que se comporá o contrato e, com a febre que sói acompanhar o assunto, já meia dúzia de homens andou fazendo sondagens, "Cafurna"[2] em fora, escalando acidentados terrenos, até às águas serenas que fertilizam a terra serrana do "Amaro".[3]

Tu, leitor, com certeza estás contentíssimo com o veres em foco uma questão que de perto te interessa.

Entretanto, eu, em vez de ficar alegre como tu, entristeço sempre que se me fala em tal assunto... Nem imaginas o mal que nos vem trazer esse melhoramento que se discute com tanto calor, apesar de ser uma coisa tão fria o que ele nos traz.

Pensas então, leitor amigo, que beberemos da água e nos banharemos nela, andando de bolsos escassos como andamos?

Qual nada! Aquilo é coisa que só virá servir aos ricos. Bem entendido, no caso imaginário de vir, o que é tão fácil como transportar-se para o lado oposto aquela serra ali defronte, embora o mestre Jovino me dissesse que, no tempo em que estudava certa ciência, era capaz de fazê-lo, com a fé que lhe povoava a cabeça, que anda cheia hoje em dia de notas de música e de águas sulfurosas...

Ora, se o líquido em questão, transportado em velhas e ferrugentas latas, nas costas de bons animais, lentos e orelhudos, que andam a trote as estradas, ruminando a sua filosofia, já ninguém o bebe, tão alto é o preço, imagine-se o que será quando vier entre as paredes redondas de canos americanamente caros! Aí sim! Teremos de comprar água de acordo com o câmbio...

E sendo propriedade de empresa... Empresa! Só por si esta palavra apavora! E cá sabemos por que... Por isso vamos fazer promessas para que se deixem as fontes em paz, se é que não queremos morrer de sede...

Notas

1. X [Graciliano Ramos]. “Garranchos [X]”. *O Índio*. Palmeira dos Índios, ano 1, nº 10, 3 de abril de 1921, p.1.

2. Referência à Mata da Cafurna, espaço que se localiza fora da cidade, distante uns oito quilômetros do centro de Palmeira dos Índios, onde se encontra uma comunidade indígena Xucuru-Kariri.

3. Referência ao povoado Amaro, situado na região serrana de Palmeira dos Índios.

Garranchos [XI][1]

Palmeira não tem árvores. Já repararam na tristeza que há nas cidades desarborizadas? Por isso Palmeira é triste... As ruas têm o ar pesado dos rostos que não riem. Como o riso é a beleza do rosto, a árvore é o riso da rua... É preciso, pois, que a nossa cidade ria. Arborizemo-la o quanto antes. O atual intendente cogita agora do assunto, mas de uma maneira assaz demorada e que talvez não dê resultado satisfatório. As mudas pedidas para o Rio poderão com a viagem chegar imprestáveis ou depois do inverno, obrigando assim o adiamento da questão. Mas, para que irmos tão longe, quando temos às portas variados espécimes de fruteiras que tão bem serviam para o caso? Plantemos mangueiras, laranjeiras, outras árvores, tão belas, que as há em nossos sítios.

Florença é povoada de laranjeiras, o seu ambiente é perfumado, tem o cheiro especial dessa árvore.

As grandes ruas de Belém são cheias de mangueiras. E é de ver a beleza do aspecto, às tardes e às manhãs, quando morre o sol ou raia a aurora. Em roda tudo é festa; são os homens que se acolhem à sua sombra, ouvindo-lhes nos galhos os pássaros a cantar, os garotos que esperam a queda do fruto desejado.

A arborização é necessária ao embelezamento de uma cidade.

O inverno chega. Não devemos perder a ocasião. Façamos a nossa Palmeira alegre. Vistamo-la de festa, plantemos árvores.

Além da arborização precisamos também de jardins.

Palmeira em breve receberá de Paris, como oferta de um digno filho seu, o major de engenheiros Manoel Cavalcanti,[2] o busto do velho político e grande palmeirense padre Maia.[3] Foi desejo do ofertante que se erigisse o busto à praça da Matriz, o que será observado. Ora, em face disto, seria de bom alvitre que se cuidasse logo de preparar a praça para tal fim.

Notas

1. X [Graciliano Ramos]. "Garranchos [XI]". *O Índio*. Palmeira dos Índios, ano 1, nº 11, 10 de abril de 1921, p. 3.

2. Major Manoel de Almeida Cavalcanti (1865-1920): autor de *Essai d'un cours philosophique de calcul arithmétique d'après Auguste Comte* (Paris: Librairie Scientifique Emile Blanchard, 1916), *Elementos de Álgebra Elementar* (Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1930), entre outros (BARROS, Francisco Reinaldo Amorim de. *ABC das Alagoas* — dicionário biobibliográfico, histórico e geográfico das Alagoas. 2 vols. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2005, vol. 1, pp. 242-3).

3. Referência a José da Maia Melo, padre que esteve à frente da paróquia de Palmeira na segunda metade do século XIX. Além disso, elegeu-se deputado provincial nas legislaturas 1862-3, 1870-1, 1876-7 e 1878-9 (BARROS, Francisco Reinaldo Amorim de, *op. cit.*, vol. 2, p. 253).

Garranchos [XII][1]

"Cinema é hoje! É hoje, é hoje! Grita, rapaziada da canela suja!"

E a molecoreba, com o cartaz às costas, berra, e os ganzás reco-requeiam...

É assim que se anuncia o cinema de Palmeira! É simplesmente espantoso que, a trinta quilômetros da via férrea, uma cidade com um relativo progresso, em cujas ruas, cortadas de fios elétricos, transitam carros Ford e sapatos à Luiz XV, que usa perfumes de Caron e figurinos de Paris, que dança *one-step*, que toca piano e faz jornais, esteja a usar as velhas coisas de seu Procópio do circo!

É maluco isto!

Um cinema instalado à eletricidade, que exibe Edie Polo2 e Francisco Ford,[3] Prescilla Dean4 e Lida Boreli,[5] usando um anúncio tão reles e canalha que o próprio Cardoso, o Cardoso reumático, desprezava!

É provocante! Irrita o sistema nervoso do mais pacífico habitante deste mundo!

Ora, senhor empresário, sejamos coerentes. A César o que é de César. Deixemos aquele reclamo para o "Pastoril", do Alfredo, ou para coisa pior! Bem vedes, é pouco o que desejamos. Já vos não pedimos que corrijais a vossa desgraçada projeção, que nos vai aos poucos desgraçando os órgãos visuais; não exigimos também que endireiteis os vossos escangalhados bancos, que se rebentam sob as nossas infelizes pernas. Não queremos sacrifícios![6]

Mas ao menos poupe-nos a vergonha de ver as ruas cheias de esfarrapados garotos a gritar o cinema!

Não notastes ainda como o povo daqui tem boa vontade para convosco? Exibis os filmes de trás para adiante, pelo avesso, de cabeça para baixo; para o vosso motor por falta de combustível e de cuidado — e ele, o povo, a esperar paciente, quieto, calmamente, a cochilar sobre a dura madeira dos vossos

móveis, sem reclamar, sem ao menos atirar-vos às costas uma chuva de pedras como protesto!

Tendes razão.

— O povo é assim? Pois que espere!

Pois bem. Fazei tudo, mas não nos martirizeis mais com a vergonha que aquilo faz!

Deixai em paz os cartazes, amarrados aos postes da luz elétrica, já que não tendes outro meio de os exibir aos olhos da cidade.

Fazei-nos um favor, senhor empresário, um favor que nada vos custa: não nos mandeis mais os vossos garotos gritando que há cinema hoje...[7]

Notas

1. X [Graciliano Ramos]. “Garranchos [XII]”. *O Índio*. Palmeira dos Índios, ano 1, nº 12, 17 de abril de 1921, p. 1.

2. Eddie Polo: um dos atores mais famosos do estúdio Universal durante o período do cinema silencioso. Ex-acrobata de circo, era conhecido como o Hércules das telas. Estrelou o filme em série *Lure of the circus* (1918) (KATZ, Ephraim. *The film encyclopedia*. Nova York: Harper Collins Publishers, 1979, p. 921).

3. Francis Ford: irmão mais velho de John Ford, era ator e diretor de cinema (LAHUE, Kalton C. *Bound and gagged*: *the story of the silent serials*. South Brunswick [N.J.]: A. S. Barnes, 1968, p. 222). Nota da seção “Crônica Social”, do jornal *O Índio*, de 17 de abril de 1921, indicava que “o grandioso filme em 9 séries *O mistério dos treze* (*The mistery of 13*)”, dirigido por ele, havia dias estava em cartaz no cinema local e vinha “atraindo a atenção dos frequentadores daquela casa” (CRÔNICA SOCIAL. *O Índio*, Palmeira dos Índios, ano 1, nº 12, 17 de abril de 1921).

4. Priscilla Dean: atriz norte-americana, considerada uma das grandes estrelas de cinema entre o final da década de 1910 e início dos anos 1920, protagonizou, entre outros, o filme *The Virgin of Stamboul* (1920), dirigido por Tod Browning (MACCAFFREY, Donal W. et JACOBS, Christopher P. *Guide to the silent years of American cinema*. Westport, Connecticut; Londres: Greenwood Press, 1999, pp. 105-6).

5. Lyda Borelli: atriz italiana de grande sucesso na década de 1910, que estrelou *Rapsodia satanica* (1917), *Una notte a Calcuta* (1918), entre outros (VACCHE, Angela Della. *Diva: defiance and passion in early Italian cinema*. Austin: University of Texas Press, 2008).

6. No mesmo *O Índio*, em 20 de fevereiro de 1921, no texto sem assinatura, mas provavelmente de autoria de Graciliano, “Ao correr da fita”, avultam críticas à casa de exibição local: “O cinema de Palmeira tem a extravagante particularidade de fazer de um filme em oito atos uma estopada em oitenta ditos. Quer isto dizer que em cada ato a projeção se interrompe pelo menos dez vezes. A gente paga para assistir a uma sessão de uma hora e acaba passando três horas a ver aquele jogo interessante de apagar e acender. Custando uma hora de projeção seiscentos réis, o espectador passa um formidável calote no proprietário do cinema se o triplo do tempo custa igualmente seis tostões. É claro! De resto é uma coisa extremamente agradável estar-se ali. (...) Dá até vontade de dormir naqueles bancos cômodos, a que por comodidade vão tirando os encostos. Infinitamente agradável. Quando está claro, é aquela beleza de meu Deus. Aqui e ali senhoras de palito na boca... É delicioso ver uma senhora em um teatro, de queixo caído, a remexer um dente cariado. De vez em quando — craque! — rebenta um banco. Não é nada extraordinário, nestes tempos de câmbio baixo, quando até bancos de outra natureza quebram a valer. É magnífico! Só temos a louvar o esforço que o proprietário do cinema tem empregado para dar a um filme em seis atos elasticidade suficiente para levá-lo em três horas... (Ao correr da fita, *O Índio*, ano 1, nº 4, 20 de fevereiro de 1921, p. 1).

7. Para mais informações sobre o tratamento conferido pelo autor de *Vidas secas* à arte cinematográfica, ver SALLA, Thiago Mio. “O cinema em quatro momentos da produção cronística de Graciliano Ramos”. *Rumores*, São Paulo, ano 5, 9ª ed., nº 1, janeiro-junho de 2011.

Garranchos [XIII][1]

Nada mais encerram hoje os desenxabidos “Garranchos” do que esta humilde e ingênua e inofensiva pergunta:

Por que será que todos os sábados, mais ainda do que nos outros dias da semana, a luz elétrica se encrenca?

Já daqui vejo as pregas que o senhor empresário fará na testa, e os meus ouvidos já se enchem com as palavras de enjoo com que ele responderá à modéstia desta arguição...

Dirá talvez que nada tem com o fato e que por isso é intruso com a pergunta este seu criado, tronco donde brotam parca e descoloridamente estes desnudados garranchos. Mas, se esta criatura, que do canto desta coluna ousa dirigir-lhe a palavra lhe disser que, para custear a despesa da luz que vem de sua empresa, paga todos os meses duzentos réis por vela de luz que recebe, que lhe responderá S.S.?

Responderá por certo que, uma vez que o governo do município nada lhe reclamar, é porque está satisfeito...

O seu fiscal com certeza boa vista não tem e por isso não vê os desleixos da iluminação!

Por que, novo Diógenes[2], não se mune ele da luz de um feixe,[3] não para procurar homens de bem, mas para ver se consegue descobrir os defeitos da empresa de luz elétrica, invisíveis a seus olhos?[4]

Notas

1. X [Graciliano Ramos]. “Garranchos [XIII]”. *O Índio*. Palmeira dos Índios, ano 1, nº 13, 24 de abril de 1921, p. 2.

2. Referência a Diógenes, o Cínico (também conhecido como Diógenes de Sínope). Trata-se de um filósofo grego, discípulo de Antístenes, sobre o qual se construiu vasto anedotário. Vivia como uma espécie de mendigo, fazendo da pobreza extrema uma virtude. Conta-se que, “segurando uma lanterna acesa em plena luz do dia, andava pelas ruas de Atenas à procura de um homem ‘verdadeiramente justo’” (CHAUÍ, Marilena. *Introdução à história da filosofia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, vol. 1, p. 324).

3. No original, está grafado “faixe”.

4. As críticas à empresa que fornecia energia elétrica à cidade reaparecerão publicamente no momento em que Graciliano, eleito prefeito de Palmeira dos Índios, se põe a prestar contas ao então governador do Estado, Álvaro Paes. No Relatório de 1929: “A iluminação da cidade custou 8:921$800. Se é muito, a culpa não é minha: é de quem fez o contrato com a empresa fornecedora de luz” (RAMOS, Graciliano. *Viventes das Alagoas*. Rio de Janeiro: Record, 2007, p. 195). No documento do ano seguinte: “A Prefeitura foi intrujada quando, em 1920, aqui se firmou um contrato para o fornecimento de luz. Apesar de ser o negócio referente à claridade, julgo que assinaram aquilo às escuras. É um *bluff*. Pagamos até a luz que a lua nos dá” (*idem*, p. 213).

Garranchos [XIV][1]

O senhor empresário da luz elétrica melindrou-se com o meu artigo de domingo, em que apenas lhe fiz uma simples pergunta a respeito de um dos defeitos de sua empresa.

Por que se zangou? Fiz-lhe eu, acaso, alguma acusação injusta? Menti, porventura, em dizer que “todos os sábados, mais ainda do que nos outros dias,” a sua luz nos chega péssima, depois de longo atraso no horário?

Não admite ele que se chame ao cumprimento do dever a sua empresa... Que intransigência!...

Que é do compromisso assumido para com a municipalidade e, consequentemente, para com o povo, de que sou ínfima partícula? Onde o respeito à terceira cláusula do contrato firmado com o município, no qual o empresário se obriga a “fornecer a luz pública das 18 às 24 horas, durante o período do verão” e meia hora antes no inverno?

Tem feito ele isto?

Aí está toda a gente para dizer que não! Em dia nenhum a luz pública foi feita sem um atraso pelo menos de trinta minutos da hora estabelecida naquela obrigação contraída com o povo.

E daqui se conclui que nenhuma razão teve o senhor empresário em zangar-se com a queixa contida nesta seção no número de domingo.

Ele bem sabe que, além dos defeitos citados, há ainda muitos em sua empresa, que me eximo de mostrar por serem muito conhecidos do público.

E, como ele demonstrou desejar conhecer o reclamante, aqui lhe declaro que encontrará todas as noites, das 8 às 10 horas, na redação d’*O Índio*, o autor dos “Garranchos”, pronto a atendê-lo.[2]

Nota

Sr. Crisanto,[3] pelo amor de Deus, acabe com aquele anúncio! Puxa! O Sr. tem a cabeça dura!

Notas

1. X [Graciliano Ramos]. “Garranchos [XIV]”. *O Índio*. Palmeira dos Índios, ano 1, nº 14, 1º de maio de 1921, p. 1.
2. Abaixo da assinatura do pseudônimo “X”, está grafado, entre parêntesis, o nome “João Moraes”.
3. Crisanto Soares: dono do Cine-Helvética, casa de exibição de Palmeira dos Índios, que fora alvo das críticas do cronista X na mesma seção “Garranchos” duas semanas antes. (Ver neste mesmo volume “Garranchos [XII]”. *O Índio*. Palmeira dos Índios, ano 1, nº 12, 17 de abril de 1921, p. 1.)

Factos e fitas [I][1]

Conhecem a velha definição? O francês é um cavalheiro amável, que não sabe geografia. Do brasileiro não conheço definição, mas aqui lembro uma, que pode muito bem servir: o brasileiro é um cidadão pouco amável, que não sabe coisa nenhuma.

* * *

Seria interessante saber-se o ponto exato em que um sujeito deixa de ser patife e começa a ser herói.

* * *

Meus amigos são como os cigarros: fazem-me o mal que podem, enchem-me de veneno, e eu não me pude ainda aventurar a deixá-los. A diferença que há é que a gente queima os cigarros. Sempre é uma consolação.

E não se pode fazer o mesmo aos amigos...

* * *

Aquela carcaça ingente
Tanta gordura juntou

Que um dia, logicamente,
— Tinha de ser — rebentou.
— Com dez arrobas de banha
Na pança, todos dirão,
É certo que a terra apanha
Pavorosa indigestão.[2]

Notas

1. ANACLETO, Anastácio [Graciliano Ramos]. “Factos e fitas [I]”. *O Índio*. Palmeira dos Índios, ano 1, nº 1, 30 de janeiro de 1921, p. 1.

2. Segundo Aurélio Buarque de Holanda, Graciliano teria utilizado os versos desta seção para “espinafrar inimigos” à maneira de um Bocage. Do ponto de vista formal, como se pode depreender do conjunto de poemetos incluídos nos demais “Factos e fitas” (ver os textos seguintes), “passava com desenvoltura do alexandrino à redondilha maior e ao octossílabo, e da quadra à oitava” (HOLANDA, Aurélio Buarque de. “Um brasileiro fala de um romancista brasileiro — Recordando Graciliano Ramos: a face e os episódios menos conhecidos de um ‘humour’ provinciano do escritor que faria 70 anos nestes dias de outubro”. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 7 de outubro de 1962, p. 1. Suplemento Literário).

Factos e fitas [II][1]

Começa hoje este jornal uma campanha contra o analfabetismo. É uma coisa lamentável, realmente, o grande atraso em que vivemos. Mas não pensem que a atitude desta folha seja motivada por patriotismo. Qual! História! O que a direção deseja é aumentar o número de assinantes.

* * *

Precisa-se de uma senhora viúva, com alguns bens de fortuna, para casar com um moço de boa família, figura razoável, sabendo ler e escrever com dificuldade. É pobre, mas tem boa vontade, o que talvez seja bastante a uma candidata não muito exigente. Peçam informações a todos os rapazes sem emprego que há por aí.

* * *

Falava um dia um tabelião
A um boticário desta sorte:
— “Pois, apesar da profissão
Não te desejo, amigo, a morte.
Teu inventário irei fazer
Se morres, flor dos boticários!
Mas vai decerto[2] decrescer
A quantidade de inventários.”

Notas

1. ANACLETO, Anastácio [Graciliano Ramos]. “Factos e fitas [II]”. *O Índio*. Palmeira dos Índios, ano 1, nº 2, 6 de fevereiro de 1921, p. 1.

2. No original, em vez do advérbio “decerto”, elemento gramatical mais propriamente ajustado ao verso em questão, está grafado “de certo”.

Factos e fitas [III][1]

De sífilis terciária aquele enfim morreu,
Magro e triste, do alcoice ignóbil fruto espúrio.
E — espanto! — engalicada, a terra que o comeu
Entrou logo a tomar injeções de mercúrio.

Nota

1. ANACLETO, Anastácio [Graciliano Ramos]. “Factos e fitas [III]”. *O Índio*. Palmeira dos Índios, ano 1, nº 3, 13 de fevereiro de 1921, p. 1.

Factos e fitas [IV][1]

"Um senador federal foi assassinado, no Rio,
por um marido ultrajado."

Dos jornais

A notícia é velha, mas afinal vá lá. Um sujeito ciumento, pelo simples fato de encontrar a mulher quase despida em companhia de um venerando representante da nação (salvo seja), perdeu a cabeça e matou o sedutor a facadas. Ah! Se todos os maridos ultrajados fizessem o mesmo, não escaparia um pai da pátria...

Nota

1. ANACLETO, Anastácio [Graciliano Ramos]. “Factos e fitas [IV]”. *O Índio*. Palmeira dos Índios, ano 1, nº 4, 20 de fevereiro de 1921, p. 1.

Factos e fitas [V][1]

Vende-se em segunda mão, e por preço módico, uma consciência quase nova, em perfeito estado de conservação. Por um excesso de escrúpulo, declaramos que ela já foi usada, mas devemos acrescentar que o primitivo dono se serviu dela poucas vezes, podendo assim ser utilizada sem receio por qualquer cidadão.

* * *

Tudo na vida é uma questão de atitude. O mesmo ato pode levar um cidadão à glória ou à cadeia, conforme a maneira por que é executado.

Isto não é do conselheiro Acácio embora pareça.

Nota

1. ANACLETO, Anastácio [Graciliano Ramos]. “Factos e fitas [V]”. *O Índio*. Palmeira dos Índios, ano 1, nº 5, 27 de fevereiro de 1921, p. 1.

Factos e fitas [VI] [1]

Não é difícil acreditar a gente nas mentiras dos outros.
Mais difícil é acreditarmos em nossas próprias mentiras.

* * *

Tão dura assim não havia
Vida neste mundo, não.
Machado ou mão de pilão
Acabá-lo não podia.
Átropos de raiva estoura
Aquele fio ao cortar.[2]
— Caramba! Põe-se a gritar,
Fez-me um dente na tesoura.

Notas

1. ANACLETO, Anastácio [Graciliano Ramos]. “Factos e fitas [VI]”. *O Índio*. Palmeira dos Índios, ano 1, nº 6, 6 de março de 1921, p. 1.

2. Na mitologia clássica, Átropos compunha juntamente com Cloto e Láquesis a tríade de deusas que determinavam o curso da vida humana. Em linhas gerais, sua ocupação consistia em tecer o fio do destino dos homens e cortá-lo quando bem entendia. Como suas irmãs, era filha de Têmis (BULFINCH, Thomas. *O Livro de ouro da mitologia*: *(a idade da fábula): história de deuses e heróis*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2005, p. 15).

Judas[1]

Ontem, como acontece todos os anos em igual época, os garotos das ruas excitaram-se no ardor de arrancar as tripas de um pobre boneco de palha e trapo.

É uma vingança tardia e inócua que a ralé toma periodicamente contra um cidadão que há tempos se chamou Iehouda de Kerioth, vulgarmente conhecido por Judas Iscariotes, homem de maus bofes, segundo a tradição, apóstolo diletante, provavelmente traidor. Provavelmente, digo eu, mas não exijo que ninguém dê crédito ao que aqui fica, pois seria difícil apurar o grau de verdade que existe nessa trapalhada de coisas antigas.

Possuímos uma certa quantidade de noções que julgamos verdades inconcussas, embora nunca tenhamos tomado a mais insignificante informação sobre elas. Quem vai lá tocar em coisas antigas, cobertas de uma grossa camada de mofo tradicional, polvilhadas da venerável poeira de milênios? Ficaríamos assombrados se nos viessem dizer que elas estão falhadas, rachadas, que há soluções de continuidade por baixo da espessa crosta que as reveste.

Longe de mim a ideia de defender o Iscariotes. Todos nós estamos convencidos de que ele foi um tratante. Deixemo-lo tal qual está, até que os esmerilhadores das pedras do Oriente nos venham demonstrar que ele foi um ótimo rapaz.

Por ora não vejo mal nenhum em que o consideremos o mais acabado representante da infâmia. Se ele não foi tão mau como se diz, naturalmente há de perdoar-nos a má opinião que temos a respeito de sua pessoa. É possível que o nosso juízo sobre ele não esteja muito distante da verdade.

Judas suicidou-se, o que é motivo bastante para que o detestemos. O suicida não está muito longe do assassino. A diferença que há entre os dois é que o primeiro rouba a vida a uma pessoa e o segundo pode fazer o mesmo a muitas. Questão de número apenas.

Continuemos, pois, a dizer que Judas foi um patife. Não há nada de extraordinário em semelhante julgamento. Mais difícil é admitir a santidade de uma criatura. Os santos são raros, e o mundo está cheio de malvados. Eu ficaria pasmo se entre os discípulos de Jesus não houvesse aparecido nenhum birbante. Até me espanta que só um tivesse aberto exceção à monótona bondade que naquelas almas cândidas se encerrava. O que era razoável era surgirem pelo menos quatro ou cinco traidores entre os companheiros do Mestre. Só houve um, o que é lisonjeiro para a humanidade daqueles tempos remotos.

Se o doce Jesus viesse hoje ao mundo, talvez não lhe fosse fácil encontrar tantos espíritos fiéis. A proporção agora seria, pelo menos, de cinquenta por cento de safados.

Quem é santo nestes tempos prosaicos em que o dólar governa o mundo? As consciências tornaram-se mercadoria vulgar. As almas vendem-se e vendem-se caro.

Judas hoje não se enforcaria. Já nenhum traidor se enforca. Trinta dinheiros eram, talvez, uma quantia insignificante, capaz de levar um homem ao desespero de passar uma corda ao pescoço. Atualmente é possível obter somas tentadoras, que dão rendimentos consideráveis a um traidor que se respeita.

Nenhum Iscariotes se suicida. Se os contemporâneos seguissem o exemplo do antigo, não haveria no mundo figueiras que bastassem para pendurar tantos laços...

Nota

1. J.C. [Graciliano Ramos]. “Judas”. *O Índio*. Palmeira dos Índios, nº 9, 27 de março de 1921, p. 1.

Uma carta[1]

Senhores Redatores d'*O Índio*:

Vi no último número desse jornal uma coisa que me encheu de espanto. Na "Crônica Social", em uma notícia de aniversário, alude-se à minha insignificante pessoa como tendo eu pertencido ao número dos que fazem essa folha.

Não sei muito bem se me quiseram colocar entre os que dirigem, redigem, colaboram, reveem provas ou varrem a casa.

Ora, a verdade é que não tive a honra de trabalhar nesse semanário. Nunca juntei ideias para a fabricação de artigos, crônicas ou notícias; nunca juntei tipos para a composição da prosa com que gente hábil enche linguados; nunca juntei os braços para puxar a alavanca do prelo que aí guincha e grita à noite, ao dar à luz o pensamento rabiscado em pedaços de papel com que se embrulha o público. Qualquer das três ocupações seria magnífica para mim, mas não quero receber o que me não pertence.

Quando vi meu nome na tal notícia, graciosamente circulado por deliciosos pastéis, tremi.

E tremi porque pensei que os senhores me quisessem mistificar.

Julguei-me vítima de uma pilhéria — desculpem-me a franqueza —, pilhéria de muito mau gosto, porque aqui toda a gente sabe que sou um camelo. Jamais em minha vida escrevi sequer uma dessas cartas de namorados, que se encontram profusamente em dicionários de flores e outros livros úteis que as senhoritas por aí muito bem conhecem. Não me dei ainda o trabalho de copiar um desses pitorescos discursos do *Orador Popular*,[2] para impingi-lo como coisa minha em festas de casamento, batizados e outras reuniões fúnebres. Não escrevo, meus caros redatores, nunca escrevi, graças a Deus, como diria o Damaso Salcede.[3] Sou inteiramente impenetrável à arte que os senhores

publicistas possuem de embromar superiormente os leitores metendo-lhes caraminholas na cabeça. Até versos, coisa que todo mundo fez e que ali o senhor Felinto Santos Lima com abundância fabrica, não tenho jeito para os manufaturar.

Como poderia eu, pois, ter trabalhado nesse jornal? Nunca o meu nome lá figurou, para sossego de minha alma, que muito se aflige agora na camisa de onze varas em que os senhores a meteram.

Refletindo, a hipótese da mistificação não me parece aceitável, porque enfim o número a que me refiro não é de primeiro de abril. Naturalmente aquilo foi um erro de composição, erro que desejo ver corrigido.

E ao manifestar-me assim, de um modo que talvez pareça impertinente, devo dizer-lhes que a retificação que peço é para mim de muita importância. Tenho uma profissão de que está naturalmente banido qualquer animal que tenha a veleidade de escrevinhar para a imprensa. Se os indivíduos de minha classe soubessem que há no corpo humano um órgão chamado cérebro, ficariam assustados. Eu e os meus companheiros estamos muito bem sem inteligência. Não temos necessidade disso. Imaginem que os meus credores soubessem que dei em garatujar papéis. Adeus, crédito! Eu era um homem perdido.

Há ainda outra razão para que eu não deixe passar despercebido o lamentável equívoco que os senhores cometeram. Sem dúvida seria para mim uma grande honra encontrar-me em tão nobre companhia.

Observei, com grande prazer, que esse hebdomadário passou por uma transformação radical. Encontra-se agora muito melhorado, e não me posso esquivar a aqui lhes enviar as minhas mais calorosas felicitações. Até o número 14, esteve ele em estado de larva; hoje é a borboleta, linda, a esvoaçar com brilho e graça.

A qual das duas fases teria eu pertencido, na hipótese de deixar passar sem protesto a notícia que os senhores deram? Certamente à primeira, pois a segunda conta apenas duas semanas.

Ah! Não! Digo com energia, como os garotos cá da terra:

— Não vou nisso!

O Índio tem apenas dois números bons — os últimos. Os outros, com exceção talvez de um ou outro artigo, estão perfeitamente desarranjados, cá em minha opinião.

Não me queiram, pois, atribuir a fatura de uma coisa que acho má. Tenham a bondade de desculpar-me esta linguagem descosida e rude. É que pouco percebo dessas coisas de papel impresso.

Sou, meus caros senhores, um seu leitor sofrível.

Notas

1. RAMOS, G. [Graciliano Ramos] “Uma carta”. *O Índio*. Palmeira dos Índios, ano 1, nº 17, 22 de maio de 1921. Antes da publicação do presente texto, os editores do periódico apresentam o introito: “A propósito de uma notícia que em nosso último número publicamos, recebemos a seguinte carta.” Faz-se referência a uma pequena nota estampada na seção “Crônica Social”, em 15 de maio de 1921, que anunciava o aniversário do pai de Graciliano: “De amanhã: /— o cel. Sebastião Ramos de Oliveira, abastado proprietário neste município e pai do nosso querido ex-companheiro de redação Graciliano Ramos.” Como se sabe, o escritor alagoano colaborou com as 14 primeiras edições do jornalzinho sertanejo. No número 15, de 8 de maio de 1921, há a seguinte indicação no espaço antes ocupado pela seção “Traços a Esmo”: “O autor desta coluna retirou-se d’*O Índio*. De hoje em diante, não serão publicados os Traços.”

2. Provável referência ao livro *Orador popular*, de José Alves Castilho, editado pela Livraria Garnier entre o final do século XIX e o início do XX (tem-se notícia de que o volume mais antigo data de 1889). No catálogo da referida editora, a obra é apresentada como contendo “modelos de discursos, uma infinidade de modelos, desde o de ‘duas palavras’ que se dizem à sobremesa, em dia de anos, até a oração fúnebre, que se pronuncia à beira do túmulo aberto. É de grande utilidade prática” (Extracto do Catálogo da Livraria de H. Garnier, p. 19. In: ANDRADE, J. M. Goulart de. *Poesias*: *1900-1905*. Rio de Janeiro: Garnier, 1907).

3. Referência ao personagem de *Os Maias* (1888), de Eça de Queirós, Damaso Salcede. Trata-se de um sujeito afeito a intrigas, representante dos vícios da Lisboa da segunda metade do século XIX, que faz publicar uma notícia injuriosa contra Carlos Maia no jornal *A Corneta do Diabo*. Quando indagado sobre se era ele mesmo o autor do texto, Salcede responde, balbuciando: “Que *Corneta*? Nunca escrevi em jornais, graças a Deus!” (QUEIRÓS, Eça de. *Os Maias*. 2 vols. Porto: Lello & Irmão Editores, 1951, vol. 2, p. 267).

ANOS 1930 AINDA EM MACEIÓ

Macobeba pré-histórico[1]

I

Antigamente Alagoas era um paraíso — a desordem, a confusão, o caos, todas as desgraças em fúria contra o pobre bicho desengonçado que penosamente começava a levantar a espinha e a caminhar, sem motivo aceitável, sobre as patas traseiras. Não era um paraíso cômodo, mas afinal era um paraíso como qualquer outro.

Pelos estudos dos fósseis, isto é, pelo exame de algumas pedras que por aí andam e se imaginam vivas, vê-se que naquele tempo não havia crimes. Os bípedes alagoanos matavam-se inocentemente, na boa lei natural, e, como todos os bens pertenciam aos coronéis, a noção de roubo ainda não tinha aparecido. Circulava regularmente dinheiro falso. E essa coisa de tomar à força as mulheres e as filhas dos outros estava nos hábitos de quase todos os antigos mandões. Não havia castigo, nem aqui nem no inferno, porque Moisés é judeu e porque ninguém conhecia o código.

Ora no meio dessa balbúrdia dos pecados surgiu um indivíduo animoso, resolvido a escangalhar tudo: um sujeito de "rosto carregado e barba esquálida, os olhos encovados e a postura medonha e má, e a cor terrena e pálida, cheios de terra (isto é exagero) e crespos os cabelos, a boca negra, os dentes"[2]... de lobisomem.

Era Macobeba.[3] Pelo menos dizem que era Macobeba. Que eu, para falar com franqueza, não acredito muito nele. Uma criatura positiva e constitucional, leitora de jornais, iluminada à eletricidade, não admite, é claro, as crenças que enchiam a alma dos homens antigos. Não acredito. E, para descrever Macobeba, recorri ao Camões: furtei uns pedaços do gigante Adamastor.

Macobeba nunca existiu. Ou antes existiu... Eu sei lá! Isto, como veem, se vai

encrencando consideravelmente. Sinto que me não sairei de semelhante dificuldade.

Houve talvez dois Macobebas. O primeiro, nascido numa idade heroica, tinha, como todos os heróis que se respeitam, uma existência subjetiva; o segundo, atual e bacharel, é um ser de carne e osso, como qualquer um de nós. Julgo que este foi pouco a pouco tomando o lugar daquele, até confundir-se com ele e, de longe, parecerem formar os dois um todo indivisível. Tentemos separá-los.

É o primeiro o que agora nos interessa, o Macobeba pré-histórico. Como veio ele ao mundo? Se me não engano, gerou-o a necessidade que tinha a gente primitiva de um salvador. Havia então, como sempre houve, espíritos inquietos e descontentes que tencionavam desmantelar a velha ordem, criar outra nova, pintar o diabo. E, como se sentissem fracos, laboriosamente imaginaram um super-homem com atributos característicos das divindades grosseiras daquela época. Dizia um:

— Necessitamos um homem de dentes acavalados.

Outro afirmava:

— Para arrasar isto é indispensável um senhor de engenho que faça versos.

Lentamente as qualidades exigidas se foram fixando, deram origem a um ser ideal que infundiu ao povo a coragem precisa para vencer. E, como às vezes acontece, um sujeito manhoso, fabricante de açúcar, poeta e prógnato, começou a gritar:

— Eu sou Macobeba!

Não era. Mas os outros pensaram que era.

E o homem se transformou definitivamente em Macobeba.[4]

Notas

1. GUEDES, Lúcio [Graciliano Ramos]. “Macobeba pré-histórico (I)”. *Jornal de Alagoas*, Maceió, 27 de abril de 1930, p. 3. A utilização do pseudônimo “Lúcio Guedes” por Graciliano é referida, entre outros, por Rolando Morel Pinto em *Graciliano Ramos, autor e ator*. Assis: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Assis, 1962, p. 178.

2. Descrição do gigante Adamastor, extraída de *Os lusíadas* (canto V, estrofe 39), de Camões. Ver CAMÕES, Luís de. *Os lusíadas*. Apresentação e notas de Ivan Teixeira. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001, p. 205.

3. Figura mitológica imaginada por Júlio Belo, encoberto pelo pseudônimo “José Mathias”, numa série de textos publicados no jornal pernambucano *A Província* em 1929. “Na região sul do Estado [Pernambuco], ribeirinha do mar, um horrível ente fantástico anda apavorando as tímidas criancinhas e impressionando a imaginação crédula dos matutos: o Macobeba. Grande, muito grande, do tamanho de uma sucupira de meio século, com um extenso rabo, metade de leão, metade de cavalo, quatro imensos olhos vermelhos como quatro grandes brasas vivas (...), aduncas unhas de Lobisomem, enorme cabeleira híspida de Mãe-d’água, (...), traiçoeiro e rápido como ‘Pai-do-mato’, o Macobeba empunha uma imensa vassoura de grandes cordas resistentes (...) e devasta tudo por onde passa” (Mathias, José [Júlio Belo]. “O Macobeba é mais feio que o cão”. Il. Manoel Bandeira. *A Província*, Pernambuco, 1929). Mário de Andrade, em crônica estampada em sua coluna “Táxi”, não deixa de dar notícia do aparecimento desta “assombração muito simpática” (ANDRADE, Mário de. Macobeba. *Diário Nacional*, São Paulo, 3 de maio de 1929. In: ANDRADE, Mário de. *Táxi e crônicas no Diário Nacional*. São Paulo: Duas Cidades; Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia, 1976, p. 97).

4. De acordo com os textos “Palavras a Macobeba” e “Palavras de Macobeba”, publicados no mesmo *Jornal de Alagoas*, respectivamente em 15 e 19 de março de 1930, pode-se depreender que o político tratado, em chave alegórica, como o monstro mitológico Macobeba seria, provavelmente, José Fernandes de Barros Lima (1868-1938). Jornalista, advogado, senador por três legislaturas, governador do Estado de 1918 a 1924, Lima fazia oposição ao grupo de Costa Rego e Álvaro Paes nas eleições de março de 1930. Como se saíra derrotado em tal pleito, passou a alegar que a votação teria sido marcada por atos fraudulentos, algo duramente criticado pelo governista *Jornal de Alagoas*: “É, pois, certo, segundo dizes, que houve fraude nas eleições. Tu nem sabes o que dizes, Macobeba./ As eleições processaram-se com a presença, em toda parte, de teus fiscais. Não houve um único desses fiscais que se tivesse recusado a assinar uma ata, um boletim, ou qualquer outra peça do ato eleitoral, porque o julgasse inquinado de fraude. Nenhum, absolutamente nenhum desses fiscais, fez um protesto, em devido tempo, nem perante a mesa eleitoral cujo trabalho fiscalizasse, nem em cartório, nem em parte nenhuma./ Não há, pois, Macobeba, como fugir desta alternativa: ou tu mentes, ou todos os teus fiscais constituíam um bando de imbecis, incapazes de denunciar no momento oportuno uma fraude na eleição./ A primeira hipótese é que é a verdadeira. Teus fiscais não eram imbecis. Tu, sim, Macobeba, é que mentes e mentes com tanto maior impudência quanto é certo que foste, em pessoa, um dos fiscais das eleições” (PALAVRAS a Macobeba. *Jornal de Alagoas*, Maceió, 15 de março de 1930, p. 1).

Macobeba antigo[1]

II

Tendo-se tornado Macobeba para todos os efeitos, o indivíduo a que nos referimos ficou sendo um grande homem. E, como grande homem, achou bom mandar à fava os que o tinham engendrado, colocar os filhos, uma chusma de Macobebinhas sacudidos, e algumas respeitáveis Macobebas do outro sexo, que logo entraram a governar isto macobebamente.

Nos cafés, nos botequins, nas tavernas, admiradores exaltados levantavam os copos de cerveja e berravam:

— Macobeba caiu do céu. É um portento!

E outros adeptos asseveravam, convictos, arregalando os olhos:

— Um portento, sim senhor.

Macobeba sorria. Alagoas macobebizou-se. Da capital aos mais remotos sertões fervilhavam bichos destruidores, de incisivos aguçados e caninos enormes, que estragavam, sem cerimônia, o que iam encontrando. Uns devoravam com avidez. Outros se contentavam roendo modestamente, mas coisa que lhes caísse entre as garras era coisa roída.

Nos hotéis, nos bares, nas esquinas, partidários, já pouco convencidos, bradavam com animação descorada:

— Macobeba vai endireitar tudo isto. Viva Macobeba!

Outros sectários hesitavam e respondiam tristes:

— Viva!

Macobeba, resplandecente, mostrava o forro das algibeiras e sorria. Fundaram-se asilos, abriram-se estradas, derramou-se gasolina — a família de Macobeba engordava e era feliz. Descobriu-se que havia no interior, entre os amigos de Macobeba, uma quantidade razoável de assassinos e ladrões de

cavalos. Era grave. Começaram sussurros. Que diabo! Teriam trocado o Macobeba? A coisa assim não prestava, era necessário fazer outra.

Macobeba continuava a sorrir. E, para demonstrar que podia varrer num momento bagatelas que lhe não perturbavam o sono, tomou uma resolução adequada às circunstâncias. Pegou um jornal, meteu-o numa garrafa, que foi arrolhada, lacrada, atirada ao mar. Em seguida, pelo telégrafo, comunicou o fato ao Sr. Pereira Lobo2 e esperou os acontecimentos.

Nas praças, nos bilhares, no relógio oficial, vagos amigos de Macobeba defendiam-no, encolhidos:

— Não senhor, é exagero. Macobeba tem as suas fraquezas, como toda gente, mas é honesto. E quanto a tino político, sejamos justos, isto ninguém lhe pode negar. Veja o soneto que ele escreveu a respeito dos xexéus.[3]

Outros amigos baixavam a cabeça, constrangidos, engoliam em seco.

E Macobeba sorria. Sorriu sempre. Ultimamente sorria desconfiado. Mas sorria. E aqui termina a história de Macobeba antigo.

Notas

1. GUEDES, Lúcio [Graciliano Ramos]. "Macobeba antigo (II)". *Jornal de Alagoas*, Maceió, 29 de abril de 1930, p. 3.

2. Possível referência ao antigo governador de Sergipe (1918-22) e naquele momento senador pelo mesmo estado, José Joaquim Pereira Lobo, influente político que viu seu poder diminuir no âmbito das eleições de março de 1930 (ver DANTAS, José Ibarê Costa. *O tenentismo em Sergipe*. Petrópolis: Vozes, 1974, pp. 201-2).

3. Espécie de pássaro de porte médio e coloração negra e amarela, muito conhecido na porção setentrional do país. De nome científico *Cacicus cela*, é também chamado de japiim, japim, japuíra e joão-conguinho. "Na Amazônia é uma das aves cujos bandos mais despertam a atenção, principalmente nas várzeas e beiras do rio. Ocorre do Panamá ao norte do continente, até a Bolívia, sul de Mato Grosso, Goiás e sul da Bahia" (SICK, Helmut. *Ornitologia brasileira*. 2 vols. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1984, vol. 2, p. 660).

O álcool[1]

Noticiou esta folha que o Sr. governador do Estado e o Sr. secretário da Fazenda,[2] em viagem realizada a 14 deste mês, demonstraram ser o álcool excelente para motores de automóveis. O artigo que nos oferece a interessante novidade encerra informações preciosas a respeito de força, velocidade, preço etc.; tem grande número de algarismos; soma, diminui, multiplica, divide — mete num chinelo a gasolina ou, pelo menos, coloca-a na modesta situação de contribuir apenas com 15% na mistura que há de pôr em movimento, dentro em pouco, os veículos de Alagoas. Teremos, pois, se a minha aritmética não falha, uma redução de 85% no consumo do combustível gringo.

Há alguns dias, no Senado, o Sr. Messias de Gusmão3 declamou lamentações patrióticas e atacou, em falta de coisa maior, uma bomba americana, pintada de vermelho, aqui instalada para substituir outra mais antiga, pintada de branco e nacional. As jeremiadas do ilustre senador indignaram toda a gente, e podemos prever o fim dessas máquinas exóticas, que nos impingem líquidos nauseabundos da América do Norte, trapalhona e protestante.

Ora vejam como um simples adjetivo alarga o assunto e rende períodos novos. Está claro que os brasileiros, especialmente os católicos, devem elevar aos cornos da lua o produto da cana, ortodoxo e econômico. Resistam, cristãos e amigos, mandem à fava o dólar, empreguem nas suas viaturas (os que as possuírem, naturalmente) substâncias nossas.

Parece que em Pernambuco a rusga triunfa. E o deputado Castro Azevedo4 afirmou ao *Jornal de Alagoas* que há seis meses vem alimentando com álcool um carro de passeio e vários caminhões, cujos motores funcionam de maneira exemplar.

Não admira. Conheço indivíduos que passam seis anos sem ingerir outro alimento e têm os motores em perfeito estado. Se utilizassem a gasolina,

sentiriam talvez algumas perturbações.

Ninguém ignora que o álcool é um excitante aconselhado às vezes pela medicina, em pequenas doses. Para a espécie humana, já se vê. Com organismos de ferro o caso é diferente.

A experiência mencionada no princípio destas linhas evidenciou que um automóvel absorve quarenta litros de álcool e anda cento e trinta quilômetros sem se embriagar. É assombroso. Com a intemperança natural nos maquinismos, bebe sempre, e só de longe em longe necessita algum repouso e amoníaco. Finda a carraspana, continua a rodar como se nada houvesse acontecido.

Julgo, pelo que aí fica, terem carradas de razão o Sr. Álvaro Paes e os seus secretários, o *Jornal de Alagoas*, o deputado Castro Azevedo, o senador Messias de Gusmão e Pernambuco.

Só faz medo que as latas de folha vençam as garrafas e prejudiquem a respeitável classe dos paus-d'água.[5]

Notas

1. G.R. [Graciliano Ramos]. “O álcool”. *Jornal de Alagoas*, Maceió, 21 de junho de 1930. As iniciais G.R., com que Graciliano assina o presente texto, já haviam sido utilizadas na crônica “Álvaro Paes”, publicada no mesmo *Jornal de Alagoas* em 12 de junho de 1930 e posteriormente recolhida no volume póstumo *Linhas tortas*.

2. Menção a Álvaro Corrêa Paes, governador de Alagoas de junho de 1928 a outubro de 1930, e ao secretário da Fazenda deste, Arthur Accioly, que, no momento, também ocupava o posto de diretor do *Jornal de Alagoas*.

3. Referência a Manoel Messias de Gusmão, produtor rural, jornalista, deputado estadual de 1915 a 1922 e senador estadual de 1923 a 1930 (num momento em que o poder legislativo no estado de Alagoas era bicameral) (BARROS, Francisco Reinaldo Amorim de. *ABC das Alagoas — dicionário biobibliográfico, histórico e geográfico das Alagoas*. 2 vols. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2005, vol. 2, pp. 50 e 554-5).

4. Provável alusão a José de Castro Azevedo, secretário de Estado, jornalista, usineiro e deputado federal de maio a outubro de 1930, quando o processo revolucionário determinou o fechamento do Legislativo (BARROS, Francisco Reinaldo Amorim de, *op.cit*. vol. 1, p. 112).

5. No dia seguinte à publicação do presente texto por Graciliano, a iniciativa do chefe do poder executivo estadual continuava a ganhar repercussão no *Jornal de Alagoas*: “Os extraordinários resultados das experiências feitas pessoalmente pelo governador Álvaro Paes, relativas à aplicação do álcool-motor, não devem ser apreciadas somente sob o aspecto financeiro, suficiente, aliás, para afirmar, em definitivo, a superioridade desse combustível e recomendá-lo incontinente ao comércio e à indústria” (CARVALHO, Afonso. “O álcool-motor”. *Jornal de Alagoas*, Maceió, 22 de junho de 1930, p. 3). O articulista argumenta que o álcool seria solução para o grande consumo de gasolina, bem como serviria para aumentar as lavouras de cana.

Prefeituras municipais (I)[1]

Há algum tempo fizemos ligeiras observações a respeito das prefeituras municipais de Alagoas. Foram simples notas, não pudemos tocar nas minudências que exige um assunto interessante, mas que tem sido até agora desprezado pela nossa imprensa.

Quem, há anos, tratou da questão foi o Sr. L. Lavenère,[2] numa série de artigos que, embora misturados com um pouco de fel, corrigiram numerosos absurdos e prestaram excelentes serviços ao Estado; mas os escritos de S.S. deixaram em paz a administração dos municípios e alvejaram especialmente os legisladores sertanejos, criaturas na verdade bastante originais.

Não nos ocupamos com elas, por enquanto. Apenas desejamos mencionar alguns homens de boa vontade, indivíduos que, privados de recursos e agindo num meio hostil, praticaram feitos consideráveis. Certamente ninguém imagina que no curto lapso de alguns anos a evolução intelectual do nosso povo haja atingido o seu ponto culminante e que as resoluções municipais de Alagoas sejam muito diferentes do que eram quando o Sr. Lavenère, razoavelmente indignado, andou espicaçando os bisonhos conselheiros do interior. São talvez um pouco menos ruins.

Mas deixemos as posturas. Elas têm de ordinário um valor bastante duvidoso. Se são boas, ou pelo menos aceitáveis, entram em vigor e o matuto se conforma com elas, depois de eloquentes protestos, porque o matuto protesta sempre; se são ruins, caducam logo, ficam escondidas na gaveta do secretário da prefeitura, somem-se.

De resto a Lei Orgânica de 1926, essa malsinada Lei 1087, que, segundo afirmam, deu um golpe de morte na autonomia dos municípios, etc., etc., veio endireitar muita coisa péssima. O intendente de outras eras administrava para o conselho; mas, como o conselho nunca se reunia, o intendente não administrava

para ninguém. Em dezembro organizava-se uma sessão e declaravam-se aprovadas as contas que não tinham sido feitas. Um biênio era prazo bem curto, mas sempre dava para um homem diligente liquidar as suas dívidas e juntar um pequeno pecúlio.

Hoje, com essa história de balancete bimestral e nota das despesas efetuadas, gastos não raro de explicação difícil, e mais um relatório dos trabalhos que às vezes um cidadão executa porque tem de contá-los no fim do ano, tudo mudou.[3] "Já não convém ser prefeito!", exclamava, há meses, indignado e espumante, um chefe político de formação carbonífera ou devoniana. E não convém. Atualmente o poder executivo não se entende apenas com esse corpo legislativo que o Sr. Lavenère, justamente, escalavrou: presta conta dos seus atos ao governo do Estado. E esses atos, que antigamente eram confusos, atrapalhados, esotéricos, vão para o *Diário Oficial*, vão para as mensagens, vão para o público, que os julga, analisa, compara, esmerilhando, vintém por vintém, o dinheiro arrecadado.

Dirão talvez que um sujeito de medíocre imaginação, sabendo dois dedos de aritmética, poderia facilmente apresentar e justificar uma lista considerável de trabalhos fictícios. Afirmam os roceiros que papel aguenta tudo. O indivíduo, porém, que adotasse semelhante processo logo seria desmascarado. Nestes últimos tempos os governadores de Alagoas apanharam o hábito de viajar, hábito incômodo para eles, para os que os acompanham, para os que são visitados e fiscalizados. O atual é um viajante incansável. Mora num automóvel. Chega aos lugarejos do interior, ouve as embaraçadas conversas dos matutos e sugere ideias, aconselha, discute, anima, exige. Não é fácil um administrador declarar a ele que despendeu mundos e fundos numa estrada imaginária.[4]

As obras públicas têm hoje existência real. Todos podem examiná-las, medi-las, apalpá-las, saber quanto custaram, como foram construídas, a quem foram pagas. Há por aí vários trabalhos realizados. Não são, decerto, os trabalhos de Hércules. As pretensões dos que os executaram não chegam tão longe. Ainda estão em começo. Mas bastam para demonstrar que Alagoas vai em bom caminho.

Notas

1. GUEDES, Lúcio [Graciliano Ramos]. "Prefeituras municipais I". *Jornal de Alagoas*, Maceió, 31 de julho de 1930, p. 3.

2. Referência a Luis Wanderley Lavenère, jornalista, vereador e deputado estadual, entre 1905 e 1908. Colaborou nos jornais alagoanos *Gutenberg*, *A Gazeta de Alagoas*, no qual assinou, por mais de dez anos, a coluna "A Propósito de...", e *Jornal de Alagoas* (BARROS, Francisco Reinaldo Amorim de. *ABC das Alagoas — dicionário biobibliográfico, histórico e geográfico das Alagoas*. 2 vols. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2005, vol. 2, p. 119).

3. Enquanto esteve à frente da administração da cidade de Palmeira dos Índios, Graciliano teria seguido à risca as determinações legais de prestação de contas, previstas pela Lei Orgânica. O próprio *Jornal de Alagoas* fazia questão de ressaltar o caráter de especialista de Graciliano, quando o assunto era a eficiência e a lisura na gestão municipal: "À frente dos melhores prefeitos do atual triênio esteve há pouco o Sr. Graciliano Ramos, pela inteligência, pela atividade, pela energia, pela honestidade e pela felicidade de suas iniciativas. Todos sabem o que foi sua administração em Palmeira dos Índios (...). Entre as boas coisas instituídas pelo Sr. Graciliano Ramos na Prefeitura de Palmeira dos Índios conta-se a maneira por que são organizados os balancetes bimestrais, pela qual o leitor fica imediatamente senhor do que ali se vai passando. Com a sua inteligência aguçada e pragmática, sentiu o ex-prefeito de Palmeira dos Índios que o melhor modo de fazer compreender como a prefeitura vai sendo dirigida (de acordo com os intuitos da Lei Orgânica) é publicar, embaixo do quadro da receita e despesa do bimestre, um outro quadro, tendo, ao lado da receita orçada para o exercício, a arrecadação do período em que o balancete foi publicado. Esse sistema de publicar balancetes permite que a população saiba sempre o que se está fazendo e o que se pode fazer na administração de cada município" (ADMINISTRAÇÕES municipais. *Jornal de Alagoas*, Maceió, 14 de agosto de 1930, p. 3).

4. Em número especial do *Jornal de Alagoas*, dedicado à comemoração do segundo ano de mandato do governador Álvaro Paes, tal publicação governista, em consonância com as palavras de Graciliano, ressaltava: "O preclaro político que nos governa não se deixa ficar no seu gabinete, dizendo por telegramas o que se deve fazer (...). Prefere, portanto, examinar de perto os que trabalham e os que deixam de fazer. Destarte viaja todas as semanas sozinho, sem avisos prévios, sendo recebido em todos os lugares por onde passa como qualquer cidadão. (...) Alagoas, hoje, no meio do contentamento mais eloquente e mais sincero, saúda o seu preclaro governador, que lhe está impulsionando todas as energias, num ritmo permanente de beleza cívica, em busca de seu engrandecimento" (UM GOVERNO dinâmico. *Jornal de Alagoas*, Maceió, 12 de junho de 1930, p. 1.). Nessa mesma edição do *Jornal de Alagoas*, Graciliano publicara o texto "Álvaro Paes", no qual exaltava, sobretudo, a tenacidade do político, convertido em "caixeiro-viajante" no desenvolvimento do interior alagoano (RAMOS, Graciliano. *Linhas tortas*. Rio de Janeiro: Record, 2005, pp. 123-6).

Prefeituras municipais (II)[1]

Em 1927 o Sr. Costa Rego,[2] em documento oficial, declarou que as prefeituras alagoanas, com exceção de uma, gastavam mais com empregados que com obras públicas. A observação produziu bom resultado, pois os orçamentos para 1928 mostram já uma transformação muito louvável. Quase todos consignam para despesas de administração, pensões, gratificações, classe inativa, menos do que determinam para obras de utilidade.

Naturalmente uma prefeitura que arrecada dez contos de réis por ano não pode reservar para trabalhos públicos metade das suas rendas. Seria inconsideração esperar semelhante coisa, pois a receita apenas chega para as miudezas de secretaria, publicações, lampiões de petróleo e funcionários, ainda que estes sejam reduzidos e facilmente contentáveis.

Não podemos, pois, razoavelmente supor que todas as municipalidades de Alagoas estejam em condições de executar um programa. Há algumas de recursos tão parcos que, em conformidade com a Lei Orgânica, deveriam incorporar-se a outras vizinhas, pois ainda não conseguiram o rendimento exigido a um município.

Houve este ano prefeitura do interior que em um só dia arrecadou mais do que outras, menos favorecidas, alcançaram em todo o ano de 1929. Se considerarmos que apenas três municipalidades, excluindo a da capital, têm orçamentos superiores a cem contos, compreenderemos as dificuldades que oprimem os municípios pobres. Uma calçada de pedras toscas, em pedaço de caminho, alguns reparos nas ruas da vila representam para eles esforço imenso.

Muita energia é necessária, muito desprendimento, para que um homem suporte, durante três anos, abundantes maçadas e obrigações de toda a casta, obrigações e maçadas que lhe não darão nenhum proveito.

Um pouco acima desses municípios mirins, que julgam a chegada de um

telegrama acontecimento extraordinário, aparecem alguns menos desprotegidos, com agricultura e pecuária, vestígios de comércio e indústria, orçamentos que vão de vinte a cinquenta contos. Aí começam a surgir realizações dignas de encômios. Em certos lugares por aí se têm feito verdadeiros milagres. Causa espanto que tanta coisa se haja conseguido com tão pouco dinheiro.

Vêm afinal as prefeituras mais ricas, porque estão localizadas em regiões prósperas ou porque, em virtude de uma fiscalização rigorosa na cobrança dos impostos, puderam elevar as suas rendas. Estão hoje no galarim umas que por aí se arrastavam, bisonhas e em pasmaceira, entregues a cidadãos resignados que diziam com displicência: “Encontrei mole, e mole deixo.” Tudo está mudado. Examinando algumas terras e alguns homens, tentaremos mostrar o que têm realizado os substitutos desses cavalheiros displicentes.

Notas

1. GUEDES, Lúcio [Graciliano Ramos]. “Prefeituras municipais II”. *Jornal de Alagoas*, Maceió, 8 de agosto de 1930, p. 3.
2. Pedro da Costa Rego (1889-1954): jornalista, deputado federal, senador e governador de Alagoas de 1924 a 1928 (COSTA, João Craveiro. *História das Alagoas*. São Paulo: Melhoramentos, 1983, p. 166).

Sertanejos[1]

Para o habitante do litoral o sertanejo é um indivíduo meio selvagem, faminto, esfarrapado, sujo, com um rosário de contas enormes, chapéu de couro e faca de ponta. Falso, preguiçoso, colérico e vingativo. Não tem morada certa, desloca-se do Juazeiro do Padre Cícero para o grupo de Lampião, abandona facilmente a mulher e os filhos, bebe cachaça e furta como rato.

É esse, pouco mais ou menos, o sertanejo que a gente da cidade se acostumou a ver em jornais e em livros. Como, porém, livros e jornais de ordinário são feitos por cidadãos que nunca estiveram no interior, o tipo que apresentam é um produto literário. Essa mistura de retirante, beato e cangaceiro, enfeitada com um patuá, duas alpercatas e muitas figuras de retórica, torna-se rara. Os homens de minha terra podem ter por dentro a cartucheira e os molambos, mas exteriormente são criaturas vulgares, sem nenhum pitoresco.

Os sertanejos dos campos estiveram no Amazonas, em São Paulo e no Espírito Santo; tiraram borracha, plantaram café, voltaram com maços de notas e dispostos a esbanjá-las depressa. Alguns, incapazes de exercícios pesados, meteram-se no exército e na marinha, e os que haviam ido à cadeia e levado pancada entraram na polícia e vingaram-se.

Todos esses sujeitos regressaram muito sabidos, estranhando tudo, falando difícil, desconhecendo os amigos, ignorando os nomes dos objetos mais corriqueiros, confundindo bode com onça. Naturalmente não quiseram mais criar bodes. Tornaram-se negociantes ambulantes ou adquiriram um pedaço de terra e foram explorar o trabalho dos outros.

Os moradores das cidades leram jornais e aprenderam bastante. A literatura e a ciência deles, que estavam contidas no *Carlos Magno*[2] e no *Lunário Perpétuo,*[3] aumentaram de modo considerável. Conhecem o José de Alencar, o Júlio Verne, a Constituição brasileira e a seleção natural.

Aparecem entre eles alguns doutores que defendem a liberdade, outros atacam o vigário. E há o rábula, o farmacêutico, o tabelião, o caixeiro que estuda gramática, o redator da folha semanal.

As pessoas notáveis do lugar são comerciantes que passam metade dos dias encostados à carteira, cochilando, e a outra metade debaixo das árvores do largo da feira, tesourando a vida alheia, tecendo mexericos. O assunto preferido é a política. Escangalham o prefeito e o delegado de polícia, vão subindo e, com ligeiras paradas nas secretarias e no gabinete do governador, acabam desmantelando o ministério e o presidente da República.

Falam demais,[4] não ganham quase nada e começam a sentir necessidades exorbitantes. Têm rodovias, estradas de ferro, luz elétrica, cinema, praças com jardins, filarmônicas, máquinas de escrever e pianos. Só faltam escolas e hospitais. Por isso os sertanejos andam carregados de muita verminose e muita ignorância.

Trabalham pouco, pensam pouco. Mas querem progresso, o progresso que veem, encantados, nas fitas americanas. E progridem sem tomar fôlego. Numa casa velha de taipa arranjam uma sala bonita e metem dentro quadros, cortinas e penduricalhos.

Dançam o *charleston*, jogam o *foot-ball*, ouvem o *jazz*, conhecem o *box* e o *flirt*. Até nos jogos de cartas esqueceram o honesto sete e meio e adotaram, sem nenhuma vergonha, as ladroeiras do *poker*. Daí tiraram o *bluff*, que invadiu o comércio e a política. Em algumas regiões já existe o *turf*. E em toda a parte a gasolina, o motor U.S.A.

Entretanto os rios estão secos, o gado morre, a lagarta rosada deu no algodão. Tudo tão pobre...

Para que esse bando de coisas de nomes esquisitos? Não era melhor que continuássemos a cultivar o terço, o reisado, o pastoril, a quadrilha, a cavalhada, o bozó pelo Natal, as sortes em noites de S. João? Isto é nosso e é barato. O resto é dos outros e caro.

Dentro em pouco estarão todos no sertão falando inglês. Mas nós não somos ingleses...

Notas

1. RAMOS, Graciliano. “Sertanejos”. *Novidade*, Maceió, nº 1, 11 de abril de 1931, p. 11.

2. Referência a *Carlos Magno e os doze pares de França*, “volume popularíssimo em Portugal e Brasil, leitura indispensável por todo o sertão, inúmeras vezes reimpresso e tendo ainda seu público fiel e devotado. Fornece material aos cantadores, e muitos episódios tiveram redação em versos, constituindo temas de canto e leituras entusiásticas” (CASCUDO, Câmara. *Dicionário do folclore brasileiro*. 2 vols. Brasília: Instituto Nacional do Livro; Ministério da Educação e Cultura, 1972, vol. 1, p. 228). Marlyse Meyer relata como o livro povoou as lembranças de Oswald de Andrade, Monteiro Lobato, Guimarães Rosa, entre outros (MEYER, Marlyse. *Caminhos do imaginário no Brasil*. São Paulo: Edusp, pp. 147-59). Na produção romanesca de Graciliano, há menção a tal obra em *Infância* (1945), quando o artista relembra uma das cantigas que sua mãe cantava, a qual se referia “a episódios de chegança, briga de mouros e crentes verdadeiros, mas tinha o nome de marujada e encerrava diversas interpolações” (RAMOS, Graciliano. *Infância*. Rio de Janeiro: Record, 1953, p. 136), e em *Angústia*, no momento em que Luís da Silva relata seu anseio de abdicar das complicações do mundo moderno e retornar à vida simples do passado: “Desejaria calçar alpercatas, descansar numa rede armada no copiar, não ler nada ou ler inocentemente a história dos doze pares de França” (RAMOS, Graciliano. *Angústia*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1953, p. 172).

3. Espécie de almanaque composto por Jerônimo Cortez e editado pela primeira vez em Lisboa, em 1703. “Foi o livro mais lido nos sertões do Nordeste (...). Registra um pouco de tudo, incluindo astrologia, receitas médicas, calendários, vidas de santos, biografia de papas, conhecimentos agrícolas, ensinos gerais, processo para construir um relógio de sol, conhecer a hora pela posição das estrelas, conselhos de veterinária” (CASCUDO, Câmara. *Dicionário do folclore brasileiro*. 2 vols. Brasília: Instituto Nacional do Livro; Ministério da Educação e Cultura, 1972, vol. 2, p. 506).

4. Por erro, no original, não consta a vírgula que separa a primeira e a segunda orações coordenadas assindéticas do presente período.

Chavões[1]

Atacam por aí o lugar-comum. Não sei por quê. Sendo comum, deve ser conveniente ao público, e não valem contra ele as opiniões de alguns cavalheiros que não são comuns.

Se me dão licença, declaro que tenho predileção especial pelos clichês. E a minha razão está aqui: é mais cômodo viajar em automóvel por uma estrada de rodagem sem buracos que percorrer os caminhos sertanejos cheios de surpresas de espinho rasga-beiço.

Comparando mal (ou comparando bem, como quiserem), a literatura encrencada dos homens de talento é como as veredas de minha terra: tem curvas fechadas, rampas que escangalham um carro, tocos prejudiciais aos pneumáticos, pedras, atoleiros, riachos, precipícios, areais e ramos indiscretos que batem na cara da gente.

Tudo isso é desagradável e produz abalos e interrupções frequentes na viagem e na leitura.

Vejam agora a rodovia bem conservada e a crônica literária de um cidadão inofensivo. Ambas são planas, batidas, retas, extensas — e resvalamos por elas facilmente, com velocidade de oitenta quilômetros por hora, sem precisão de entendê-las. Quando muito, perguntamos ao *chauffeur* ou ao conhecido que entra no café: “Quem foi que fez isto?”

Com efeito, nenhum viajante ou leitor, por muito exigente que seja, sentiu nunca a necessidade de compreender uma estrada ou um artigo campanudo.

E precisamente pela sensação de preguiça que experimentamos lendo frases bombásticas simpatizo com certos autores. Sem eles, jornais e livros se tornariam depressa intoleráveis.

Imaginem a maçada de estar um cristão a catar pensamentos em todas as linhas que encontra. É trabalho penoso, porque há sujeitos que pensam bem, mas

não se exprimem com clareza, outros que se agarram a assuntos terríveis e nos obrigam a olhar para cima e a procurar uma brecha que não aparece. Quase sempre detestamos mistérios.

Por isso lemos com imenso prazer os escritores que não dizem nada. Excelentes criaturas. Têm boas intenções e portam-se decentemente.

Ora vejam. Coberto de glória, o Sr. Graça Aranha resolve morrer, o que é uma perda irreparável para a sua excelentíssima família e para a Academia Brasileira de Letras.[2]

Um doutor que há vinte e tantos anos leu *Canaã* e entusiasmou-se, como então era costume, lembra-se de compor o necrológio do ilustre diplomata. Arma-se de gramáticas, dicionários e outros instrumentos análogos, senta-se, bebe café, fuma cigarros e atira quatro colunas em cima do finado. Pois essas quatro colunas, com pequenas modificações no tipo, no título e em alguns adjetivos, servem perfeitamente para defender o divórcio, para fazer declarações de amor e para insultar a Rússia. Têm minas de ouro, cachoeiras, florestas, a pátria, a bandeira, o céu, o mar, um grande número de instituições consideráveis que a gente lê pensando na vida, pensando no câmbio, ou não pensando em coisa nenhuma. É admirável.

Comparem um capítulo do Sr. Oliveira Vianna sobre o Brasil colonial[3] a um desses artigos que por aí se publicam a respeito de Castro Alves ou da prefeitura municipal de Porto de Pedras. A primeira tem latifúndios, engenhos de banguê, nobreza rural, pecuária, mineração e governadores gerais; o segundo tem tudo. Ou não tem nada. É ótimo. Não nos perturba as ocupações ordinárias, pode ler-se no banho, em cima duma bicicleta, ou junto a um tabuleiro de xadrez. E adapta-se admiravelmente às nossas condições interiores. Se estamos zangados, afirmamos que aquilo é insensatez; se estamos de bom humor, achamos engraçado e útil como objeto de estudo. Os católicos levantam os olhos para o céu e sorriem docemente: “Pobrezinho, é um bem-aventurado”; os ateus rasgam o jornal e gritam: “Ora, sebo!”

Apresento uma sugestão aos homens inteligentes: deixem de escrever e entreguem a pena aos imbecis.[4]

Notas

1. RAMOS, Graciliano. “Chavões”. *Novidade*, Maceió, nº 8, 30 de maio de 1931, p. 7.
2. O autor de *Canaã* e membro fundador da Academia Brasileira de Letras (cadeira 38) falecera em 26 de janeiro de 1931, alguns meses antes da publicação da presente crônica.
3. Referência ao primeiro volume de *Populações meridionais do Brasil*, obra do historiador e sociólogo Oliveira Vianna, publicada em 1920, pela editora de Monteiro Lobato.
4. Ao pé desta crônica, havia a seguinte afirmação dos editores do periódico: “No próximo número: um capítulo d’*Os Caetés*, romance de Graciliano Ramos, a sair brevemente no Rio”. Além de “Sertanejos” e “Chavões”, textos recolhidos neste volume, Graciliano publicou, em *Novidade*, o referido excerto de seu livro de estreia (trata-se do capítulo XXIV da obra, saído em primeira mão no número 9 da revista, em 6 de junho de 1931), bem como as crônicas “Lampião” (estampada no número 3, de 25 de abril de 1931) e “Milagres” (presente no número 14, de 11 de julho de 1931), reunidas, posterior e respectivamente, nos livros póstumos *Viventes das Alagoas* e *Linhas tortas*, lançados pela Livraria Martins Editora em 1962. Para mais informações sobre a revista *Novidade*, bem como sobre a passagem de Graciliano pelo periódico, ver LEBENSZTAYN, Ieda. *Graciliano Ramos e a Novidade*: *o astrônomo do inferno e os meninos impossíveis*. São Paulo: Hedra, 2010.

O testa de ferro[1]

Naquele tempo os jornalistas eram homens que fabricavam desaforos com tinta.

Os de hoje também fabricam, mas antigamente os desaforos eram mais pesados e mais numerosos.

Dedicar-se alguém a essa hidrofobia impressa, agradável aos leitores e desagradável aos políticos, é arriscado e exige músculo abundante e ossos espessos, atributos que dificilmente se encontram em articulistas. Eles têm, é verdade, bastante coragem, mas a coragem dura apenas o tempo necessário à produção dos artigos. Com as portas cerradas e Deus por testemunha, todos nós somos criaturas naturalmente dispostas — e arranjamos sozinhos diálogos admiráveis em que espatifamos adversários com habilidade espantosa.

É impossível conhecer-se a dignidade toda que há nos homens: de ordinário ela fica escondida. Surge às vezes nas conversas em que pessoas imaginosas contam rasgos de heroísmo que praticaram e nos insultos escritos para os jornais.

É aí que o indivíduo se supera, como dizia o Zaratustra, e se, em horas de trabalho, o literato valente visse aparecer-lhe um perigo sério, é provável que, impossibilitado de se transformar de repente, tivesse um pouco das qualidades que julga ter.

Infelizmente as folhas descem para a composição — e certas ideias importunas começam a picar o redator. Na revisão cortam-se alguns adjetivos cabeludos; como, porém, a coragem ainda existe, outros permanecem. De resto é preciso que um intelectual não se acanalhe perante os tipógrafos. Resultado: no dia seguinte há conveniência em o jornalista não sair de casa ou sair com precaução, olhando para os cantos e evitando encontros prejudiciais à ordem pública.

Realmente a tranquilidade só chega quando vem a certeza de que a vítima,

fingindo superioridade, não ligou importância ao ataque. Aí o articulista sabe, sem nenhuma sombra de dúvida, que é bravo.

Com exercício, no decorrer dos anos, a bravura aumenta.

Podem advir, entretanto, mal-entendidos e sucessos deploráveis. Criaturas de índole selvagem, ignorando que a imprensa é um sacerdócio e pode gritar, arranhar, morder impunemente, indignam-se quando são alvejadas com retórica e vingam-se com pancadas. Temos visto alguns desses mártires da liberdade do pensamento, cobertos de glórias e de esparadrapos.

Para poupar sacrifícios inúteis foi que, em épocas passadas, se instituiu o testa de ferro, figura de que os escritores idosos se lembram.

Era o padrasto das diatribes que as folhas publicavam.

Não valia nada, falava difícil, discutia todos os assuntos, conhecia frases latinas, não escrevia, não se ocupava em coisa nenhuma e ganhava cinquenta mil réis por mês, uma insignificância atualmente, mas quantia razoável no tempo em que havia câmbio.

Se um jornal trazia publicação escandalosa, os ofendidos tinham dois caminhos, é claro: partir a cara do autor ou levá-lo à Justiça. Quem foi, quem não foi — e o barulho começava.

Nesse ponto o testa de ferro assinava uma declaração responsabilizando-se pelas injúrias e calúnias presentes e futuras. E a parte contrária, desarmada, metia a viola no saco, porque ninguém quereria entreter com semelhante personagem uma briga chinfrim em calçadas ou uma pendência ridícula no foro.

Daí em diante a gazeta podia insultar à vontade. Ah! Já tivemos liberdade de pensamento.

E a reputação do testa de ferro crescia. O testa de ferro era considerado.

Sofria, é certo, alguns dissabores sem consequências graves: quebravam-lhe uma costela ou duas, de longe em longe, em noites de escuro. Tolice. Em toda parte há sempre costelas quebradas.

Enquanto o nosso homem se consolidava, a literatura política florescia jogando bilhar, dançando na Phenix[2] ou declamando discursos.

O testa de ferro desapareceu. Habituado a viver em redações, acabou mexendo os pronomes, fez sonetos e compôs arengas compridas. Depois morreu. Faz pena.

Por isso deixam de circular hoje em dia muitas descomposturas.

Notas

1. G.R. [Graciliano Ramos]. “O testa de ferro”. *Jornal de Alagoas*, Maceió, 16 de agosto de 1931, p. 3. Publicado em número comemorativo do *Jornal de Alagoas*, dedicado ao centenário da imprensa alagoana, que teve seu início com a publicação do periódico *Íris Alagoense*, em 1831. (SANT’ANA, Moacir Medeiros de. *História da imprensa em Alagoas, 1831-1981*. Maceió: Arquivo Público de Alagoas, 1987, p. 20).

2. Referência ao Clube Fenix Alagoana, fundado em 7 de setembro de 1886, cuja finalidade era “realizar reuniões dançantes, serenatas musicais e coreográficas, jogos permitidos e outras distrações” (BARROS, Francisco Reinaldo Amorim de. *ABC das Alagoas — dicionário biobibliográfico, histórico e geográfico das Alagoas*. 2 vols. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2005, vol. 1, p. 264).

Mulheres[1]

Afinal temos aqui vencedor o nosso pequeno feminismo caboclo.

Pouco importam as opiniões irritantes que pessoas biliosas manifestam a respeito do cérebro da mulher. A esta hora nas mais distantes povoações do Estado senhoras decididas se aprumam, projetam vestidos e discursos de aparato, organizam comissões para atenazar o governo.

Exatamente como os homens. Os mesmos pedidos, as mesmas embromações, mas aparência muito melhor.

É possível que bom número delas se esteja preparando para a futura assembleia estadual e imaginando alterações em códigos de posturas e orçamentos municipais, que sempre foram ruins, apesar da competência dos conselhos e dos prefeitos. Por baixo dos cabelos curtos, como os nossos, fervilham programas que os homens não souberam executar em quarenta anos ou, se acharem pouco, em quatrocentos e trinta.

Para usar de franqueza, tudo pelo interior está desorganizado, e a culpa não é delas. Ninguém tem o direito de julgá-las incapazes. Podem fazer as promessas mais elásticas.

A verdade é que as nossas matutas estão muito mais preparadas que os matutos. Até a idade de 12 anos, vão à escola, enquanto os meninos arrastam a enxada ou se exercitam, em calçadas ou em bilhares de ponta de rua, para uma vida fácil de malandros. Crescem um pouco, e os ardores da puberdade as levam para os romances amorosos, que lhes corrigem a sintaxe. Um dia dão uma topada sentimental, casam-se e, algum tempo depois do casamento, quase nunca menos de nove meses, passam à categoria de mães. São agentes do correio, telegrafistas, professoras interinas, datilógrafas num banco popular e agrícola, mulheres de negociantes. Como mulheres de negociantes, tomam conta da loja, compram, vendem, escrituram, arrumam, desarrumam, varrem, espanam, brigam

com o caixeiro (ou não brigam), escrevem bilhetes de cobrança, entendem-se com os representantes dos fornecedores.

Enquanto isso acontece, os maridos passam oito meses do ano jogando gamão, discutindo os telegramas dos jornais, atacando o governo e o imposto nas barbearias, nas farmácias, nas esquinas.

É assim na cidade pequena, que hoje, por desconto dos nossos pecados, tem eletricidade, cinema, automóvel, gasolina, outras infelicidades americanas que nos deixam de esmola.

No campo é diferente. Em cada sítio, quando falta a professora pública, há uma velha sabida, perita em décimas e ladainhas. É ela que ensina as quatro espécies de contas às meninas e lhes mete o almanaque entre os dedos. O almanaque resume a ciência toda.

Os meninos sapecam-se na queimada, enegrecem na coivara e, logo que ficam taludos, dançam o coco em festas de S. João e bebem aguardente nas sentinelas de defuntos. Casam-se novos e entregam às companheiras tudo quanto exige pensamento: correspondência, palestras com as visitas, explicações das coisas da natureza, leituras piedosas, comunicações com a Divindade e com o vigário da freguesia.

A consequência disso é existirem no sertão mulheres terríveis, que transformam os maridos em quincas, administram propriedades, arengam com os coronéis, têm cabroeira, mandam matar gente e protegem criminosos no júri.

Há a mulher chefe político. Sempre houve. Tem um cunhado secretário da prefeitura, um irmão delegado de polícia, muitos afilhados cobradores de impostos municipais e um marido que serve para pedir ao governo a demissão do promotor e a remoção do cabo comandante do destacamento.

Ora as senhoras não votavam. Agora votam. As matutas foram à eleição de 3 de maio e comportaram-se perfeitamente.[2] Assinaram as folhas com desembaraço, entraram no gabinete, meteram a chapa no envelope e, em conformidade com os conselhos da Liga de Ação Católica, sufragaram os candidatos do Partido Nacional, do Partido Democrata e do Partido Socialista.

Os matutos em geral não se comportaram bem. Sentaram-se tremendo e estiveram dez minutos sujando os dedos com tinta e procurando tirar um fiapo inexistente no bico da pena. Fizeram borrões no papel, foram à saleta secreta, voltaram e deitaram o título de eleitor dentro da urna.

Vão agora pensar que esses pobres homens continuarão a atrapalhar a política e a administração do Estado. Não continuam. Os municípios serão dirigidos por mulheres. Dirigidos claramente. Porque em alguns, conforme ficou dito, já elas dominavam à socapa no tempo em que só os homens podiam votar.

Imaginem a que nos reduziremos para o futuro.

Notas

1. RAMOS, Graciliano. “Mulheres”. *Jornal de Alagoas*, Maceió, 20 de maio de 1933, p. 3.
2. No momento da escritura da narrativa, havia uma preocupação, expressa pelo *Jornal de Alagoas*, quanto à educação política do novo eleitorado feminino, cujo voto fora recém-instituído pelo Código Eleitoral Brasileiro de 24 de fevereiro de 1932, e quanto a quais seriam as representantes-mulheres na Assembleia Constituinte de 1933, depois da realização do pleito em maio desse mesmo ano. Tais considerações podem ser observadas, por exemplo, nos textos “A mulher e a política”, “A presença da mulher na antessala da Constituinte” e “Quem deverá representar a mulher alagoana na futura Constituinte”, publicados no veículo, respectivamente, em 4 de agosto de 1932, 25 de novembro de 1932 e 2 de março de 1933. Anteriormente, a defesa do voto feminino já havia ganhado as páginas do referido periódico alagoano ao longo do ano de 1931 em três oportunidades: “Voto feminino” (em 3 de maio), “O direito de voto à mulher” (em 1º de outubro) e “A reforma eleitoral” (em 2 de outubro) (ver AZEVEDO, Vivice. “Apports inédits à l’oeuvre de Graciliano Ramos”. In: *Graciliano Ramos: Vidas secas (séminaires de février et juin 1971)*. Poitiers: Centre de Recherches Latino-Américaines, da Universidade de Poitiers, 1977, p. 132).

Doutores[1]

Aqui na capital os doutores são indivíduos quase como os outros: vestem-se como todo mundo, falam como todo mundo, é possível a gente desprevenida passar junto a eles sem perceber nenhum sinal que os denuncie.

Têm, naturalmente, as suas honras de sabedoria oficial no consultório ou na repartição, mas findo o trabalho, escondem o anel, dobram a carta e vão para os cafés discutir fitas do Floriano,[2] literatura, sociologia e outras habilidades. Um sujeito da rua grita para eles:

— Oh Théo![3] Oh Moacir![4] Como vai, Zé Lins?[5]

E os que jogam dados na mesa próxima ficam sem saber que um daqueles fregueses é especialista em moléstias de crianças, outro ensina física, o terceiro escreve romances.

São bem razoáveis os doutores da capital.

Os do interior são muito diferentes deles. Dogmáticos, eriçados, carrancudos.

A diferença explica-se. O bacharel, o médico ou o engenheiro que mora na cidade encontra frequentemente, dentro da sua classe ou fora dela, homens sabidos. Daí uma aproximação, uma familiaridade útil a todos.

No interior não é assim. O rapaz que salta da academia para a roça sente-se isolado. Vai com a cabeça cheia de fórmulas, algum pensamento e muito bons desejos: quer abrir uma escola, criar o horrível grêmio literário, fundar um desses pequeninos jornais onde os talentos cambembes engatinham. Mas só percebe em redor brutalidade e chatice. O pensamento e os desejos encolhem-se.

Busca fugir à brutalidade ambiente, procura alguma saliência naquela chatice toda. Nada.

Na primeira visita que faz ao prefeito ouve o sermão declamado no domingo, sermão que o vigário há dez anos profere todas as semanas, com muito fervor e pouco êxito. A mulher do prefeito defende o vigário. Mas o prefeito é livre-

pensador. Não se entendem. E o visitante sai zonzo.

É atraído por umas risadas enormes. Anda meio quilômetro e afinal descobre um malandro ocupado em fazer relatório dos amores ilícitos da localidade, história complicada e antiga a que a imaginação tacanha do narrador todos os dias acrescenta um pormenor.

Afasta-se, enjoado.

— Gente estúpida! Gente ruim!

Convidam-no para um casamento. Vai, constrangido. No meio da festa dão-lhe a palavra. Se é um bacharel afoito e linguarudo muito bem. Mas às vezes é agrônomo ou cirurgião-dentista e confessa honestamente que não sabe fazer discursos. Está arrasado: daí em diante não inspira nenhuma confiança.

O matuto é um ser que fala abundantemente. Dizendo as coisas mais simples, usa tiradas absurdas, circunlóquios, que não têm fim. Acha que os outros devem ser também tagarelas.

Para ele qualquer doutor tem obrigação de saber fazer tudo: requerimentos, defesas no júri, correspondências para o jornal, demarcações de terra, extração de dentes, eleições, orçamentos municipais e receitas de remédios.

Assim, o letrado oficial que vive em cidade pequena, se não quer passar por ignorante, entrega-se a ocupações numerosas. Torna-se um charlatão.

Com aprumo que faz pena, diz cinicamente: “Para matuto é isto: ensinar o que ele sabe e comer o que ele tem.”

Muita arrogância e uma frase latina: *dura lex sed lex* ou outra. Se o latim falha, agarra-se ao francês.

Os roceiros ficam embasbacados. E o doutor triunfa.

Depois que arranja um conceito regular, fala pouco para não se comprometer: sorri, gesticula.

É, naturalmente, o consultor da povoação onde reside. Se lhe fazem pergunta difícil, evita o obstáculo usando expressões arrevesadas.

Esquece as fórmulas que trouxe da Academia, mas os fragmentos de algumas ficam, inúteis e sempre repetidos, a adornar-lhe os restos do espírito.

Admira os personagens consagrados pelo artigo de fundo, tem horror à poesia sem rima, acata o governo e a oposição, gosta do progresso e de dois em dois anos manda fazer uma roupa de casimira e torna-se importantíssimo.

Escrevendo arrazoados, examinando doentes ou fabricando xaropes, emprega José de Alencar, Rui Barbosa, Castro Alves e Euclides da Cunha.

O matuto baba-se por ele, e quando é rico, tenta casá-lo com uma filha, que o grande desejo do tabaréu é ter um parente doutor. Busca tratá-lo familiarmente, mas isto é impossível. Julga-se muito pequeno. Dirigindo-se a ele, diz *senhor*; ele, em resposta, diz *você*.

Esse tratamento leva os homens da aldeia a sacrifícios.

Um soletra quatro livros pacientemente e faz-se rábula ou tabelião. O doutor auxilia-o.

Outro estabelece loja de fazenda, ganha dinheiro. O doutor visita-o depois do jantar e conta anedotas, com superioridade.

O negociante passa da loja para o armazém, arranca uma fortuna do couro do mandioqueiro. O doutor continua a olhá-lo de cima para baixo.

O desgraçado mete-se em política, transforma-se em prefeito e, se há Constituição, vira deputado, com o favor do governo. Diante do doutor, é sempre mesquinho. Acredita no que ele diz, deixa-se enganar candidamente. Declara, com uma espécie de orgulho:

— Doutor Fulano risca e eu corto.

É esse doutor, parlapatão e ignorante, que domina as cidadezinhas do interior. Lá não há livros, e os jornais, raros, servem para se embrulhar sabão, nas bodegas.

Quando o governo conhecer bem isso, cortará muitas despesas inúteis.

E a opinião pública, pelo menos na aldeia, estará com ele.

Notas

1. RAMOS, Graciliano. “Doutores”. *Jornal de Alagoas*, Maceió, 11 de junho de 1933.

2. Cine-teatro Floriano: espaço de exibição criado em 1913, que se situava no trecho “mais elegante da Rua do Comércio” (SILVA, Ronaldo de Andrade Silva. *Teatro amador no Maceió das Alagoas (1940-1970) — a trajetória do efêmero*. Dissertação (Mestrado em Artes) — Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996, p. 49).

3. Referência a Theotônio Vilela Brandão (1907-81), folclorista, poeta, professor, médico, farmacêutico. Nesse momento, mantinha uma clínica de pediatria e obstetrícia em Maceió. “Participou do movimento modernista em Alagoas, ao lado de Aloísio Branco, Aurélio Buarque de Holanda, Valdemar Cavalcanti, Graciliano Ramos e outros” (BARROS, Francisco Reinaldo Amorim de. *ABC das Alagoas — dicionário biobibliográfico, histórico e geográfico das Alagoas*. 2 vols. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2005, vol. 1, p. 171).

4. Provável referência a Moacir Soares Pereira (1907-2001), professor, químico industrial, advogado e plantador de cana-de-açúcar. Em 1927, por concurso, tornou-se catedrático de Física do Liceu Alagoano. Colaborou na revista *Novidade* (1931), com os artigos “O acordo naval”, “O voto proporcional” e “Novos rumos”. Em 1942, publicou pela Livraria José Olympio Editora, com prefácio de José Lins do Rego, a obra *O problema do álcool-motor* (BARROS, Francisco Reinaldo Amorim de, *op. cit.* vol. 2, p. 395).

5. Em 1926, depois de abandonar o cargo de promotor público que exercia no interior de Minas Gerais, o escritor José Lins do Rego foi nomeado fiscal de bancos em Maceió. Residindo na capital alagoana, passou a conviver com o grupo de jovens intelectuais que se formara na cidade, entre os quais se encontravam Graciliano Ramos, Rachel de Queiroz, Jorge de Lima, Aurélio Buarque de Holanda e Santa Rosa.

Um romancista do Nordeste[1]

O Sr. Prudente de Moraes Neto,[2] falando sobre a nossa literatura de ficção, pobre demais, fez-me há tempo uma observação que achei curiosa. O romance brasileiro é ruim, os melhores escritores emperram neste gênero. Por que será? Impotência? Talvez o ambiente não ofereça material que preste.

Fiquei surpreendido e com desejo de contrariar uma pessoa inteligente e autorizada como o Sr. Prudente de Morais Neto.[3] Pensei que ele tinha sido rigoroso em demasia com alguns novelistas indígenas e especialmente com o país, que deve ser como os outros países, salvo pequenas diferenças. Em todos os lugares há romances, disse comigo, o que falta às vezes é o romancista.

Liliput e Brobdingnag nunca existiram e não obstante Swift pôs lá o seu Gulliver. Um urso, uma pantera, uma cobra, um tigre, vários macacos e lobos deram a Kipling, que não viveu na floresta e de homens só utilizou um, que era quase bicho, assunto para dois livros da *Jungle*. Onde houver um ser dotado de imaginação há uma obra de arte em perspectiva.

É certo que as criaturas que nos rodeiam são ordinárias, mas também pode que o Raskolnikoff e a Sonia de Dostoievski fossem na realidade um assassino comum e uma prostituta vagabunda, sem nenhuma espécie de grandeza. Vendo-se impressos, talvez não se reconhecessem.

Matutei nestas coisas quando li, há alguns meses, o segundo volume da série que o Sr. José Lins do Rego iniciou com a publicação duma novela escrita em brasileiro.[4] É um bom romancista, creio eu. E entretanto decorre num ambiente de estreiteza lastimosa. Constituem o meio físico as quatro paredes dum colégio — prisão do Nordeste, um rio, pedaços de natureza entrevistos de relance. O meio social compõe-se de cinco ou seis meninos de importância medíocre, um professor brutíssimo, a mulher e o sogro do professor, uma preta, uma vaga meretriz assanhada, mais algumas figuras que entram e saem discretamente.

Muito pouco! Mas apesar disso, e talvez por isso, o Sr. José Lins do Rego fez um bom trabalho. Julgo que é um trabalho admirável.

Se o escritor dispusesse de grande número de tipos que se mexessem numa cidade, é possível que não resistisse à tentação de, como tantos outros, fornecer-nos pormenores inúteis. Jogando com elementos escassos, teve de extrair quase tudo do seu interior.

Até agora o Sr. José Lins do Rego publicou dois livros. Os críticos andaram a compará-los. Qual seria o melhor? Pensando bem, acho que a pergunta não tem cabimento: há apenas uma obra em dois volumes. Provavelmente virão outros — e teremos uma pequena Comédia Humana nordestina.

O que há é que no primeiro, o *Menino de Engenho* celebradíssimo, existem descrições que poderiam desaparecer sem desvantagem, uma queimada e uma enchente por exemplo, bem-feitas, mas que já foram exploradas por literatos de outras épocas, o finado José de Alencar e o finado Graça Aranha inclusive. Esta opinião não tem importância. De ordinário o que se julga melhor no romance é exatamente a parte objetiva, e é provável que essas duas tiradas, ricas em minudências, semelhantes às fotografias que Balzac e os realistas aproveitaram, hajam concorrido para tornar *Menino de Engenho* uma história admirada por toda a gente.

A verdade é que o Sr. Lins do Rego não precisa recorrer ao pitoresco para dar vida às suas criações. Nesse *Doidinho* excelente não há excesso de tintas. As coisas não nos aparecem como são (e quem sabe lá como são as coisas?), mas como o personagem principal as vê. Esse personagem, sujeito inteligente e com um parafuso frouxo, transmite-nos ampliados e interessantes os fatos mais corriqueiros.

Não sabemos como é por fora essa criança carregada de taras e cacoetes. Será loura ou morena? Terá os olhos pretos, azuis, verdes ou amarelos? E o resto? Estamos longe do tempo em que o cidadão gastava eternidades para descrever um tipo das unhas dos pés à ponta dos cabelos. Não esquecia uma ruga, não esquecia um botão da camisa. No fim de tudo apresentava um manequim.

Presumimos que o protagonista do Sr. Lins do Rego tem rugas, botões, olhos e cabelos, como todos nós, mas o autor não nos amola com semelhantes bagatelas: mostra-nos o rapaz por dentro. Surge então, vivo, bulindo, um sujeito que não é como os outros, um sujeito cheio de curiosidades e caprichos, indiferente às lições e à chatice da escola, incapaz de marcar passo e marchar na fileira, movendo-se desordenadamente e transformando, com os olhos e os ouvidos muito abertos, o mundo exterior num universo novo.

Tudo se anima. A água do rio não serve apenas para tirar-lhe a porcaria ganha no colégio imundo: lava-lhe a alma e transporta, para o sítio onde viveu, as suas

tristezas de estudante maltratado. O bueiro do engenho é um amigo velho que o chama de longe. Na sua memória o avô deixa de ser o explorador da cabroeira que se esfalfa no eito: muda-se numa espécie de santo que se preocupa com a sorte dum assassino preso.

A obra do Sr. Lins do Rego tem coesão. Às vezes a de escritores grandes demais não a tem. Os livros do velho Hugo, os de Anatole France, os de Machado de Assis estão cheios de soluções de continuidade, intercalações, enxertos. Vendo esses parêntesis, somos levados a pensar que certos autores ou trabalham com interrupções, ou escrevem nas horas vagas folhas avulsas que entremeiam nas suas narrações com mais ou menos habilidade. Entre nós o comum é encontrarem-se romances arranjados com pedaços desconexos. Lemos uma página boa, em seguida vinte páginas que não são boas nem ruins, adiante uma péssima, depois uma sofrível — e o leitor tem a impressão de estar vendo um desses gráficos do serviço de estatística em que as linhas descem e sobem desesperadamente.

É possível que um olhar agudo descubra altos e baixos na obra do Sr. Lins do Rego. Não notei isso. Também não me esforcei por encontrar preciosidades. Pouco me satisfaria achar aqui um diálogo natural, ali uma descrição encaixada a propósito, acolá uma frase original. Essas descobertas só serviriam para prejudicar o conjunto, seriam como elevações numa planície. Se me recomendassem uma estátua por ter as mãos e os pés bem-feitos, eu não ficaria contente. Preferiria que nem as mãos nem os pés fossem demasiado bem-feitos, mas que estivessem em harmonia com as outras partes do corpo.

De resto esse trabalho de expor minúcias revela mão de especialista, e no romance, campo vastíssimo, o especialista, a começar pelo gramático, não ultrapassa as fronteiras do seu distrito.

O Sr. Lins do Rego não é especialista em coisa nenhuma. Nada de terminologias embaraçosas. Mostra simplicidade extraordinária, põe-se facilmente em contato com o povo ignaro, como dizia Camões. Dificuldade.

Outra dificuldade, e terrível, foi ter conseguido tornar-se interessante servindo-se desta pobre língua do Nordeste, língua bronca, incerta, de vocabulário minguado. Língua braba, que o Sr. Mário Marroquim procura domesticar.[5] Notem que o matuto fala pouco diante de pessoas sabidas. Quando o obrigam a falar, recorre aos gestos, usa circunlóquios — e o discurso é charada. Uma só expressão, variando com o tom da cantiga que é a conversa ordinária do tabaréu, tem significações que nos atrapalham. Dialeto horrível para a linguagem escrita.

Outra coisa. Tenho estado a pensar que o Sr. Lins do Rego escreveria, se quisesse, excelentes biografias. Como as de André Maurois. Valeria a pena?

Seria preferível transformar o velho Cotegipe numa espécie de Disraeli?[6] Talvez não fosse. Onde achar personagens? Parece que estou inutilizando o que afirmei no começo deste artigo.

Mas na biografia a imaginação não poderia fazer tudo.

Notas

1. RAMOS, Graciliano. "Um romancista do Nordeste". *Literatura*, Rio de Janeiro, ano 1, nº 18, 20 de junho de 1934, p. 1.

2. Prudente de Moraes, Neto (1904-77): escritor e crítico modernista. "Sem sombra de dúvida ele foi uma das vozes mais atuantes nas duas primeiras décadas do modernismo" (MASSI, Augusto. *Militante bissexto*: o *crítico Prudente de Morais, Neto*. Tese (doutorado em Letras) — Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004, p. II.

3. Tal debate entre Graciliano e Prudente de Moraes Neto, estabelecido, provavelmente, mediante troca de correspondências entre ambos no início dos anos 1930 (ver RAMOS, Clara. *Mestre Graciliano*: *confirmação humana de uma obra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979, pp. 67-8), já havia sido tematizado pelo crítico carioca em artigo publicado na seção "Crônica Literária", da revista *A Ordem*, em março de 1932. Em tal texto, depois de destacar que o gênero romance ainda não teria se aclimado no Brasil, Prudente de Moraes Neto, encoberto pelo pseudônimo "Pedro Dantas", parte em busca dos motivos para tal adaptação infrutífera, que apresentava "evidentes sintomas de depauperamento": "Mas que misteriosas razões nos arrastam, assim, a sucessivos fracassos? Faltar-nos-á matéria romanceável? Em parte deve ser isso. Essa circunstância, porém, por si só não explica suficientemente tanta perseverança no insucesso. Fosse só isso e devíamos produzir boa cópia de romances dos que '*peuvent être mis entre toutes les mains*', o que entretanto não acontece. (...) Não: de tudo se poderia fazer romance, mesmo da nossa vida, por mais que fosse provinciana e medíocre. A razão está com o Sr. Graciliano Ramos: o que nos falta não são romances, são romancistas: não é o material, e sim quem saiba como aproveitá-lo para construir" (in: DANTAS, Pedro [Prudente de Morais Neto]. Crônica Literária — "A mulher que fugiu de Sodoma". *A Ordem*, Rio de Janeiro, nº 25, março de 1932, p. 208).

4. Referência a *Doidinho* (Rio de Janeiro: Ariel, 1933), segunda obra do chamado *Ciclo da cana-de-açúcar*, iniciado por José Lins do Rego mediante a publicação de *Menino de engenho* (Rio de Janeiro: Adersen, 1932).

5. Referência à obra *A língua do Nordeste*: *Alagoas e Pernambuco* (São Paulo: Nacional, 1934), de autoria do filólogo Mário Marroquim.

6. Benjamin Disraeli (1804-81): político britânico de origem judaica que chegou ao posto de primeiro-ministro do Reino Unido. Sobre ele, o referido escritor francês Andre Maurois escreveu a biografia *La vie de Disraeli* (Paris: Gallimard, 1927). Ao mencionar "o velho Cotegipe", Graciliano se refere a João Maurício Wanderley, destacado senador e ministro durante o Segundo Reinado, que portava o título nobiliárquico de "barão de Cotegipe".

O romance do Nordeste[1]

Nestes quatrocentos anos de colonização literária recebemos a influência de muitos países. Sempre tentamos reproduzir com todas as minudências a língua, as ideias, a vida de outras terras. Não sei donde vem esse medo que temos de sermos nós mesmos. Queremos que nos tomem por outros.

Talvez seja porque entre nós é fácil um preto casar com uma branca, uma preta viver com um branco, sem casar. Os mulatinhos escondem-se dos pais e, com o intuito de clarear a descendência, sujaram-se de pó de arroz e imitaram os modos dos estrangeiros. A religião negra, a arte negra, tudo quanto a África nos podia dar foi sufocado pelo ingênuo desejo de arianizar isto depressa.

Havia em Portugal uma certa quantidade de gramáticos. Arranjamos gramáticos mais numerosos e procuramos há alguns anos escrever melhor que os portugueses. Nunca houve lugar no mundo onde se discutisse tanta sintaxe.

Tudo nos vinha de fora.

Na literatura de ficção é que a falta de caráter dos brasileiros se revelou escandalosamente. Em geral os nossos escritores mostraram uma admirável ignorância das coisas que estavam perto deles. Tivemos caboclos brutos semelhantes aos heróis cristãos e bem-falantes em excesso. Os patriotas do século passado, em vez de estudar os índios, estudaram tupi nos livros e leram Walter Scott. Tivemos *Damas das Camélias* em segunda mão. Tivemos paisagens inúteis em linguagem campanuda, pores do sol difíceis, queimadas enormes, secas cheias de adjetivos. Descrições. José Veríssimo construiu um candeeiro em não sei quantas páginas.[2]

Muito pouco — rios, poentes cor de sangue, incêndios, candeeiros.

Os ficcionistas indígenas engancharam-se regularmente na pintura dos caracteres. Não mostraram os personagens por dentro: apresentaram o exterior deles, os olhos, os cabelos, os sapatos, o número de botões. Insistiram em

pormenores desnecessários, e as figuras ficaram paradas.

Os diálogos antigos eram uma lástima. Em certos romances os indivíduos emudeciam, em outros falavam bonito demais, empregavam linguagem de discurso. Dois estrangeiros, perdidos nas brenhas, discutiam política, sociologia, trapalhadas com pedantismo horrível que se estiravam por muitas dezenas de folhas. Via-se perfeitamente que o autor nunca tinha ouvido nada semelhante ao palavrório dos seus homens.

Felizmente, vamo-nos afastando dessa absurda contrafação de literaturas estranhas. Os romancistas atuais compreenderam que para a execução de obra razoável não bastam retalhos de coisas velhas e novas importadas da França, da Inglaterra e da Rússia. E como deixaram de ser obrigatórias as exibições da porta do Garnier, os provincianos conservaram-se em suas cidadezinhas, acumulando documentos, realizando uma honesta reportagem sobre a vida no interior.

O trabalho que há no Nordeste é mais intenso que em qualquer outra parte do Brasil, tão intenso que um crítico, visivelmente alarmado com as produções daqui, disse ultimamente que não é só no Norte que se faz literatura.[3] Decerto. Era indispensável, porém, que nossos romances não fossem escritos no Rio, por pessoas bem-intencionadas, sem dúvida, mas que nos desconheciam inteiramente.

Hoje desapareceram os processos de pura composição literária. Em todos os livros do Nordeste, nota-se que os autores tiveram o cuidado de tornar a narrativa não absolutamente verdadeira, mas verossímil. Ninguém se afasta do ambiente, ninguém confia demasiado na imaginação.

E é assim que deve ser. Se o Sr. Gastão Cruls vivesse aqui, não teria podido escrever o seu *Vertigem*.[4] Apesar de médico e romancista, foi-lhe necessário estar habituado à cidade grande.

Também não seria possível a um carioca, ainda que tivesse visitado o interior do Ceará, conceber e realizar o *João Miguel*. Para fazê-lo a Sra. Rachel de Queiroz consumiu largo tempo examinando uma prisão da roça, registrou as palavras do cabo Salu, conversou com a Filó, viu como ela enchia o cachimbo de barro.[5]

O Sr. Lins do Rego criou-se na bagaceira dum engenho, e julgo que nem sabe que é bacharel. Conservou-se garoto de bagaceira, o que não lhe teria acontecido se morasse no Rio, frequentando teatros e metendo artigos nos jornais. Aqui está bem. Quando o cheiro das tachas vai esmorecendo, dá um salto a uma engenhoca, escuta Zé Guedes, seu Lula, a velha Sinhazinha.[6]

O Sr. Jorge Amado nasceu numa fazenda no sul da Bahia — e por isso escreveu *Cacau*. Instalou-se depois na ladeira do Pelourinho, 68, onde travou

relações com várias criaturas que entraram na composição do seu último livro.[7]

Esses escritores são políticos, são revolucionários, mas não deram a ideias nomes de pessoas: os seus personagens mexem-se, pensam como nós, sentem como nós, preparam as suas safras de açúcar, bebem cachaça, matam gente e vão para a cadeia, passam fome nos quartos sujos duma hospedaria.

Os nossos romancistas não saíram de casa à procura de reformas sociais: a revolução chegou a eles e encontrou-os atentos, observando uma sociedade que se decompõe.

Está claro que ninguém aqui pretende haver construído monumentos. Estamos ainda no começo, mas um excelente começo que nos dá grande quantidade de volumes todos os anos.

Nessa produção excessiva há falhas, topadas, marcas de trabalho feito à pressa. Naturalmente porque estamos a correr sem nos termos acostumado a andar.

O que é certo é que o romance do Nordeste existe e vai para diante. As livrarias estão cheias de nomes novos. Não é razoável pensarmos que toda essa gente escreva porque um dia o Sr. José Américo publicou um livro que foi notado com espanto no Rio:

— Um romance do Nordeste! Que coisa extraordinária![8]

Notas

1. RAMOS, Graciliano. “O romance do Nordeste”. *Diário de Pernambuco*, Recife, 10 de março de 1935.

2. Referência ao livro *Cenas da vida amazônica* (1886), de José Veríssimo. Em *Infância* (1945), ao relembrar sua incursão no mundo das letras e o vaticínio de Mário Venâncio, de que teria um bom futuro como escritor, Graciliano faria remissão a tal obra: “Nunca descreveria um candeeiro como o de metal amarelo que iluminava, com azeite e difíceis pavios, duas páginas das *Cenas da vida amazônica*. Os candeeiros me passavam despercebidos. E seriam necessários” (RAMOS, Graciliano. *Infância*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1953, p. 229).

3. Possível referência a Octávio de Faria, que, depois de elogiar a explosão e a vitalidade do romance nortista, transformou-se no seu mais ferrenho opositor. Antes da publicação do presente artigo de Graciliano, Faria já havia se posicionado contra os autores nordestinos ao destacar, por exemplo, como os críticos haviam silenciado sobre o livro *O inútil de cada um* (1933), de Mário Peixoto. Segundo ele, tal obra teria sido ocultada pelo sucesso “desorientador” dos “romances do Norte”, que dominavam o cenário romanesco brasileiro e não davam espaço para que produções sulistas de cunho mais psicológico e menos documental ganhassem visibilidade (FARIA, Octávio de. “O inútil de cada um”. *Boletim de Ariel*, Rio de Janeiro, ano IV, nº 2, novembro de 1934, p. 48). Seu repúdio à “avalanche de testemunhos” vindos da porção setentrional do país seria sistematizado, alguns meses depois, no polêmico “Excesso de Norte”. Nesse texto, vociferava que o movimento literário nacional havia se deslocado “gritantemente do Centro para o Norte”, depois de um processo que mais se assemelhava a “uma invasão, quase um delírio” (FARIA, Octávio de. Excesso de Norte. *Boletim de Ariel*, Rio de Janeiro, ano IV, nº 10, julho de 1935, p. 263). Segundo o autor carioca, tendo em vista a prevalência da onda nortista de documentação do interior do país, que dominava o mercado editorial, bons romances do Sul teriam passado despercebidos, como se não existissem, pois não se ajustavam à “mania do momento” de tematizar as mazelas e as particularidades do sertão brasileiro.

4. Livro publicado pela Editora Ariel, em 1934, cuja trama, diferentemente dos romances nordestinos aqui referidos por Graciliano ou mesmo do livro anterior do próprio Cruls (*Amazônia misteriosa*. Rio de Janeiro: Castilho, 1925), desenrolava-se no ambiente citadino do Rio de Janeiro, centrando-se no exame meticuloso de uma típica família carioca. Segundo Alcides Bezerra, crítico que apresentava restrições à dita “literatura do Norte”, “*Vertigem* afasta-nos desse romantismo sertanejista, que já deu tudo quanto tinha de dar. É um romance da cidade, do século XX, de gente civilizada. Um romance genuinamente brasileiro” (BEZERRA, Alcides. “Análise espectral de uma família carioca”. *Boletim de Ariel*. Rio de Janeiro, ano IV, nº 4, janeiro de 1935, p. 98).

5. Ambos personagens de *João Miguel*, segundo romance de Rachel de Queiroz, lançado em 1932, cuja história se passa num presídio, no interior do Nordeste.

6. Tríade de personagens presente no romance de estreia de José Lins do Rego, *Menino de engenho* (1932).

7. Referência ao romance *Suor* (1934), sobre o qual Graciliano já havia publicado a crônica “Suor”, estampada na *Folha de Minas* de Belo Horizonte, em fevereiro de 1935. Tal texto também foi recolhido em *Linhas tortas* (1962), com o título “O romance de Jorge Amado”.

8. Este espanto pode ser observado, por exemplo, no artigo em que Tristão de Athayde saúda a chegada de *A bagaceira*, de José Américo de Almeida: “Temos um grande romancista novo. Não sei se velho ou novo de idade. Sei apenas que autor de um livro sensacional (...) — talvez o grande romance do Nordeste pelo qual há tanto tempo eu esperava” (ATHAYDE, Tristão de [Alceu

Amoroso Lima]. “Uma revelação”. *A Ordem*, Rio de Janeiro, 1930. In: ALMEIDA, José Américo de. *A bagaceira*. 12ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1972, p. lxxxix-xc).

Alguns números relativos à instrução primária em Alagoas[1]

O quadro que nos apresentava, há poucos anos, a instrução em Alagoas era este: dezena e meia de grupos escolares, ordinariamente localizados em edifícios impróprios, e várias escolas isoladas na capital e no interior, livres de fiscalização, providas de material bastante primitivo e quase desertas. As professoras novas ingressavam comumente nos grupos; as velhas ficavam nas escolas isoladas, desaprendendo o que sabiam, longe do mundo, ensinando coisas absurdas. Salas acanhadas, palmatória, mobília de caixões, santos nas paredes, em vez de mapas. Em 1932 eram assim as escolas rurais, as distritais e também grande parte das urbanas.

De 17 grupos escolares que possuíamos, oito estavam em casas arranjadas à pressa, sem nenhuma aparência de escolas. Depois da revolução adotaram o sistema de criar grupos escolares que, para bem dizer, só existiam nos decretos. Armava-se um grupo no papel, nomeava-se o corpo docente e depois se procurava uma casa.

Em Palmeira dos Índios havia um desses, pessimamente instalado no prédio da prefeitura. Mobília nenhuma. Cada aluno levava a sua cadeira, cada professora adquiria uma banca. Quatro mulheres e 152 crianças trabalhavam ali em 1933. Provido de bom material, esse estabelecimento tem hoje oito professoras e 374 alunos. Dentro de dois meses será inaugurado o excelente edifício que para ele se está construindo.

O "Deodoro da Fonseca", na cidade de Alagoas, esteve em casa alugada até o fim de 1934, quando passou a funcionar em um prédio conveniente.

Várias das escolas que existiam em salas pequenas, onde as crianças não tinham nenhum conforto e se privavam dos objetos indispensáveis ao estudo,

vão desaparecendo. O ano passado fecharam-se dez na capital. Em compensação foram abertos dois grupos que utilizam 19 professoras.

Este ano criaram-se grupos escolares em Murici, Pão de Açúcar, Atalaia e São José da Lage. Os decretos relativos a esses estabelecimentos foram escritos depois de construídas e mobiliadas as casas. Isso nos dá a supressão de 19 escolas isoladas.

Este ano será iniciada a construção de oito grupos escolares em Maceió, Rio Largo, Coruripe, S. Miguel de Campos, Anadia, Quebrangulo e Sant'Anna de Ipanema. Desaparecerão 36 escolas isoladas.

Em 1932 havia nas escolas públicas 15.826 alunos, 22.821 em 1933, 25.840 em 1934. A frequência média de 11.285, em 1932, subiu a 15.264 em 1933, a 16.900 em 1934.

Excetuados os municípios de Água Branca, Porto Calvo, Igreja Nova, Camaragibe e Maragogi, em todo o Estado a matrícula e a frequência aumentaram. Na capital a matrícula era 3.055 em 1932, 5.576 em 1933, 7.264 em 1934; a frequência cresceu de 2.308 em 1932 para 3.654 em 1933 e 4.859 em 1934.

Em 1932 existiam 434 professores em 337 estabelecimentos de ensino, compreendidos 17 grupos escolares. Temos hoje 473 professores trabalhando em 358 estabelecimentos: 335 escolas isoladas e 23 grupos escolares.

Em 1932 houve 4.089 promoções e 544 conclusões de curso; em 1934 tivemos 7.697 promoções e 1.519 conclusões de curso.

Em 1934 as crianças pobres dos estabelecimentos públicos receberam 3.865 cadernos e 9.064 metros de fazenda. É pouco, mas talvez este ano os fornecimentos cresçam.

Sobre o ensino municipal há os seguintes números: 45 escolas isoladas em 1932, 56 em 1933; 1.622 crianças matriculadas em 1932, 1.994 em 1933; frequência média de 1.412 em 1932, de 1.487 em 1933; 45 professores em 1932, 56 em 1933.

Ensino particular: 95 escolas em 1932, 169 em 1933; matrículas — 4.144 em 1932, 7.365 em 1933; frequência — 3.605 em 1932, 5.775 em 1933; 159 professores em 1932, 225 em 1933. Ainda nos faltam as cifras relativas a 1934. Essas escolas não nos remetem os mapas que o serviço de estatística exige: vai um inspetor colher nelas os dados necessários, e isto demora o trabalho.

De resto só de 1933 para cá o serviço de estatística existe. O que antes havia é bastante nebuloso.

Nota

1. RAMOS, Graciliano. “Alguns números relativos à instrução primária em Alagoas”. *Diário de Pernambuco*, Recife, 2ª seção, 28 de junho de 1935. Tal prestação de contas também foi publicada na revista alagoana *A Escola*, Maceió, setembro de 1935. Em janeiro de 1933, na interventoria de Afonso Carvalho, Graciliano é nomeado diretor da Instrução Pública, cargo correspondente, hoje, ao de secretário estadual de Educação, no qual permaneceu até sua prisão em março de 1936. Depois de dois anos de sua gestão, em 1935, o *Jornal de Alagoas* não deixou de reconhecer o trabalho executado por Graciliano à frente da pasta da educação, destacando o acréscimo de 87,3% no número de matrículas no período de 1932 a 1934: “Trabalhador compenetrado de seus deveres, decidido nas suas determinações, a sua obra, na Instrução Pública, dia a dia se impõe ao respeito da coletividade” (TRABALHANDO em silêncio. *Jornal de Alagoas*, Maceió, 13 de dezembro de 1935).

A literatura de 30[1]

Nesta época de escrita excessiva e leitura apressada temos uma grande quantidade de escritores mais ou menos anônimos e fervilham nos *bureaux* dos livreiros trabalhos inéditos. Para alguma coisa a Revolução de 30 serviu. Apareceu o hábito da leitura, de repente ficamos curiosos, às vezes imprudentemente curiosos, e como nem todos podemos ler línguas estranhas, porque a nossa instrução seja minguada ou porque a baixa do câmbio haja dificultado a importação do papel e das ideias, tratamos de fabricar estas coisas — e a indústria do livro levantou a cabeça. O que é singular no movimento que se opera nestes últimos anos é que ele vem de dentro para fora. Antigamente um cidadão escrevia no Rio, e as suas obras, hoje quase todas definitivamente mortas, impunham-se ao resto do país. Para que um provinciano publicasse um livro aqui era necessário, não que ele pudesse fazer um livro, mas que se aventurasse a uma viagem e, acostumado a pisar no asfalto, entrasse na Garnier com uma carta de recomendação dum acadêmico. Como isso vai longe! Depois das tentativas separatistas de São Paulo, de Minas, do Rio Grande do Sul e do Nordeste, o país encontra-se afinal dividido. Realizou-se na literatura o que indivíduos importantes não conseguiram em política: tornar independentes várias capitanias desta grande colônia. Quem já viu fora de Porto Alegre a cara do Sr. Erico Verissimo? Entretanto ele é hoje um romancista notável, um romancista notabilíssimo. O Sr. Lins do Rego faz a maior parte dos seus livros em Maceió, lugar terrível, absolutamente impróprio a esse gênero de trabalho. E a Sra. Rachel de Queiroz produziu excelentes romances numa rede. Estamos completamente livres da obrigação de ir à rua do Ouvidor e visitar as livrarias.[2] Trabalharemos em qualquer parte, no Brás ou no Acre. Correremos o risco de ficar ignorantes, os homens sábios dirão que somos analfabetos. Ficaremos espantados descobrindo coisas que há cem anos eram velhas e escorregaremos

no solecismo com uma constância desesperadora. Seremos ingênuos e indiscretos narrando as coisas que existem por este mundo ruim, não as que desejaríamos que existissem. Pasmosamente ingênuos. Provavelmente o público se vai enjoar dos nossos palavrões e da nossa simplicidade. E como a concorrência é grande, os editores estarão saciados dentro em pouco e bocejarão diante das pilhas de manuscritos. Lançaremos com dificuldade um livro que passará despercebido e dará prejuízo ao livreiro. Queixar-nos-emos amargamente da incompreensão, do mau gosto dos leitores. Parece que estou bancando o profeta e procurando verrumar o futuro. É um modo de falar: eu devia ter posto isso no presente. Já existe de fato superprodução, pelo que o público principia a aborrecer-se dos nossos produtos. É possível que a atenção que o público nos dispensou tenha sido apenas um entusiasmo de fogo de palha. Dentro de alguns anos estaremos definitivamente esquecidos. A curiosidade do leitor estará satisfeita, estancar-se-á a sede de imprevisto e pitoresco. E andaremos pelas livrarias, acanhados e barbudos, uns coelhonetos sem gramática, oferecendo à toa volumes imprestáveis — *Baladilhas*, *Romanceiro*.[3] Junto com essas porcarias os livros que escrevemos com alma. Provavelmente seremos todos uns vendedores ambulantes ordinários, presentes e passados. Imaginar, copiar, observar. Observamos, sem dúvida. Mas isto não vale nada. Os mais inteligentes dirão que estamos imitando umas bestas caducas. Acharemos naturalmente que isto é um país perdido.

Notas

1. Arquivo Graciliano Ramos, Manuscritos, Discursos, not. 12.6. Título atribuído pelo organizador. Texto escrito provavelmente em meados da década de 1930, ainda em Maceió, entre o período posterior à publicação de *Caetés* e *S. Bernardo* e a prisão do escritor em março de 1936. Trata-se do momento em que a produção cronística de Graciliano sofre uma inflexão: "Em regra, o autor vai deixando de lado assuntos relacionados à vida sertaneja para tratar basicamente de literatura. Nesse sentido, aborda de maneira mais detida as produções nordestinas de seus jovens companheiros de geração. Em linhas gerais, procura valorizá-las atribuindo-lhes maior verossimilhança artística do que aos demais romances brasileiros escritos até então, sobretudo aqueles feitos por literatos 'oficiais' da Academia" (SALLA, Thiago Mio. *O fio da navalha: Graciliano Ramos e a revista* Cultura Política. Tese (doutorado em Comunicação) — Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010, p. 96).
2. Argumento já utilizado na crônica "O romance do Nordeste", publicada nesta edição.
3. Ambos livros de autoria do escritor Coelho Neto, lançados respectivamente em 1894 e 1898. Em *Infância* (1945), o jovem Graciliano, ainda afeito a romances de aventura, refere-se a estas mesmas duas obras para ilustrar sua contrariedade silenciosa à prosa "insípida e obscura" do então idolatrado escritor maranhense: "Não me importava a beleza: queria distrair-me com aventuras, duelos, viagens, questões em que os bons triunfavam e os malvados acabavam presos e mortos. Incapaz de revelar a preferência, resignei-me e aguentei as *Baladilhas*, o *Romanceiro*, outros aparatos elogiados, que me revolveram o estômago. Cochilei em cima deles, devolvi-os receando que me forçassem a comentá-los. Para mim eram chinfrins, mas esta opinião contrariava a experiência alheia. Julguei-me insuficiente, calei-me, engoli bocejos" (RAMOS, Graciliano. *Infância*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1953, pp. 226-7).

DEPOIS DA SAÍDA DO CÁRCERE

Uma carta de Graciliano Ramos[1]

Murilo Miranda:

Estou muito agradecido a você, aos membros do júri que me conferiu o prêmio Lima Barreto, aos colaboradores que, no último número da *Revista*, contribuíram para melhorar a situação dum romance que nasceu infeliz e arrasta nas prateleiras das livrarias uma existência bastante precária. Se, depois de tantos trabalhos e tantos artigos, ele continuar inédito, a culpa não terá sido dos generosos amigos que tencionaram publicá-lo:[2] você, Aníbal Machado, Álvaro Moreyra, Mário de Andrade, Rubem Braga, Peregrino Junior, Tavares Bastos, Oswald de Andrade, Emil Farhat, Jorge Amado, Aydano do Couto Ferraz, Bezerra de Freitas, João da Silva Mello, José Bezerra Gomes, Paulo Saraiva, Portinari, Adami e o misterioso Nicolau Montezuma, o estranho Nicolau Montezuma, que não é Nicolau nem Montezuma e se manifestou há tempo, antes desta confusão em que vivemos.[3]

Eu pretendia entender-me pessoalmente com os escritores e os pintores que olharam com otimismo excessivo o meu romance magro e a minha figura física, magra também. Não o fiz por dois motivos. Primeiramente achei que, tendo sido públicas as manifestações de simpatia, os agradecimentos deviam também ser impressos. Em segundo lugar pareceu-me redundância escrever dezoito cartas diferentes para dizer a mesma coisa. Eu encontraria nelas uma dupla dificuldade: não poderia aceitar a opinião dos meus amigos, sob pena de mostrar-me presunçoso; não me seria possível discordar deles abertamente, porque isto seria impertinência. O meu assunto ficaria muito reduzido.

É melhor fazer uma carta só, uma carta que explique em ligeiras palavras o procedimento de alguns homens que, nos tempos que correm, são verdadeiras preciosidades. Tenho a certeza de que todos aí estão de acordo comigo.

Confesso que, nesse negócio de concursos literários, não se leva em conta

apenas o valor das obras que se apresentam. Talvez o público não ache razoável que seja assim, mas é. Há sempre fatos importantes que a plateia ignora e que influem no julgamento. O livro considerado bom por uma instituição é recusado por outra — e ficamos sabendo que a vitória de qualquer deles é duvidosa, que o júri que o escolheu teve o intuito, não de formular uma sentença, mas de oferecer ao escritor desconhecido um estímulo necessário.

A decisão refere-se menos ao trabalho executado que a trabalhos futuros. E como examinar coisas possíveis é mais difícil que analisar coisas realizadas, explica-se perfeitamente que haja divergência entre os pareceres de várias comissões.

Esse caso do prêmio Lima Barreto é diferente dos outros. Parece que não houve precisamente a intenção de julgar um romance nem de saber se o autor dele poderia fazer trabalho menos mau.

Estou convencido de que me quiseram dar uma compensação. Aníbal Machado, Álvaro Moreyra e Mário de Andrade desfizeram agravos e combateram moinhos reais.[4] Eu estava sendo triturado por um desses moinhos. E a solidariedade de alguns intelectuais brasileiros teve para mim significação extraordinária.

Refletindo bem, penso que o prêmio não foi concedido a mim, mas a várias centenas de criaturas que se achavam como eu. Não se tratou de literatura, evidentemente. O que não quer dizer que, achando a decisão injusta, como acho, eu não a considere um ato de coragem indispensável num momento de covardia generalizada, ato imensamente útil, se não a mim, pelo menos a outros, que poderão respirar com alívio e dizer o que pensam.

Abraços de
GRACILIANO RAMOS
Rio, 11 de junho de 1937

Notas

1. RAMOS, Graciliano. “Uma carta de Graciliano Ramos”. *Revista Acadêmica*, Rio de Janeiro, nº 28, junho de 1937.

2. Como se sabe, Graciliano alude ao romance *Angústia* (Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1936), publicado quando o autor ainda se encontrava no cárcere e que foi agraciado com o Prêmio Lima Barreto, de 1936, pela *Revista Acadêmica*. Tal periódico também dedicou um volume, o de número 27, de maio de 1937, à análise do romance e a uma homenagem ao romancista alagoano. Este agradece tanto o prêmio recebido quanto as notas e artigos consagrados à sua obra.

3. Na presente missiva, está grafado “Nicolau Moutezuma”, mas Graciliano reporta-se a “Nicolau Montezuma”, pseudônimo utilizado pelo jornalista Carlos Lacerda. Com exceção dele, todos os demais nomes de intelectuais e artistas listados por Graciliano figuram como colaboradores do referido número 27 da *Revista Acadêmica*, de maio de 1937, dedicado ao artista alagoano. Contudo, a referência ao “obscuro” Nicolau Montezuma se justifica, pois alguns meses antes, no número 23 da mesma *Revista Acadêmica*, de novembro de 1936, ele publicara o artigo “Angústia”, no qual também enfocara o agora premiado romance, destacando a mestria de Graciliano: “O autor de *Angústia* é, entre os novos romancistas brasileiros, o romancista mais completo. Não só pela anotação e observação dos atos e sentimentos dos seus personagens. É também pela exata proporção deles, pelas relações que estabelece entre os personagens e a obra, as criaturas e a criação” (MONTEZUMA, Nicolau [Carlos Lacerda]. “Angústia”. *Revista Acadêmica*, Rio de Janeiro, ano 3, nº 23, novembro de 1936, p. 23). Anteriormente, sem ainda utilizar o referido pseudônimo, Lacerda publicara, no mesmo periódico, a crítica “*São Bernardo* e o cabo da faca” (*Revista Acadêmica*, Rio de Janeiro, nº 9, março de 1934).

4. Mais especificamente, os três intelectuais citados eram os membros do júri que conferiu o Prêmio Lima Barreto a *Angústia*. No topo da primeira página do referido número 27 da *Revista Acadêmica*, há a seguinte chamada: “Os membros do júri falam sobre *Angústia*.” Logo abaixo, têm-se os textos: “Graciliano, Luiz da Silva, Julião Tavares, Marina, etc.”, de Aníbal Machado; “Angústia”, de Mário de Andrade; e “Um grande livro”, de Álvaro Moreyra.

Jorge Amado[1]

Peri, Iracema, a escrava Isaura, o alemão Lenz, o Timbira[2] — como essa gente era complicada e falava difícil! Na floresta bruta ou pelas vizinhanças da senzala, adotavam sintaxe encrencadíssima, ideias e sentimentos que os gringos manifestam nos livros. Todos os heróis, que deliciaram, ou chatearam, nossos pais, eram falsos, contrafeitos, mal traduzidos do francês e pessimamente arrumados numa terra que ninguém estudava convenientemente. Os escritores nacionais viviam no mundo da lua, isto é, viviam aqui na cidade, cavando qualquer coisa na política, na burocracia ou na imprensa, mendigando pistolões e artigos. Ainda há poucos anos era comum ver alguns gesticulando na porta do Garnier, vermelhos, suados, embromadores e famintos de elogios. Esses homens criavam um mundo absurdo, os seus personagens mexiam-se em regiões desconhecidas, porque às vezes os autores se envergonhavam de localizá-los em Santa Rita de Passa Quatro ou Jacaré dos Homens. Ou penetravam o sertão brasileiro, mas um sertão irreal, caluniado, acanalhado. Felizmente Peri, Iracema e os alemães do Sr. Graça Aranha estão mortos. Temos é uma quantidade razoável de sujeitos bem-intencionados que se propuseram examinar cuidadosamente o que se passa nas plantações de cacau, nos engenhos, nas repartições, nas casas de cômodos, nos bordéis, nas favelas, nas cadeias, nos colégios,[3] homens que abandonaram os salões e as florestas de pano pintado, foram ver como se comportavam os trabalhadores do eito, os presos, os retirantes, os vagabundos, os criminosos, as prostitutas, os funcionários públicos e as crianças das escolas.[4] Um desses observadores, e dos melhores, é incontestavelmente Jorge Amado. A sua galeria de tipos, já bem vasta, cada vez mais se enriquece com figuras que ele vai arrancar à vida no Recôncavo e no interior da Bahia. São criaturas admiráveis, definitivamente incorporadas ao nosso minguado patrimônio literário, pretos e mulatos habitantes dos morros e

dos saveiros, pequena humanidade que se move numa luz muito forte, Guma, Antonio Balduíno, mestre Manuel, Lívia, Maria Clara, crianças perdidas e malandros, mendigos e contrabandistas, ladrões e macumbeiros, a professora cheia de sonhos indefinidos, a moça de azul que passa a distância, imprecisa e nebulosa, todos mais ou menos resignados, mais ou menos fatalistas, agitando-se às vezes em revoltas bruscas, mas confiantes de ordinário, à espera de um milagre que endireite as coisas.[5] Nada de comum entre essas criaturas e os heróis do romance antigo, convencionais e arbitrários, híbridos de selvagem e cristão, vazios e enfeitados, absolutamente bons ou absolutamente maus. Os mestiços de Jorge Amado não são bons nem maus, ou antes são as duas coisas ao mesmo tempo — e por isso confundem-se com os brasileiros de carne e osso, que são assim mesmo, bebem e jogam, vão à sessão espírita, acreditam em sonhos, conversam putaria e desejam que falem deles nas folhas. É verdade que os nossos amigos do morro do Capa Negro, do cais, da ladeira do Pelourinho ainda não chegaram ao espiritismo e à literatura das revistas, mas aproximam-se disso: amam as macumbas e desejam ser adulados por poetas bisonhos, em folhetos de capa[6] vistosa, que se vendem por um níquel nas feiras. A miséria aqui não nos aparece de punhos cerrados e rangendo dentes: encolhe-se com doçura, espera que as coisas melhorem e acabem por arranjar-se, confia no feitiço, na sorte, na proteção de divindades bárbaras e terríveis. Um sopro de poesia varre todas as imundices, perfuma esse monturo social. O próprio vício tem aparência amável. Uma prostituta sacia[7] o desejo do vagabundo sem dinheiro, a mulata Esmeralda engana o amante inocentemente, alegremente, livre de pecados, um brilho de triunfo nos olhos verdes.[8] Muitos crimes circulam nas páginas do escritor baiano, mas circulam discretamente, sem a carranca trágica do dramalhão, sem o adjetivo campanudo que deforma os atos simples e naturais. Furtos, roubos, contrabandos, navalhas e punhais, brigas em quantidade. Para que dar excessivo relevo a fatos ordinários? A gente lastima. É o diabo. Mas que se há de fazer? Estava escrito. A embarcação bateu na coroa e afundou, um homem nada algum tempo e acaba comido pelo tubarão. Naturalmente a viúva chora, lamenta-se, cobre-se de luto.[9] Mas é isso mesmo, tinha de ser, o que tem de ser tem muita força.[10] Coisa estranha. O mundo que Jorge Amado nos revela é tão nosso que nos espanta. Vivemos nele, sentimos em nós essas forças misteriosas de raças diferentes. E no entretanto como ainda o conhecemos pouco! É que nos esforçamos por saber o que se passa na Europa e percorremos o nosso caminho com os olhos fechados.[11]

Notas

1. Arquivo Graciliano Ramos; Crônicas, Ensaios e Fragmentos; Manuscritos, not. 10.13. Título atribuído pelo organizador. Ao realizar aqui uma espécie de balanço da produção publicada por Jorge Amado até seu momento de enunciação, Graciliano faz referências, sobretudo, aos romances *Suor* (1934), *Jubiabá* (1935) e *Mar morto* (1936), não avançando além deste último. Como o artista alagoano fora preso em março de 1936, ou seja, antes do lançamento de *Mar morto* (volume que ainda se encontrava no prelo meses depois [AMADO, Jorge. "Hora da noite". *Boletim de Ariel, Rio de Janeiro*, ano 5, nº 10, julho de 1936, p. 257]), e como fora liberto em janeiro do ano seguinte, pode-se pressupor que a presente crônica tenha sido escrita por ele após sua saída do cárcere, mas antes de Jorge Amado ter lançado, no segundo semestre de 1937, seu próximo livro, *Capitães da areia*, pois Graciliano não faz nenhuma menção a essa obra no texto que segue.
2. Na sequência, remissão às obras *O guarani* (1857) e *Iracema* (1865), de José de Alencar; *A escrava Isaura* (1875), de Bernardo Guimarães; *Canaã*, de Graça Aranha (1902); e ao poema *I-Juca Pirama*, de Gonçalves Dias, reunido no volume *Últimos cantos* (1851).
3. Sobre a palavra "escola", escreve "colégio", o que dificulta a leitura. Optou-se por manter o termo mais saliente.
4. Em crônica anterior sobre a obra do autor baiano, Graciliano utilizara argumento similar: "Os escritores atuais foram estudar o subúrbio, a fábrica, o engenho, a prisão da roça, o colégio do professor cambembe. Para isso resignaram-se a abandonar o asfalto e o café, viram de perto muita porcaria (...). Ouviram gritos, pragas, palavrões e meteram tudo nos livros que escreveram" (RAMOS, Graciliano. "Suor", *Folha de Minas*, Belo Horizonte, 17 de fevereiro de 1935. Texto também recolhido em *Linhas tortas* [1962] com o título "O romance de Jorge Amado").
5. Referência a personagens que aparecem apenas em *Jubiabá* (Antônio Balduíno), ou somente em *Mar morto* (Lívia e "a professora cheia de sonhos", que provavelmente remete à dona Dulce, docente que vivia à espera de um milagre que mudasse a vida da sociedade de pescadores do cais da Bahia de Todos os Santos) ou em ambos os livros (Guma, Mestre Manuel e Maria Clara). Tem-se ainda "a moça de azul", figura presente em *Suor* (1934). As "crianças perdidas e malandros, mendigos e contrabandistas, ladrões e macumbeiros", apesar de povoarem as três obras aqui mencionadas, ganham maior destaque na última delas, que enfoca um cortiço na ladeira do Pelourinho, 68.
6. Acima do termo "capa", sem rasurá-lo, Graciliano escreve "papel". Observa-se a indecisão do autor entre uma e outra palavra. Optou-se por manter a primeira, pois, em seguida, o escritor manteve o adjetivo no feminino, "vistosa", o qual concorda em gênero com "capa".
7. Indecisão entre os termos "sacia" e "mata". O primeiro está sobrescrito ao segundo. Como não há nenhuma marca de concordância que permita inferir a prevalência de um sobre o outro, optou-se pelo verbo sobrescrito.
8. Passagens respectivamente de *Suor* (Rio de Janeiro: Record, 1998, pp. 52-3) e *Mar morto* (Rio de Janeiro: Record, 1995, pp. 143-89).
9. Indecisão entre as palavras "luto" e "preto". A primeira está sobrescrita à segunda. Como não há nenhuma marca de concordância que permita inferir a prevalência de uma sobre a outra, optou-se pelo termo sobrescrito.
10. Tal provérbio já havia aparecido no romance *Angústia*, em passagem posterior ao assassinato do personagem Julião Tavares. (RAMOS, Graciliano. *Angústia*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1953, p. 223).
11. Ao final do manuscrito, virado de ponta-cabeça, tem-se o seguinte parágrafo, que não apresenta ligação imediata e necessária com o texto visto até aqui: "Para o cidadão ordinário que lê, ou não lê,

romance significa história fiada — e romancista é um sujeito sem ocupação, que passa fome, veste roupas medonhas e vive no mundo da lua. Seres assim desconchavados fabricam tipos sem pé nem cabeça, criações absurdas que não se põem em contato com as pessoas direitas; são desprezados, e só o nome *literato* lança ridículo ou vergonha a quem o usa. Natural.”

Mulheres...[1]

Há alguns dias, percorrendo as salas dum ministério para tratar de certo negócio terrivelmente embrulhado, desses que dão aneurismas e cabelos brancos, eu e um amigo encontramos numerosas funcionárias bonitas. Uma delas forneceu-nos informações bastante vagas: deu-nos dois ou três números e, com os olhos redondos e úmidos, que um ligeiro estrabismo entortava, pareceu indicar a direção do lugar onde os nossos papéis deviam estar.

Corremos a outro ministério e vimos várias senhoras difíceis entregues a trabalhos incompreensíveis. Não achamos os nossos papéis, é claro. Andamos em repartições diferentes, voltamos ao primeiro ministério, ao segundo, tornamos a voltar, percorremos infinitos canais competentes — e em toda a parte esbarramos com senhoras atarefadas, que executavam operações estranhas, usavam uma linguagem desesperadamente confusa e recebiam indiferentes as nossas queixas e os nossos rogos.

Com o coração grosso e indignado, resolvi abandonar esse negócio infeliz e fui deitar uma carta ao correio. Tomei lugar na fila, mas antes que chegasse a minha vez a mulher que vendia selos deixou o guichê. Esperei uma eternidade a volta dela e fui-me aproximando devagar, na fila. A carta foi pesada, o selo comprado e uma prata falsa recebida no troco.

Marchei para o guichê dos registrados, onde uma espécie de mulher portadora de óculos e bastante idade se mexia como uma figura de câmara lenta.

Enquanto me arrastava seguindo os desgraçados que ali estavam sofrendo como eu, pensei nas deputadas, nas telefonistas, na professora primária que me atormentava e nos versos de certa poetisa que em vão tento esquecer. Evidentemente nenhuma dessas pessoas, deputadas, telefonistas, professora e poetisa, tinha culpa de haverem corrido mal os meus negócios nos ministérios, nenhuma me dera prata falsa, e era estupidez responsabilizá-las pela preguiça da

mulher do registrado. Mas relacionei todas e julguei perceber os motivos de certos hábitos novos.

Antigamente, quando uma senhora entrava num carro cheio, havia sempre sujeitos que se levantavam. Hoje, nos trens da Central elas viajam espremidas como num *meeting*.

Ninguém fumava nos primeiros bancos dos bondes. Ainda existe a proibição num aviso gasto e metrificado, que tem o mesmo valor dos outros alexandrinos: ninguém o lê. A autoridade do condutor ficou muito reduzida, e o letreiro proibitivo tornou-se lei como as outras, artigo de regulamento.

Há pouco tempo uma senhora declarou num romance que as mulheres são diferentes dos homens. É claro. Mas, apesar da diferença, elas se tornaram nossas concorrentes, e concorrentes temíveis. Eu queria ver um examinador que tivesse a coragem de reprovar aquela moça de olhos redondos, úmidos e ligeiramente estrábicos, que encontrei um dia destes no corredor do ministério. Só se ele fosse cego.

O Sr. Plínio Salgado quer acabar com os banhos de mar, porque as pernas das mulheres se descobrem neles.[2] Não vale a pena. São pernas de concorrentes, para bem dizer nem são pernas. Pensa que temos lá tempo de pensar nessas coisas?[3] Tinha graça que, nos banhos de mar, fôssemos espiar as canelas da moça de olhos estrábicos ou as da mulher que nos impingiu uma prata falsa de dois mil réis. Não olhamos. Se elas chegarem perto do estribo do bonde cheio, ficaremos sentados porque pagamos passagem e temos o direito de ficar sentados. Isto. Somos pouco mais ou menos iguais, apesar da afirmação da mulher do romance. Vão no estribo, se quiserem, de pingente. Ou fiquem junto do poste. Vão para o diabo. É isto. Concorrentes, inimigas. Ou amigas. Dá tudo no mesmo.[4]

Notas

1. RAMOS, Graciliano. “Mulheres...” *Vamos Lêr!*, Rio de Janeiro, ano II, nº 65. 28 de outubro de 1937, p. 23. Manuscrito pertencente ao Instituto de Estudos Brasileiros: Arquivo Graciliano Ramos; Manuscritos; Crônicas, ensaios e fragmentos; not. 10.9. Tal versão manuscrita apresenta pequenas variações em relação ao texto saído na imprensa. Na medida em que ela se mostra como uma espécie de rascunho inicial, sem divisões de parágrafos, optou-se por considerar o testemunho publicado em *Vamos Lêr!* como texto-base na presente edição, pois se supõe que este se mostraria mais próximo da última redação pretendida pelo autor.

2. No momento em que se passa a presente crônica, o então líder da Ação Integralista Brasileira, Plínio Salgado, disputava as eleições presidenciais de 1938, as quais seriam canceladas em decorrência da instauração do Estado Novo, mediante o golpe de 10 de novembro de 1937. O antiliberalismo, o anticomunismo e a defesa da moralidade católica são uma constante em sua produção política e intelectual. No que diz respeito à mulher, destacava que ela deveria estabelecer não uma relação de igualdade perante o homem, mas sim de interdependência, sem perder, portanto, “a consciência do seu destino, o sentimento do lar, do matrimônio e da maternidade” (SALGADO, Plínio. *Obras completas*. 20 vols. São Paulo: Editora das Américas, 1956, vol. 5, p. 255). De acordo com tal ponto de vista conservador de especialização entre os sexos, considerava que a “coeducação, as promiscuidades e liberdades excessivas hoje correntes nos estabelecimentos de ensino, na indústria, na burocracia e na vida social, tudo isso leva à desvalorização cada vez mais evidente da mulher” (SALGADO, Plínio. *A Mulher no século XX*. In: *Obras completas*. 20 vols. São Paulo: Editora das Américas, 1956, vol. 8, p. 304). Ainda sobre a imagem feminina, tratando especificamente da nudez, afirmaria em o *Espírito da burguesia*: “E vós? Não ides à praia publicamente? O simples fato de vos exibirdes não transfigura o vosso nudismo em ostentação das vossas formas, e se nessa ostentação sentis algum prazer, que nome dareis a esse prazer? Eu o chamarei a delícia de mostrar-se e a essa delícia chamarei deleite luxurioso. Etimologicamente, luxúria quer dizer exuberância, ostentação, transbordamento, expansão. Ora, quem se mostra, exubera, ostenta, transborda, expande-se e nisso há secreto gozo” (SALGADO, Plínio. *Espírito da burguesia*. In: *Obras completas*. 20 vols. São Paulo: Editora das Américas, 1956, vol. 15, p. 142).

3. No manuscrito da presente crônica, neste ponto, há a seguinte interpolação, que foi suprimida da versão publicada em periódico, aqui privilegiada: “Primo vivere, *parece que é assim que se diz em latim. Depois é que vêm o amor e os filhos. Os filhos, a pátria, etc*.” (Instituto de Estudos Brasileiros: Arquivo Graciliano Ramos; Manuscritos; Crônicas, ensaios e fragmentos; not. 10.9).

4. Ao final do manuscrito deste texto, há o seguinte trecho, que foi deixado de fora da versão estampada em *Vamos Lêr!*, ora apresentada: “*Julgam que vamos olhar para as pernas delas? Parece que o senhor Plínio Salgado nunca viu pernas. Ninguém se preocupa com isso*” (Instituto de Estudos Brasileiros: Arquivo Graciliano Ramos; Manuscritos; Crônicas, ensaios e fragmentos; not. 10.9).

D. Zizi[1]

Eu ia terminando o jantar quando d. Zizi se sentou, e, como sempre acontece, mostrou os dentes num sorriso amável e principiou a contar casos interessantes da sua vida no colégio.

Essas conversas agradam-me, porque circulam nelas uns tipos curiosos de freiras e porque os dentes de d. Zizi são brancos. Infelizmente eu não dispunha de tempo bastante para escutá-la: precisava escrever umas coisas e por isso havia jantado mal, procurando um assunto, inutilmente.

A presença de d. Zizi pôs em fuga umas ideias que eu tentava segurar. Olhei o relógio. Como eram oito horas, calculei que as freiras se retirariam de cena ali por volta das onze. Se d. Zizi não se lembrasse de contar-me a sua viagem a Cambuquira, acontecimento notável já narrado quatro ou cinco vezes, ainda me seria possível redigir a coluna magra esboçada vagamente durante o jantar. Agarrei-me à esperança de que a coluna engrossaria no decorrer da história e plantei os cotovelos em cima da mesa, resignado, pronto para receber as freiras.

Vieram: primeiro a madre superiora, boa mulher, a que prestava no estabelecimento, mas de ordinário invisível; depois as outras, medonhas, seres hipócritas odiados pelas alunas. É o que d. Zizi me diz sempre, e não tenho motivo para duvidar dela.

A minha excelente vizinha rezou tanto que enjoou as rezas, e, como a obrigaram a ajoelhar-se no chão em cima de caroços de milho, foge da igreja como um diabo.

O arrombamento do cofre de S. José e consequente roubo das moedas que lá estavam realizou-se por volta das nove horas. Ouvi a façanha com todas as minudências e aproveitei-a, achei que as meninas tinham procedido com acerto espoliando o santo.

Animada por algumas interjeições que reforçaram os movimentos de cabeça

que fiz, d. Zizi atacou a professora de francês, mulher que aborrece por causa do seu comportamento horrível no dia em que a mocinha chegou à porta em companhia do namorado. Isto aconteceu pouco mais ou menos às nove e meia, e quando a professora de francês se dirigiu ao telefone, dez horas tinham passado, porque houve um grande espalhafato, a velha ameaçando, a moça defendendo-se, gritando que ia aos jornais narrar uns casos feios.

D. Zizi entusiasmava-se com a antiga colega. Uma dor nos cotovelos obrigou-me a retirar da mesa os braços cansados, que sustentavam a cabeça cansada. Pensei nos joelhos agudos da minha amiga, nos pobres joelhos que anos antes se haviam martirizado em cima de caroços de milho.

— Perfeitamente, d. Zizi. Continue.

E d. Zizi continuou até onze horas, exatamente o que eu tinha previsto. Hábitos pretos enchiam a sala de jantar, mãos brancas e magras escondiam-se nas mangas largas, olhos parados pregavam-se no chão, beiços amarelos mexiam-se quase sem vida:

— Louvado seja Nosso Senhor Jesus Cristo.

— Para sempre seja louvado, bocejavam as alunas.

D. Zizi resmungou isso longamente e nunca se acostumou a resmungar. Fez caretas às irmãs quando elas davam as costas, abafou níqueis e pratas do cofre de S. José. Hoje é ímpia, sem alma. Entrará no inferno sem nenhuma formalidade. E vai meter o filho num colégio de religiosos.

— É preciso que ele veja isso de perto. O senhor não acha?

— Perfeitamente, d. Zizi.

— Se ficar de fora, pode enganar-se, imaginar coisa diferente. Vou interná-lo. Não é bom?

— É, d. Zizi. Boa noite.

Subi a escada às onze e meia. Felizmente a viagem a Cambuquira não veio. Mas as ideias necessárias ao pagamento da pensão tinham desaparecido. Paciência. Em falta de coisa melhor, utilizei o negócio das freiras e as opiniões de d. Zizi.

Nota

1. RAMOS, Graciliano. “D. Zizi”. *Vamos Lêr!*, Rio de Janeiro, ano II, nº 67, 11 de novembro de 1937, p. 25. Manuscrito pertencente ao Instituto de Estudos Brasileiros: Arquivo Graciliano Ramos; Manuscritos; Crônicas, ensaios e fragmentos; not. 10.8.

O negro no Brasil[1]

Pergunto a mim mesmo qual será a causa dessa valorização excessiva do preto no Brasil. Temos a impressão de que eles subiram muito, nivelaram-se aos brancos, ou pelo menos aproximaram-se deles, tornaram-se enfim livres, o que não haviam conseguido inteiramente em 88. No carnaval deste ano a praça Onze de Junho e outros pontos do Rio de Janeiro escureciam de cordões e escolas de samba que desciam dos morros, e a cidade parecia ter sido conquistada por alguma tribo africana. Música de batuque, danças em que os corpos se agitavam furiosamente, rebolando os quadris, e as notas ásperas do canto bárbaro, amoroso ou guerreiro, dominando todos os rumores. Nessas manifestações tumultuosas um fato novo nos surpreende: a raça negra aparece-nos pela primeira vez como uma afirmação. Até agora ela sempre viveu escondendo-se ou tentando esconder-se, os pretos legítimos, logo que se livraram das senzalas, evitando com desconfiança a companhia dos brancos, os mestiços renegando os seus ascendentes escuros e procurando por todos os meios, caiando-se de pó de arroz, espichando os cabelos, contraindo casamentos com mulheres claras, misturar-se à raça opressora. Faziam como os judeus que, nos piores tempos da perseguição religiosa, entravam na igreja e ficavam mais intolerantes que os outros cristãos. Os mulatos brasileiros, em regra geral, eram arianos puríssimos, e às vezes não se contentavam com isto, imaginavam complicadas genealogias e acabavam descobrindo parentela nobre. Muito diferentes dos da América do Norte, que, excluídos dos meios onde presumivelmente se encontram os cento por cento,[2] frequentam a sociedade negra. Aqui isto seria impossível, pois nunca tivemos propriamente uma sociedade negra. As tradições africanas perderam-se ou deturparam-se. As religiões sumiram-se, perseguidas pela polícia. Os sambas esconderam-se timidamente em mocambos. A cozinha fora da Bahia poucos vestígios nos deixou. A raça indígena, mais atrasada, forneceu-nos as receitas

horríveis com que se prepara grande parte da alimentação no Norte do país. As línguas, comparadas ao tupi, não influíram muito na formação do brasileiro atual. Convém talvez notar que foram professores negros e mulatos os mais ferozes defensores da gramatiquice portuguesa, os piores inimigos da língua que falamos.[3] Provavelmente isso era um recurso, como o pó de arroz, as pomadas para o cabelo e os casamentos que lhes clareavam os filhos. Quando não se julgavam suficientemente clareados, os mulatos sempre se disseram caboclos, descendentes duma raça de civilização inferior à de seus pais, mas que não tinha suportado a escravidão. Numa época em que a mania nacionalista fazia toda a gente se orgulhar de ter sangue índio, isso os aproximava dos brancos. Esse constrangimento secular desapareceu, ou está desaparecendo. As pessoas de cor levantaram a cabeça. Seria interessante saber a razão de elas haverem aprumado o espinhaço e não se envergonharem do que são. Poderemos supor que dois fatos importantes hajam atuado sobre a massa negra, um profundo, subterrâneo, outro de superfície. O primeiro, de ordem econômica, a teria empurrado para cima; o segundo, de natureza cultural, tê-la-ia feito equilibrar-se e manter-se à tona. Refiro-me à elevação do nível de vida do preto e à propaganda feita nestes últimos anos por sociólogos e romancistas em favor deles. Realmente, mesmo nos mais duros tempos do cativeiro, essa gente prolífica, sóbria e tenaz sempre encontrou meio de juntar algumas economias no baú de folha pintada que se ocultava entre molambos, por baixo da enxerga. Enquanto a raça conquistada se acabava miseravelmente em lutas sangrentas ou levada por doenças desconhecidas, esses dignos auxiliares do conquistador, trabalhando em domingos e dias santos, conseguiam às vezes acumular as somas necessárias para libertar-se. E depois da Abolição, pouco a pouco se fortaleceram, se não empregando muita inteligência, pelo menos adotando manhas e ardis que de alguma forma os aproximavam dos judeus. A coragem resignada, a humildade que era uma arma do negro, foi substituída pela arrogância do mestiço triunfante. O desaparecimento repentino do trabalho servil e consequente pobreza da família rural, um urbanismo apressado ferindo de morte o regime patriarcal, as vicissitudes da indústria açucareira, a policultura substituindo a monocultura e originando o retalhamento dos latifúndios, tudo contribuiu para que surgisse na nossa vida econômica o proprietário negro, esse pobre-diabo que nas cidadezinhas do interior andava de chapéu na mão, fazendo salamaleques a toda a gente, mas punha os filhos na escola e não raro deixava ao morrer um neto bacharel, promotor público em comarca distante do litoral. É um tipo que se tornou vulgar o do chocolate palavroso, risonho, perfumado, furão, homem dotado de excelente faro para descobrir relações proveitosas e talvez o principal autor dessa literatura que por aí se desenvolveu, rica de lugares-comuns, balofa e

agradável ao ouvido, inteiramente desprovida de ideias. Esse cavalheiro, que já havia surgido timidamente no Império, mesma época em que era quase impossível o trabalhador preto emancipar-se e tornar-se proprietário, quando as relações sexuais entre o homem negro e a mulher branca raramente se efetuavam e produziam vinganças horríveis, era então o fruto dos amores do senhor com as melhores fêmeas da senzala. Na República subiu muito, ocupou os lugares mais importantes, desejando sempre desaparecer, perder os seus caracteres, enganar e enganar-se. Esse suicídio duma raça originava fatos muito curiosos, que nos enchem de pasmo. Como alguém, referindo-se a Machado de Assis, dissesse levianamente que ele era mulato, Nabuco protestou ressentido, pediu emenda, considerou a palavra uma injúria grave ao presidente da Academia.[4] Um quadro de Portinari, premiado em Nova York, foi recusado por um ministério porque o pintor havia posto negros trabalhando na apanha do café.[5] É conveniente repetirmos isso numa época em que os negros começam a andar sem máscaras. Provavelmente já se sentiram bastante fortes para dispensá-las. E a fortaleza aumentou com a convicção que lhes deram de que eles são tão bons como os outros. Os trabalhos de Gilberto Freyre6 e Arthur Ramos7 tiveram nisso uma influência decisiva. Talvez não seja inoportuno aludir à ação de certos indivíduos, evidentemente traidores, que defenderam os interesses duma raça ou classe inimiga da deles: nobres e padres apoiando o Terceiro Estado na Revolução Francesa, burgueses abraçando a causa dos trabalhadores na Revolução Russa, brancos defendendo os pretos nos Estados Unidos. Gilberto Freyre e Arthur Ramos deviam ser negros. Não são. Como o autor de *Mamba e suas filhas*.[8] Julgaram na Europa que este fosse preto. Foram ver de perto e era um cento por cento. Surpresa imensa, mas o romance ficou de pé, por sinal um excelente romance. No Congresso Afro-Brasileiro instituído por Gilberto Freyre,[9] reúnem-se muitos indivíduos brancos, amigos dos africanos, que lá aparecem como objetos de estudo, pais de santo, babalorixás, se não me engano. Mas é inegável que os babalorixás caminham e, de objetos, se transformarão em agentes. Há ainda os romances negros de Lins do Rego e Jorge Amado, provavelmente feitos sob a influência da literatura negra norte-americana, ou da ação de Gilberto no Congresso de Recife.[10] Talvez as duas coisas juntas. Como quer que seja, os personagens mexem-se aí como não se mexiam nos livros antigos. Na literatura do século passado os pretos surgiam bonzinhos, bem-comportados, as mucamas queriam ser agradáveis às sinhás, as mães pretas deixavam que os filhos morressem por falta de alimentação e viviam exclusivamente para amamentar o menino branco. Agora é diferente. Moleque Ricardo e Antonio Balduíno querem viver, metem-se em greves, acabam nas

prisões.[11] São os pretos atuais, refletidos, inimigos dos brancos, não porque estes tenham cor diferente da deles, mas porque os podem agarrar e mandar para Fernando de Noronha.[12] Uma literatura honesta, sincera, com tipos tão humanos que podem ter influenciado personagens da vida real, uma arte muito diferente dessa indianice que nos forneceu caboclos horrivelmente bem-falantes, possuidores das melhores virtudes, das qualidades mais nobres dos cavalheiros cristãos.[13] Esses selvagens de ópera, moeda falsa definitivamente afastada da circulação, enfeitaram a cenografia nacionalista, onde havia florestas e penas de arara, mas não chegavam ao conhecimento dos bugres que se espreguiçavam e cochilavam, perdidos no fundo das malocas tristes. Os moleques do romance moderno são amigos dos moleques vivos, que, sentindo-se retratados nessas admiráveis figuras criadas por nossos escritores novos, afinal compreendem que não se devem envergonhar e que essa história de raça inferior foi uma conversa contada por indivíduos bem armados para se aproveitarem do trabalho deles.

Notas

1. Arquivo Graciliano Ramos; Crônicas, Ensaios e Fragmentos; Manuscritos, not. 10.10. Título atribuído pelo organizador. Pelas referências presentes no texto, ele foi escrito, muito provavelmente, no final da década de 1930, num momento em que Graciliano já se havia estabelecido no Rio de Janeiro depois de sua saída do cárcere.

2. Definição de ordem racial utilizada para designar aqueles considerados 100% caucasianos, sobretudo nos Estados Unidos, onde, por exemplo, em março de 1924, a Assembleia Legislativa da Virgínia aprovara o “Act to Preserve Racial Integrity”, medida restritiva que dividia a sociedade em apenas duas categorias — “*white*” e “*colored*” —, bem como vedava o casamento de brancos com não brancos (JACKSON, John P. *Science for segregation*: *race, law, and the case against Brown v. Board of Education*. Nova York: New York University Press, 2005, pp. 30-2).

3. Em *Infância* (1945), Graciliano faz referência explícita a dois professores mulatos que teriam marcado sua iniciação às letras: d. Maria do Ó e um lente referido apenas como “mestiço”. Em linhas gerais, as duas figuras seriam marcadas pela violência no trato com os alunos, pelo narcisismo e pelo desejo de “embranquecer”. No que diz respeito à última delas, apresenta-o como um sujeito que “passava os dias alisando o pixaim com uma escova de cabelos duros”, mas “azeite e banha não domavam a carapinha — e o dono teimava, esfregava-a constantemente, mirando-se num espelho, namorando-se, mordendo a ponta da língua. Era feio, quase negro — e a feiura e o pretume o afligiam” (RAMOS, Graciliano. *Infância*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1953, p. 179). Quando o pó de arroz se fixava adequadamente na “sua pele azinhavrada” e o óleo assentava os “pelos rebeldes” em seu “crânio miúdo”, o professor “pardavasco” tomava a escrita dos alunos sem grandes cuidados e cobranças. Por outro lado, quando “não se achava liso e alvacento, azedava-se” e “repentina aspereza substituía a doçura comum”: “E consertava-nos furiosamente a pronúncia, obediente a vírgulas e pontos, forçava-nos a repetir uma frase dez vezes, punha notas baixas nas escritas, rasgando o papel (...). Nesse policiamento súbito acuávamos — e as folhas virgens endureciam” (*idem*, p. 181). Por outro lado, a simpatia e a admiração de Graciliano por indivíduos negros que se assumiam enquanto tais, pautando-se por uma vida simples, honesta e laboriosa, tornam-se salientes nas crônicas “O dr. Jacarandá”, de *Viventes das Alagoas* (Rio de Janeiro: Record, 2007, pp. 25-8), e, sobretudo, em “Um homem forte”, reunida em *Linhas tortas* (Rio de Janeiro: Record, 2005, pp. 336-9).

4. Graciliano alude ao episódio no qual José Veríssimo, com o intuito de recuperar as origens humildes de Machado de Assis, em artigo encomiástico dirigido ao autor de *Dom Casmurro*, que então acabava de morrer, teria se referido a ele como “mulato”. “Joaquim Nabuco, que leu o texto, rapidamente percebeu o *faux-pas* e recomendou a supressão da palavra, insistindo que Machado não teria gostado dela” (COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República*: *momentos decisivos*. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1999, p. 376). Nabuco teria destacado ainda que o termo, além de não literário, seria pejorativo: “O Machado para mim era um branco e creio que por tal se tomava” (*idem*, *ibidem*).

5. Referência à obra de Candido Portinari *Café* (1935), que recebeu a 2ª Menção Honrosa do Carnegie Institute (Pittsburgh, PA), em 1935. Trata-se do primeiro prêmio estrangeiro concedido ao artista paulista. Antes de ter sido laureada nos Estados Unidos, a referida tela já havia sido adquirida pelo ministro da Educação, Gustavo Capanema, passando a fazer parte do acervo do Museu Nacional de Belas-Artes, (PROJETO PORTINARI. *Cronobiografia de Candido Portinari*, p. 9. Disponível em: <http://www.portinari.org.br/ ppsite/ppacervo/cronobio.pdf>. Acesso em: 15 de setembro de 2011). Apesar disso, em 1937, toda uma série de quadros destinada à Exposição Internacional de

Paris teria sido recusada pelo governo brasileiro, "somente porque entre eles se achava o *Café*, de Candido Portinari" (ROSA, Santa. "A derrota dos preconceitos". *Revista do Brasil*, Rio de Janeiro, ano II, 3ª fase, nº 14, agosto de 1939, p. 95). Santa Rosa indigna-se contra o fato, questionando a recomendação, até então vigente entre os burocratas que selecionavam obras de artes a representarem o país em mostras e salões no exterior, "de não serem enviados trabalhos cujo tema seja a vida do povo, contendo, consequentemente, gente preta e gente mulata" (*idem*, *ibidem*).

6. Gilberto Freyre: influente escritor e sociólogo, autor de, entre outros, *Casa-grande & senzala* (1933) e *Sobrados e mucambos* (1936). Colocou-se como crítico do racismo biológico ainda vigente nas primeiras décadas do século XX, pautando-se pela valorização do caráter sincrético da cultura brasileira. Foi responsável pela realização do I Congresso Afro-Brasileiro no Recife entre 11 e 16 de novembro de 1934. Ao aludir à iniciativa "vitoriosa" de Freyre de organizar tal evento, Roquette-Pinto destacava: "O negro esperou bastante; mas valeu a pena. Consagraram-lhe um pequeno monumento — singelo como a própria verdade, sem retórica e sem lantejoulas — alguns dos maiores espíritos do Brasil de hoje" (ROQUETTE-PINTO, E. "Prefácio". In: FREYRE, Gilberto Freyre (org.), *Estudos afro-brasileiros*. Rio de Janeiro: Ariel, 1935, p. IV).

7. Arthur Ramos: antropólogo, etnólogo, médico e folclorista, autor de, entre outros, *O negro brasileiro* (1934), *O folk-lore negro no Brasil* (1935) e *As culturas negras no Novo Mundo* (1937). Prefaciou a obra *Novos estudos afro-brasileiros* (1937), um dos volumes que procurou reunir os trabalhos apresentados no I Congresso Afro-Brasileiro do Recife de 1934. Conforme sublinhou Gilberto Freyre, Arthur Ramos seria "a maior autoridade brasileira em assuntos negros" (FREYRE, Gilberto. "O que foi o Congresso Brasileiro do Recife". In: *Novos estudos afro-brasileiros*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1937, p. 352).

8. Referência a DuBose Heyward, escritor norte-americano, caucasiano e sulista, que, além de *Mamba e suas filhas* (1929), foi autor de *Porgy* (1925), livro que também tinha como mote assuntos de ordem racial e a vida dos afro-americanos na Carolina do Sul, estado natal do artista (FLORA, Joseph M. e VOGEL, Amber [orgs.]. *Southern writers: a new biographical dictionary*. Louisiana: Louisiana State University Press, 2006, p. 198).

9. Menção ao já referido I Congresso Afro-Brasileiro realizado em Recife, em 1934, encontro dedicado, sobretudo, à análise da situação do negro e do mulato brasileiros, sua antropologia e sua importância na formação da sociedade e cultura nacionais. O evento reuniu não só doutores e eruditos, mas também babalorixás, rainhas de maracatu, pretas de fogareiro, entre outras figuras que possuíam um conhecimento mais direto dos assuntos abordados durante o evento. "O Congresso do Recife, com toda a sua simplicidade, deu novo feitio e novo sabor aos estudos afro-brasileiros, libertando-os do exclusivismo acadêmico e cientificista das escolas 'rígidas', por um lado, e por outros, da leviandade e da ligeireza dos que cultivam o assunto por simples gosto do pitoresco, por literatice, por politiquice, por estetismo, sem um sentido social mais profundo dos fatos" (FREYRE, Gilberto, *op. cit*., p. 351).

10. No I Congresso Afro-Brasileiro do Recife, Jorge Amado expôs o trabalho "'Biblioteca do Povo' e 'Coleção Moderna"', nomes de duas coleções de trovas, ABCs, histórias, orações, recitativos, pertencentes ao folclore negro e popular, das quais o autor baiano retira alguns textos que apresenta ao público [ver FREYRE, Gilberto [org.]. *Novos estudos afro-brasileiros*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1937, pp. 262-324).

11. Protagonistas, respectivamente, dos romances *O moleque Ricardo* (1935), de José Lins do Rego, e *Jubiabá* (1935), de Jorge Amado.

12. Arquipélago situado no Nordeste brasileiro que abrigou por mais de duzentos anos uma colônia penal. Nos anos 1930, por determinação de Getúlio Vargas, tal instituição passou a abrigar não só presos comuns, mas também presos políticos. "Com a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial, o presídio foi extinto e a ilha passou a ser utilizada para a defesa nacional" (BOJUNGA, Claudia. "Reportagem — A ilha-prisão". *Revista de História*, Rio de Janeiro, nº 56, maio de 2010).

13. Quanto a tais críticas ao indianismo, Graciliano parece fazer alusão, sobretudo, às obras de José

de Alencar e de Gonçalves Dias (ver a crônica “Jorge Amado”, presente neste volume).

Um anúncio[1]

Leio num jornal de bastante circulação na capital da República este anúncio curioso em letras grandes: “Intelectual sem emprego. Amadeu Amaral Júnior, jornalista desempregado, aceita esmolas, donativos, roupa velha, pão dormido...”. Sinto um arrepio e acompanho de longe os diferentes gestos e frases que essa publicação naturalmente provocaria entre as diversas espécies de leitores — razões espalhadas e incompletas, fragmentos de verdades contraditórias. E, como os outros leitores, penso coisas inconciliáveis, deixo escapar, num espanto verdadeiro, algumas exclamações de sentido vário.

A primeira ideia que me chega é desfavorável a Amadeu Amaral Júnior homem de letras, agora inúteis:[2] acho que ele procedeu mal expondo com franqueza as suas necessidades. Evidentemente esse apelo à caridade que se imprime nos diários traz prejuízo à numerosa e vaga classe dos intelectuais. Afinal que vem a ser isso? Quais são os membros dessa classe? Os que escrevem para se livrar do tédio, investigam questões difíceis e levantam a cabeça — ou os que produzem artigos de encomenda, atrapalham-se nas dívidas e olham o chão com desgosto, porque os buracos dos sapatos insubstituíveis aumentam?

Amadeu Amaral Júnior, articulista sem trabalho, não pertence ao primeiro grupo, é claro. Mas o público ignora essas diferenças. Pois um sujeito que escreve declara em anúncio que tem fome e anda com as calças furadas? Ninguém pergunta donde veio Amadeu Amaral Júnior, que fez, que ideia sustentou ou combateu. Ninguém pergunta se ele tem ideias. Amadeu Amaral Júnior aparece como escritor, num canto de jornal, pedindo esmolas, porque tem o estômago vazio e a camisa em tiras. É horrível.

— Literatura! Boceja um funcionário de subúrbio.

Na opinião dele, um escritor não possui estômago nem camisa. O escritor é um símbolo. E o país necessita de símbolos. Amadeu Amaral Júnior, esse

homem louro e fichado, é um símbolo. Não deveria trazer-nos o espetáculo das suas misérias: sapatos estragados e fundilhos rotos, incompatíveis com a profissão de símbolo.

Os meus sentimentos brigam, uma grande piedade me atira a Amadeu Amaral Júnior. Agora não julgo que ele tenha procedido mal. Vejo-o desocupado, trocando as pernas pelas calçadas, forjando à toa projetos irrealizáveis, rondando as mesas dos cafés sem poder sentar-se. Os níqueis se sumiram e é preciso não ampliar o rasgão das calças. Pobre Amadeu Amaral Júnior. Em casa, na casa pior que a cadeia, no quarto escuro da pensão desconhecida, talvez use aquelas medonhas cuecas pretas que vestia há dois anos, passe as noites caminhando como um sonâmbulo ou compondo, para não perder o hábito, dezenas de crônicas que ficam inéditas ou não representam valor.

Refletindo, digo comigo que o jornalista não foi impudente exibindo-se assim cheio de precisões, com os cotovelos roídos e as bainhas das calças esfiapadas. É possível que ele tenha sido impelido por um excesso de amor-próprio, uma vaidade imensa que os fiapos das bainhas e as manchas do casaco irritam. Comparando-se a outros que estão livres dessas inconveniências, reputa-se acima de muitos — e publica o seu escandaloso pedido lembrando-se de tipos ilustres que mendigaram. Considera-se vítima duma injustiça. O anúncio barulhento não é, pois, declaração de insuficiência do autor, é grito de protesto, ataque à sociedade que não compreende. Amadeu Amaral Júnior nos aparece como criança zangada que não pode sofrer em silêncio, bate o pé e deseja que todos conheçam a sua zanga.

Se ele dispusesse duma coluna de jornal a sua pobreza seria menor e revelar-se-ia sob forma artística; não dispondo, redige com raiva o anúncio espalhafatoso. O seu ofício é redigir, não sabe fazer outra coisa e não quer ficar de braços cruzados. Lança a queixa violenta, que, pelo menos durante alguns dias, chamará para ele a atenção do público.

Enfim o procedimento de Amadeu Amaral Júnior mostra coragem. Supomos a princípio que ele não está com a cabeça regulando bem e acabamos reconhecendo que o seu ato não foi tão desarrazoado como parecia. O que há é que não estamos habituados a ler coisas desse gênero. Mas se todos os literatos fossem francos como Amadeu Amaral Júnior, quantos pedidos de roupa velha, níqueis e pão duro surgiriam nas folhas! Se elas quisessem publicar isso de graça, naturalmente.[3]

Notas

1. RAMOS, Graciliano. “Um anúncio”. *Esfera — revista de letras, artes e ciências*, Rio de Janeiro, ano 1, nº 1, maio de 1938, p. 7.

2. Em suas *Memórias do cárcere*, Graciliano faz referência a ele, então seu companheiro no Pavilhão dos Primários: “Outra figura me chamou a atenção, Amadeu Amaral Júnior, arcabouço de torre, olhos profundamente azuis, cabeleira anelada cobrindo-lhe as orelhas, prometendo chegar aos ombros. Vestia uma cueca preta e calçava enormes tamancos ruidosos que pezunhavam como cascos. Jornalista, desenfastiava-se na prisão redigindo novelas. Exibiu-me um conto bem chocho, amostra das suas possibilidades literárias. Devolvi-o constrangido, esforçando-me em vão por indicar nele ideia ou forma razoável, mas o autor eximiu-me da cortesia falsa: indiferente a elogios, asseverava, na palavra e no gesto, o grande valor do seu trabalho” (RAMOS, Graciliano. *Memórias do cárcere*, 4 vols. Rio de Janeiro: José Olympio, 1953, vol. 2, p. 18).

3. Graciliano voltaria a tomar as dificuldades enfrentadas pelo antigo colega de cárcere Amadeu Amaral Júnior como objeto de uma nova crônica. Trata-se do texto “Um amigo em talas”, recolhido em *Linhas tortas*, no qual o escritor alagoano destaca: “O anúncio não produziu nenhum efeito, é o que, meses depois, nos declara Amadeu Amaral Júnior: ‘Minha situação continua preta. Reitero o apelo às almas bem formadas: deem de comer a quem tem fome, uma fome atávica, milenária. Deem-me trabalho.’ E, catalogando as suas habilidades: ‘Escrevo poesias, crônicas, contos (policiais, psicológicos, de aventura, de terror, de mistério), novelas, discursos, conferências. Sei inglês, francês, italiano, espanhol e um bocado de alemão. Deem-me trabalho pelo amor de Deus ou do diabo’” (*Linhas tortas*. Rio de Janeiro: Record, 2005, p. 177).

Um livro inédito II[1]

Referindo-me há dias a um livro curioso que li em 1939,[2] de autor desconhecido, rigorosamente inédito, recebi de Gilberto Freyre este pedido:

— Conte-me isso num artigo para a *Província*.[3] É o que desejamos, descobrir valores, apresentar gente nova.

No primeiro momento achei o programa, com franqueza, supérfluo. Tem surgido espontaneamente nestes últimos tempos tanta gente nova de valor discutível que me pareceu arriscado incentivar novas estreias, estimular fracasso e desilusões. Pessimismo desarrazoado, evidentemente. As obras ruins que inundaram o mercado no decênio agora findo não prejudicam, ou prejudicam pouco, as boas. Aliás não se trata dessa contribuição voluntária, dos cavalheiros tipo Orante[4] que pagam para ser literatos: invadem certas sociedades de letras mundanas, financiam edições, derramam-se nas dedicatórias, mendigam uns elogios pingados no rodapé, cavam pistolões para meter colaborações gratuitas nos suplementos dominicais. A revista pretende é desentocar os sujeitos que por aí vivem, no interior, no subúrbio, na capital de segunda classe, estudando, examinando, anotando, e um dia se resolvem a jogar no papel fatos e ideias, arranjam coisas que o nosso público, encharcado de traduções cinematográficas, recebe com desconfiança. Em geral esses homens não têm nenhum desejo de celebrizar-se: leem, combinam observações próprias com observações alheias, porque o natural deles é isto, ler, combinar, mas não fazem questão de conservar-se anônimos. São indiferentes à pequena fama que obtemos, escondem-se tímidos, receosos talvez de, caindo na livraria e no jornal, perturbar o trabalho paciente e desinteressado a que se dedicam. O urso que mencionei a Gilberto Freyre deve ocultar-se por orgulho. Mandou, há dois anos, quinhentas folhas datilografadas ao concurso de contos da livraria José Olympio, foi até o fim do julgamento em companhia de Luís Jardim, perdeu por um voto. E amoitou-se,

naturalmente indignado; maldizendo o júri, pelo menos parte dele, até certo ponto com razão.[5] Nada mais precário que essas escolhas por sufrágio. Não existe um critério, há critérios, e isto ocasiona desordem. Um jurado embirra com um concorrente porque tem opiniões políticas diferentes das dele, outro porque a adjetivação lhe desagrada. Impossível estabelecer-se harmonia. Mas o autor vencido tem um recurso: levanta os ombros, considera os juízes uns idiotas, continua a escrever e publica a obra derrotada, para demonstrar que houve injustiça. O contista referido tomou o pinhão na unha e conservou-se incógnito, não obstante várias pessoas se terem esforçado por conhecê-lo, até indivíduos que votaram contra ele.[6] Usou o pseudônimo de Viator, tem jeito de médico, mora, ou morou, na roça. É o que sabemos. Ignoramos dele a idade, a cor, a índole. Contudo nesse calhamaço de quinhentas folhas, lido por meia dúzia de pessoas e logo recolhido avaramente, há coisas ótimas. Se quisermos ser honestos, devemos dizer que há outras muito ruins, e isto nos desconcerta: os amores piegas dum engenheiro com uma professorinha de grupo escolar, a morte inverossímil de um médico transformado, por desgostos excessivos, em trabalhador de enxada, algumas páginas de mau gosto que chegam à declamação, à propaganda, ao arrazoado. Numa delas quase nos avisa de que aquilo não é anúncio de soro antiofídico. Mordeduras de consciência, precisão de desfazer passagens que só se desfariam se o autor tivesse tido a coragem de rasgar papel escrito. Junto a isso certa preciosidade de linguagem e certa monotonia, cadência de embalo da rede. Num período longo sucedem-se dezoito ou dezenove versos de seis sílabas, rigorosamente medidos. Estes reparos são uma impertinência, é claro. Ninguém tem o direito de fazer restrições a um trabalho que não veio a lume. O meu intuito, porém, é, exibindo defeitos, pôr em evidência as qualidades boas do livro, que sobe muito ou desce demais, nunca sendo medíocre. Foram provavelmente esses altos e baixos que o prejudicaram. Como é enorme, ainda ficaria de tamanho considerável se o expurgassem da professora, do engenheiro, do médico, da advocacia mais ou menos clara. Teríamos uma excelente coleção de contos — a história humana de Lalino, as viagens complicadas de dois criminosos que se procuram e evitam no sertão, o admirável fim do compadre Joãozinho Bembem, uma conversa de bois, caso sério, dos mais sérios levados a efeito por estas latitudes. O diálogo vivo, a descrição exata, a narrativa segura. Conhecimento perfeito do meio e dos assuntos tratados. Estamos longe do sertão falso, apresentado por cidadãos que dele não tinham nenhuma notícia. Nada de transplantação, de adaptação forçada. Não temos aqui um drama chegado pelo correio e, traduzido convenientemente, posto em cena com atores escolhidos na população dos nossos cafundós. Tudo

real, nacional e bárbaro. Além de conhecer bem os homens e a terra, esse Viator é um animalista notável. Certo os seus animais são criaturas humanas, como os de numerosos escritores que se ocupam de bichos falantes e pensantes; a cobra que aparece de pele nova é parente da Kaa de Kipling.[7] Isto não lhes tira a verossimilhança. Essas figuras convencionais — os bois, um burro que atravessa um rio cheio e salva o cavaleiro bêbado — estão admiravelmente fixadas e comovem. Vem-me de novo a ideia de que estes ligeiros comentários são, até nos elogios, inconvenientes e indiscretos. Não há, porém, outro meio de revelar a existência dum escritor macambúzio, enroscado, descrente do juízo alheio, talvez do seu próprio juízo. Lembrando-se do aborrecimento que teve em 1939, Viator algumas vezes examinará com certeza as boas páginas que fez, julgar-se-á vítima dum logro, prometerá não reincidir; outras vezes notará desgostoso algumas falhas existentes, exagerá-las-á, dirá pessimista que elas se estendem, racham toda a obra — e considerar-se-á inepto, não terá nenhum prazer em voltar à companhia de Lalino e do compadre Joãozinho Bembem. Enquanto se gasta nessa alternativa dolorosa, criaturas hábeis, livres de dúvida, furam caminho, avançam, oferecem-se descaradamente, pedem, rebaixam-se em demasia e aí formam o pulo: quando menos esperamos, surgem lá em cima, decidindo, uns figurões. De malabaristas semelhantes, insensíveis e sem escrúpulos, nada esperamos. Mas Viator é uma espécie de tatu. Não seria mau que a revista publicasse algumas linhas em tipo graúdo, com este apelo: “Gratifica-se a pessoa que trouxer a esta redação o conto ‘Conversa de bois’, visto por cinco ou seis literatos e desaparecido misteriosamente há dois anos. O autor, homem esquivo, de hábitos ambulatórios, andou pelo interior do Brasil, estudando pacientemente brutos, cristãos e plantas. Faltam outras indicações.”

5 de janeiro de 1941

Notas

1. Manuscrito pertencente à Casa Museu Graciliano Ramos, em Palmeira dos Índios. Crônica também publicada na revista *Teresa*, São Paulo, Ed. 34, nº 2, 2001, pp. 82-5. No original, houve a supressão do título "Um livro inédito", riscado pelo cronista, muito provavelmente porque ele já o utilizara anteriormente em texto datado de 20 de agosto de 1939, que seria depois recolhido em *Linhas tortas*. Foi por isso que, na presente edição, optou-se por nomear tal escrito como "Um livro inédito II".

2. Graciliano faz referência ao volume examinado por ele três anos antes, quando figurara como jurado do concurso de contos "Humberto de Campos", instituído pela Livraria Editora José Olympio em 1938, não em 1939. Como se sabe, o autor de *Vidas secas* alude a uma primeira versão do que viria a ser *Sagarana* (1946), obra de estreia de João Guimarães Rosa. Este participara do referido certame encoberto pelo pseudônimo Viator, o qual só seria desvendado pelo escritor alagoano em 1946, conforme destaca na crônica "Conversa de bastidores" (texto publicado em *A casa*, Rio de Janeiro, junho de 1946; *Tribuna de Santos*, Santos, 6 junho de 1946; e recolhido em *Linhas tortas*, São Paulo: Martins, 1962).

3. Texto aparentemente escrito para a revista *Província*, projeto de periódico que seria codirigido por Gilberto Freyre e Erico Verissimo e começaria a circular em março de 1941. Gilberto Freyre explica que o veículo teria como programa valorizar e articular as energias criadoras provincianas do país, sem prejuízo das relações destas com o restante da América e com o mundo (MELLO, Arnon de. "Entrevista com Gilberto Freyre". *Diário de Pernambuco*, Pernambuco, 12 de janeiro de 1942). Em carta enviada a Olívio Montenegro, o autor de *Casa-grande & senzala* indica ainda que a editora gaúcha Livraria do Globo se encarregaria de viabilizar a publicação, pois estaria "disposta a perder dinheiro numa revista séria, de literatura" (FREYRE, Gilberto. *Cartas do próprio punho sobre pessoas e coisas do Brasil e do estrangeiro*. Rio de Janeiro: MEC, 1978, p. 235). Ao anunciar o lançamento de *Província*, a *Revista do Brasil* exalta os nomes de seus futuros diretores, sublinhando que ela "não se alistará no rol das tão numerosas e efêmeras publicações que surgem e desaparecem órfãs do interesse do pequeno grupo de pessoas que no Brasil não fazem da literatura trampolim de pequenas ambições individuais" ("PROVÍNCIA". *Revista do Brasil*, Rio de Janeiro, 3ª fase, ano IV, nº 31, janeiro de 1941). Contudo, percebe-se que a revista nem chegou a ser publicada. Não há registros dela nas hemerotecas brasileiras. Tem-se notícia apenas do periódico porto-alegrense *Província de São Pedro*, lançado em junho de 1945, pela referida Livraria Editora Globo, sob a direção de Moysés Vellinho, da qual Erico Verissimo e Gilberto Freyre figuravam apenas como colaboradores ocasionais. Em tal veículo, Graciliano publicou os textos "Baleia" e "Minsk", respectivamente em setembro de 1945 (nº 2) e março de 1946 (nº 4). Mediante esta iniciativa, o escritor alagoano procurava promover suas *Histórias incompletas*, editadas pela mesma Livraria do Globo em 1946, obra que reunia os dois contos referidos.

4. Personagem da comédia *Les facheux* (1661), de Molière. No segundo ato, juntamente com Clymène, tal senhora aborda Érastes, protagonista da peça, para que este arbitre uma disputa sobre qual seria o amante perfeito. Enquanto Clymène revela predileção por homens violentos em suas paixões, Orante prefere aqueles que se mostram gentis e respeitadores (GAINES, James F. *The Molière encyclopedia*. Westport, Conn: Greenwood Press, 2002).

5. O referido júri era composto por Prudente de Moraes Neto, Marques Rebelo, Peregrino Júnior, Dias da Costa e pelo próprio Graciliano. Os dois primeiros optaram por Viator; os dois últimos por Luís Jardim. O voto de minerva em favor de Jardim teria cabido a Peregrino Júnior (MORAES, Dênis de. O *velho Graça*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1992, pp. 175-6).

6. O escritor alagoano alude a si mesmo, uma vez que, depois de hesitar, optara pela obra *Maria Perigosa*, de Luís Jardim. Porém, após o escrutínio, passou a reivindicar que Viator saísse do anonimato e que a obra deste também fosse editada: “É preciso que o livro de Viator seja publicado” (RAMOS, Graciliano, *op. cit*., p. 217).

7. Animal imaginado por Rudyard Kipling que aparece inicialmente em seu *The jungle book* (1894).

Uma tentativa de explicação[1]

O Sr. José Osório Oliveira, ensaísta e crítico português, a propósito de um concurso da *Revista Acadêmica*, para saber quais os melhores romances brasileiros, escreveu um artigo em que,[2] depois de citar numerosos livros de literatura brasileira, dela se despedia, mal dissimulando um rancor justo.[3] Esse artigo, anterior à *Blitzkrieg*, ainda é oportuno. Depois dele muita gente nasceu, mais gente morreu, e os habitantes de cidades grandes começaram a dormir debaixo do chão como tatus.

Mas, graças a Deus, estamos longe disso, pelo menos por enquanto, e podemos, como diz o poeta Carlos Drummond de Andrade, beber honradamente a nossa cerveja. Bebendo a cerveja, com fatalismo, esperando ser chamados ao tribunal divino antes que ela se acabe, esquecemos os bombardeios aéreos, pensamos nas letras nacionais, coitadas, e no descontentamento dum amigo que se cansou de nos prestar favores e afinal se aborreceu da nossa ingrata indiferença.

O Sr. José Osório de Oliveira tem razão. Contudo várias pessoas ficaram magoadas com ele, talvez igualmente com razão. O que há neste caso é apenas um equívoco; tanto nos diferençamos dos europeus que já nem nos entendemos. Será bom tentarmos, embora tarde, uma explicação desse negócio.

O escritor português desejou que nos comportássemos como se estivéssemos à direita do Atlântico, ao norte; aqui imaginaram que o Sr. José Osório de Oliveira, tendo vivido no Rio, conhecesse os nossos hábitos e os tolerasse. Para o estrangeiro do Velho Mundo a correspondência é coisa séria. O cidadão envia um bilhete a outro, não obtém resposta — e naturalmente se ofende: é como se falasse a um indivíduo e este se conservasse calado. Nós, brasileiros, sabemos o que se deve fazer, mas procedemos de modo contrário. Deixamos para amanhã as conversas com pessoas ausentes, arranjamos novo prazo, as cartas fervilham,

envelhecem — e excelentes relações desanimam.

É possível que a nossa descortesia seja involuntária. Talvez preguiça, talvez excesso de escrúpulo, receio de, arrumando algumas linhas à pressa, cometer leviandades, dizer inconveniências. A verdade é que somos assim. Não agradecemos os livros que nos remetem, não agradecemos as críticas que nos dispensam. Apoiamo-nos em desculpas frágeis: os livros ainda não foram lidos ou nos desagradam, recusamos o juízo do crítico. Evasivas: se admirarmos os livros, aceitarmos a crítica, também permaneceremos em silêncio.

Certamente nos consideram bárbaros. E somos. A extrema urbanidade reside no extremo oriente. À medida que avançam para oeste, os povos se tornam cada vez menos mesureiros. No Brasil atingimos a culminância.

Nossos vizinhos não se espantam. Por estes meridianos mais próximos o defeito a que nos referimos é comum. Se recebermos uma proposta de qualquer país da América do Sul e, contrariando o mau costume, nos interessarmos por ela, é quase certo que o avião da Panair vai levar ao proponente um papel que já não terá para ele nenhuma significação.

Realmente há entre nós quem ponha os seus escritos em ordem e numa gavetinha do *bureau* guarde as folhas timbradas, os envelopes, o frasco de goma e a caixa de selos. Isto, porém, é exceção: as censuras que nos vêm de Lisboa mostram que em geral somos desleixados.

Poderemos justificar-nos dizendo que possuímos ideias escassas, as indispensáveis à composição da nossa minguada literatura. Seremos com efeito literatos? Este nome encerrava ainda há pouco um sentido prejudicial, herança provável do tempo em que arte era indício de boêmia e sujeira. Escrevemos efetivamente, mas desconfiados, no íntimo desgostosos com um gênero de trabalho que não pode ser profissão. A nossa mercadoria vai sem verniz para o mercado e não nos desperta, posta em circulação, nenhum entusiasmo. Somos diletantes. Receamos que nos discutam, que nos analisem, que nos exibam os aleijões. Se eles começarem a ser indicados, multiplicar-se-ão, ocuparão toda a obra. A referência que nos contenta é o elogio bem derramado. Não faz mal que seja idiota: precisamos vê-lo, repeti-lo, convencer-nos de que realizamos qualquer coisa notável.

Trabalhamos um pouco à toa, e o pensamento que surge no café e briga às vezes com outros pensamentos acha meio de estabelecer-se: em falta de argumentos, é defendido com gritos. Esses gritos são impossíveis na carta, onde as incongruências avultam. Gostamos de falar, discutir — e opiniões antagônicas já têm rolado no chão, atracadas, resistindo a murros. Somos bastante expansivos, mas a expansão só se manifesta cara a cara. Separados arrefecemos, murchamos. Para que nos gastarmos em correspondência que nos roubaria

grande parte do tempo? Desejamos ler sobre nós o que julgamos conveniente. Podemos até redigir nós mesmos os louvores, celebrar-nos com exagero. Há quem faça isto à força de imaginação, enganar-se, acreditar no panegírico, chegar quase a apertar a mão do pseudônimo[4].

Notas

1. RAMOS, Graciliano. “Uma tentativa de explicação”. *Revista Acadêmica*, nº 54, maio de 1941. Manuscrito datado de 3 de novembro de 1940, pertencente ao Instituto de Estudos Brasileiros: Arquivo Graciliano Ramos; Manuscritos; Crônicas, ensaios e fragmentos; not. 10.1. (Comparado à versão publicada em periódico, o manuscrito apresenta variantes pontuais no início e o acréscimo de um parágrafo ao fim. Este trecho final mostra-se aparentemente inacabado. Em função disso, nesta edição, optou-se por privilegiar o texto saído na imprensa.) No número da *Revista Acadêmica* em que o presente artigo foi publicado, na contracapa, em anúncio publicitário da Biblioteca do Espírito Moderno da Companhia Editora Nacional, destaca-se o nome de Graciliano Ramos como tradutor das *Memórias de um negro*, livro autobiográfico do norte-americano Booker Washington, recém-lançado naquele momento pela referida casa editorial paulista (WASHINGTON, Booker. *Memórias de um negro*. Tradução de Graciliano Ramos. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1940).

2. No manuscrito, tem-se, no parágrafo inicial, uma pequena variante em relação à versão saída em periódico, aqui privilegiada como texto-base: “O Sr. José Osório de Oliveira, ensaísta e crítico português, *escreveu há meses, a propósito do concurso de romances da* Revista Acadêmica, um artigo em que...” (Instituto de Estudos Brasileiros: Arquivo Graciliano Ramos; Manuscritos; Crônicas, ensaios e fragmentos; not. 10.1).

3. No *Diário de Lisboa*, em 16 de junho de 1940, o crítico brasilianista José Osório de Oliveira publicou o rumoroso artigo-carta “Adeus à literatura brasileira”, no qual, por falta de apoio e estímulos, dava por encerrado seu trabalho de divulgação das obras e autores nacionais em Portugal, depois de quase 15 anos: “...corresponderão os brasileiros ao interesse que tenho por eles, interessando-se igualmente, não digo por mim, mas pela literatura portuguesa? (...) será este, por tudo isso, o meu último artigo sobre a literatura brasileira, mas quero que esta despedida seja ainda um ato de louvor” (In: CRISTÓVÃO, Fernando. *Cruzeiro do Sul, a Norte*. Lisboa: Imprensa Nacional — Casa da Moeda, 1983, p. 125). Apesar da aparente despedida, José Osório de Oliveira ainda se notabilizaria como secretário de redação da revista luso-brasileira *Atlântico*, editada em parceria pelo Secretariado da Propaganda Nacional português e pelo Departamento da Imprensa e Propaganda brasileiro, a partir da primavera de 1942. Graciliano publicaria o que seriam três capítulos de *Infância* nesse periódico: “O fim do mundo” (nº 2, 1942, Il. Antônio Duarte); “O moleque José” (nº 3, 1943, Il. Manuel Lapa) e “O barão de Macaúbas” (nº 4, 21 de novembro de 1943, Il. Carlos Botelho).

4. Na versão manuscrita, tem-se, ao final do texto, um parágrafo inacabado: “*Nenhuma carta nos daria semelhantes vantagens. Só nos agradaria uma carta que escrevêssemos, voltasse copiada, assinada por um amigo distante*” (Instituto de Estudos Brasileiros: Arquivo Graciliano Ramos; Manuscritos; Crônicas, ensaios e fragmentos; not. 10.1).

Documentário — Resposta de Graciliano Ramos[1]

Gabinete do Prefeito.
Palmeira dos Índios, Alagoas.
Em 16 de fevereiro de 1930.
Sr. Jurandir Gomes:[2]

Muito agradecido lhe estou pela carta que me escreveu a dois do corrente. É estranho que o Sr. tenha lido com interesse o relatório apresentado por mim este ano ao governador.[3] Tudo ali, ou quase tudo, é ruim. E se o Sr. Jurandir Gomes me vem dizer que aquilo alguma surpresa lhe causou, compreendo que o seu espanto é motivado pelo fato de julgar os habitantes do interior meio analfabetos, o que é verdade.

Eu não escapo à regra, infelizmente, e imagino que o Sr. estava, quando me leu, com disposições singularmente otimistas.

Quatro palavras lhe desagradaram, o que é lisonjeiro para mim. O culpado foi Henrique Ford. Pergunta-me se nego a autoridade desse gringo formidável. Não, decerto. Eu vou lá negar a autoridade de um cidadão que acumulou tantos milhões?

Mas, realmente, não sei se possa considerar sociedade comercial a administração de um município.

E não seria mau levar em conta que os salários altos são talvez menos úteis que a esperança de obtê-los. Falo em funcionários mal remunerados, mostro a possibilidade de melhor paga — e tenho certeza de que eles farão por alcançá-la.[4] Assim procede a Santa Madre Igreja, com proveito para os homens, que esperam o reino do céu.

De resto as necessidades de um anglo-saxão e as de um caboclo nordestino diferem. Passamos sem o cinema, ignoramos o *flirt*, o automóvel é luxo para gente grande. E entre nós ainda há quem acredite na Santíssima Trindade e não

creia no aeroplano. Comemos pouco e dormimos pouco.

Mas... que vantagem tenho eu em estar aqui a defender o conselho municipal de Palmeira dos Índios? É inegável que os ordenados que recebemos são exíguos. O corpo legislativo achou que, em falta de alimentos, podemos viver da graça de Deus.

Está claro que, nesse relatório a que o Sr. se referiu, eu não iria dizer que o meu trabalho é mal retribuído. Mas a verdade é que, em janeiro deste ano, houve em Palmeira cobradores que ganharam mais do que eu.

Julgo que a coisa está explicada. E declaro-me um seu amigo e admirador muito sincero.

Graciliano Ramos

Notas

1. RAMOS, Graciliano. “Documentário — resposta de Graciliano Ramos”. *Revista do Brasil*, Rio de Janeiro, 3ª fase, ano IV, nº 41, novembro de 1941, pp. 89-90. O presente texto missivístico é antecedido por uma nota introdutória e pela carta motivadora da redarguição do escritor alagoano, as quais seguem abaixo: “Antes de haver lançado o seu primeiro romance, *Caetés*, Graciliano Ramos obteve ruidosa publicidade na imprensa do país em virtude dos seus relatórios de prefeito do município de Palmeira dos Índios, em Alagoas. Houve um movimento de atenção, em todos os círculos intelectuais, em relação ao obscuro prefeito do interior que redigia os seus documentos oficiais com humor e originalidade, livre de qualquer ranço burocrático. Foi dessa época — 1930 — a correspondência trocada entre um jornalista alagoano e o autor de *Angústia*, a qual, a título de curiosidade, ora reproduzimos a seguir:”

> “Penedo, 2 fev. 30.
>
> Sr. Graciliano Ramos:
>
> Embora não o conheça pessoalmente, ouso levar-lhe o meu parabém pelo *exquisite humour* e verdadeiro patriotismo revelados por V. Sa. em seu relato ao governador, publicado no *Diário Oficial*.
>
> Surpreendeu-me e encantou-me o encontro de um homem de espírito e de cultura, nessa paisagem adusta do interior de minha terra.
>
> Entretanto, peço licença para negar aplauso à sem-cerimônia com que V. Sa. declara pagar mal a seus funcionários. Todo negócio que emprega mais de uma pessoa, diz Henry Ford (cuja autoridade V. Sa. não negará), é sociedade comercial; e não é independente quem necessita de colaboração. Assim, Henry Ford sentencia: ‘A única ambição de todo chefe, no seu cargo de diretor nato, deveria consistir em pagar *os salários mais elevados* que pudesse, e por outro lado, o empregado deveria fazer questão de obter o máximo rendimento do seu trabalho.’
>
> A não ser esse ponto, suponho o relato de V. Sa. impecável afirmação de uma inteligência que muito ainda poderá servir a Alagoas. É o que desejo e expresso — sem prejuízo para mim, nem vantagem para V. Sa.
>
> Atenciosamente,
>
> Jurandir Gomes.”

2. Jurandir Góes Gomes (1904-56): jornalista e funcionário público. Em 1931, passaria a conviver com Graciliano nas páginas da revista *Novidade*, periódico com o qual colaborou em sete oportunidades. Em 1940, tornou-se redator principal da *Gazeta de Alagoas*. Publicou, entre outros, *Quadros da história de Alagoas — breves ensaios sobre a história pátria*. Prefácio de Théo Brandão. Maceió: Casa Ramalho Editora, 1956 (LEBENSZTAYN, Ieda. *Graciliano Ramos e a Novidade*: *o astrônomo do inferno e os meninos impossíveis*. São Paulo: Hedra, 2010, pp. 400-1).

3. Referência ao segundo relatório enviado pelo então prefeito de Palmeira dos Índios, Graciliano Ramos, ao então governador Álvaro Paes em janeiro de 1930 (RAMOS, Graciliano. *Viventes das Alagoas*. Rio de Janeiro: Record, 2007, pp. 209-21).

4. No referido relatório, Graciliano destaca: “Tenho seis cobradores, dois fiscais e um secretário. Todos são mal remunerados” (RAMOS, Graciliano, *op. cit.*, p. 212). E mais à frente, ao falar sobre os “bons companheiros” da administração municipal, que o ajudariam na consecução das inúmeras obras apresentadas ao chefe estadual: “Já estou convencido. Não fui eu, primeiramente porque o dinheiro despendido era do povo, em segundo lugar porque tornaram fácil a minha tarefa uns pobres homens que se esfalfam para não perder salários miseráveis” (*idem*, p. 217).

Ideias novas[1]

Interior de Alagoas. Atualidade.

Personagens do 1º quadro:

Capitão Lobo (negociante e delegado de polícia)
D. Aurora (sua mulher)
Mariana (filha do casal)
Adelaide (amiga de Mariana)
Seu Rodrigues (oficial do registro civil)
Cabo Feliciano (comandante do destacamento)

1º Quadro

Manhã. Escritório em casa do capitão Lobo. Mesa com livros comerciais, tinteiro, réguas etc. Um cofre, uma pequena máquina de escrever, um relógio, um calendário, o retrato do capitão, algumas cadeiras. Portas laterais e Janela aberta ao F.,[2] *mostrando um pedaço de rua com árvores, lampiões, tabuletas. Passam transeuntes na calçada. Ouvem-se pregões de vendedores ambulantes. D. Aurora e seu Rodrigues, sentados à mesa, discutem.*

CENA I

D. Aurora e seu Rodrigues

D. Aurora (Folheia um volume) — Ora, seu Rodrigues, já lhe pedi muitas vezes que não trouxesse para a menina livros dessa natureza. A sapequinha larga o estudo e fecha-se no quarto para ler em segredo histórias... Como se diz? Histórias dissolventes. (*Solta o volume*).

Seu Rodrigues (Pega o volume) — Respeito as suas ideias, d. Aurora, mas afirmo que está enganada. Eu seria incapaz de inculcar a sua filha uma leitura imprópria. A senhora me conhece. Não era preciso que a Marianinha se trancasse por causa deste romance: podia andar com ele na rua, mostrá-lo ao vigário. O autor disto é uma glória nacional, uma glória ainda nova, mas coisa sólida, no parecer dos entendidos.

D. Aurora — Conversa. Abri um romance moderno e fiquei arrepiada. Nunca vi tanta porcaria junta.

Seu Rodrigues (*Bate na capa da brochura*) — Já leu este?

D. Aurora — Eu? Deus me livre. Tudo safadeza.

Seu Rodrigues — Que desconchavo, pai do céu! É incrível que uma professora jubilada fale assim.

D. Aurora — Que diz o livro, seu Rodrigues?

Seu Rodrigues — É um estudo sério, d. Aurora. Há aqui fatos econômicos, sociais, políticos. Excelente.

D. Aurora — E o senhor quer arrumar isso na cabeça duma normalista! Absurdo. Devia oferecer a minha filha obras calmas e refrigerantes, a biblioteca das moças. Nada de revoluções. O mundo já anda tão atrapalhado! Qual é o enredo desse? (*Aponta o volume*).

Seu Rodrigues — Enredo? A senhora ainda se ocupa com enredo? Eu procuro no que leio a substância, o tutano.

D. Aurora — Ah! Eu sou diferente. O que me interessa é ver o fim, saber se o protagonista casa ou não casa. Esse casa ou morre?

Seu Rodrigues — Que pergunta ingênua!

D. Aurora — Pergunto porque o senhor admira o romance.

Seu Rodrigues — Eu sou um bom patriota, admiro todas as grandezas da minha terra: a cachoeira de Paulo Afonso, Itabira, o Amazonas, Castro Alves e o

Guarani.

D. Aurora — Está parecendo que o senhor não leu a história.

Seu Rodrigues — Ora essa! Também nunca estive no Amazonas, graças a Deus, que tenho medo de beribéri. Mas admiro o Amazonas, é claro, imenso reservatório de riquezas latentes. Não me canso de repetir isto, d. Aurora, por ser uma grande verdade e uma bela frase.

D. Aurora — Afinal o senhor leu ou não leu?

Seu Rodrigues — Ia explicar-me. Neste caso, como em outros, deixei-me levar pela opinião dos críticos, ou antes pela decisão deles. Que valia o julgamento dum oficial do registro civil em Sant'Ana do Ipanema?

D. Aurora — Quer dizer que não leu.

Seu Rodrigues — Efetivamente, não li. Eu gosto de elogiar. Se lesse, talvez achasse aqui dentro alguma coisa desagradável. O meu sistema é cômodo: fio-me em juízos melhores que o meu e livro-me de complicações.

D. Aurora — E recomenda uma obra desconhecida?

Seu Rodrigues — Sim senhora. Isto é, os literatos é que recomendam. Eu sou apenas intermediário. Um oficial do registro civil em Sant'Ana do Ipanema não tem direito de pensar demais. E agora, se me dá licença... (*Levanta-se*) Vistos e discutidos os autos etc., quer que deixe o romance? Quem sabe se a senhora não iria entreter-se com ele?

D. Aurora (Ofendida) — Oh! Seu Rodrigues!

Seu Rodrigues — Está bem, está bem. Respeito as suas ideias, d. Aurora. (*Toma o chapéu e despede-se*) Lembranças ao capitão. (*Sai pela porta do F.*)

CENA II

D. Aurora e capitão Lobo

D. Aurora (*Sopra, abana-se com as mãos*) — Que tesoura cega!

Capitão Lobo (*Entra pela D., chega-se à janela, grita para fora*) — Ó rapazinho, dá um salto ali ao quartel e pede ao cabo Feliciano que venha cá. (*Volta-se, desce, monologando*) Vamos ver como termina aquele sarapatel. Está

provado que foi ele. Foi ou não foi? Sem dúvida. Então não há motivo para se amoitar. Espirra tudo hoje à noite direitinho. Comigo é no pau. (*Descobre d. Aurora*) Ah! Está aí? Vinha tão distraído que não enxerguei você. Esse ladrão de cavalos me faz dor de cabeça. O princípio da autoridade sofreu um colapso.

D. Aurora — Como?

Capitão Lobo — Colapso. Foi o juiz de direito quem disse. Deve estar certo. Colapso. Necessário esticar a corda. Governo é governo. É ou não é?

D. Aurora — Sei lá! Não me importo com isso, vivo no meu canto.

Capitão Lobo — Falta de espírito público. Lastimoso. Uma professora jubilada que só cuida em galinhas.

D. Aurora — Natural.

Capitão Lobo — Bem. Cada qual como Deus o fez. Não questionemos. Alguém me procurou?

D. Aurora — Não. Quem esteve aí foi o seu Rodrigues, aquele sem-vergonha.

Capitão Lobo — Sem-vergonha? É um funcionário. Bom velho, coitado. Sem-vergonha por quê?

D. Aurora — Anda querendo corromper nossa filha.

Capitão Lobo — Hã? Está doida, mulher? Naquela idade!

D. Aurora — Não é o que você está supondo não. Anda querendo corrompê-la com leituras... Como se diz? Perniciosas.

Capitão Lobo — Ah! Tirou-me um peso do coração. Papel sujo, lorotas.

D. Aurora — Lorotas? Então você deixa sua filha se estragar com romances indecentes?

Capitão Lobo — Eu? Isso não é comigo. Quem me forçou a mandar a pequena estudar na capital foi você. Posso observar daqui os progressos dela na escola normal? Não posso. A verdade é que ela gasta como piranha, mas não sei em quê. Quanto à escolha dos livros, acho bom consultar os professores. Talvez esse que o velho Rodrigues deu a ela esteja no programa.

D. Aurora — É um romance, homem de Deus.

Capitão Lobo — Ah! Entendo. Uma educação liberal.

D. Aurora — Você não se revolta com o procedimento de seu Rodrigues?

Capitão Lobo — Revoltar-me? (*Indeciso*) É. Parece irregular. Refletindo, chegamos à conclusão... Um abuso, creio eu. (*Anima-se*) Aproveitar-se da inocência duma criaturinha de 18 anos e meter-lhe nas mãos obras... De que espécie?

D. Aurora — Realistas.

Capitão Lobo — Patife! (*Zangado*) Ele me paga. Infelizmente é um funcionário. Se não fosse, dormia hoje na cadeia, junto ao ladrão de cavalos. Mas eu me vingo. Não é à toa que me chamo Lobo. Vou cobrar uma letra de quinhentos mil réis que aquele safado me deve e sapeco-lhe juro de cinco por cento ao mês.

CENA III

D. Aurora, capitão Lobo e cabo Feliciano

Cabo Feliciano (*Fora, bate à porta do F.*) — Ó de casa!

Capitão Lobo — É o cabo Feliciano.

D. Aurora (*Com uma careta de enjoo*) — Política! (*Vai abrir a porta*) Entre, cabo Feliciano.

Cabo Feliciano (*Entrando*) — Bom dia, d. Aurora. (*Desce, leva a mão ao quepe e senta-se familiarmente*) Que é que há, capitão?

D. Aurora (*À parte*) — Essa mania de política ainda lhe dá na cabeça. (*Sai pela D.*)

CENA IV

Capitão Lobo e cabo Feliciano

Cabo Feliciano (*Escanchado na cadeira, às avessas, os braços apoiados no encosto*) — Que é que há, capitão?

Capitão Lobo (*Grave*) — O sujeito abriu o bico?

Cabo Feliciano — Até agora não.

Capitão Lobo — Oh! Cabo Feliciano! Isso é um achincalhe à autoridade. Faz três dias que estamos para cima e para baixo, numa gangorra. O homem não quer falar, não fala. Em resumo, foi ele ou não foi?

Cabo Feliciano — Pelo jeito, foi.

Capitão Lobo — Pois arranje a confissão. Já botou os anjinhos[3] nesse infeliz?

Cabo Feliciano — Ainda não. Tenho procedido com bons modos.

Capitão Lobo — Bons modos depois de três dias! Comigo é no pau. Bons modos no princípio, lambanças etc. Mas se o tipo endurece, cacete e cipó de boi. É a regra. E ninguém descobriu coisa melhor, nem aqui nem em parte nenhuma. (*Senta-se à mesa*) Diga-me cá, vocês fizeram ameaças?

Cabo Feliciano — Muitas vezes, sem resultado. Não ligou importância a elas.

Capitão Lobo — Não ligou importância! Não ligou importância porque tomou o fôlego de vocês, homem. Nem uma lamborada para mezinha?[4]

Cabo Feliciano (*Tira a faca de ponta, um pedaço de fumo, palha de milho, faz lento um cigarro*) — Para usar de sinceridade, não. Dá-se uma esquisitice. Quando vejo esse bandido, falo grosso, ronco, prometo rebentá-lo mais tarde. Saio completamente resolvido, volto a interrogá-lo e esqueço o propósito. Será que o desgraçado tem mandinga?

Capitão Lobo — Disparate! Um agente da lei, neste século do rádio, admitir semelhante abusão! Que, para ser franco, não sei se haverá incompatibilidade entre a lei, o rádio e a mandinga. Mas nos tempos que correm é feio acreditarmos em feitiço.

Cabo Feliciano (*Continua a preparar o cigarro*) — Também acho. É uma explicação tola, em falta de outra. O que me parece é que há duas classes de pessoas: as que nasceram para levar pancada e as que nasceram para não levar pancada. Veja o senhor. Certos indivíduos entram no xadrez e amunhecam, entregam os pontos. Não fizeram nada, mas acusam-se, amolecem tanto que somos obrigados a dar neles meia dúzia de pescoções. Como estão livres de culpa, arrumam os picuás, pagam carceragem e saem logo, esmorecidos e de cabeça baixa, que o natural deles é isto mesmo: aguentar cascudos. Esse ladrão de cavalos[5] pertence ao segundo grupo.

Capitão Lobo — Nasceu para não levar pancada.

Cabo Feliciano — (*Acende o cigarro*) — É cá a minha ideia. Tem um olho de coruja, uma ponta de língua... Fala direitinho, um promotor. E cada muque... Faz gosto ver aquilo, não lá dentro, é claro. Lá dentro não simpatizamos com esses brutos robustos demais. Dão muito trabalho.

Capitão Lobo — Que declaração, cabo Feliciano! Quer dizer que não esquentou o lombo do sujeito porque ele é forte. Podemos dar a isso — não se ofenda — o nome de covardia.

Cabo Feliciano — Hã? Covardia? É o que não existe no destacamento policial desta cidade, capitão Lobo. Coragem lá é como pulga: todo bichinho tem. Mas tomo a liberdade de comunicar-lhe o seguinte. O destacamento policial de Sant'Ana do Ipanema compõe-se de quatro figuras: um soldado velho, que possui uma ferida incurável no pé, um doente do peito, um menino amarelo e este seu criado. Valentia é uma coisa que não nos falta, mas estamos certos de que um fuzuê com aquele ferrabrás não convém aos achaques dos meus companheiros. O que um deles tem no pé, o outro no bofe e o terceiro no sangue são moléstias que os médicos tratam, e nenhuma delas se chama covardia. Enfim o senhor não deu ainda as suas ordens. (*Levanta-se, aproxima-se da janela, atira na rua a ponta do cigarro. Cumprimenta alguém, encosta um cotovelo ao parapeito e durante o resto da cena fica lá, meio voltado para o exterior, alheio à conversa e gesticulando*).

Capitão Lobo — Não dei ordens? Vocês precisam de ordens para surrar os presos?

Cabo Feliciano — Às vezes precisamos. Quando o suplicante é um desses que nasceram para não levar pancada, precisamos. Pode haver... (*Para de repente, sorri, dirige-se a uma pessoa invisível*) Alô, benzinho!

Capitão Lobo — Que é que pode haver, cabo Feliciano?

Cabo Feliciano (*Estremece*) — Hum! Sangue, capitão. Com um selvagem daquela marca pode haver sangue, pode haver morte. Se acontecer desgraça, a responsabilidade é lá para o senhor.

Capitão Lobo — Cabo Feliciano!

Cabo Feliciano (*Faz a continência, dengoso, olhando a rua*) — Pronto!

Capitão Lobo — Eu sou uma autoridade enérgica. Não consinto que me pisem nos calos. Esse povo tem de entrar na linha, cabo Feliciano, entende?

Cabo Feliciano (*Longe*) — Hã! Hã!

Capitão Lobo — Comigo é no pau. Não é à toa que me chamo Lobo. Já me viu alguma vez trastejar, cabo Feliciano?

Cabo Feliciano — Hã!

Capitão Lobo — Já me viu alguma vez trastejar?

Cabo Feliciano (*Mole*) — Ainda não.

Capitão Lobo — Pois é. Brandura no começo, amabilidade, tapeação. Agora se o meliante incha o papo e se faz besta, porrada nele. Cabo Feliciano!

Cabo Feliciano — Capitão!

Capitão Lobo — Vou interrogar esse miserável hoje à noite. Quero ver se ele escarra o sucedido ou se ficou mudo. Madeira do mato quebra nas costas dele. Sem dúvida. Hei de ver isso. Cabo Feliciano!

Cabo Feliciano — Hã!

Capitão Lobo — Ouviu o que eu disse?

Cabo Feliciano — Ouvi, capitão. Isto é, ouvi, mas não guardei bem na memória. Se quiser repetir...

Capitão Lobo — Vou interrogar esse ladrão hoje à noite. Conserve o destacamento a postos, de fogos acesos.

Cabo Feliciano (*Faz para fora um sinal, afasta-se da janela, desce esfregando as mãos*) — É muito boa.

Capitão Lobo — Como?

Cabo Feliciano — Muito boa ideia, capitão. (*Perturba-se*) O senhor... É lógico... Hum! Deve interrogá-lo. Hum! Excelente ideia. Mais alguma coisa?

Capitão Lobo — Vai chover bordoada. Se o destacamento emperrar, contrate uns homens.

Cabo Feliciano — Oh! Seria vergonha. O destacamento impõe-se. Está meio avariado, mas o que não falta lá é coragem. (F*az a continência, bate os tacões, cambaleia, dá meia-volta, retira-se pela porta do F.*) (*Capitão Lobo sai pela D.*)

CENA V

Adelaide e Mariana (Entram pela E.)

Adelaide — Um horror, minha filha, um horror. Nunca vi tanta miséria. Eu lhe conto porque sou sua amiga. Um horror. Sabe o que andam espalhando por aí, na farmácia, no bilhar, na porta da igreja?

Mariana — Não. Você ainda não se manifestou.

Adelaide — Posso falar?

Mariana — Pode, pode. Fale à vontade.

Adelaide — Pois sim, meu coração. Juram que você não é moça.

Mariana — Diabo! Com dezoito anos? São bem exigentes.

Adelaide — Não zombe, meu anjo. Você comprometeu-se namorando três rapazes ao mesmo tempo.

Mariana — Ao mesmo tempo não.

Adelaide — Os três num dia. Vivem brigando por sua causa, e essa gente desocupada julga que você fez tudo com eles.

Mariana — Coisa nenhuma. O filho do juiz de direito é um menino bem-comportado e cheio de sentimentos nobres. Deu-me um beijo nos dedos, e eu ofereci a ele uma rosa, um botão de rosa. Cena muito casta e em conformidade com os hábitos da terra. O estudante de medicina foi menos romântico, beijou-me a boca.

Adelaide — E você ofereceu a ele outra rosa?

Mariana — Para quê? Deixei-me beijar. Com o instrutor de tiro dei um passeio nos arredores. E à noite nos sentamos juntos no cinema.

Adelaide — Felizmente só foram três, não é? (*Suspira*) Você se inutilizou, meu bem. Aqui não arranja casamento.

Mariana — E quem lhe disse que pretendo casar-me e ficar aqui mofando?

Adelaide — Não pretende?

Mariana — Ah! Não. O ano vindouro findo o meu curso e bato as asas. Arrumo aí um emprego qualquer e depois uma comissão no Rio. Este negócio está apalavrado. Lá faço concurso e engancho-me num ministério. É certo. Se em seis meses não conseguir o que desejo, é porque só sirvo para ser professora em Sant’Ana do Ipanema.

Adelaide — Professora com uma reputação estragada, Mariana. Uma professora que namora três homens num dia.

Mariana — Bobagem. Os três não valem um homem. Mas não há receio. Atraco-me no Sul e viro carioca. Outra coisa, Adelaide, fale com seu Rodrigues, peça a ele que me mande o livro que mamãe devolveu.

Adelaide — Está doida? Um romance imoral!

Mariana — Conversa. Mamãe é idiota e não conhece um pingo de literatura. A velha mais ranzinza do mundo. Chi! Que amolação! Interrompeu-me a leitura na melhor passagem: uma brincadeira de meninos com uma negrinha, num areal.[6]

Adelaide — Não me meto nisso não, Mariana. Se d. Aurora pensa que o romance é perigoso, deve ter lá as suas razões.

Mariana — Mamãe não leu o romance. Nunca leu nada. Leu uma gramática miudinha antigamente e ficou aí. (*D. Aurora aparece à E.*) Procure seu Rodrigues, Adelaide. Eu queria ver o resto da brincadeira das crianças no areal. É o que há de mais inocente.

CENA VI

Adelaide, Mariana e d. Aurora

D. Aurora (*Severa*) — Mariana!

Mariana — Oh! Mamãe! Como vai? Já melhorou da enxaqueca?

Adelaide (*À parte*) — Que bagunça! Virgem Maria!

D. Aurora (*Zangada*) — Mariana, tenha vergonha. Quem lhe disse que eu estava com enxaqueca?

Mariana — Pensei que estivesse. Amanheceu tão nervosa!

D. Aurora — Deixe de ser descarada, Mariana. Ouvi perfeitamente o que você dizia a essa...

Adelaide (*À parte*) — Valha-me Deus! Agora é comigo. Por quê? Não fiz nada.

Mariana — É. Esmiuçávamos uns contos piedosos. Contos infantis.

D. Aurora — Mentirosa. Um recado para seu Rodrigues.

Mariana — Efetivamente. A senhora se enjoou do romance que ele me emprestou e mandei pedir outro. Os dias aqui são tão compridos! O jeito que tenho é fazer cultura.

Adelaide — Mariana... D. Aurora... (*Aproxima-se ora da mãe, ora da filha, para se despedir. Chega-se à porta, recua*) Por favor... (*À parte*) Eu queria achar meio de me escapulir.

D. Aurora — Mariana, você é uma pessoa depravada.

Mariana — Tolice.

D. Aurora — Mas fica estabelecido que de hoje em diante não se recebe nesta casa safadeza escrita.

Mariana — Naturalmente. Nunca se recebeu.

D. Aurora — E faça o obséquio de me respeitar, insolente. Vamos deixar esse arzinho de galinha assada...

CENA VII

Adelaide, Mariana, d. Aurora e capitão Lobo

Capitão Lobo (*Entra pela D.*) — Que barulho é esse?

D. Aurora — São as consequências da bela educação que você deu a sua filha.

Capitão Lobo — Eu? Tem graça. Não dei educação nenhuma. Entendo lá disso? Gemo com as despesas dela na capital. Simplesmente.

Mariana — É. Mas, acabando o meu curso, não precisarei de ninguém.

D. Aurora (*A capitão Lobo*) — Está ouvindo? Senhora do seu nariz, com rédea no pescoço, inteiramente livre. Bonito.

Mariana (*Desafiando-a*) — Pois é.

Capitão Lobo (*Coloca-se entre as duas, tentando apaziguá-las. Volta-se para a esquerda, para a direita*) — Oh! Oh! Oh! É um equívoco, não há motivo para desordem. Calma, calma. Tudo se explica.

Adelaide (*À parte*) — Que é que estou fazendo aqui, santo Deus?

Mariana — O ano vindouro estarei longe disto. Hei de viver e morrer muito

longe de tudo isto.

Capitão Lobo — Menina, seus avós e seus bisavós foram enterrados no cemitério de Sant’Ana do Ipanema. Eu, sua mãe e você, quando fecharmos os olhos, iremos descansar na catacumba deles.

Mariana — Eu? Que esperança! Apodrecer junto desses fósseis!

D. Aurora (*Com voz estridente, a capitão Lobo*) — Preste atenção a isso, homem. Abra os ouvidos.

Capitão Lobo (*A d. Aurora*) — Calma, calma. Não se excite. Foi uma palavra sonora que a pequena decorou. Talvez nem saiba a significação dela.

D. Aurora (*A capitão Lobo*) — Você aprova esses modos?

Capitão Lobo (*A d. Aurora*) — Ah! Não, evidentemente. Mas tenha paciência. É o calor da mocidade, fogo de palha. Depois ela endireita.

Mariana (*A capitão Lobo*) — Mamãe é insuportável, é uma criatura paleolítica.

Capitão Lobo (*A Mariana*) — Hã?

Mariana (*A capitão Lobo*) — Paleolítica.

Capitão Lobo (*A Mariana*) — É. Sempre foi. Mas temos de aguentá-la assim mesmo. Naquela idade não endireita.

D. Aurora — Perdi a saúde, envelheci, cuidando dessa ingrata.

Capitão Lobo (*A d. Aurora*) — Oh! Oh! Exagero. Ela tem bom coração. É meio esquentada, o sangue dos Lobos, mas tem ótimo coração. E quanto às ideias modernas, potocas, não valem nada.

Adelaide (*À parte*) — Só queria que me dissessem que é que estou fazendo aqui.

Mariana — Gasta-se a vida sapecando as pestanas, adulando professores analfabetos, cavando pistolões para os exames — e no fim coice. Dou o fora em tudo isto. Ora se dou!

Capitão Lobo (*A Mariana*) — Calma, calma. Sua mãe fala demais e se desconchava, mas é uma boa alma. Infelizmente não compreende as ideias modernas. Mulher atrasada.

Adelaide (*À parte*) — Arrelia tão grande por causa dum romance que não foi lido. Que despropósito, meu Deus, que despropósito! Imaginem se soubessem

que ela beijou três homens num dia.

D. Aurora (*Puxa o braço do marido*) — Escute, examine este caso com todos os *ff* e *rr*.

Mariana (*Puxa o braço do pai*) — Veja se eu tenho razão ou não tenho.

Capitão Lobo (*A d. Aurora*) — Já escutei, estou surdo de escutar. Um livro indecente, seu Rodrigues, já sei. Está certo. (*A Mariana*) Claro que tem razão. O progresso. Não há dúvida nenhuma. (*Afasta-se das duas. À parte*) Com os diabos! Eu sei lá quem é que tem razão! Um inferno. No princípio do século não havia disso.

(Fim do 1º quadro)

Notas

1. RAMOS, Graciliano. “Ideias novas”. *Revista do Brasil*, Rio de Janeiro, 3ª fase, ano V, nº 49, julho de 1942. Em pesquisa realizada no Arquivo Graciliano Ramos, do Instituto de Estudos Brasileiros (IEB), não foram localizados os manuscritos referentes a tal produção. Encontraram-se, tão somente, trechos desconexos de outra peça, datilografados em carbono azul nos versos de manuscritos de outras obras do autor (ver LIMA, Yêdda Dias e REIS, Zenir Campos. *Catálogo de manuscritos do Arquivo Graciliano Ramos*. São Paulo: Edusp, 1992, pp. 86, 176 e 189). Em correspondência de 8 de março de 1937, o autor de *Angústia* menciona a insistência de Eugênia Moreyra, mulher de Álvaro Moreyra, para que ele escrevesse um drama ou uma comédia. “Como não conheço técnicas de teatro, [Eugênia] emprestou-me um livro, *Teatro Social Norte-Americano*, e disse que até maio eu lhe devia entregar a peça, o que não acontecerá” (RAMOS, Graciliano. *Cartas*. Rio de Janeiro: Record, 1981, p. 183).

2. O adjunto adverbial “ao F.” (ao fundo) aparecia antes e depois do sintagma “Janela aberta”. Diante de tal repetição, optou-se por manter apenas o uso mais prototípico, ou seja, aquele posposto ao referido sintagma nominal.

3. “Espécie de algema constituída por um anel de ferro com que se prendem os dois dedos polegares dos criminosos presos” (HOUAISS, Antônio e VILLAR, Mauro de Salles. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001, pp. 224-5).

4. O sintagma de uso regional “lamborada para mezinha” poderia ser livremente parafraseado como “pancada como remédio”.

5. No contexto sertanejo enfocado pela peça, a pusilanimidade do soldado é reforçada pela gravidade do suposto delito cometido pelo detento. Segundo o próprio Graciliano, diferentemente do que acontecia com o assassino, o ladrão de cavalos nunca era perdoado. “Em regra, não o submetem a julgamento: matam-no” (RAMOS, Graciliano. *Viventes das Alagoas*. Rio de Janeiro: Record, 2007, p. 137).

6. Provável referência a *Capitães da areia* (1937), de Jorge Amado.

Discurso de Graciliano Ramos[1]

Senhoras
Senhores

Vejo-me em situação difícil — e não poderei representar convenientemente este papel. Ler um discurso é ação temerosa: faltam-me elementos para semelhante gênero.

Além disso aqui se dá um caso perturbador: é que, tendo achado apoio em cada um dos senhores, de repente me sinto como se estivesse isolado. Evidentemente os favores recebidos não se diluíram: reforçam-se, manifestam-se de jeito que seria ingratidão e insensatez duvidar deles. Mas tomaram feição esquisita, surgem-me todos juntos, esmagadores, e isto nunca esperei.

Realmente, se é fácil abraçar um camarada na livraria ou no jornal, dizer-lhe palavras de agradecimento e oferecer-lhe préstimos diminutos, à rua tal, número tanto, acho empresa considerável reunir essas parcelas de gratidão, dar-lhes forma literária, datilografá-las, pronunciá-las com gestos adequados, em pé, junto a uma mesa. Seria preciso fazer um catálogo de benefícios, trabalho arriscado: faltaria algum nome, escaparia um fato — e a omissão não teria desculpa.

Assim, meus senhores e amigos, confessando honestamente haver contraído uma dívida insolúvel para com os escritores nacionais e alguns estrangeiros (felizmente esta palavra hoje pouco significa), é prudente limitar-me a uma referência coletiva, dizer que estou assombrado e tentar, se isto for possível, senão justificar, pelo menos explicar esta reunião.

Naturalmente devo mencionar Augusto Frederico Schmidt, por ele haver tomado o encargo de saudar-me e por ter feito, 12 anos atrás, uma descoberta nas brenhas alagoanas. Falavam muito nesse tempo em realidade brasileira — e esta

frase tornou-se chavão na boca de sujeitos que do Brasil conheciam pela rama o asfalto, o café e a Cinelândia. Schmidt estirou os olhos por estes cafundós e, lendo a prosa cheia de algarismos e parágrafos de certo prefeito, julgou perceber qualquer coisa semelhante a um literato em Palmeira dos Índios. Supôs isso — e pediu ao funcionário um romance, que foi impresso, comentado, e ficou meio inédito, graças a Deus, pois é um desastre. Por aí notamos aonde vai a imaginação de Schmidt. Só ele acharia proveito numa composição burocrática, minuciosa e coberta de cifrões. Com certeza se desenganou, mas insistiu em publicar o livro — e o resultado é o que se vê.[2]

Fui eu, meus senhores e amigos, esse novelista pescado no sertão de Alagoas por umas cartas que Rômulo de Castro3 me enviou, de 1930 a 1931, em nome de Schmidt. Desde então ocorrências de vulto me atrapalharam. Seria melhor que eu tivesse continuado a envelhecer na cidadezinha poeirenta, jogando o xadrez e o gamão, tratando dos meus negócios miúdos, ouvindo as intermináveis arengas das calçadas, refugiando-me à tarde na igreja matriz, enorme, onde fiz 19 capítulos de *S. Bernardo*. Seria melhor. Infelizmente não me foi possível orientar-me. Os acontecimentos forçaram-me a deslocações imprevistas.

Julgo que se dá isso com toda a gente. Há dez anos, na Europa central, Otto Maria Carpeaux4 e Paulo Rónai5 andavam pelas universidades e não sonhavam percorrer e estudar um dia a nossa terra e a nossa literatura. José Lins do Rego era um excelente fiscal de bancos, depois de ter sido juiz em Minas Gerais. Tinha produzido uns artigos, mas se falassem no *Ciclo da cana-de-açúcar*, ele se espantaria. Aurélio Buarque de Holanda, quase criança ainda, trabalhava no Orfanato São Domingos, acumulava livros na sua casinha da Cambona e redigia poemas que se machucavam, em pedaços de papel, por todos os bolsos, e voltavam da lavanderia completamente ilegíveis. É claro que esses homens, nascidos sob diferentes signos, em pontos diferentes do planeta, nenhum esforço fizeram por juntar-se e auxiliar-se. As encrencas da Europa lançaram Paulo Rónai e Otto Maria Carpeaux no Rio de Janeiro, onde estes mestres aplicam a sua cultura numa análise fria do material que lhes fornecemos. José Lins do Rego tinha no espírito banguês, canaviais, bagaceiras e casas-grandes. Deu à luz uma região do Nordeste — e o Aterro de Jaraguá tornou-se pequeno para contê-lo. Aurélio Buarque de Holanda possuía uma avó indefinível — d. Cândida Rosa. Aurélio definiu-a em dois trabalhos, fixou-lhe rigorosamente a língua e a figura.[6] E d. Cândida Rosa começou a viver. D. Cândida Rosa concebeu Aurélio, Aurélio concebeu d. Cândida Rosa. Não tenho culpa desse absurdo. Na verdade ele realizou muitas outras coisas. Publicou um livro de contos, ensinou português no Pedro II e consertou um dicionário, mas tudo foi determinado por

d. Cândida Rosa. E aí temos a guerra, os engenhos e d. Cândida Rosa influindo na existência de alguns indivíduos, fazendo que eles imaginassem deliberar conhecer de perto Copacabana e a rua do Ouvidor.

Quanto a mim, nem sequer me resta a ilusão de haver pretendido voltar ao Rio, onde quase me hospedei na livraria José Olympio. Não pretendi. Embarquei em Maceió sem pagar passagem, saltei no Recife, embarquei de novo e estive alguns dias mal acomodado, não porém em situação pior que a de numerosos viajantes, pois o navio era uma insignificância, muito suja, e nos tinham reservado o porão. Aqui, num carro fechado, não pude admirar as roupas novas e os arranha-céus. Alojei-me num quarto molhado, transferi-me a outro, já ocupado por legiões de insetos domésticos, morei numa estalagem onde pijamas eram roupas de luxo, que se vestiam pelo avesso, porque muitos dos habitantes costumavam introduzir com habilidade as mãos nas algibeiras alheias e esvaziá-las. Muitos inconvenientes. E algumas vantagens: não íamos ao cinema, não concorríamos para homenagens indébitas a valores improvisados, não nos aborrecíamos com o aluguel de casa, enfim éramos forçados a cultivar a economia, a mais útil das virtudes agora. Não nos alimentávamos em demasia. Também não trabalhávamos. Deram-nos um longo repouso, quase espiritual — e isto muito contribuiu para melhorar os nossos costumes.

Posto em circulação, muitas dificuldades me apareceram e tive de escolher um ofício. Caí na literatura: todas as outras portas se fechavam. As razões que me trouxeram foram, pois, muito poderosas — e em vão me rebelaria contra elas.

Alguém estranhou há tempo que eu não pudesse tomar uma decisão. Efetivamente não me decido, sempre as circunstâncias me compeliram, fizeram de mim uma desgraçada *marionette*. Em 1914 arremessaram-me à capital e converteram-me em foca de revisão. Em fim de 1915 levaram-me de regresso ao interior de Alagoas, meteram-me no comércio. Deram-me alguma prosperidade, que logo se desfez, confiaram-me a administração do município. Quando, no começo de 1930, larguei a prefeitura sem concluir o mandato, arrojaram-me à imprensa oficial, aos jornais, ao hospital, à instrução pública. E aqui estou, depois de muitas quedas e de pequeninos saltos, olhando as paredes do cemitério bem próximo. Nunca tentei elevar-me algumas polegadas. É certo que estraguei papel e tinta, mas procedi assim por motivos de ordem particular. Um vício como outro qualquer. E esforcei-me por escondê-lo. Não amolei os editores, não solicitei um cantinho nas revistas e nos suplementos semanais. Foi Schmidt quem teve a ideia estranha de pedir romance a um sertanejo ocupado em escrituração mercantil, orçamentos e relatórios. Foi José Olympio quem me escreveu, em 1935, exigindo os originais de *Angústia*.[7] De sorte que, meus senhores e amigos, não me responsabilizo pelos efeitos contraditórios que as

minhas narrativas produziram.

Houve de fato julgamentos opostos, o que evidencia ser inútil afligir-se a gente por obter isto ou aquilo. O que nos chega não depende das nossas ações e dos nossos desejos. Esses livrinhos já foram considerados fatores de corrupção, matéria escandalosa. É verdade que não se fez o ataque de modo preciso, em conformidade com as regras; tendo-me, porém, sucedido um desarranjo (com viagens gratuitas, porões, jejum, insetos incômodos, referidos), certo crítico nordestino, que pouco antes me surgira com uma carta de recomendação, muitos sorrisos e um pedido, logo viu nos meus escritos perversidades horríveis e reclamou para mim os mais severos castigos. Várias pessoas discordaram, mas não estavam em condição de revelar-se. E o juízo do rigoroso censor prevaleceu durante um ano.[8]

A essa dureza contrapõe-se a generosidade que os senhores manifestam. Pergunto a causa dela, como perguntei a mim mesmo por que me trataram de modo completamente diverso.

Acho-me na situação em que há tempo se achou um político meu conterrâneo, apagado e municipal como eu. Esse tipo, que gastou a mocidade colaborando nos fuxicos locais, passando telegramas a figurões, aliciando leitores, desmanchando-se em promessas irrealizáveis, ora na oposição, ora no governo, foi, em consequência de sérios desconchavos públicos, incluído numa chapa oficial, e aportou no Rio de Janeiro, como deputado. Não brilhou na Câmara, porque tinha natureza espessa, mas votou conforme as ordens, prodigalizou xícaras de café aos conhecidos da província, convidou sujeitos influentes para almoços detestáveis no seu hotelzinho da rua do Catete, trabalhou com afinco para reeleger-se, o que não conseguiu. Finda a legislatura, recolheu-se. Embarque, enjoo, desembarque, formalidades, conversas inoportunas com repórteres indiscretos — afinal foi recebido numa estação da *Great Western* com lanternas de papel, foguetes e músicas da filarmônica. Ofereceram-lhe um jantar. E em discursos lembraram os benefícios prestados por ele ao município e ao Brasil. Ouvindo aquelas gentilezas, o nosso homem provavelmente suava. E provavelmente confessava no íntimo:

— Que diabo! Não fiz nada. E se tivesse querido fazer qualquer coisa, isto seria impossível. Não sei nada.

Mas como atirar semelhante franqueza aos camaradas que lhe sorriam, que o elevavam, hiperbolicamente? Aceitou, portanto, os elogios, declarou-se digno deles, considerou justos os foguetes, os dobrados da filarmônica, as lanternas de papel e as hipérboles.

Como esse indivíduo, meus senhores e amigos, deixei o meu povoado cambembe, meti-me em cavalarias altas. Enchi-me de fumaças, vim morar perto

da rua do Catete, simulei autoridade e, perigando em conversas inacessíveis ao meu entendimento, encerrei-me grave num silêncio razoável. Escondi uma reles tragédia, cuidadoso, envelheci, afastei-me. E, neste fim de vida melancólico, vejo-me com muitas das pessoas que, em momentos difíceis, me ampararam e disseram a palavra conveniente. Sem esse amparo e sem essa palavra, não estaríamos hoje aqui.

Mas por que estamos aqui? Certamente não faço a ingênua declaração do meu conterrâneo deputado, que não achou a razão das hipérboles, das músicas e dos foguetes. É preciso descobrirmos um motivo para esta reunião. Penso, meus senhores e amigos, que a devemos à existência de algumas figuras responsáveis pelos meus livros — Paulo Honório, Luís da Silva, Fabiano. Ninguém dirá que sou vaidoso referindo-me a esses três indivíduos, porque não sou Paulo Honório, não sou Luís da Silva, não sou Fabiano. Apenas fiz o que pude por exibi-los, sem deformá-los, narrando, talvez com excessivos pormenores, a desgraça irremediável que os açoita. É possível que eu tenha semelhança com eles e que haja, utilizando os recursos duma arte capenga adquirida em Palmeira dos Índios, conseguido animá-los. Admitamos que artistas mais hábeis não pudessem apresentar direito essas personagens, que, estacionando em degraus vários da sociedade, têm de comum o sofrimento. Neste caso aqui me reduzo à condição de aparelho registrador — e nisto não há mérito. Acertei? Se acertei, todo o constrangimento desaparecerá. Associo-me aos senhores numa demonstração de solidariedade a todos os infelizes, que povoam a terra.

Notas

1. RAMOS, Graciliano. “Discurso de Graciliano Ramos”. *Revista do Brasil*, Rio de Janeiro, 3ª fase, ano V, nº 52, dezembro de 1942, pp. 135-8. Texto também publicado em: SCHMIDT, A. F. *et al. Homenagem a Graciliano Ramos*. Rio de Janeiro: Alba, 1943, pp. 19-30. Tal livro foi reeditado por Hermenegildo Bastos *et al.*, acompanhado de *Catálogo de benefícios*: *o significado de uma homenagem*. Brasília: Hinterlândia, 2010. O discurso consta também do livro *Relatórios*. Organização de Mário Hélio Gomes de Lima. Rio de Janeiro: Record, 1994, pp. 135-40. Manuscrito, datado de 24 de outubro de 1942, pertencente ao Instituto de Estudos Brasileiros: Arquivo Graciliano Ramos, Manuscritos, Discursos, not. 12.7 e 12.8 (este último incompleto). Trata-se do discurso proferido por Graciliano quando da comemoração de seu quinquagésimo aniversário, em 27 de outubro de 1942, em jantar realizado no restaurante Lido, em Copacabana. Ao ser publicada na *Revista do Brasil*, a fala de Graciliano foi estampada em seção intitulada “Resenha do Trimestre”, sendo antecedida pela seguinte nota: “Comemorando o cinquentenário de nascimento de Graciliano Ramos, amigos e admiradores do escritor ofereceram-lhe um jantar no restaurante Lido, no dia 27 de outubro último. Estiveram presentes à festa cerca de 80 pessoas, entre as quais o ministro Gustavo Capanema e a esposa do romancista. Falou o poeta Augusto Frederico Schmidt, agradecendo o homenageado. Foi entregue a Graciliano Ramos, na mesma ocasião, pelo Sr. Rodrigo Octávio Filho, com breve discurso, um cheque de Cr$ 5.000,00, prêmio de conjunto de obra, concedido pela Sociedade Felippe D’Oliveira” (CINQUENTENÁRIO DE GRACILIANO RAMOS — As homenagens prestadas ao grande romancista. *Revista do Brasil*, Rio de Janeiro, 3ª fase, nº 52, dezembro de 1942, p. 132). Além do discurso de Graciliano aqui apresentado, a publicação também transcreveu as palavras proferidas por Augusto Frederico Schmidt na ocasião.

2. Em carta dirigida a Graciliano, em 17 de junho de 1930, Schmidt, poeta e editor que lançou *Caetés* em 1933, indicava entusiasmado: “Estou absolutamente certo do sucesso do seu livro [*Caetés*], me autorizando a pensar assim o capítulo que mandou ao Rômulo [de Castro]. A edição deve ser grande. Quem sabe o Sr. não logrará o êxito de *A bagaceira*, por exemplo” (Arquivo Graciliano Ramos, Correspondência Passiva, Caixa 37, 058).

3. Secretário da Schmidt Editora, encarregado de negociar com Graciliano o envio dos *Caetés* para a publicação pela referida casa editorial. Na correspondência passiva do escritor alagoano, reunida no Instituto de Estudos Brasileiros, constam seis cartas que lhe foram endereçadas por Rômulo entre junho de 1930 e abril de 1931. Os textos relatam todo o processo que envolveu a edição da obra de estreia do ex-prefeito de Palmeira dos Índios. Em missiva de 24 de julho de 1930, Rômulo cobra o romancista: “Você precisa decidir-se: ou edita você mesmo os *Caetés*, ou nos manda os originais” (Arquivo Graciliano Ramos, Correspondência Passiva, Caixa 37, 059). Já em outra, de 15 de abril de 1931, depois de ter recebido os originais, pede calma a Graciliano: “O Schmidt vai lhe mandar os *Caetés* para correção, mas já em provas. Ele vem demorando por causa da crise. De fato, está um buraco o negócio... principalmente de livros” (Arquivo Graciliano Ramos, Correspondência Passiva, Caixa 37, 063). Como se sabe, depois de muitos atrasos, promessas, cobranças e protelações, *Caetés* só viria a ser publicado em dezembro de 1933.

4. Otto Maria Carpeaux (1900-78): historiador e crítico literário austríaco que chega ao Brasil em agosto de 1939, depois que seu país de origem fora anexado à Alemanha pelos nazistas (KONDER, Leandro. *Intelectuais brasileiros & marxismo*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1991, p. 65). Escreveu o ensaio “Visão de Graciliano”, publicado no livro *Origens e fins* (Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 1943, pp. 339-51). Carpeaux presenteia o escritor alagoano com um exemplar de tal obra e lhe faz a seguinte dedicatória: “Ao meu velho Graciliano Ramos, artista cada vez mais

admirável, e amigo cada vez mais querido, seu velho Otto Maria Carpeaux / Natal de 1943".

5. Paulo Rónai (1907-92): tradutor, ensaísta, revisor e professor de origem húngara que também se refugiou no Brasil no contexto da Segunda Guerra Mundial. Sobre o autor de *Angústia*, publicou o ensaio "No mundo de Graciliano", escrito em 1948 e presente no livro *Encontros com o Brasil* (Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura; Instituto Nacional do Livro, 1958, pp. 101-10).

6. Graciliano se refere aos textos de Aurélio Buarque de Holanda "Notas sobre a linguagem de d. Cândida Rosa", publicado na *Revista do Brasil* (Rio de Janeiro, 3ª fase, ano II, n. 11, maio de 1939, pp. 41-5), e "Retrato de minha avó", recolhido no livro de contos *Dois Mundos* (Rio de Janeiro: José Olympio, 1942). Nesses escritos, avulta a figura áspera e pitoresca de Cândida Rosa de Moura Ferreira, avó paterna do dicionarista, a qual, no final da década de 1940, beirava 90 anos de idade. Na crônica "Dois Mundos", publicada na revista *Leitura*, em janeiro de 1943, o autor de *Angústia* se refere a ela como uma "grande velha, personagem que ficaria muito bem numa literatura sólida" (RAMOS, Graciliano. *Linhas tortas*. Rio de Janeiro: Record, 2005, p. 389). Em outra oportunidade, Graciliano reafirma o caráter antológico de "Retrato de minha avó", ao selecionar tal quadro composto por Aurélio para integrar a coleção de contos e novelas que organizou para a Casa do Estudante do Brasil (RAMOS, Graciliano [org.]. *Contos e novelas*. 3 vols. [Norte e Nordeste; Leste; Sul e Centro-Oeste] Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 1957, vol. 1, p. 271-6).

7. Na entrevista "Autorretrato — Graciliano visto por Graciliano" (*Leitura*, Rio de Janeiro, nº 1, dezembro de 1942), Graciliano menciona José Olympio, editor que publicara *Angústia* quando o artista alagoano se encontrava na cadeia, em 1936, como um de seus melhores amigos.

8. Conforme seria expresso em suas *Memórias do cárcere*, refere-se ao tenente que efetuara sua prisão em 3 de março de 1936. Um mês antes, tal sujeito lhe havia aparecido na repartição (Graciliano na época era diretor da Instrução Pública) pleiteando a aprovação de uma sobrinha reprovada em exame para o cargo de professora. Graciliano lhe recusara o pedido. Depois disso, o oficial voltara com uma carta de recomendação, repisara a exigência e "ouvira a recusa fatal" (RAMOS, Graciliano. *Memórias do cárcere*. 4 vols. Rio de Janeiro: José Olympio, 1953, vol. 1, pp. 25-6).

Agradecimento à Sociedade Felippe D'Oliveira[1]

Meus senhores:

Em fim do mês passado tive uma enorme surpresa: recebi, em carta assinada por João Daudt de Oliveira, Octávio Tarquínio de Sousa e Rodrigo Octávio Filho,[2] a oferta de um prêmio especial por conjunto de obras, conferido pela Sociedade Felippe D'Oliveira.[3] Não me comportei como devia. Perturbado, balbuciei duas palavras confusas, que ninguém percebeu, e encolhi-me, sem confiar nos meus olhos e nos meus ouvidos.

Se me houvessem dado uma notícia desagradável, resignar-me-ia, juntá-la-ia aos desastres de que a vida se forma e continuaria o meu caminho, tropeçando. Naquela noite, porém, tudo conspirava para exibir-me somente o lado bom das pessoas e das coisas. Schmidt me comovera em demasia com uma oração a que me posso referir sem mostrar vaidade, pois, como observou a revista *Diretrizes*, ela "perdeu o caráter de saudação ao indivíduo, para se transformar num hino de concórdia, num apelo aos intelectuais".[4] As conversas nos arrastavam a um otimismo perigoso. Estávamos ficando todos, homens de colorações diversas, pouco mais ou menos irmãos. E alguém notava com malícia que reproduzíamos a arca de Noé.

Foi nesse ambiente que a resolução da Sociedade Felippe de Oliveira dispersou as escassas ideias que me restavam. Consegui dificilmente recompor-me. E nos últimos vinte dias, sempre que tencionava fixar no papel este agradecimento necessário, perguntava a mim mesmo:

— Por que fizeram aquilo?

A resposta não vinha e a tarefa se adiava.

Enfim presumi atinar com o motivo da generosidade que me esmagou. Naturalmente fujo de atribuí-lo aos meus recursos interiores, minguados, mas não devo insistir numa declaração que poderia reputar-se falsa modéstia e impertinência. A Sociedade Felippe de Oliveira teve as suas razões, baseadas no seguinte, se não me engano.

Possuímos uma arte que, embora canhestra e bisonha, vai levantando a cabeça e é vista com simpatia por juízes sérios, aqui e no exterior. E possuímos uma espécie de arte, balofa, gordurosa, que avulta muito e se impõe à maioria dos espíritos. A primeira é seca, miúda e pedestre. A segunda, considerável, roda nos automóveis e manifesta-se com abundante palavreado sonoro, isento de significação. Schmidt feriu-a quando, há tempo, falou nos donos da literatura.[5] E tornou agora a mencionar os homens "poderosos, a quem ninguém ousa disputar honrarias, viagens e proventos".[6] Apresentaram-me um dia algumas dessas personagens:

— Fulano, Beltrano, Sicrano, nossos colegas.

Fiquei embuchado, parafusando na esquisita benevolência. Eram uns senhores fornidos, vermelhos, importantes em excesso. Nunca me havia entrado nas orelhas o nome de nenhum. Procurei na minha insuficiência qualquer semelhança com essas criaturas notáveis e em tudo achei-me longe delas. Evidentemente não éramos colegas. Uma deplorável confusão. Seres dominadores, vistosos, rijos, simulam dedicar-se ao desgraçado ofício que nos rouba sangue e nervo, nos transforma em ruínas.

Fui agora obrigado a ler perto duma centena de romances inéditos. Meia dúzia regular, meia dúzia péssima, uns quase sofríveis, outros maus. O resto pertence a esse gênero de composição que injustamente consideramos ruim, porque de fato não tem qualidade nenhuma: não é nada. Se muitos autores absurdos não tivessem tido a ideia de jogar no papel frases inúteis, a minha leitura forçada seria muito menos penosa.

É intuitivo que só devemos escrever se qualquer coisa nos vem do íntimo, qualquer coisa que nos chega sem provocação e quer sair. Pode ser que isso nos apareça uma vez, muitas vezes, e pode não aparecer nunca. Pode surgir tarde e ocasionar uma estreia literária como a de João Daudt de Oliveira, que há poucos anos publicou um ótimo livro de memórias.[7]

Geralmente, contudo, certos cavalheiros hábeis se julgam no dever de engendrar um razoável número de volumes, que lhes proporcionam "as honrarias, as viagens e os proventos" a que se refere Schmidt.

Contra eles, suponho, a Sociedade Felippe de Oliveira se revelou premiando um literato fortuito, um indivíduo que, sem a intervenção de numerosos acasos,

estaria hoje na sua cidadezinha do interior, compondo em horas vagas histórias que ninguém leria.

Isso não diminui, é claro, a minha gratidão. Penso nos escritores aqui distinguidos — e a companhia deles me enobrece. Amando, Gilberto, Vinícius, Lúcia, Bandeira, Rachel, José Lins.[8] Todos sabem tornar-se pequenos, fazer que um sujeito como eu não sinta entre eles nenhum constrangimento.

Admito que às vezes a mentira seja uma virtude. A mentira que me trouxe a esta casa, por exemplo. A piedosa mentira com que Schmidt há dias me vestiu. A verdade está no medalhão, na linguagem campanuda, no adjetivo inchado. Nas “honrarias, viagens e proventos”. Não importa. Homem de romance e de sonho, aceito a mentira, pois sem ela a vida seria um horror.

10 de novembro de 1942

Notas

1. Arquivo Graciliano Ramos, Manuscritos, Discursos, not. 12.1 e 12.2.

2. Membros da comissão diretora da entidade desde a sua criação em 1933 (ESTATUTOS da Sociedade Felippe D'Oliveira. *Lanterna Verde*, Rio de Janeiro, nº 1, 1934, p. 119). Na ocasião do jantar, no qual foi conferido o prêmio a Graciliano, coube a Rodrigo Octávio Filho saudar o escritor (ver: "Saudação da Sociedade Felippe D'Oliveira". In: SCHMIDT, A. F. *et al*. *Homenagem a Graciliano Ramos*. Rio de Janeiro: Alba, 1943, pp. 31-2).

3. Organização criada em 1933, no Rio de Janeiro, por iniciativa, sobretudo, de João Daudt de Oliveira, "com a finalidade de publicar obras inéditas do poeta Felippe D'Oliveira, reeditar outras, cultuar sua memória e divulgar escritores novos" (COSTA, Lígia Militz da. "Felippe D'Oliveira: vida e obra". In: OLIVEIRA, Felippe D'. *Obra completa*. Porto Alegre: IEL; Santa Maria: UFSM, 1990, pp. 26).

4. CINQUENTENÁRIO de Graciliano Ramos. *Diretrizes*, Rio de Janeiro, ano 5, nº 123, 5 de novembro de 1942, p. 21. Durante o jantar comemorativo do quinquagésimo aniversário de Graciliano, no fecho de sua fala, Schmidt pontuava: "E que esta noite, noite do seu cinquentenário, marque o princípio de um entendimento entre todos os que escrevem e estão separados pelo ódio ideológico, pelos que têm a força suprema de poder falar e se enfraquecem nas lutas entre si" (SCHMIDT, Augusto Frederico. "Discurso de Augusto Frederico Schmidt". *Revista do Brasil*, Rio de Janeiro, 3ª fase, ano V, nº 52, dezembro de 1942, pp. 135).

5. Graciliano abordara o tema, em 1937, na crônica "Os donos da literatura": "Um dia destes, à porta de certa livraria, um poeta queixava-se amargamente dos donos da literatura./ — Que donos? Perguntou alguém./ E surgiram na conversa alguns nomes, que não se reproduzem aqui porque isto seria indiscrição. Em todo o caso fica registrada a amargura do poeta" (RAMOS, Graciliano. *Linhas tortas*. Rio de Janeiro: Record, 2005, p.138).

6. SCHMIDT, Augusto Frederico, *op. cit*., p. 135.

7. Provavelmente, Graciliano faz referência ao livro *Memórias de João Daudt Filho* (1938), de autoria de João Daudt Filho, farmacêutico nascido em Santa Maria (RS) e tio do poeta Felippe D'Oliveira. Quando lançara o livro, Daudt Filho tinha 80 anos de idade. João Daudt de Oliveira, a quem Graciliano se refere no texto, era irmão de Felippe e um dos diretores da sociedade que levava o nome deste. Bacharel em direito, comerciante e líder de classe, teve muitos dos seus discursos e conferências publicados (COSTA, Lígia Militz da. "Felippe D'Oliveira: vida e obra". In: OLIVEIRA, Felippe D'. *Obra completa*. Porto Alegre: IEL; Santa Maria: UFSM, 1990, p. 28).

8. Graciliano enumera outros escritores laureados pela Sociedade Felippe D'Oliveira: Amando Fontes, premiado pelo livro *Os Corumbas* em 1933; Gilberto Freyre, por *Casa-grande & senzala* em 1934; Vinicius de Moraes, pela obra *Forma e exegese* em 1935; Lúcia Miguel Pereira, pelo livro de crítica *Machado de Assis* em 1936; Manuel Bandeira, pelo conjunto da obra em 1937; Rachel de Queiroz, pelo romance *As três Marias* em 1939; e José Lins do Rego, por *Água-mãe* em 1941.

Uma visita inconveniente[1]

O sociólogo estrangeiro desembarcou, dirigiu-se ao hotel, aboletou-se e no dia seguinte percorreu a cidade, exibindo a roupa de sábio, surrada e com joelheiras, o guarda-chuva de cabo torto, o chapéu de palha, sujo, roído nas abas, um grande pacote amarelo debaixo do braço.

Conhecidas várias ruas, encaminhou-se ao palácio do governo, entregou a um contínuo o cartão de visita e sentou-se. Pouco depois mandaram-no entrar, pois tinha vindo pelo telégrafo recomendação forte. Ergueu-se, afastou o reposteiro verde com símbolos bordados a ouro e achou-se na presença do poder executivo, a quem endereçou um pequeno discurso organizado na antecâmara, mentalmente.[2]

Em seguida, sobre a mesa larga onde o expediente se acumulava, desatou os cordões do embrulho e ofereceu a S. Excia. diversas brochuras grossas, que encerravam, com largo saber, as transações humanas dos tempos pré-históricos e as do futuro.

O governador incluiu num rápido balanço os títulos sisudos, as dedicatórias amáveis, os milheiros de páginas cobertas de letra miúda, floresta raramente quebrada por espaços brancos. Juntou a isso as duas linhas que negrejavam no cartão, sob o nome do visitante, os termos da recomendação telegráfica, ministerial — e disse as palavras aplicáveis à situação.

Conversou durante os minutos precisos e regulamentares, pensando nos encrencados artigos dum vago decreto e numa criatura feminina, também vaga e encrencada. Ditas as frases necessárias, calcou o botão da campainha e mandou chamar um funcionário de vulto, conveniente às exigências do sociólogo que ali descansava na cadeira de espaldar alto, encimado por uma águia e outros objetos oficiais. Vindo o burocrata, fez a apresentação:

— Professor Fulano, da universidade de... (Onde era a universidade, santo

Deus?) A universidade de tal parte. Deseja...

Houve uma pausa, exame de papéis — e o sociólogo explicou minuciosamente o que desejava.

O governador não entendeu e transportou-se aos parágrafos difíceis do decreto e a certas palavras da mulher vaga. O funcionário balançou a cabeça:

— Perfeitamente.

Despedidas protocolares, sorrisos, agradecimentos. O contínuo, percebendo que o sujeito era importante, franziu, curvando-se, os símbolos dourados do reposteiro verde.

— Às suas ordens, professor, disse o funcionário, deixando o palácio.

E entrou num automóvel, dispôs-se, chateado, a mostrar ao homem do guarda-chuva de cabo torto as curiosidades indispensáveis à fabricação duma obra séria e acadêmica.

Percorreram secretarias, diretorias, o serviço de algodão. Viram e comentaram a estrada de rodagem, o hóspede exigindo pormenores, os construtores alargando-se em considerações alheias às perguntas. Estudaram, no aprendizado agrícola, o banheiro carrapaticida, as pocilgas, o estábulo e o galinheiro, coleções de animais desenvolvidos cientificamente e improdutivos. Foram ao tribunal e aos jornais, leram sentenças e artigos de fundo. As sentenças eram o que no lugar havia de melhor em sintaxe; os artigos, mal escritos, revelavam energia e lirismo. Visitaram o mercado, o Instituto Histórico, os clubes de *football*, os cafés, os cinemas, casas de família e casas onde não existiam famílias, em pontas de rua.

O sociólogo estrangeiro, de olhos abertos, ouvidos abertos, a carteira aberta, o lápis na mão, possuía, decorrida uma semana, material suficiente para um livro de quinhentas páginas, corpo 8. Figurariam nele, com auxílio de algumas crônicas pesadas, as origens, o desenvolvimento, o fim provável duma sociedade que, partindo daqui, andando ali, chegaria necessariamente acolá.

Nesse ponto, como era preciso estirar o volume, exploraram-se as escolas. Tudo correu bem nas elementares. As professoras disseram o que sabiam e os meninos indicaram no mapa o sítio onde frei Henrique de Coimbra rezou a missa de estreia. Mas num estabelecimento secundário houve desastre.

— Esse tipo, cochichou o funcionário a um lente sabido, quer uns esclarecimentos sobre os índios. Vou levá-lo à sua classe. Pensei em você para explicar direito esse negócio.[3] Conte umas lorotas, que o homem é de universidade.

— Muito bem, respondeu a douta personagem agradecida, feliz por sair da sombra e manifestar-se diante de quem pudesse compreendê-la.

Meia hora depois, numa preleção muito verbosa, dizia aos alunos (dirigia-se

na verdade ao estrangeiro, que o escutava assombrado ali perto, o guarda-chuva entre os joelhos) coisas admiráveis a respeito de inscrições achadas no sertão. Garantiu que elas tinham sido feitas pelos egípcios e pelos fenícios, desembarcados no Brasil tantos séculos antes de Jesus (estabeleceu a data), agentes de colônias prósperas, ligadas por um comércio regular às metrópoles. Tentou decifrar alguns caracteres, percebeu neles os nomes de Osíris e dos engenheiros que, há quatro mil anos, executaram obras notáveis na cachoeira de Paulo Afonso. Sim senhor. Os devotos de Osíris e de Ísis misturados aos selvagens nacionais, que ainda não eram tupis.[4]

— Não senhor.

O estrangeiro embasbacava, arregalava os olhos. E o funcionário suava, agitava-se desesperadamente na cadeira, parecia mordido de pulgas. Trincava os beiços e fazia gestos inúteis. Segurava-se à ideia de que o sujeito importante, conhecedor de fatos relativos à pré-história e ao fim do mundo, não entendesse a linguagem do professor cambembe, provinciana e corrupta.

— Ora muito bem. Dessas relações entre o elemento indígena, os egípcios e os fenícios nasceram os tupis.

Os estudantes maus bocejaram. Os estudantes bons sorriram. Os medíocres pegaram os cadernos e tomaram notas.

— Felizmente lá fora ninguém entende um português assim estragado, consolou-se o funcionário. Estamos em segurança.

O sociólogo estrangeiro desiludiu-o, fulminou-o com uma pergunta brutal:

— Os senhores não têm programa? Um homem pode aqui ensinar isso na escola?

Notas

1. RAMOS, Graciliano. "Uma visita inconveniente". *Cultura Política*, ano 2, nº 22, Rio de Janeiro, dezembro de 1942, pp. 154-5. Manuscrito, datado de 10 de outubro de 1942, pertencente ao Instituto de Estudos Brasileiros: Arquivo Graciliano Ramos; Manuscritos; Crônicas, ensaios e fragmentos; not. 10.3.

2. Alguns destes elementos que compõem o cenário do gabinete do chefe político estadual tornam a ser utilizados em "Dois dedos", texto que nomeia um volume de contos de Graciliano publicado em 1945 pela *Revista Acadêmica* e que posteriormente seria recolhido em *Insônia* (1947).

3. No manuscrito desta crônica, está grafado "*Lembrei-me de* você para explicar direito esse negócio" (Instituto de Estudos Brasileiros: Arquivo Graciliano Ramos; Manuscritos; Crônicas, ensaios e fragmentos; not. 10.3). Trata-se da única divergência entre as versões manuscrita e impressa do texto. Como, além de colaborador, Graciliano exercia a função de revisor de *Cultura Política* (ver IVO, Ledo. "O mundo concentracionário de Graciliano Ramos". In: *Teoria e celebração*. São Paulo: Duas Cidades; Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo, 1976, p.96-97), optou-se pela forma que consta na publicação getulista.

4. Graciliano alude ironicamente ao livro *Antiga história do Brasil, de 1100 A. Crh. a 1500 Dep. Chr.*, publicado em Teresina (PI), em 1928, por Ludwig Schennhagen, austríaco excêntrico que percorrera os sertões nordestinos nas décadas de 1910 e 1920 à procura de inscrições e formações geológicas que atestassem a presença de civilizações perdidas em solo brasileiro. "Ludovico Chovenágua", como era chamado pelos sertanejos devido à dificuldade de se pronunciar seu nome europeu, teria sido o mais fértil e pitoresco de todos os defensores do mito da vinda dos fenícios para o Nordeste brasileiro, muito antes dos portugueses (MARTIN, Gabriela. *Pré-história do Nordeste do Brasil*. 4ª. ed. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2005).

O estranho Portinari[1]

— Você vai trazer-me os seus livros, disse-me Portinari ao almoço. Quero guardar os livros dos meus amigos. Talvez não tenha tempo de ler tudo, mas quero guardar. Você sabe como é que é. Só tenho tempo de ler isto.

Abriu volumes pesados, técnicos e álbuns preciosos. Em seguida, fomos ao “atelier” e o trabalho recomeçou, numa conversa meio monologada, que longos silêncios interrompiam. Às cinco horas julguei que a cabeça estivesse pronta: certamente não era preciso acrescentar-lhe um cabelo ou uma ruga.[2] Portinari examinou-a, virou-a, mediu-a, murmurando frases soltas, repetindo uma que se ia tornando estribilho:

— Eles não sabem como é que é.

Tive de lá voltar. Da cadeira onde me imobilizava, conseguia, entortando um pouco os olhos, avistar um pedaço do *S. João*,[3] que ocupava uma parede da sala pequena. Tinham-me aparecido fotografias desse quadro um ano antes, no jornal. Estava então findo, mas a composição continuava. Fora colorido, branco e negro, novamente colorido, e tinha experimentado numerosas transformações. Corrigira-se o molequinho que sobe na palmeira; uma lata d’água mudara de tamanho; o pixaim da mulata vistosa, penteado, estirado com esmero, muito se diferençava da carapinha original. O que me preocupava nessas devastações e renascimentos eram uns anjinhos mestiços que avultam à direita, admirável tríade onde se concentram, depois de excessivos retoques, os sentimentos bons e os sentimentos puros da favela. No grupo, as minhas simpatias se fixavam na cabrochinha mais taluda, viva, iluminada por um sorriso encantador.

— Ô Portinari, você ainda vai mexer com esta inocente?

— Não. Acho que está acabada.

Respirei, com agradecimento e alívio. Mas, na outra visita que fiz ao pintor, encontrei a minha amiga triste e desfeita: uma sombra perturbara o sorriso

maravilhoso. Com certeza essa luz destoava do conjunto.

Homem estranho, Portinari, homem de enorme exigência com a sua criação, indiferente ao gosto dos outros, capaz de gastar anos enriquecendo uma tela, descobrindo hoje um pormenor razoável, suprimindo-o amanhã, severo, impiedoso. Dessa produção contínua e contínua destruição ficou o essencial, o que lhe pareceu essencial.

Não é arte fácil: teve um longo caminho duro, impôs-se a custo nestes infelizes dias de logro e charlatanismo, de poemas feitos em cinco minutos. E até nos espanta que artista assim, tão indisposto a transigências, haja alcançado em vida uma consagração. Devemos, porém, levar em conta as opiniões que não se manifestam porque seria feio discordar da crítica dos Estados Unidos. Embora considerem disforme o pé do cavador de enxada, cavalheiros prudentes o elogiam. Isto não tira nem põe. Insensível agora às lisonjas, como foi insensível aos ataques naqueles princípios ásperos, o trabalhador honesto continua a aperfeiçoar seus meios de expressão, alheio às coisas que não lhe impressionem o olho agudo. Tudo sacrifica à ocupação que o domina, o tiraniza. Só assim poderá realizar obras que não lhe desagradem. Porque o seu público é ele mesmo. Naturalmente. Encolhe os ombros a certas admirações:

— Eles não sabem como é que é.

Notas

1. RAMOS, Graciliano. “O estranho Portinari”. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 1º de julho de 1943. Manuscrito pertencente ao Projeto Portinari: RAMOS, Graciliano. “Notas sobre Portinari.” [Rio de Janeiro], 26 de junho de 1943, 2 f., not. TX-9.1, PR-718.

2. Trata-se do *Retrato de Graciliano Ramos*, desenho a carvão e *crayon* sobre papel, feito em 1937, a partir de encomenda de Murilo Miranda, então diretor da *Revista Acadêmica*. Como se sabe, tal imagem fora utilizada como ilustração no número 27 da *Revista Acadêmica*, de maio de 1937, dedicado a homenagear o autor alagoano, cujo romance *Angústia* acabava de ser laureado pelo periódico com o prêmio Lima Barreto. A obra vinha acompanhada de uma dedicatória na metade inferior direita: “Para Graciliano com um abraço de Portinari.”

3. Trata-se da pintura a óleo *Festa de São João*, iniciada em 1936 e finalizada em 1939 (CANDIDO Portinari: catálogo raisonné. 5 vols. Coord. João Cândido Portinari; org. Christina S. Gabaglia Penna e João Cândido Portinari; apres. José Eduardo Dutra. Rio de Janeiro: Projeto Portinari, 2004, vol. 2, pp. 60-1).

DEPOIS DA ENTRADA NO PCB

Esta vontade é a nossa arma: Constituinte![1]

Exigimos uma Assembleia Constituinte livremente eleita — é preciso dizer isto, repetir isto sempre, em todos os recantos do país. Esta reclamação impõe-se, entra nas consciências, e os políticos que a princípio desejavam a Constituinte, e depois não a desejavam, começam a desejá-la de novo, mas de maneira singular: como dádiva de um presidente escolhido na vigência de leis que se fazem, desfazem, refazem, voltam a desfazer-se. Querem um presente, coisa outorgada, pouco mais ou menos a reprodução do que sucedeu em 1937, com mais aparato, máscara de legitimidade.

É contra isso que protestamos. Descontenta-nos a ideia de, encobertos nos remendos da carta meio fascista ainda existente, remendos cada vez mais encolhidos e esgarçados, eleger um ditador, confiantes nesta promessa generosa: receberemos de fato aquilo que nos pertence. Realmente, se nos falta uma Constituição, se a que nos rege é apenas um simulacro de Constituição, só poderemos eleger um tirano, e nenhuma vantagem haverá nisso, embora ele seja a melhor das pessoas, absolutamente digno. Se aceitássemos tal arranjo, ficaríamos a depender dessa estranha magnanimidade, a depender de um indivíduo, situação que a experiência nos diz ser por todas as razões inconveniente. Que nos alvitra um dos candidatos?

— Escolham-me, e eu permitirei que a Câmara edifique uma espécie de lei básica.

Mas donde vem essa linguagem? Estamos cansados de ouvir salvadores vaidosos que nos trituram a paciência, nos amolam com o pronomezinho irritante: *eu, eu, eu, eu*. Não temos a ingenuidade necessária para confiar nos messias que se arrogam o direito de conduzir as massas arbitrariamente e nos

concedem liberalidades no papel e em discursos, arengam com outros messias, numa lavagem pública de roupa suja, como se tivéssemos interesse em remexer mazelas pessoais, e não nos entendem, não nos conhecem, nunca nos entenderão e nos conhecerão. Afastaram-se em demasia de nós, nem percebem que acumulamos decepções sobre decepções, anos, séculos de decepções, e vêm repisar-nos cantigas velhas, caducas, sugeridas por um individualismo estreito e mesquinho.

Por que haveríamos de aceitar a concessão que nos propõem? Ela não se basearia naquele velho privilégio real, já ninguém possui a faculdade que as religiões criaram de conceder ao povo isto ou aquilo: seria uma consequência da nossa vontade expressa pelo voto. Esta vontade é a nossa arma, e não nos resolvemos a aliená-la, numa credulidade talvez fatal.

— Eu farei — asseveram estadistas capengas, fechando os olhos a algumas revoluções, que apesar de tudo se realizaram neste pobre mundo.

A nossa linguagem é outra. Nada pedimos, pois a criatura mais honesta se achará em dificuldade se no momento de saldar as suas contas estiver de mãos vazias. O cumprimento de certas obrigações não depende dos bons propósitos do devedor. E aí não há exatamente dívida: há uma oferta, de execução duvidosa.

É natural que a recusemos, digamos claramente o nosso intuito. Empregaremos todos os esforços por uma Assembleia Constituinte livremente eleita. Só ela nos dará tranquilidade, a paz que a reação procura estorvar por vários meios, forjando intrigas, semeando mentiras, estabelecendo a desordem, fingindo corrigi-la e atirando nos espíritos o gérmen de novas desordens, porque é dessas desarmonias que vive a reação. Desejamos trabalhar em sossego, livres das ameaças estúpidas que há dez anos tornaram isto uma senzala. O nosso pequenino fascismo tupinambá encheu os cárceres e o campo de concentração da Ilha Grande, meteu neles sujeitos inofensivos, até devotos de padre Cícero, gente de penitência e rosários, pobres seres tímidos que nos perguntavam com surpresa verdadeira:

— Por que é que estamos presos?

Usaremos todas as nossas forças para que essas infâmias não se repitam. E, para que elas não se repitam, exigimos uma Assembleia Constituinte livremente eleita.

Fascistas confessos, de cruz gamada e sigma, despiram as camisas sujas, lavaram as mãos torpes, são agora uns inocentinhos bem-comportados, zumbem com sorrisos de anjos:

— Não temos nada com isso.

Profissionais da política malandra, que recebiam instruções da embaixada alemã, da embaixada italiana, possibilitaram o golpe de novembro e se

beneficiaram com ele, purificaram-se, estão alheios a indecências e apontam um culpado:

— Foi ele.

E jornalistas que aplaudiram as injustiças mais terríveis, as violências mais ferozes, também se distanciaram do amo, cospem no prato, arranjam um bode expiatório.

Desses grupos, mais ou menos avariados, surgem cavaleiros andantes, Quixotes resolvidos a pôr as coisas nos eixos e desfazer agravos. É intuitivo que não acreditemos neles. Impossível responsabilizarmos um homem só pelas misérias que choveram sobre nós. Há muitos autores delas — e os piores são os que hoje simulam essa pureza tardia e querem democratizar o país de cima para baixo. É o que sempre fizeram. Na democracia deles o povo não entra. Fugimos dessa mistificação. E reclamamos com insistência, gritamos cem vezes, mil vezes, exibindo esta necessidade: uma Assembleia Constituinte livremente eleita.

Nota

1. RAMOS, Graciliano. “Esta vontade é a nossa arma: Constituinte!”. *Tribuna Popular*, Rio de Janeiro, 25 de setembro de 1945, p. 3. Texto também publicado em GARBUGLIO et al. *Graciliano Ramos*. São Paulo: Ática, 1987, pp. 110-2. Manuscrito pertencente ao Instituto de Estudos Brasileiros: Arquivo Graciliano Ramos, Série Manuscritos, Título Discursos, not. 12.16A. (Essa versão manuscrita se mostra praticamente idêntica ao texto publicado em jornal, a não ser pelos vocativos endereçados ao público ouvinte no início do texto: “*Senhoras / senhores / Camaradas.*” Como se optou aqui pelo testemunho saído na imprensa, aparentemente mais próximo da última redação pretendida pelo autor, deixaram-se de fora tais interpelações à plateia). Antes de ser transcrito pela *Tribuna Popular*, o presente discurso fora proferido por Graciliano em 19 de setembro de 1945, em Belo Horizonte, num comício que dava início à campanha eleitoral do PCB em Minas Gerais. O autor de *Vidas secas* discursava na qualidade de candidato à Assembleia Constituinte pelo PCB de Alagoas, enviado pelo Comitê Nacional do partido para prestigiar “a festa de apresentação dos candidatos mineiros” (O POVO mineiro clama em praça pública pela Constituinte. *Tribuna Popular*, Rio de Janeiro, 20 de setembro de 1945, p. 5).

A tarefa principal: Constituinte![1]

No dia 3 do corrente, em discurso, o chefe do governo assim se manifestou: “Devo dizer-vos que há forças reacionárias poderosas, ocultas umas, ostensivas outras, contrárias todas à convocação de uma Constituinte.”[2] Essas palavras foram dirigidas a numerosas pessoas, verdadeira multidão, e ainda podemos vê-las no papel, convencer-nos de que não nos enganamos e elas realmente existiram.

Longe estávamos de esperar semelhante franqueza: de ordinário os estadistas usam linguagem diversa. Não foi um transporte de eloquência, surgido no improviso, apanhado pelo taquígrafo. Não: foi coisa escrita, em oração rápida, bastante divulgada.

Que devemos pensar? Essa declaração nos reaviva algumas ideias, que andamos a espalhar há meses, em conversas, em jornais, em comícios. Em primeiro lugar, negamos a importância excessiva que por aí atribuem aos dirigentes. Apesar de termos tido vários anos de presidencialismo e afinal uma ditadura dos diabos, consideramos a autoridade mais alta um instrumento apenas de que se servem os grupos dominantes.

“Devo dizer-vos que há forças reacionárias poderosas.” Sempre afirmamos isso. E, em consequência, olhamos com desconfiança o melhor dos programas, exposto pelo melhor dos candidatos, se, por detrás dos candidatos e dos programas, percebemos a sombra dessas forças reacionárias.

Longamente elas nos cantaram, pelos seus fonógrafos, loas idiotas e procuraram embalar-nos com lugares-comuns arruinados. Ofereceram-nos, insinceras, a tríade com que os pregoeiros da Revolução Francesa julgaram curar todos os males sociais. Dessa transplantação vieram resultados curiosos. Em nome da liberdade, houve no princípio do século uma revolta, defesa da febre amarela, da peste bubônica e da varíola. A igualdade nos trouxe o terrível

arrocho das nossas populações rurais, que, se ainda resistem, não é porque não hajam buscado por todos os meios acabar com elas. Submeteram-nas à fome, deram-lhes a doença, a miséria extrema, a beatice de Canudos e do Juazeiro, o cangaço, animalizaram-nas, enquanto anunciavam as nossas grandezas: o Amazonas, a cachoeira de Paulo Afonso, o Itatiaia. Quando não puderam esconder as desgraças que nos afligiam, esforçaram-se por mudar o efeito em causa — e responsabilizaram o caboclo. A fraternidade nos deu 1936. Realmente confraternizamos, na Colônia Correcional de Dois Rios, no porão do “Manaus”, no porão do “Campos”, em outros lugares semelhantes, políticos, malandros, vagabundos, ladrões de todos os tipos, do ventanista ao escroque internacional, e sujeitos que não eram nada disso e se achavam ali não se sabe como nem por quê.

Depois dessas experiências, era natural duvidarmos dos nossos salvadores. Eles próprios não se sentiam bem para continuar a mexer no velho realejo. Desprestigiados, atiravam a culpa ao Executivo — e com a eleição arranjavam tudo. Enfeitavam um boneco, elogiavam-no, metiam numa plataforma horríveis chavões mal envernizados, promessas absurdas, sabendo perfeitamente que isso era tapeação. Quando chegavam à plateia os primeiros sinais de desânimo e enfado, nova retórica, nova comédia.

Se um quadriênio era suficiente para transformar um messias em bode expiatório, decerto se acumulam sobre o atual detentor do poder, há quinze anos empoleirado nele, o quádruplo dos defeitos emprestados aos seus antecessores. Temos, pois, uma demagogia multiplicada. Conservam-se, porém, inalteráveis os métodos: ofensas pessoais, insultos ao adversário, às vezes ao amo da véspera; gabos insensatos a reformadores esquisitos; o badalar de glórias que ninguém notou; o emprego imoderado e vaidoso da primeira pessoa; a afirmação desonesta de que um mágico bisonho modificará esta balbúrdia, conservando a nossa estrutura econômica, nos dará paz e tranquilidade, como o prestidigitador que tira fitas e coelhos de uma cartola.

Fazendo-nos entrever essa felicidade, afastam-se da massa — e espantam-se de que ela não corra a aplaudir-lhes os desígnios. E como não os aplaude, a gente anônima, excelente para lançar cédulas nas urnas, fabricar personagens pneumáticas, recebe xingação e dureza: é a negrada irresponsável, é a canalha dos morros.

Julgo que devemos aceitar essa injúria com alegria[3]: afrontas deste gênero muitas vezes se transformam em títulos desejáveis. E na encruzilhada em que nos achamos as palavras perdem a significação muito depressa e adquirem novo sentido.

Bem. Nós, negrada, homens e mulheres da canalha dos morros, não queremos

que ninguém nos salve, recusamos os presentes duvidosos dessas figuras admiráveis vistas de longe e tentamos salvar-nos com os nossos meios. De fato nada existe dentro das nossas cabeças, porque somos negros, canalha dos morros, e habituamo-nos a respeitar as cabeças dos brancos da planície. Infelizmente não podemos trocar as nossas cabeças — e, apesar de elas serem ocas, não nos resignamos a isto e acreditamos que encerram qualquer coisa.

Vemos na planície muitos palácios. E os cavalheiros que desejam governar-nos provavelmente fazem tenção de aumentar o número deles, pois isto, além de proporcionar diversas vantagens a amigos, embasbacará o estrangeiro. Essas construções maravilhosas não nos servirão, porque somos negros, canalha dos morros, vivemos nas favelas e apenas tencionamos, por enquanto, consertar as nossas favelas. Evidentemente não ambicionamos alojar-nos em arranha-céus, ainda escassos.

São estas[4] algumas das ideias que me sugeriu o pequeno discurso do chefe do governo, resposta à manifestação recebida no dia 3. Mas S. Excia. alude a “forças reacionárias, ocultas umas, ostensivas outras”.

Essas “forças ostensivas” andam por aí, pintadas de cores diferentes, vestindo roupas diferentes, usando expressões diferentes, às vezes fingindo-se inimigas, desde o religioso mesquinho até o marxista indignado porque a União Soviética traiu a Revolução.

E as “forças reacionárias ocultas”? Já as massas começam a distingui-las: para nós, canalha dos morros, não se ocultam muito. Não é preciso ser adivinho para saber quem forjou o integralismo e ainda procura desenferrujá-lo, azeitar-lhe as articulações perras, apesar de os antigos patrões, Hitler, Goering & Cia., estarem defuntos ou guardados à chave. A malandrice de certos jornais é perfeitamente clara. Patriotas, liberais etc. defenderam com unhas e dentes o governinho safado que os polacos fascistas instalaram em Londres. De repente — silêncio, ponto final. Secou a fonte, ninguém falou mais no caso. E se um embaixador estrangeiro nos traça normas equívocas, exatamente quando nos esforçamos por sair de uma situação irregular, enxergamos onde opera a reação exterior, a grande e forte, dominadora da reação indígena que escreve nas folhas desaforos ou hipocrisia, cochicha ou grita segundo as circunstâncias, amolda consciências, corrompe, ameaça, arma capangas e, se os ventos lhe sopram favoravelmente, queima livros, embrutece a infância com pataratas malucas, enche as prisões.

Combatemos isso tudo. É contra isso que nos organizamos, nós, canalha dos morros. Evidentemente não será campanha fácil. Esses obscurantistas nos feriram com todas as armas. Vencidos por tanques e canhões, fazem agora um terrível embrulho político e, desesperados, faltos de recursos, imaginam pulverizar-nos com a bomba atômica.

Não lhes queremos mal por esse desejo pouco evangélico. Os nazistas o ano passado valiam muito mais que todos eles juntos. Não nos gastamos em ódios inúteis: as nossas tarefas nos consomem tempo. E a tarefa principal, hoje, é esta que aqui nos reúne: exigir uma Assembleia Constituinte livremente eleita.

Notas

1. RAMOS, Graciliano. “A tarefa principal: Constituinte!”. *Tribuna Popular*, Rio de Janeiro, 10 de outubro de 1945, p. 3. Texto também publicado no *Boletim Bibliográfico da Biblioteca Mário de Andrade*, São Paulo, Secretaria Municipal de Cultura, janeiro-dezembro de 1985, v. 46, nº (1/4), pp. 171-7; e em GARBUGLIO *et al*. *Graciliano Ramos*. São Paulo: Ática, 1987, pp. 108-10, sob o título “Forças reacionárias ocultas ou ostensivas”. Manuscrito, datado de 6 de outubro de 1945, pertencente ao Instituto de Estudos Brasileiros: Arquivo Graciliano Ramos, Manuscritos, Discursos, not. 12.23A e 12.15 (O texto publicado em jornal se mostra praticamente idêntico a essa versão manuscrita. Entretanto, na passagem para o periódico, dela foram suprimidos apenas os vocativos endereçados ao público ouvinte. No início de sua fala, Graciliano se dirige a “*Senhoras / Senhores / Camaradas*” e, em duas ocasiões pontuais, a “*meus senhores e meus camaradas*”. Optou-se aqui pelo testemunho saído na imprensa, supostamente mais próximo da última redação efetuada pelo escritor, que, assim, deixa de fora tais passagens). Antes de ser publicado originariamente na *Tribuna Popular*, tal discurso fora proferido por Graciliano em comício realizado na praça Saenz Peña, no Rio de Janeiro, em 7 de outubro de 1945, conforme indica o próprio escritor alagoano, em carta enviada a seu filho Júnio, em 12 de outubro de 1945. Além disso, na missiva, o autor de *Vidas secas* discorre sobre a concepção da presente peça de oratória, revelando aproximar-se esta da prosa de seus livros, sem fazer concessões ao público aparentemente inculto do evento: “Domingo achei-me em dificuldade séria. Num comício, na Praça Saenz Peña, houve sabotagem, cortaram-nos o microfone — e foi preciso, diante de alguns milhares de pessoas, andar gente em busca de pilhas, não sei quê. Só podiam falar os sujeitos de pulmões fortes. Vieram as pilhas, mas ainda assim os oradores tiveram de suprimir muitas coisas. Eu tinha feito uma experiência. Afirma a reação que a massa é estúpida, insensível, e por isso devemos oferecer-lhe chavões e bobagens rudimentares. Resolvi não fazer ao público nenhuma concessão: escrevi na minha prosa ordinária, que, se não é natural, pois a linguagem escrita não pode ser natural, me parece compreensível (...). Decidi, pois, falar num discurso como falo nos livros. Iriam entender-me? Talvez metade do auditório fosse formado pelas escolas de samba. E referi-me à canalha dos morros, à negrada irresponsável, utilizando as expressões dos jornais brancos. Era arriscado. Aceitaria a multidão essa literatura sem metáforas e crua? Além disso Deus me deu uma figura lastimosa, desagradável, cheia de espinhos. Com essas desvantagens, senti-me apoiado logo nas primeiras palavras, e conversei como se estivesse em casa. De repente o microfone emperrou. Em vez de encoivarar o resto à pressa, calei-me, dobrei os papéis e aguardei os acontecimentos. Exigências e gritos fizeram que o miserável voltasse a funcionar. Cheguei ao fim com diversas interrupções. Os homens dos morros ouviram a injúria que a reação lhes atira e manifestaram-me simpatia inesperada. E inútil, porque não pretendo ser ator. Estou velho para mudar de profissão” (Arquivo Graciliano Ramos, Correspondência Ativa, caixa 035, doc. 021; carta 107 do volume *Cartas*. 7ª ed. (aumentada). Rio de Janeiro: Record, 1992, pp. 206-7; 8ª ed, 2011, pp. 283-4).

2. Referência a discurso proferido pelo então presidente Getúlio Vargas nos estertores do Estado Novo, em 3 de outubro de 1945, no largo da Carioca, no Rio de Janeiro, ao qual teriam comparecido entre 80 e 100 mil pessoas (FERREIRA, Jorge. *O imaginário trabalhista*: *getulismo, PTB e cultura política popular 1945-1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 72). Tratava-se do auge do movimento “queremista”, que, com apoio dos comunistas, visava à manutenção do ditador no poder, à frente da transição democrática. Em outras palavras, defendia-se a instalação de uma Assembleia Nacional Constituinte com Getúlio no comando. Tal posição controvertida do PCB se justificava em função das orientações vindas de Moscou: “Aí se traçou a diretiva de que os partidos

comunistas de todo o mundo deveriam apoiar os governos de seus países, integrantes da frente antifascista, fossem eles ditaduras ou democracias" (FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Edusp, 2003, pp. 387-8).

3. Na versão manuscrita, há aqui a interpelação aos ouvintes do discurso: "Julgo que devemos aceitar essa injúria com alegria, *meus senhores e meus camaradas*: afrontas deste gênero...".

4. Na versão manuscrita, têm-se, aqui, novamente vocativos dirigidos aos ouvintes do comício: "São estas, *meus senhores e meus camaradas*, algumas ideias que...".

Revolução Russa[1]

Em 1917, lendo as primeiras notícias da Revolução Russa, torcíamos desesperadamente para que ela se aguentasse três meses. Kerenski,[2] Nicolau II,[3] os generais, certamente iriam lançar-se contra ela e abafá-la. Não esperávamos outra coisa e apenas desejávamos que ela não se acabasse logo, resistisse aos primeiros choques e nos desse o exemplo de uma nova Comuna de Paris. Passados os três meses, aventuramo-nos a pedir mais três, depois alargamos o prazo e, vencendo o espanto inicial, pouco a pouco nos habituamos à ideia de que o movimento podia alargar-se, aprofundar-se e dar trabalho ao mundo capitalista. Não percebíamos direito os sucessos de Petrogrado e de Moscou, ignorávamos a força dos novos políticos odiados no Ocidente, mas a fúria da imprensa europeia contra esses fatos e esses homens, os telegramas absurdos, as contradições, mentiras e calúnias estúpidas, nos davam a certeza de que assistíamos de longe à maior de todas as lutas. Decifrávamos penosamente as informações recebidas, líamos nas entrelinhas, conciliávamos diante do mapa exageros e omissões. Evidentemente os bolcheviques não eram camponeses e operários analfabetos e famintos. Afinal a reação foi obrigada a reconhecer isto. Aqueles sujeitos barbudos, brutos e sanguinários possuíam um grande chefe, apenas um. Quando este desaparecesse, não teria substituto, e nas estepes geladas haveria o caos. Depois os sinos repicariam nas igrejas, os popes[4] encheriam as ruas de procissões festivas, e das cinzas da família imperial nasceria um Nicolau III. De repente Lenin morria e o Ocidente respirava. Bem. Dentro de poucas semanas seriam varridos os bárbaros asiáticos, e a civilização cristã se salvaria. Ignorando que estava morto, Lenin continuava a semear pesadelos em Londres e em Paris. Faleceu várias vezes, várias vezes ressuscitou. E quando realmente deixou a vida, os bárbaros asiáticos permaneceram firmes no Kremlin e a civilização cristã resignou-se a tê-los como vizinhos,

naturalmente espalhando a respeito deles horrores inéditos,[5] que os nossos estadistas e pensadores aqui repetiram com docilidade. A princípio os russos não tinham armas nem soldados, constituíam hordas selvagens e anárquicas. Apesar de tudo, venceram e organizaram seus planos quinquenais. Parecia milagre. Sobre a vitória houve silêncio, mas, como era necessário prosseguir no ataque de qualquer jeito, condenaram-se os trabalhos da paz. Os trens soviéticos chegavam regularmente à estação com vinte e quatro horas de atraso. Os automóveis se desmantelavam ao sair da fábrica. Os aeroplanos não voavam e a ferrugem cobria os tratores emperrados no meio das plantações murchas. Afastados os patrões, toda a gente queria mandar. As oficinas se despovoavam. Às vezes surgiam afirmações contraditórias. Os trabalhadores russos eram escravos — e os capitalistas, generosos, sentiam imensa pena dos infelizes. Não havia por aquelas bandas nenhuma espécie de liberdade. O povo gemia sob uma ditadura feroz e estava disposto a acolher de braços abertos os salvadores que lhe surgissem. Longos anos malharam nisso e por fim se convenceram das próprias falsidades. Quando a terra soviética foi invadida, houve um assombro. Que! Pois os tanques russos não eram de papelão? E havia dentro deles pessoas resolvidas a defender o nefando regime? O primeiro-ministro inglês, num discurso comovido, nos exibiu virgens eslavas rezando pelo extermínio do furor nazista![6] Temos aí duas ideias novas. Durante mais de vinte anos afirmaram por diversos modos que na União Soviética não existia virgindade nem existia religião. Apareceu isso e apareceram muitas outras coisas, especialmente canhões, uma quantidade imensa de canhões. Exército enorme, abundantes generais. Numerosas epopeias, Stalingrado, Leningrado, Berlim e a derrota fragorosa do mais terrível dos inimigos. Já agora é difícil reeditar as infames calúnias antigas. Os ouvidos mais surdos foram sensíveis aos roncos da artilharia, os olhos mais cegos perceberam desfiles infindáveis de tropas. Mas é uma tristeza que tenha sido indispensável essa demonstração. Nos enormes kolkhoses da Ucrânia as searas amadureciam; represas fecundavam terras áridas; máquinas fabricavam máquinas; cientistas desvendavam segredos nos laboratórios; as artes e a literatura abandonavam seus refúgios sombrios e evidenciavam-se ao povo; as escolas cresciam, multiplicavam-se, espalhavam-se por todo o território, transpunham o círculo polar. Tudo isso era negado. Qualquer repórter, em meia dúzia de canalhices escritas, desmantelava o trabalho excessivo. E veio a guerra. Foi necessário o sacrifício de doze milhões de trabalhadores soviéticos para que chegasse convicção e terror ao espírito desses miseráveis que só acreditam na força bruta.

7 de novembro de 1945

Notas

1. Manuscrito datado de 7 de novembro de 1945, pertencente ao Instituto de Estudos Brasileiros: Arquivo Graciliano Ramos; Crônicas, Ensaios e Fragmentos; Manuscritos, not. 10.5. Título atribuído pelo organizador. Na presente crônica, Graciliano lança mão de lembranças, imagens e argumentos utilizados anteriormente no texto "Reviravoltas", de 14 de abril de 1943, recolhido em *Linhas tortas* (Rio de Janeiro: Record, 2005, pp. 328-31).

2. Aleksandr Kerenski (1881-1970): ministro da Justiça e, logo em seguida, primeiro-ministro do governo provisório russo constituído após a queda do tsar Nicolau II, em 1917. Neste mesmo ano, o regime de ordem liberal que comandava fora derrubado pela Revolução (bolchevique) de Outubro, liderada por Lenin (VOGT, George. *Nicolau II*. São Paulo: Nova Cultural, 1987, pp. 81-3).

3. Tsar Nicolau II: último imperador da Rússia, que abdica do trono em 1917 e é fuzilado, juntamente com a família imperial (Romanov), em 1918, em meio aos desdobramentos da Revolução de Outubro (ver FERRO, Marc. *Nicolás II*. Madri: Fondo de Cultura Económica de España, 1994).

4. Popes: sacerdotes da religião cristã ortodoxa russa (HOUAISS, Antônio e VILLAR, Mauro de Salles. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro, Objetiva, 2001, p. 2260).

5. Termo sobrescrito à palavra "novos", a qual, em função disso, foi preterida.

6. Provável menção a discurso pronunciado por Winston Churchill, primeiro-ministro inglês no decorrer da Segunda Guerra Mundial, em 22 de junho de 1941. Em tal fala, o eminente político informava o povo britânico sobre a invasão nazista da Rússia e sobre seu consequente apoio ao país comunista: "*No one has been a more consistent opponent of Communism than I have for the last twenty-five years. I will unsay no words that I have spoken about it. But all this fades away before the spectacle which is now unfolding. The past, with its crimes, its follies and its tragedies, flashes away. I see the Russian soldiers standing on the threshold of their native land, guarding the fields which their fathers have tilled from time immemorial. I see them guarding their homes* where mothers and wives pray — ah, yes, for there are times when all pray — *for the safety of their loved ones, for the return of the bread-winner, of their champion, of their protector*" (CHURCHILL, Winston S. *The Second World War*. 6 vols. Boston, MA: *Mariner Books*, 1985, vol. 3, pp. 331-2).

Os candidatos do Partido Comunista[1]

Senhoras
Senhores
Camaradas

Causou viva surpresa em certos meios, um vago mal-estar, despeito, zanga, desdém fingido, a publicação feita, a 14 deste mês, dos candidatos do Partido Comunista.[2] Esses sentimentos de ordinário se revelam em conversas, pois as grandes folhas, supostas orientadoras da opinião pública, se abstiveram de comentários que, em última análise, redundariam em propaganda nossa. Naturalmente a reação nenhum interesse tinha em conceder-nos publicidade. Uma ou outra nota azeda, apenas, como a que um jornal dispensou há dias à inclusão do pintor Candido Portinari na chapa. São minguadas linhas, meia coluna, mas isto pressupõe um desapontamento que tentaremos esmiuçar.[3]

Que nomes indicaria o Partido Comunista, ainda há pouco na sombra, além das grades, e hoje de vida legal curta e precária, cercado de inimigos, a defender-se com unhas e dentes? Não dispomos, é claro, dos homens consideráveis e gordos que manejam os cordões da política nos bastidores, e nos congressos dominam com silenciosa imponência. Faltam-nos os sujeitos hábeis, capazes de provar, com argumentos sutis, que o branco é preto e a miséria indispensável. Há em nós, sobretudo, apesar da inflação, uma ausência muito grave de dinheiro, tão grave que se formaram por toda a parte bandos de moças pedinchonas, terríveis, vendedoras ambulantes de negócios miúdos, verdadeiras piranhas. O jeito que temos é sangrar. Não se descerram para nós as portas secretas dos bancos nem recebemos subvenções de companhias estrangeiras — e isto nos inibe de comprar consciências. Não oferecemos vantagem a ninguém, e naturalmente o homem gordo e considerável, o sujeito hábil, capaz de provar com silogismos

que o branco é preto, fogem de nós.

Quais seriam, pois, as figuras componentes da chapa comunista? Decerto alguns indivíduos subterrâneos, esquivos e anônimos, de mãos calosas e desasados, ineptos para o difícil mister de falar bonito, com os gorjeios, as apóstrofes e os gestos necessários. Maquinistas, artífices, agricultores, gente que produz muito, consome pouco, não flexiona bem as palavras e se engancha no uso das preposições. E também alguns tipos que, depois de 1935, mofaram no Pavilhão dos Primários, na Sala da Capela, no Pedro I, em galerias molhadas da casa de detenção, e, levados ao Tribunal de Segurança, tiveram quinze minutos para defender-se, foram enviados a Fernando de Noronha e em seguida à Colônia Correcional de Dois Rios. Desses, como dos outros, não se esperava grande coisa. Na prisão vestiam calções de banho, cuecas, pijamas, trajes inaceitáveis numa assembleia, e jogavam xadrez, paciência e *crapaud*, faziam ginástica e bocejavam, exercícios inúteis a um deputado. Como não se percebia aqui fora a voz deles, havia a crença de que viviam habitualmente em perfeita mudez, conjectura inexata. Esses homens de calções de banho não se exercitavam apenas em xadrez, paciência, *crapaud*, ginástica e bocejos: liam, estudavam, tinham cursos, conferências diárias, e às vezes, nas arengas dos cubículos, um estivador, dos que não arrumam direito as premissas e a conclusão, desmantelava facilmente várias sabedorias de compêndio.[4]

De qualquer modo havia a suposição de que os nossos representantes na câmara seriam pessoas bem chinfrins. E nós demos ao público uma regular amostra.

Fingem por aí julgar que tencionamos instituir amanhã a ditadura do proletariado, e afirmam isto com energia os mais decididos sustentáculos da feroz ditadura policial de 1936. Ora, nas listas das duas principais organizações políticas, apoiadas por esses reacionários, só existem figuras da classe dominante. Seria razoável termos análogo procedimento, recomendarmos ao eleitor criaturas que lidam nas fábricas e nos sindicatos. Sem fazermos isso, acusam-nos de acirrar a luta de classes, luta acirrada pelos que pretendem eternizar no poder o capitalista, não por ser digno, mas por ser capitalista.

Não fizemos isso. Entre os nossos candidatos há numerosos burgueses. Quando nos preparamos a dar ao país uma Constituição, é evidente que as classes devem ser ouvidas. Burgueses e proletários. Isto os nossos inimigos não admitem. E mandam-nos picuinhas tolas, trocadilhos ingênuos. E surpreendem-se por havermos escolhido o maior pintor brasileiro. Ora essa! Não escolhemos somente um artista: escolhemos vários. Divergimos naturalmente dos que, esforçando-se por afastá-los da política, lhes reservam na sociedade um destes lugares: o altar ou a cadeia. Sim, é preciso consultá-los. É preciso consultar

todos. Operários, camponeses, homens da indústria e do comércio, professores, médicos, engenheiros, jornalistas, advogados, escritores. Não podemos dispensar o concurso desses profissionais, achamos injusto submetê-los a leis feitas por outros e que talvez lhes firam os interesses.

Pensamos assim. Mas há quem estranhe o pensamento e nos censure:

— Que! Um pintor, um arquiteto, um romancista a legislar! Onde se viu isso?[5]

Compreendemos muito bem. Esses cavalheiros desejam uma Constituição forjada por especialistas dóceis à classe dominante. Uma Constituição de proprietários. Uma Constituição de patrões. Podia ser fabricada por um indivíduo, como essa infeliz que por aí se extingue e a cada dia se revoga e mutila. Para salvar as aparências, permitem que a composição seja entregue a diversos mestres. Isto lhe dá certo aspecto de coisa séria.

Na verdade é indiferente que ela seja obra de um técnico ou de um grupo de técnicos alheios ao que se passa nas minas de Morro Velho ou nos seringais do Amazonas. De um modo ou de outro — polacas.[6]

17 de novembro de 1945

Notas

1. Arquivo Graciliano Ramos, Manuscritos, Discursos, not. 12.12A, 12.12B e 12.13 (com privilégio para esta última versão, que se apresenta como a redação final pretendida pelo autor). Discurso proferido em 17 de novembro de 1945. Título atribuído pelo organizador.
2. Graciliano faz referência à divulgação da lista de candidatos do PCB, ocorrida após a cerimônia de lançamento oficial das candidaturas do partido às eleições de 2 de dezembro, feita em 13 de novembro de 1945 (RELAÇÃO completa e definitiva dos candidatos a senadores e deputados pelo PCB. *Tribuna Popular*, Rio de Janeiro, 14 de novembro de 1945, pp. 1-2).
3. Referência ao texto "Portinari e o Parlamento", estampado no conservador *Diário Carioca*, em 14 de novembro de 1945. Tal nota destacava a manobra publicitária dos "prestistas", que, "pobres de conceito", "procuravam dourar seus brasões com o ouro da inteligência", valendo-se do prestígio internacional do artista paulista. Afirmava-se ainda que este não passaria de uma marionete nas mãos dos comunistas, bem como se recusava peremptoriamente sua indicação como candidato: "Portinari, pintor, na Constituinte, já seria posição difícil de aceitar-se. Agora, Portinari em si, despido de sua personalidade característica, espetado no Parlamento como o espantalho de seus quadros, é coisa que só mesmo a mais absoluta falta de senso poderia conceber" (PORTINARI e o Parlamento. *Diário Carioca*, 14 de novembro de 1945). Na imprensa comunista, por outro lado, a candidatura de Portinari teve considerável repercussão. Em 11 de novembro de 1945, o jornal *Tribuna Popular*, em reportagem de página inteira, com inúmeras fotos, dera destaque à ligação de Portinari com o PCB. Enfatizava-se que, apesar de não ser um político, o artista poderia dar "uma grande contribuição à luta do Partido Comunista pelos ideais do povo brasileiro" (FACÓ, Rui e SANTOS, Rui. "Candido Portinari artista do povo". *Tribuna Popular*, Rio de Janeiro, 11 de novembro de 1945). Já na condição oficial de candidato, o pintor diria à revista *Diretrizes*: "Você compreende, não tenho jeito para deputado, mas pertenço ao povo, com todos os seus defeitos e qualidades, por isso lutarei pelo partido do povo (...). Resolvi aceitar a inclusão do meu nome porque considero o Partido Comunista como a única grande muralha contra o fascismo e a reação, que tentam sobrenadar ao dilúvio a que foram arrastados pelos acontecimentos. É preciso haver uma mudança, o homem merece uma existência mais digna. Minha arma é a pintura" (PORTINARI, candidato dos comunistas. *Diretrizes*, Rio de Janeiro, dezembro de 1945).
4. Em suas *Memórias do cárcere*, Graciliano relata o episódio no qual as propostas que apresentara numa eleição do Coletivo (organismo criado pelos presos no interior do Pavilhão dos Primários) foram facilmente inutilizadas por um estivador de nome Desidério, "mulato ríspido, estrábico, bilioso" (RAMOS, Graciliano. *Memórias do cárcere*. 4 vols. Rio de Janeiro: José Olympio, 1953, vol. 2, pp. 64-7).
5. Entre os "candidatos-artistas" a deputado federal pelo PCB, para as eleições de 1945, estavam Jorge Amado, Candido Portinari, Dionélio Machado, Álvaro Moreyra e Graciliano Ramos. Destes, apenas o primeiro conseguiu eleger-se. Os arquitetos Oscar Niemeyer e Vilanova Artigas filiaram-se ao partido em 1945; contudo, não se localizaram registros de que tenham sido candidatos no referido pleito.
6. Mais uma alusão depreciativa à Carta de 1937. Ver o discurso "As rãs estão pedindo um rei" presente nesta edição.

As rãs estão pedindo um rei[1]

Senhoras
Senhores
Camaradas

As rãs estão pedindo um rei.[2] Fatigaram-se depressa da liberdade precária ultimamente conseguida e ora suspiram, ora se esgoelam por um governo rijo que estabeleça ordem na lagoa.

Liberdade bem precária, isto facilmente se percebe: existe nas folhas, nos *meetings*, nas conversas das ruas, mas ameaçada a qualquer momento por um decreto 8063 ou por outra lei estrangeira, polaca ou malaia, coleção de artigos e parágrafos que vêm da sombra e nos batem na cabeça, nos atordoam, duros como cacetes. Não estão os paraenses isentos de uma constituiçãozinha arranjada pelo Sr. Barata, e amanhã podem os mineiros aguentar, em resumo outorgado, as ideias e a sintaxe do Sr. Benedito Valadares. Nada nos preserva de incômodas surpresas que se alinham no papel ou declamam no rádio.[3]

Contudo muito nos disciplinamos — e hoje somos induzidos a julgar conquista valiosa o direito que as gazetas alcançaram de agredir sujeitos sérios, dizer deles, com justiça ou sem justiça, cobras e lagartos. Consideramos isso, bem erradamente, vantagem nossa e nem investigamos a razão de certos ataques. Saímos do escuro e vivemos a deslumbrar-nos à toa. Afeitos à obediência, esperamos na fila que o ascensorista nos abra a porta do elevador, ríspido e lento, comprima um botão, e se o condutor nos cobra a passagem duas vezes, largamos o níquel e nem piamos: na liquidação do Estado Novo, ascensoristas, condutores e passageiros ainda não conseguimos corrigir-nos.

Mas é evidente que existem por aí certas licenças, pedaços de licenças, arrancados a fórceps em partos dolorosos. Será razoável imaginarmos que a

oposição, pelo menos parte essencial da oposição, tenciona, empoleirando-se, olhar com simpatia as nossas manifestações em comícios, artigos, faixas e cartazes? Não, não é razoável supormos isso. Há indicações de que ela não tem semelhante desígnio.

As rãs estão pedindo um rei. Praticamente é um rei que elas desejam. De outra forma, não se compreenderia esse horror à Constituinte, que há meses, se não nos enganamos, reclamavam com vigor e celeuma terrível: quase deitaram o mundo abaixo exibindo juízos de instituições sabidas e importantes. Por que torceram caminho? Ou muito nos equivocamos ou devemos isto ao fato de outras rãs, pequenas, entrarem a coaxar a mesma exigência a que elas se aferravam. E aí notaremos que uma palavra, conforme o ambiente onde é empregada, pode traduzir conceitos diversos. A Constituinte defendida por proprietários gordos e de boa figura diverge da Constituinte em que operários magros e canhestros ousam entender representar-se.

Neste país fervilham os democratas. Quem há por aí capaz de afirmar que não é democrata? Já tivemos até uma democracia autoritária. A imprensa era então bastante comedida, o que não significa, de maneira nenhuma, redução nos bons negócios. Agora se descomediu. Findou a censura — e toda a gente respirou com alívio.

Pensam que realmente ela findou? Não, senhores, a censura não findou. E, para demonstrar isto, vou citar um caso há dias publicado, mas que passou despercebido, por não ser conveniente aos pretensos mentores da opinião pública nenhum comentário a ele. O poeta Carlos Drummond de Andrade teve um trecho de colaboração amputado por um desses jornais que ofendem o major Amílcar Dutra de Meneses.[4] Será possível julgarmos que noticiaristas e repórteres hajam pretendido emendar a literatura de Carlos Drummond de Andrade? Não. Carlos Drummond de Andrade é um dos maiores escritores nacionais, suponho que nunca houve melhor. Todas as pessoas que usam tinta sabem isto e nenhuma cai na tolice de mexer-lhe numa vírgula ou numa preposição. Por que se cortaram, pois, alguns períodos em crônica de Carlos Drummond de Andrade? Apenas porque havia neles ideias contrárias às ideias ou aos interesses de uma empresa jornalística. Essas ideias condenadas não eram exóticas, relativas à foice e ao martelo, dois instrumentos nocivos que devemos eliminar com urgência: eram ideias sãs, nada prejudiciais a Deus, à pátria, à família, palavras dificilmente utilizáveis hoje contra nós.[5]

Consequência: não existe na Rússia liberdade de pensamento, e o comunismo é antibrasileiro. Os russos não pensam e nenhum de nós é brasileiro. Pensamento há na cabeça do indivíduo que surrupiou várias linhas de Carlos Drummond de

Andrade; e cavalheiros monopolizadores do patriotismo falam em nome do Brasil excluindo sem cerimônia verdadeiras multidões.

Seria demasiado esperarmos rigor e lógica de certos espíritos, mas na verdade essas trapalhices nos assustam. Depois de longos anos de silêncio e morte, quando enxergamos em toda a parte uma ressurreição, há quem deseje afastar-nos do resto do mundo e se expresse em voz alta, com ingenuidade pasmosa: “Estamos fora de tudo isso.” Nenhuma consulta à nação, apenas o lugar-comum badalado por muito reacionário que agora se disfarça, muda a camisa e a linguagem. Nada de Constituinte. Um chefe apenas. Um chefe que nos faça recuar séculos.

As rãs estão pedindo um rei.

Notas

1. Manuscrito pertencente ao Instituto de Estudos Brasileiros: Arquivo Graciliano Ramos, Manuscritos, Discursos, not. 12.10A e 12.10B. Texto também publicado em GARBUGLIO *et al*. *Graciliano Ramos*. São Paulo: Ática, 1987, pp. 112-3. Título atribuído pelo organizador.

2. Referência a uma fábula de Esopo. Como as rãs se encontravam insatisfeitas por não ter um líder, pediram que Júpiter lhes destinasse um rei. O deus, rindo do pedido, jogou um toco de madeira na lagoa em que esses pequenos anfíbios se encontravam. De início, as rãs ficaram apavoradas com o estrondo causado pela queda do objeto, passando a reverenciar o pedaço de madeira como o suposto rei ofertado. Porém, tão logo perceberam que ele não passava de algo inerte, tornaram a fazer o pedido ao deus, manifestando o mesmo descontentamento inicial. Irritado com a reincidência da súplica, Júpiter enviou uma cegonha que passou a devorar as rãs uma por uma. Estas passaram a se lastimar por terem caído nas mãos de um tirano. Em resposta, Júpiter lhes disse: "Andai para loucas, já que vos não contentastes do primeiro Rei, sofrei esse, que tanto me pedistes" (ESOPO. *Fábulas*. São Paulo: Cultura, 1943, p. 75).

3. Graciliano faz referência ao Decreto-Lei 8.063, de 10 de outubro de 1945, o qual dispunha sobre as eleições para governadores e Assembleias Legislativas estaduais, no contexto da transição democrática ao fim do Estado Novo. Em seu segundo artigo, tal prescrição jurídica destacava que continuaria a caber aos interventores e governadores outorgar, unilateralmente, no prazo de vinte dias, as cartas constitucionais dos respectivos estados, nos mesmos termos da Constituição de 10 de novembro de 1937. Não por acaso, Graciliano protesta contra a manutenção de tais diretrizes autoritárias oriundas da Carta de 1937, referida pejorativamente como "Polaca", "seja por suas semelhanças com a Carta autoritária baixada pelo marechal Pilsudski na Polônia, seja por uma alusão às mulheres da Europa Oriental que vieram se prostituir no Brasil" (FAUSTO, Boris. *Getúlio Vargas*: *o poder e o riso*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 79). Nesse sentido, o autor de *Angústia* manifesta sua insatisfação contra a possibilidade de políticos à frente dos poderes executivos estaduais desde longa data, como o interventor coronel Magalhães Barata, no Pará, e o governador Benedito Valadares, em Minas Gerais, definirem, sem o respaldo das urnas, o conjunto de leis que regeriam a vida das unidades federativas brasileiras.

4. Amílcar Dutra de Meneses: diretor-geral do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) de julho de 1943 até maio de 1945. Depois de autorizar o DIP a irradiar o discurso de Prestes realizado em 23 de maio de 1945, no estádio do Vasco da Gama, recebeu uma contraordem governamental do general Eurico Gaspar Dutra para que cancelasse a transmissão. Em função do ocorrido, exonerou-se da direção do órgão logo depois. Ainda em 1945 foi nomeado conselheiro comercial do Ministério das Relações Exteriores (ABREU, Alzira Alves de *et al*. [coords.]. *Dicionário histórico-biográfico brasileiro — Pós-1930*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. In: <http://cpdoc.fgv.br.> Acesso em: 18 de agosto de 2011].

5. Não se sabe ao certo a qual caso de censura, envolvendo o autor de *A rosa do povo*, Graciliano alude. Contudo, em entrada de seu diário, de 27 de agosto de 1945, ao relatar sua atribulada passagem pelo jornal comunista *Tribuna Popular*, Drummond afirma que uma nota de sua autoria fora "emendada" pelos editores de tal periódico. Na oportunidade, o poeta resenhara a obra *Textos marxistas sobre literatura*, traduzida para o português pela escritora Eneida, ativista que naquele momento fora afastada da direção comunista, porque achava inadmissível moralmente a aproximação entre o PCB e Getúlio. "Sabendo que ela não está em cheiro de santidade perante os dirigentes, limitei-me a fazer uma resenha da obra, dizendo na última linha: 'Eneida traduziu'. Não elogiei nem a tradução, nem a autora. Pois cortaram a última linha. Fiquei chocado com a mesquinhez, que

equipara a *Tribuna* a jornais burgueses que eliminam de suas colunas qualquer referência a pessoas não gratas à direção" (ANDRADE, Carlos Drummond de. *O observador no escritório*. Rio de Janeiro: Record, 1985, p. 47).

Carta aos alagoanos[1]

Meus raros amigos de Alagoas:

Depois de longa ausência, aqui me vejo a conversar com vocês, como se nos achássemos em Palmeira dos Índios, na Imprensa Oficial, no café do Cupertino ou numa das redações onde batíamos papo. Não sei bem se a conversa é impertinente. Uma única vez, depois de nos separarmos, tive ensejo de falar sobre pessoas e fatos alagoanos: referi-me a Nelson Flores, a Pedro Lima e às enchentes, mas parece que estes assuntos foram aí considerados impróprios.[2]

Arrisco-me a nova palestra, ou antes sou obrigado a ela. Nestes últimos dez anos o mundo tem dado tantas voltas que estive a ponto de fazer uma viagem a Alagoas, só abandonando a ideia porque, tendo aqui aportado em porão de navio muito vagabundo, não achei conveniente regressar num aeroplano. Perdoem-me a citação de pequeninos casos pessoais, absolutamente desprovidos de interesse. Mas convém talvez lembrá-los.

Não é que resolveram fazer de mim candidato a deputado? Vejam só. Pois nesse caráter dirijo-me a vocês — duas dúzias de pessoas, se tanto, o público de que disponho na terra dos marechais e dos generais.[3] Seria adequado exibir-lhes um rol de serviços notáveis, expor diversas obras realizadas e outras possíveis, mas receio que alguém se engane e vote em mim julgando-me sujeito importante, um desses operadores de milagres nunca percebidos. Vocês sabem que não levei o S. Francisco a Quebrangulo, feito aí já praticado com honra e glória.

Aludo, portanto, à minha saída, em 1936, dessa província, caso minguadamente glorioso, que pouco me recomenda à simpatia do eleitor. E com isto declaro não desejar pertencer a qualquer instituição em que seja necessário fazer discursos.

— Uvas verdes, pensarão vocês.

De modo nenhum, pois venho pedir — incongruência aparente, que desmancho com esta explicação. Entre ser literato medíocre ou deputado insignificante, prefiro continuar na literatura e na mediocridade. E digo isto sem falsa modéstia. Reparem no sentido exato das palavras. Não considero a minha literatura insignificante: ela é apenas medíocre e, por conseguinte, mais ou menos aceitável. Na livraria sinto-me à vontade. Mas na Câmara é certo que me dariam papel bem chinfrim. Nenhuma conveniência em mudar de ofício neste fim de vida.

Está explicada, suponho, a desambição carecente de valor. Contudo, se me falta o desejo de passar algumas horas por dia cochilando, rosnando apartes chochos, isto não quer dizer que feche os olhos à política nacional e encolha os ombros à eleição. Entreguei-me de corpo e alma a um Partido, o único, estou certo, capaz de livrar-nos da miséria em que vivemos, e este Partido apresenta-se às urnas. Sou forçado a solicitar a vocês, para os nossos candidatos (os outros: insisto em declarar-me isento de pretensões), os vinte e quatro votos que estão dispostos a conceder-me.

Examinem as chapas dos partidos reacionários. Só existem nelas, em toda a parte, figuras da classe dominante. Nós, comunistas, escolhemos gente da burguesia e do proletariado: operários, camponeses, militares, industriais, comerciantes, artistas, professores, médicos, engenheiros, jornalistas, advogados, escritores. Quando nos preparamos para dar ao país uma Constituição, não é razoável agora que ela seja uma Constituição de proprietários.

Vocês, meus excelentes amigos, poderiam contribuir para se afastarem da nova carta alguns desses artigos ou parágrafos em que os infelizes se apertam como em torniquetes. Realmente vocês são bem pouco numerosos. Mas cada um, nestes breves dias que nos restam, convencerá facilmente uma tia ou comadre, que influirá na vizinha com rapidez — e assim por diante. Serão eleitas pessoas que representem o Estado. Porque até hoje — com franqueza — que foi que os nossos deputados representaram?

Com isto, meus velhos amigos, despeço-me de vocês e envio-lhes muitos abraços.[4]

Notas

1. RAMOS, Graciliano. “Carta aos alagoanos”. *Revista do Povo: Cultura e Orientação Popular*, ano 2, nº 2, janeiro de 1946, p. 5. Manuscrito pertencente ao Instituto de Estudos Brasileiros: Arquivo Graciliano Ramos, Manuscritos, Discursos, not. 12.5A. Tal versão manuscrita, ainda sem divisões de parágrafos, constitui, possivelmente, a primeira redação desta missiva, que seria reformulada pelo autor antes de sua publicação na imprensa. Atesta essa hipótese o datiloscrito not. 12.5B, também pertencente ao acervo de Graciliano depositado no IEB/USP: ele expressa um estágio posterior de escritura da carta, já praticamente idêntico à versão estampada na *Revista do Povo*. Em função disso, elegeu-se o testemunho saído no periódico comunista, o último da tradição do referido escrito, como texto-base na presente edição.

2. Graciliano alude a seu próprio texto “Um desastre”, publicado na *Folha Carioca*, em 23 de agosto de 1944, e posteriormente recolhido no volume póstumo *Viventes das Alagoas* (1962). Em tal escrito, o autor de *Vidas secas* faz referências ao jornalista e militante do PCB, nascido em Viçosa (AL), Pedro Pinto da Mota Lima, bem como ao ex-deputado estadual alagoano Nelson Flores. Ao tematizar sua terra natal, não poupa críticas às mazelas estaduais: “Alagoas é um Estado pobre. Em pouco mais de vinte e oito mil quilômetros quadrados arruma-se quase um milhão de habitantes. Para bem dizer, não se arruma: na praia há charco, mosquito, sezão; na caatinga há seixo, cardo, fome. Entre as duas zonas aperta-se a mata, com algodão, cana-de-açúcar, mas aí não se consegue terra facilmente, o salário é baixo — e para lá das cancelas o despotismo do proprietário vale o mosquito e o cardo juntos” (RAMOS, Graciliano. *Viventes das Alagoas*. São Paulo: Martins, 1962, p. 161).

3. Ao fim do pleito, Graciliano teve 62 votos (MORAES, Dênis de. *O velho Graça*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1992, p. 214).

4. Apesar do formato missivístico, a versão do presente texto, publicada em periódico, não traz a assinatura do escritor. No que diz respeito ao manuscrito autógrafo, o então candidato a deputado pelo PCB o subscreve apenas com o “G” de seu prenome.

O Partido Comunista e a criação literária[1]

Meia dúzia de palavras, somente. Como não falo em nome dos escritores do Partido, resolvo-me a dirigir-lhes algumas amabilidades escassas.

Afirmam cidadãos vultosos que no Comunismo não existe ambiente favorável à criação literária; chegando aqui, murchamos, deitamos um pouco de chumbo nos miolos e somos utilizados em serviços módicos: distribuir folhas volantes, bater palmas em comícios, pichar muros. Isso — e nada mais.

Afirmação contraditória. Por volta de 1936 esses mesmos cavalheiros impugnaram com vigor os produtos vermelhos. Sem examiná-los, sem declará-los bons ou maus como arte, exigiram simplesmente a prisão dos autores. Chegaram a ver realizados os seus desejos — e hoje não é razoável negarem o que ontem badalaram, numa crítica policial bastante safada.

É desnecessário asseverarmos que o Partido Comunista nenhum dano causa à produção literária. Inútil exibirmos figurões do exterior, engrandecidos pela distância: mostremos apenas a gente que aqui está.

Nada de queimar incenso à toa. Estes homens e estas mulheres recusam lisonjas, mas provavelmente os nossos opositores gostariam de tê-los ao seu lado. E se pensam de outra forma, é que o julgamento lá fora é precário. Neste grupo, ainda exíguo, há escritores que se revelaram em diversos gêneros. Certamente continuarão a crescer, apesar dos agouros ruins espalhados sobre eles.

Tolice imaginar que lhes vão torcer as ideias, impor o trabalho desta ou daquela maneira. Foram as ideias que os trouxeram, todos vieram de olhos muito abertos, conhecendo perfeitamente o caminho. Ninguém está aqui por sentimento ou religião.[2]

E é claro que não haveria conveniência[3] em fabricar normas estéticas, conceber receitas para a obra de arte. Cada qual tem a sua técnica, o seu jeito de matar pulgas, como se diz em linguagem vulgar. A literatura revolucionária pode ser na aparência a mais conservadora. E isto é bom: não terão o direito de chamar-nos selvagens e sentir-se-ão feridos com as próprias armas.

Afinal para expormos as misérias desta sociedade meio decomposta não precisamos de longo esforço nem talento extraordinário: abrimos os olhos e ouvidos, jogamos no papel honestamente os fatos.

Difícil seria defendê-la. Por isso nossos inimigos se desesperam. E afastam-se da terra. E vivem a descobrir mundos imaginários.

Notas

1. RAMOS, Graciliano. “O Partido Comunista e a criação literária”. *Tribuna Popular*, Rio de Janeiro, ano II, 22 de maio de 1946, p. 11. Manuscrito incompleto (e por isso preterido no estabelecimento do presente texto), pertencente ao Instituto de Estudos Brasileiros: Arquivo Graciliano Ramos, Manuscritos, Discursos, not. 12.14. No início da versão manuscrita, têm-se vocativos endereçados ao público — “*Senhores / Senhoras / Camaradas*” —, indicando tratar-se de discurso proferido diante de certa plateia.

2. No Arquivo Graciliano Ramos, há um fragmento, não datado, no qual Graciliano comenta as motivações e receios referentes à sua entrada no PCB: “Quando, em 1936, fui viver no Pavilhão dos Primários, na Sala da Capela, na Colônia Correcional de Dois Rios e em outros lugares semelhantes, encontrei os excelentes companheiros que hoje trabalham no Partido Comunista. Sempre me senti perfeitamente ligado a eles, e se até agora me limitei a apoiá-los, sem tomar posição de militante, foi por não saber se poderia de qualquer maneira ser útil, nesta agitação em que nos achamos, o trabalho de um sujeito que mal sabe contar histórias chochas./ Um severo exame de consciência me aconselhava prudência, uma prudência que de fato me humilhava. Na verdade eu desejava que algum antigo companheiro me viesse trazer um estímulo — e isto era difícil, pois ninguém adivinhava as minhas intenções. Mas o certo é que foram adivinhadas. E os escrúpulos mencionados se varreram pelo menos por enquanto” (Arquivo Graciliano Ramos, Manuscritos, Discursos, not. 12.3A).

3. No manuscrito incompleto deste texto, preterido pela presente edição, tem-se nesta passagem: “E é claro que *nenhuma conveniência haveria em...*”.

Decadência do romance brasileiro[1]

Prudente de Morais Neto, crítico muito agudo, alarmando-se justamente com a qualidade má da nossa literatura de ficção, dizia, em 1930, que nos faltava material romanceável. Alguém afirmou, em resposta, que possuíamos excelentes romances e não tínhamos romancistas.[2]

Contrariando essas duas opiniões, logo surgiram livros que foram recebidos com excessivos louvores pela crítica e pelo público. Havia material e havia pessoas capazes de servir-se dele. Tínhamos, porém, vivido numa estagnação. Ignorância das coisas mais vulgares, o país quase desconhecido. Sujeitos pedantes, num academismo estéril, alheavam-se dos fatos nacionais, satisfaziam-se com o artifício, a imitação, o brilho do plaquê. Escreviam numa língua estranha, importavam ideias, reduzidas. As novelas que apareceram no começo do século, medíocres, falsas, sumiram-se completamente. Uma delas, *Canaã*,[3] que obteve enorme êxito, dá engulhos, é pavorosa.

Dois sucessos contribuíram para dar cabo disso: o modernismo e a revolução de Outubro, que, graças à nossa infeliz tendência ao exagero, se ampliaram muito ou se negaram. Certamente não criaram o material a que se referia Prudente nem o engenho necessário ao aproveitamento dele, mas abriram caminhos, cortaram diversas amarras, exibiram coisas que não enxergávamos. Desanimados, com enjoo, líamos a retórica boba que se arrumava no congresso e nos livros.

Os modernistas não construíram: usaram a picareta e espalharam o terror entre os conselheiros. Em 1930 o terreno se achava mais ou menos desobstruído. Foi aí que de vários pontos surgiram desconhecidos que se afastavam dos preceitos rudimentares da nobre arte da escrita e, embrenhando-se pela sociologia e pela economia, lançavam no mercado, em horrorosas edições provincianas, romances causadores de enxaqueca ao mais tolerante dos gramáticos. Um escândalo. As

produções de sintaxe presumivelmente correta encalharam. E as barbaridades foram aceitas, lidas, relidas, multiplicadas, traduzidas e aduladas. Estavam ali pedaços do Brasil — Pilar, a ladeira do Pelourinho, Fortaleza, Aracaju.

Rachel de Queiroz, Jorge Amado, José Lins do Rego, Amando Fontes. Há outros, certamente. Há os que principiaram descrevendo coisas que viram e acabaram descrevendo coisas que não viram. Criaturas inteligentes e inquietas não confiaram nos seus sentidos e entraram resolutamente a delirar. As suas personagens, vagas, absurdas, não comem, não bebem, não sentem as necessidades comuns dos viventes ordinários: mexem-se, ou antes estão paradas num ambiente de sonho, procedem como loucos, falam como os loucos. E há dezenas de imitadores, simples copistas.

Quero apenas referir-me aqui aos representantes máximos do romance nordestino, observadores honestos, bons narradores. Ora, se atentarmos na obra desses quatro novelistas originais, perceberemos nela uma curva. Fizeram, quase sem aprendizagem, ótimas histórias, com tanta sofreguidão que pareciam recear esgotar-se. Não se esgotaram talvez, mas estacaram, como se tivessem perdido o fôlego, ou publicaram trabalhos inferiores aos primeiros. E convém notar que essa queda se deu quando cessou a agitação produzida pela revolução de Outubro. Subiram até 1935. Aí veio a decadência, o que veremos facilmente.

Rachel surgiu em 1930, com uma novela escrita aos dezoito anos, *O quinze*, onde existem passagens notáveis: o roubo de uma cabra, um montão de retirantes esfomeados. Em *João Miguel*, de 1932, exibem-se as cadeias da roça. Um preso se embriaga — e a escritora nos dá um capítulo admirável. As personagens já sabem andar. E sabem falar, grande novidade. Realmente fora dos contos de Artur Azevedo, hoje esquecidos, poucas vezes acharemos na literatura velha um diálogo razoável. As figuras de Rachel conversam direto sem consultar o dicionário. *João Miguel* não teve a divulgação que merece. Ainda está na primeira edição. Uma vergonha. Em 1936 saiu *Caminho de pedras*, livro demagógico. Tem partes excelentes — a morte de uma criança, o monólogo de uma criatura que deixa o marido — mas quase sempre é intencional e frio. Em 1940 Rachel publicou *As três Marias*, o mais bem construído dos seus romances. Existe, porém, aí uma tese muito clara. E as personagens têm menos liberdade que João Miguel, um infeliz prisioneiro.

Jorge Amado começou com *O País do Carnaval*, na adolescência. *Cacau*, de 1932, ainda hesitante, já revela o escritor que adquiriu celebridade em pouco tempo, nestas paragens e em lugares cultos. *Suor*, coleção de tipos magnífica, veio em 1933. Com *Jubiabá*, de 1935, chega o romancista ao ponto mais elevado. Existe aí uma sentinela de defuntos, das melhores coisas que nos deu. *Mar Morto*, de 1936, é um recuo. Tem páginas ótimas, a morte de Esmeralda por

exemplo, mas está longe de *Jubiabá*. A poesia que há neste muda-se em toada agradável ao ouvido, e certos estribilhos ("É doce morrer no mar") dizem o contrário do que o autor pretende sustentar. *Capitães da Areia*, publicado em 1937, não vale *Mar Morto*.

José Lins do Rego fez o *Ciclo da cana-de-açúcar*, conjunto de cinco romances muito sérios: *Menino de engenho* (1932), *Doidinho* (1933), *Banguê* (1934), *Moleque Ricardo* (1935), *Usina* (1936). Não podemos isolar nenhum desses: movem-se aí as mesmas personagens, apresentam-se os mesmos interesses, as mesmas lutas. O romancista não ideou um plano. Escreveu uma novela de cento e tantas páginas, julgou-a incompleta e resolveu acrescentar-lhe um segundo volume. Sempre insatisfeito, foi adiante — e assim veio a lume a narração do banguê vencido pela usina, do capital estrangeiro absorvendo as economias do senhor de engenho. Em 1937 José Lins do Rego nos deu *Pureza*, que é um salto para baixo. Em 1938, com *Pedra Bonita*, desceu novo degrau. Ainda outro em 1940, com *Riacho Doce*. As admiráveis qualidades do escritor somem-se quase aí, ou seus defeitos avultam, agravados pelo fato de se mostrarem lugares e acontecimentos que ele não conhece bem. José Lins do Rego nasceu na zona da indústria açucareira, lá se criou, lá se educou. Ofereceu-nos cinco livros cheios de vida, numa língua forte, expressiva, a língua velha dos descobridores, conservada no Nordeste, com poucas corrupções. Largou isso e arriscou-se a digressões perigosas. *Pureza* é uma pequena estação que ele viu de longe, da janela do trem. Em *Pedra Bonita* desejou estudar a epidemia religiosa que houve em Pernambuco o século passado, mas teve preguiça e inventou beatos e cangaceiros. Sacrificou até a geografia: pôs a sua gente numa vila do Anum, que não existe. A primeira parte de *Riacho Doce* passa-se toda na Suécia. Embrenhando-se nessas regiões desconhecidas, José Lins do Rego repetiu muito do que já havia dito. A figura principal do *Ciclo da cana-de-açúcar*, homem agitado, vacilante, cheio de pavores, ressurge com diversos nomes nos últimos livros.

Amando Fontes publicou em 1933 *Os Corumbas*, obra onde há passagens horríveis, uma conversa de professores de escola normal de Aracaju, por exemplo, ingênua e pedante. Contrastando, porém, com essas falhas, acham-se no livro páginas intensas e humanas que logo o salientaram na abundante literatura do decênio passado: a morte de uma tuberculosa, a confissão de certa rapariga que entra no mau caminho. Amando Fontes não explorou a sua natural aptidão. Encolheu-se. E ao recomeçar estava na outra ladeira, em 1937, quando todos desciam. Trabalhou muito em *Rua do Siriri*, novela certinha, conveniente. O meio é o bairro das prostitutas numa pequena capital do Nordeste, mas esse lugar de safadeza foi rigorosamente policiado na sintaxe e na moral. A devota

intransigente e a colegial afoita que buscarem ali motivo de censura soltarão o volume decepcionadas. Acharão os quartos severamente fechados, não perceberão saias erguidas, gestos equívocos, rumores suspeitos. As meretrizes não brigam, não jogam, não bebem, nunca se dedicam à profissão, falam como senhoras e, todas iguais, possuem sentimentos nobres. Referem-se à desgraça em que vivem, mas com injustiça. Se os lupanares fossem aquilo, venceriam, em austeridade, em recato, os mais inflexíveis estabelecimentos de educação feminina.[4]

Essas mulheres de Amando Fontes representam bem os nossos romances atuais, direitos, comedidos, inofensivos. Desapareceram os mocambos, os sobradões onde se alojavam trabalhadores e vagabundos, as cadeias sujas, as bagaceiras e os canaviais, as fábricas, os saveiros, a escola da vila. E a nossa literatura começou a comportar-se, na moral e na sintaxe, como as mulheres da *Rua do Siriri*. Baniu-se o palavrão, verdadeiro e bíblico. Afastou-se o negro. As personagens branquearam. E, timidamente, aproximam-se da Academia.

Alguns críticos acham que existem dois gêneros de romance: os da cidade, bons, e os do campo, ordinários.

O que se tem feito é secundário, chinfrim. Não vale a pena falar em mocambos, bagaceiras, cadeias, negros do cais. Insignificâncias. É necessário apresentarmos ao público sutilezas e complicações, as que existem no cassino da Urca e nos banhos de Copacabana.

Os nossos melhores romancistas viviam na província, miúdos e isentos de ambição. Contaram o que viram, o que ouviram, sem imaginar êxitos excessivos. Subiram muito — e devem sentir-se vexados por terem sido tão sinceros. Não voltarão a tratar daquelas coisas simples. Não poderiam recordá-las. Estão longe delas, constrangidos, limitados por numerosas conveniências. Para bem dizer, estão amarrados. Certamente ninguém lhes vai mandar que escrevam de uma forma ou de outra. Ou que não escrevam. Não senhor. Podem manifestar-se. Mas não se manifestam. Não conseguem recobrar a pureza e a coragem primitivas. Transformaram-se. Foram transformados. Sabem que a linguagem que adotavam não convém. Calam-se. Não tinham nenhuma disciplina, nem na gramática, nem na política. Diziam às vezes coisas absurdas — e excelentes. Já não fazem isso. Pensam no que é necessário dizer. No que é vantajoso dizer. No que é possível dizer.

Notas

1. RAMOS, Graciliano. “Decadência do romance brasileiro”. *Literatura*, Rio de Janeiro, nº 1, setembro de 1946. Texto saído anteriormente em espanhol (*Decadencia de la novela brasileña*) em *Nueva Gazeta*, Montevidéu, nº 11, dezembro de 1941; e em inglês (*The decline of the Brazilian Novel*) em *Smith College Monthly*, Northampton, Mass, fevereiro de 1943, pp. 21-2, 28. Além disso, também fora reunido em GARBUGLIO *et al*. *Graciliano Ramos*. São Paulo: Ática, 1987, pp. 114-6. Manuscrito datado de 20 de outubro de 1941, pertencente ao Instituto de Estudos Brasileiros: Arquivo Graciliano Ramos; Manuscritos; Crônicas, ensaios e fragmentos; not. 10.2.

2. O próprio Graciliano teria refutado o crítico. Em resposta à sugestão deste de que no Brasil “talvez o ambiente não ofereça material que preste”, o autor de *Vidas secas* afirmava que “em todos os lugares há romances (...) o que falta às vezes é o romancista”. Ver a crônica “Um romancista do Nordeste”, presente neste volume.

3. Romance de Graça Aranha, publicado pela Garnier, em 1901, ainda sob a grafia “Chanaan”. Considerando-se o ponto de vista crítico de Graciliano em relação ao modernismo de 1922, Bueno sublinha que tal menção não seria gratuita: “Hoje ele [Graça Aranha] é visto como um participante quase incidental da Semana de 22, alguém que apenas emprestou seu prestígio ao movimento. Mas ainda nos anos 40 ele era tido como um grande líder e seu gesto de rompimento com a Academia Brasileira de Letras tinha um significado muito maior do que hoje se atribui a ele. Atacá-lo, ao invés de qualquer outro figurão do início do século, já é intenção clara de alfinetar o modernismo” (BUENO, Luís. *Uma história do romance de 30*. São Paulo: Edusp; Campinas: Editora da Unicamp, 2006, p. 47).

4. Na crônica “As mulheres do Sr. Amando Fontes”, publicada em 24 de janeiro de 1938, no *Diário de Notícias*, Graciliano já destacava, em tom mais ameno, que as heroínas do autor de *Rua do Siriri* estavam “mais perto da hagiografia que da crônica policial” (RAMOS, Graciliano. *Linhas tortas*. Rio de Janeiro: Record, 2005, p. 163).

Aos estudantes[1]

Minhas senhoras
Meus senhores

Preciso revelar a mim mesmo a razão da minha estada aqui. Se conseguir isto, levarei talvez ao espírito dos outros a certeza de que não nos achamos diante de um absurdo. Realmente nos achamos. Confessemos, porém, que um absurdo examinado com atenção deixa muitas vezes de ser absurdo. Despropósitos vários se tornaram fatos normais.

Tentemos, pois, anular, o contrassenso que representa a minha vinda a esta casa, em semelhante situação.

Noticiaram-me que os indivíduos anualmente chamados para desempenhar este papel a mim atribuído foram em regra cidadãos mortos. Esse uso me parece cheio de sabedoria. Em primeiro lugar nenhum deles poderia eximir-se do convite. Em segundo lugar havia um discurso de menos: nenhuma voz de além-túmulo viria exibir aos circunstantes possíveis discrepâncias. E afinal, vantagem preponderante: a uma figura desaparecida facilmente concedemos valor simbólico. Não entra em concorrência conosco, já nenhum mal é capaz de fazer. Os seus defeitos se atenuam, chegam a sumir-se com o tempo; as boas qualidades crescem, e em falta disto entretemo-nos a pendurar nela as virtudes que desejaríamos possuir.

Temeridade, presumo, substituir essa personagem cômoda e inerte por um ser vivo, natural veículo de erros e paixões. As nossas falhas são evidentes, a custo se dissimulariam as nossas fraquezas, limitações, incongruências. Movemo-nos entre quedas, a desgraçada viagem do ventre materno à sepultura é feita de pequenos avanços, recuos, suspensões.

Por que se fez uma escolha em que se ressalta a perda? Que irá contrabalançar

tantas inconveniências? Houve um salto — e pergunto a mim mesmo as consequências dele. Aceitavam ontem a imobilidade; hoje preferem o movimento. Que determinou isso? A quietude nos leva a contemplar, talvez a admirar passivamente; a agitação nos força a pesquisar, sondar, criticar. Uma concepção estática e uma concepção dinâmica.

Se a primeira vencia e prevalece a segunda, admitiremos que a juventude, pelo menos uma parte dela aqui presente, em vez de aumentar o prestígio de venerandas múmias, resolveu improvisar uma espécie de soldado desconhecido, apenas diferente do outro porque ainda não se enterrou. Decidiu largar a coisa distante e abrir os olhos à realidade próxima; abandonou a história e as antologias, quis ver de perto um homem da rua, vulgar, sujeito que neste momento segura uma folha de papel e amanhã poderá viver na cadeia ou no hospício.

Sendo assim, os protestos e agradecimentos e as tiradas de modéstia falsa tornam-se inúteis, pois significo uma partícula na multidão, a ela regressarei finda esta cerimônia, a que não me acomodo bem. Evidentemente não lhes direi frases difíceis e pomposas, dessas que analisaram no primeiro ano e graças a Deus esqueceram. Sinto-me como se viajasse pingente — e utilizo a linguagem dos pingentes, áspera, sem adorno. Impossível manifestar-me de outro modo. E o pior é não me surgirem ideias serenas que venham ressarcir a deficiência da forma.

Certo não me ocorreu oferecer aos moços conselhos enfadonhos: cabelos brancos e rugas fraca autoridade me proporcionariam para tais rabugices. Devo então felicitá-los, fazer-lhes zumbaias, cantar loas, afirmar que entrarão na luta com boas armas e se arranjarão todos em lugares magníficos? Essas adivinhações seriam naturalmente recebidas com agrado, mas ignoro que surpresa o futuro nos reserva, não sou profeta. E, para falar com franqueza, estou longe de agourar aos meus amigos a paz, o cargo bem remunerado, o sono tranquilo, isento de sonhos. Nada ganharíamos com isso. Não espero que sejam felizes: espero que sejam úteis.

Quando nos retirarmos desta sala, quase todos nos resignaremos a entrar numa fila de ônibus, aguardaremos com paciência a vez de nos sacolejarmos, aos trambolhões. E a certeza de que outros indivíduos, insignificante minoria, cochilam em automóveis, rolando sobre pneumáticos silenciosos, não nos trará nenhum conforto.

Receio que estas palavras soem mal em numerosos ouvidos. A culpa é dos rapazes que, insensíveis às nossas glórias, voltaram as costas ao passado, quiseram saber a opinião de um transeunte. Dirijo-me a eles de coração aberto. Não, meus caros amigos, não lhes desejo felicidade. Seria o mesmo que desejar-

lhes a morte.

Nota

1. Arquivo Graciliano Ramos, Manuscritos, Discursos, not. 12.24A, 12.24B e 12.24C. Título atribuído pelo organizador. Discurso proferido pelo escritor alagoano em dezembro de 1946, na condição de patrono dos trinta formandos do curso clássico do Instituto Lafayette, na Tijuca, Rio de Janeiro. O convite a Graciliano partira de Sílvio Borba, estudante que pertencia à juventude comunista. Entre os alunos da turma de 1946, encontravam-se Antonio Carlos Villaça e Célio Borja, futuros escritor e ministro da Justiça, respectivamente (RAMOS, Ricardo. *Graciliano: Retrato fragmentado*. São Paulo: Siciliano, 1992, pp. 80 e 81; MORAES, Dênis de. *O velho Graça*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1992, p. 229).

Paulo Honório[1]

Paulo Honório, concebido em 1924, nasceu em 1932. Narro essa longa gestação, por exigência de Condé,[2] homem terrível e absurdo, que guarda fotografias e papéis inéditos de todo o gênero, da novela ao rol de roupa suja, do poema à carta de cobrança, autos de processo e correspondência amorosa, coisas obtidas pelos mais diversos meios: sorrisos, pagamento do café, do ônibus e do bonde, ameaças, gritos, carinhos, promessas, injúrias, cócegas, apresentação a cavalheiros ponderosos e chantagens, pois o monstro conhece fidalgos estrangeiros e funcionários da polícia. Para me extorquir estas declarações, Condé me ofereceu, antes de tudo, a glória. Como a sua coleção durará séculos, posso ter a certeza de que, senão a obra inteira, pelo menos uma das minhas personagens tomará pé no futuro. Em segundo lugar vem um assunto pecuniário: o malvado farejou o meu orçamento, percebe nele um desequilíbrio e dispõe-se a endireitá-lo.

— Com meia dúzia de penadas, V. ganha um dinheirão, filho de Deus.

O jeito que tenho é convencer-me, decidir contar a origem de Paulo Honório, alagoano, viçosense, chegado ao Rio há doze anos e hospedado na Ariel.

Aqui vai a tarefa. Em 1924, em Palmeira dos Índios, interior de Alagoas, encontrei dificuldade séria, pus-me a ver inimigos em toda a parte e desejei suicidar-me. Realmente julgo que me suicidei. Talvez isto não seja tão idiota como parece. Abandonando o contas-correntes, o diário, outros objetos da minha profissão, havia-me embrenhado na sociologia criminal.[3] Que me induziu a isso? Teria querido matar alguns fantasmas que me perseguiam?

Naquele inverno de 1924, numa casa triste do Pinga-Fogo, sentado à mesa da sala de jantar, fumando, bebendo café, ouvindo a arenga dos sapos, o mugido dos bois nos currais próximos e os pingos das goteiras, enchi noites de insônia e isolamento a compor uma narrativa. Surgiu um criminoso, resumo de certos

proprietários rijos existentes no Nordeste. Diálogo chinfrim, sintaxe disciplinada, arrumação lastimosa. Felizmente essas folhas desapareceram. Mas as preocupações que me afligiam desapareceram também, pelo menos adelgaçaram: ressurgi, desenferrujei a alma, tornei-me prefeito municipal. Aventuro-me a admitir, pois, que o suicídio se tenha de fato realizado.

Passaram-se anos. Deixei a prefeitura, vendi a loja, mudei-me para Maceió e fui bocejar, falar ao telefone e discutir literatura na Imprensa Oficial. Em consequência da bagunça revolucionária de 30, demiti-me — e no começo de 1932 arrastava-me de novo em Palmeira dos Índios, com vários filhos pequenos, sem ofício nem esperanças, enxergando em redor nuvens e sombras.[4]

Nessa crítica situação voltou-me ao espírito o criminoso que em 1924 me havia afastado as inquietações — um tipo vermelho, cabeludo, violento, de mãos duras, sujas de terra como raízes, habituadas a esbofetear caboclos na lavoura. As outras figuras da novela não tinham relevo, perdiam-se a distância, vagas e inconsistentes, mas o sujeito cascudo e grosseiro avultava, no alpendre da casa-grande de S. Bernardo, metido numa cadeira de vime, cachimbo na boca, olhando o prado, novilhas caracus, habitações de moradores, capulhos embranquecendo o algodoal, paus-d'arco floridos a enfeitar a mata. E, sem recorrer ao manuscrito de oito anos, pois isto prejudicaria irremediavelmente a composição, restaurei o fazendeiro cru, à lápis, na sacristia da igreja enorme que o meu velho amigo padre Macedo andava a construir.[5] Surgiam personagens novas, e a história foi saindo diversa da primitiva.

Até o capítulo XVIII tudo correu sem transtorno. Um dia de fevereiro, ao entrar em casa, senti arrepios. À noite, com febre, fiz o capítulo XIX, uma confusão que mais tarde, quando me restabeleci, conservei.

A doença prendeu-me à cama uns três ou quatro meses. Viagem a Maceió, exames, diagnósticos equívocos, junta médica, entrada no hospital, operação, quarenta e tantos dias com um tubo de borracha a travessar-me a barriga, delírios úteis na fabricação de um romance e de alguns contos[6], convalescença morosa.

Ao sair do hospital, com uma perna encrencada, coxo, na ferida ainda aberta uma tampa de esparadrapo, recomecei o trabalho, que fui terminar em Palmeira dos Índios, na minha casa do Pinga-Fogo, ouvindo os sapos, a ventania, os bois de seu Sebastião Ramos. Às vezes meu pai me visitava carrancudo, largava uns monossílabos. A carranca e fragmentos de velhas narrações dele combinaram-se na edificação de Paulo Honório. Infelizmente esse colaborador morreu em 1934 e não chegou a ler o romance.

A língua, as imagens rurais, apanhei-as em consultas pacientes a meus irmãos e cunhados, gente matuta. Usei com abundância antigas expressões portuguesas

que circulam em todo o Nordeste.

Finda a escrita, copiei-a, tentando suprimir-lhe excrescências e acessórios dispensáveis. Houve, pois, três redações: uma completamente abandonada em 1924, duas em 1932. Esforcei-me em demasia para conseguir simplicidade.

Em novembro Paulo Honório me parecia mais ou menos apresentável. Acompanhou-me à capital. Valdemar Cavalcanti datilografou-o.[7] Gastão Cruls editou-o.[8] E os críticos lhe dispensaram algumas cortesias.[9]

Em Palmeira dos Índios, onde foi gerado, ninguém deu por ele. Apenas seu Digno,[10] parente de minha mãe, vaqueiro, informado de que certo livro tinha sido feito por mim, desconfiou, duvidou. E como lhe falassem com segurança, pegou a brochura, mediu-a, pesou-a, examinou-lhe a capa, a ilustração de Santa Rosa — e opinou:

— Quem diria? Sim, senhor. Está um trabalhinho direito.

Notas

1. RAMOS, Graciliano. “Paulo Honório”. In: CONDÉ, João (org.). *10 romancistas falam de seus personagens*. Prefácio de Tristão de Athayde, revisão de Aurélio Buarque de Holanda. Rio de Janeiro: Edições Condé, dezembro de 1946. Além do escrito de Graciliano Ramos, tal obra reúne o depoimento de Jorge Amado sobre “Antônio Balduíno”; de José Lins sobre “Papa Rabo”; de Erico Verissimo sobre “Dr. Freitas”; de Rachel de Queiroz sobre “João Miguel”, entre outros. O presente texto sobre o processo de criação de Paulo Honório também foi publicado no *Jornal de Letras*, Rio de Janeiro, ano 1, nº 6, dezembro de 1949, e na *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, nº 35, 1993, pp. 204-6. Manuscrito, datado de 18 de outubro de 1945, pertencente ao Instituto de Estudos Brasileiros: Arquivo Graciliano Ramos; Manuscritos; Crônicas, ensaios e fragmentos; not. 10.4.

2. João Condé (1912-96): jornalista e obsessivo colecionador, responsável pela montagem do acervo literário “Arquivos Implacáveis” (nome da mesma seção que o periodista manteve na revista *O Cruzeiro*), que reunia, entre outros itens, manuscritos, depoimentos sobre a gênese de obras e personagens, bilhetes, documentos pessoais, autógrafos, fotografias, caricaturas, desenhos de artistas e escritores. O nome “Arquivos Implacáveis” foi extraído de uma frase de Carlos Drummond de Andrade: “Se um dia eu rasgasse os meus versos, por desencanto ou nojo, não estaria certo da sua extinção: restariam os arquivos implacáveis de João Condé” (SAMPAIO, Roberta de Castro. *Arquivos implacáveis de João Condé* — edição fac-similar acompanhada de estudos e notas. 2 vols. 2003. Dissertação [mestrado em Literatura Brasileira]. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003, vol. 1, p. 6).

3. Em carta de meados da década de 1920, ao amigo J. Pinto da Mota Lima Filho, Graciliano comenta que andava a fabricar, naquele momento, dois contos nos quais enfocava “dois tipos de criminosos” (RAMOS, Graciliano. *Cartas*. Rio de Janeiro: Record, 1981, p. 76). Em entrevista a Francisco de Assis Barbosa, em 1942, Graciliano revela os nomes das narrativas que compusera nos anos 1920: “A carta” e “Entre grades” (BARBOSA, Francisco de Assis. “A vida de Graciliano Ramos”. *Diretrizes*, Rio de Janeiro, 29 de outubro de 1942). Na primeira, o protagonista se chamava Paulo Honório e na segunda, Luís da Silva (FACIOLI, Valentim. “Um homem bruto da terra”. In: GARBUGLIO, José Carlos et al. *Graciliano Ramos*. São Paulo: Ática, 1987, p. 40).

4. No início de 1930, depois de permanecer dois anos à frente do Executivo municipal de Palmeira dos Índios, Graciliano renuncia ao cargo de prefeito, liquida sua Loja Sincera e é nomeado ao cargo de diretor da Imprensa Oficial pelo então governador de Alagoas, Álvaro Paes. Demite-se desse posto em dezembro de 1931, num contexto posterior à Revolução de 1930: “Não suportando os interventores militares que por lá andaram, larguei o cargo e voltei para Palmeira dos Índios, onde, numa sacristia, fiz *S. Bernardo*” (SENNA, Homero. “Revisão do Modernismo”. *Revista Globo*, Porto Alegre, agosto de 1948; texto recolhido no livro de SENNA, Homero. *República das letras*: *Entrevistas com vinte grandes escritores brasileiros*. 3ª ed. rev. e atualizada. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996, pp. 203-4).

5. Padre Macedo (Francisco Xavier de Macedo): vigário da paróquia de Palmeira dos Índios, responsável pela fundação do jornal *O Índio*, no qual Graciliano colaborou ao longo dos 14 primeiros volumes, de janeiro a maio de 1921.

6. Referência, respectivamente, ao último capítulo de *Angústia* e aos contos “Paulo” e “O relógio do hospital”, reunidos em *Insônia*. “No delírio, julgava-me dois, ou um corpo com duas partes: uma boa, outra ruim. E queria que salvassem a primeira e mandassem a segunda para o necrotério” (SENNA, Homero. *op. cit*. p. 204).

7. Valdemar Cavalcanti: jornalista e crítico literário alagoano com passagens pela grande imprensa carioca. Era membro ativo do grupo de artistas e intelectuais que se concentrou em Maceió no início da década de 1930, do qual faziam parte José Lins do Rego, Rachel de Queiroz, Aurélio Buarque de Holanda, Graciliano Ramos, entre outros. Ainda na capital alagoana, ao lado de Alberto Passos Guimarães, fundou a revista *Novidade*, publicação que procurava colocar-se como porta-voz dessa nova geração de escritores nordestinos, na qual Graciliano publicou as crônicas "Sertanejos" e "Chavões", recolhidas no presente volume.

8. Gastão Cruls, médico sanitarista e escritor. Juntamente com o sócio Agripino Grieco, era dono da Editora Ariel, empresa responsável pela primeira edição de *S. Bernardo* em 1934 (HALLEWELL, Laurence. *O livro no Brasil*. São Paulo: Edusp, 2005, pp. 429-32). Tal casa editorial, sob os cuidados de Grieco, também publicava o influente *Boletim de Ariel*, periódico no qual Graciliano estampou, em setembro de 1934, a título de divulgação, um excerto de *S. Bernardo* intitulado "Ciúmes" (trecho que abarcava os capítulos 29 e 30 da obra publicada).

9. No Arquivo Graciliano Ramos, pertencente ao Instituto de Estudos Brasileiros, entre pequenas notas e críticas mais extensas, contemporâneas à aparição de *S. Bernardo*, foram contabilizados 26 textos dando conta do aparecimento do livro. Excluindo-se um ou outro texto que censurava a suposta inverossimilhança do narrador-personagem Paulo Honório (alegando a existência de uma aparente incompatibilidade entre a sofisticação de seu relato e a rusticidade de sua figura), a grande maioria dos críticos tece elogios incondicionais à obra ou ao encaminhamento da produção romanesca do escritor.

10. Personagem referido em trecho memorialístico incompleto, em manuscrito, pertencente ao Instituto de Estudos Brasileiros: Arquivo Graciliano Ramos; Crônicas, Ensaios e Fragmentos; Manuscritos, not. 10.11.

Discurso à célula Teodoro Dreiser I[1]

Aqui trazemos algumas observações relativas à tarefa que nos foi confiada em sessão de 16 de julho. Como podem servir ao Partido os trabalhadores intelectuais?[2]

Para começar, distinguimos aí dois grupos: o dos que se dedicam à erudição, o dos que se votam à criação. Decerto um indivíduo figura às vezes nos dois grupos, mas em geral isto não se dá: por natureza ou em consequência da especialização, esses homens pendem para um lado ou para outro, fixam-se, dificilmente conseguiriam modificar-se.

De que modo se realiza a produção? Evidentemente é razoável que os eruditos se associem: não conceberíamos a *Enciclopédia Britânica* redigida por uma pessoa. A criação, porém, é rigorosamente individual: absurdo imaginarmos quadros e poemas compostos por diversas criaturas; tentativas malograram-se; aqui há tempo alguns literatos fabricaram, com infelicidade notável, uma espécie de romance — um desastre.[3]

Afirmamos, pois, que o artista é um trabalhador solitário. E como nos entregamos à ficção, é dela que vamos tratar.

Consideramo-nos artesãos, nem chegamos a admitir que um dia sejamos outra coisa. Afirmações contrárias, lançadas por um profissional, revelam insinceridade: sabemos que só nos é possível trabalhar no isolamento.

Há quem diga que isto sucede por não estarmos identificados com a massa, ideia inexata. Enxergamos nela confusão entre sujeito e objeto. Sem dúvida é necessário conhecermos e sentirmos a matéria de que nos ocupamos. Para transformarmos em obra de arte uma cadeia ou uma fábrica, por exemplo, é indispensável termos vivido em algum desses lugares. E citamos um caso que ilustra essa asserção. Em 1936 José Lins do Rego, excelente observador dos engenhos de banguê, resolveu exibir-nos uma prisão e, em longo capítulo,

sapecou Fernando de Noronha, onde nunca esteve. Inquilinos do Pavilhão dos Primários e da Sala da Capela viram isso com espanto verdadeiro.[4] Por que assim procedeu o escritor admirado? Porque alguém achou, com injustiça, que ele era um simples memorialista, autor de relatórios sobre a cana-de-açúcar. O rapaz quis mostrar que tinha imaginação e extravagou. Depois se arriscou a digressões mais perigosas: descreveu a Península Escandinava e certa vila sertaneja inexistente.[5] Essa mistificação, é claro, muito se distancia dos canaviais e das moendas, assunto explorado com vigor nos primeiros livros do romancista.

Mas uma coisa é falar aos cabras do eito, ao moleque empregado em lançar bagaço na fornalha, outra coisa é atirar essa gente no papel, fazê-la mexer-se direito. Se nos abalançamos a reproduzir um carnaval, não exteriormente, mas o interior dele, a bagunça que turba os espíritos, com certeza manejamos serpentinas e lança-perfumes, gritamos, bebemos chopes, declamamos tolices, perdemos a cabeça; quando escrevemos, porém, não conservamos a máscara no rosto, não nos atordoa o cheiro do éter, estamos livres da influência dos cordões. Ninguém pensará que formamos uma passagem de romance trepados num automóvel, sob nuvens de confete, ouvindo berros e toques de clarim. E estamos longe da prisão, da oficina, da caserna ao selecionar e dispor o material que esses pontos nos sugeriram. Dormimos na esteira do cárcere, familiarizamo-nos com as máquinas, volvemos à direita e à esquerda, em obediência à voz do instrutor, nos exercícios militares, fomos partículas da multidão; achamo-nos, entretanto, fora dela no ato da criação artística: nessa hora estamos sós, de pijama e chinelos, em silêncio: temos horror às campainhas, ao telefone, ao próximo. Houve uma desintegração. E até se nos ocupamos de nós mesmos, se fazemos autobiografia, desdobramo-nos, somos, por assim dizer, o nosso próprio objeto. Afinal isto sempre ocorre, pois o mundo exterior não nos surge diretamente, e, observando-o, o que em última análise fazemos é examinar-nos.

Cairemos então no idealismo? Não cairemos: naturalmente a coisa externa preexiste, para nós, e a interna é apenas um reflexo dela, imagem com certeza deformada. Evitamos as deformações voluntárias. Contudo, por muito realistas que sejamos, não temos a pretensão de apanhar a realidade pura. Dela sabemos o que os nossos nervos transmitem, mas como a experiência alheia não nos desmente, apossamo-nos de uma pequenina verdade relativa, verdade contingente e humana, aceitamos o céu azul e os montes verdes, enojamo-nos à passagem dos caminhões de lixo da Prefeitura, declaramos horrível o pão atual.

Ora, há alguns anos, brotou aqui uma literatura presumidamente misteriosa, sombria, infernal, que abusa das palavras *mistério, sombra* e *inferno*, mas onde não percebemos mistério, nem sombra, nem inferno. Filiaram-se a ela talentos

disponíveis, mobilizaram-se recrutas inéditos, escondidos em cidadezinhas. Esses cavalheiros reciprocaram vastos elogios, e, sempre, misteriosamente umbrosos e infernais, condenaram a novela de costumes, o estudo social, o documento. Na verdade pretendiam anular o fator econômico, fugir a materialismos inconvenientes — e em consequência apresentaram-nos fantasmas e proclamaram-se donos do romance introspectivo. Afirmamos repetidamente a esses homens que o mundo subjetivo não exclui o objetivo; pelo contrário, baseia-se nele; e se dispensarmos o fato concreto, só nos restarão falsidades: mistérios duvidosos, sombras vãs, um inferno glacial.[6]

De certa maneira, toda a literatura de ficção é introspectiva, pois somos espelhos da natureza.

Julgamos que realizaríamos introspecção razoável se, esquecendo as nossas dores miúdas e as nossas alegrias escassas, refletíssemos e tentássemos reproduzir os numerosos sofrimentos espalhados em redor de nós. E assim pensamos admitindo a suposição de que as buscas íntimas, os profundos mergulhos na alma, superassem de fato as infelizes letras caídas em desprestígio, desdenhosamente consideradas reportagens. Na verdade não tínhamos alma. Para quê? Sem possuí-la, fazíamos sérios exames de consciência e, em caso de necessidade, ouvíamos as confissões do vizinho, explicávamos e perdoávamos tudo. Inocentamos o criminoso e o vagabundo, mostramo-los vítimas de uma ordem social corrupta. Nenhum interesse tínhamos em esconder mazelas. Fomos ásperos e pessimistas. A crítica burguesa nos censurou; viu, portanto, que estávamos certos. Não somos românticos — e naturalmente desejamos destruir muita coisa. Outros usarão mais tarde o prumo, o nível, a colher de pedreiro. O nosso instrumento agora é a picareta. Mas está visto que não nos serve qualquer picareta.

É esta literatura que devemos oferecer ao Partido, se não nos enganamos. Habituamo-nos a ela, e nenhuma conveniência notamos em suspender as nossas atividades. Temo-las em conta de armas, abominamos a arte neutra. Se exigirem de nós conferências, discursos, artigos, conseguiremos atamancá-los, sem vantagem apreciável: o nosso meio de expressão é o romance, é o conto. Seria proveitoso abandoná-los, apoiar o reacionário que diz sermos inimigos da cultura? De ordinário os nossos camaradas nos supõem fazedores de brinquedos inúteis, quando muito esquisitices dignas de exposição, motivo de surpresa e inveja ao burguês:

— Também aqui produzimos isso.

E como somos hábeis em juntar frases, esperam que nos estiremos pelos mais diversos assuntos. Sobretudo consideram o nosso trabalho fácil em demasia. Nascimento, secretário de uma célula na Tijuca, anunciava uma noite, em sessão:

— O companheiro Fulano gastou meia hora arrumando aí uns troços que a gente pediu.

Os troços haviam consumido exatamente dois dias de esforço. A Jorge Amado, que lamentava não ter vagar para concluir um romance, alguém retrucou:

— Se você escrever com vontade duas horas pela manhã, em pouco tempo acaba a história.

O desconhecimento das responsabilidades que pesam sobre nós é pasmoso. De fato algumas criaturas gostam de encher papel sem muita reflexão. Fabricaram aí numa semana um romance, que naturalmente não circulou. Certo poeta se vangloriava de ter composto vinte e cinco poemas de assentada. Em oposição a essas aves de voo assombroso, há os ruminantes, que pezunham com paciência no terreno, hesitam na escolha dos caminhos, andam ronceiros.

Seria bem difícil prescrever tarefas a esses viventes. Os que aqui se acham têm tido fraca utilidade e de alguma forma justificam a má opinião existente a respeito deles. Despertamos desconfiança, por nossas indecisões, inconformações, atitudes esquivas, falsa modéstia, suscetibilidade. Intimamente nos valorizamos em excesso; compreendo que não temos razão para isto, fingimos humildade, resvalamos em autoflagelação hipócrita. É isto herança de certa forma de sectarismo há tempo usual, na ilegalidade. Por volta de 1935 o pequeno-burguês simpatizante queria depressa eliminar as suas tendências, necessidades, linguagem, até os seus hábitos mentais: rosnava palavrões, deixava de lavar-se, raspar a barba e escovar os dentes, abandonava a gravata, por vezes afundava num amoralismo idiota e dava a impressão de deitar remendos em roupa nova. Esse esnobismo frequentemente descambava em admiração palerma ao trabalho simples e desprezo ostensivo ao trabalho complexo. Necessário combater simulações estúpidas ainda resistentes.

Os defeitos mencionados vêm da nossa classe e da nossa profissão. Quase todos pertencemos à pequena burguesia. Asseveramos que ela seja realmente classe? É uma camada vacilante, e diremos talvez sem contrassenso que o que a caracteriza é a falta de caráter. Subindo um pouco, tenta insinuar-se no capital — e é favorável à violência, detesta reuniões, pensa em conformidade com a polícia, teme a foice, o martelo, a cor vermelha, afeiçoa-se ao golpista e ao delator; largando o emprego, esgotada a caderneta da caixa econômica, avizinha-se do proletariado — e entra nas filas, é pingente de bonde, assiste a comícios, descompõe a Light, excede-se em parolagem demagógica. Isto e o isolamento a que nos condenamos, inevitável quando produzimos, explica[7] as nossas deformações. Originários dessa camada oscilante, somos induzidos ora a defender uma classe, ora a outra.

E aqui não seria inoportuno dizermos que não existe arte burguesa nem existe arte proletária. Concepções da pré-história ainda se conservam. Ignoramos a idade do ritmo ternário: sabemos que é velho e dificilmente nos livraríamos dele. Entretanto seria absurdo imaginar uma arte estática. Modificações leves, acumuladas, com certeza ocasionam saltos. E se a arte não é de supetão forjada por uma classe, está sempre a serviço de uma classe.

Indispensável, pois, resguardar com zelo a técnica literária de que a burguesia se aproveita. Até certo ponto um revolucionário é o mais ferrenho conservador. As liberdades excessivas que o modernismo nos trouxe foram utilizadas por muito fascista. Repelimos a desordem, a indisciplina, a composição fácil, a novela redigida como noticiário.

Voltamos à pergunta do princípio: como trabalharemos? Ficou dito que somos artesãos, nunca deixaremos de ser artesãos, parece-nos. Mas não será impossível, executando o plano aqui exposto, mutuarmos auxílio. Um intercâmbio necessário. Alguém objetará que isso não é função da célula. Responderemos que as células diferem: uma célula do sistema nervoso não se assemelha às dos outros tecidos. E na verdade tencionamos realizar trabalho de massa. Em geral se considera massa um ajuntamento de indivíduos. Consertemos o dicionário. Mil espectadores a bocejar, a cochilar num teatro, não constituem massa. Julgamos a plateia massa quando a peça a comove. Se, porém, essas mil criaturas, metidas em suas casas, lerem a mesma peça e experimentarem o entusiasmo que diante do palco sentiriam, por que não constituirão massa? Talvez consigamos animar os trabalhadores da palavra escrita, estimular vocações, achar alguma preciosidade na abundância do cascalho. Difícil? Desejamos tentar a experiência, examinar a produção dos nossos camaradas.

Notas

1. Arquivo Graciliano Ramos, Manuscritos, Discursos, not. 12.20. Discurso proferido, provavelmente, no segundo semestre de 1946. Título atribuído pelo organizador. A célula Theodore Dreiser, aportuguesada por Graciliano como Teodoro Dreiser (opção de nomenclatura aqui adotada), reunia-se na sede da Editora Horizonte, nº 275, da avenida Rio Branco, esquina com a rua Santa Luzia, no centro do Rio de Janeiro. Foi criada no segundo semestre de 1945 e durou até fins de 1946 (PAIM, Gilberto. "Ignácio Rangel: um intérprete original da realidade brasileira." In: MAMIGONIAN, Armen e REGO, José Márcio [orgs.]. *O Pensamento de Ignácio Rangel*. São Paulo: Editora 34, 1998, p. 59). Era diretamente ligada ao Comitê Central do PCB e reunia os escritores do partido. Seu nome fora sugerido pelo próprio autor de *Angústia*, em homenagem ao escritor americano de origem operária e de orientação comunista Theodore Dreiser, que publicou, entre outros, *Uma tragédia americana* (1925). Das reuniões semanais realizadas pela célula, participariam, além de Graciliano, Floriano Gonçalves, Ignácio Rangel, Lia Corrêa Dutra, Benito Papi, Laura Austregésilo, Alina Paim, Israel Pedrosa, Isaías Paim, Gilberto Paim e outros (MORAES, Dênis de. *O velho Graça*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1992, p. 218).

2. Com o intuito de responder a esta questão, foi nomeada, a 16 de julho de 1946, uma comissão de escritores composta por Alina Paim, Lia Corrêa Dutra e Graciliano Ramos (ver documento assinado por estes três romancistas, pertencente ao Instituto de Estudos Brasileiros: Arquivo Graciliano Ramos, Recortes, caixas 51-2).

3. Provável referência ao livro coletivo *Brandão entre o mar e o amor: romance*, obra conjuntamente composta por Jorge Amado, José Lins do Rego, Aníbal Machado, Rachel de Queiroz e pelo próprio Graciliano Ramos, publicada em princípios de 1942 pela Editora Martins, mas que saíra um ano antes, em folhetim, pela revista carioca *Diretrizes*. Ao autor alagoano, coube escrever o terceiro capítulo, intitulado "Mário".

4. Referência ao livro *Usina* (1936), o qual José Lins dedicara a José Olympio e a Graciliano, que, naquele momento, encontrava-se preso. Em suas *Memórias do cárcere*, o escritor relata seu estranhamento ao ler pela primeira vez a obra e ver o romancista "afastar-se da bagaceira e do canavial, tratadas com segurança e vigor nas obras anteriores" para "discorrer sobre Fernando de Noronha, onde nunca esteve" (RAMOS, Graciliano. *Memórias do cárcere*. 4 vols. Rio de Janeiro: José Olympio, 1953, vol. 4, p. 37). "Zanguei-me com José Lins. Por que se havia lançado àquilo? O admirável romancista precisava dormir no chão, passar fome, perder as unhas nas sindicâncias. A cadeia não é um brinquedo literário. Obtemos informações lá fora, lemos em excesso, mas os autores que nos guiam não jejuaram, não sufocaram numa tábua suja, meio doidos. Raciocinam bem, tudo certo. Que adianta? Impossível conceber o sofrimento alheio se não sofremos. O começo do livro de José Lins torturava-me" (*idem*, p. 38).

5. Referência ao livro *Riacho Doce* (1939), cuja primeira parte "passa-se toda na Suécia" (Ver crônica "Decadência do romance brasileiro", presente nesta edição).

6. Tal referência crítica ao dito romance psicológico ou intimista, que teria como principal expoente Octávio de Faria, pode ser vista no artigo "O fator econômico no romance brasileiro", estampado por Graciliano no periódico *Observador Econômico e Financeiro* em abril de 1937, republicado no jornal comunista *Tribuna Popular*, em 17 de julho de 1945, e, por fim, recolhido em *Linhas tortas* (Rio de Janeiro: Record, 2005, pp. 361-70).

7. O autor manteve o verbo no singular, provavelmente, para privilegiar o primeiro elemento que compõe o sujeito composto.

Discurso à célula Teodoro Dreiser II[1]

Chegando a essas conclusões,[2] a comissão procedeu ao balanço crítico e autocrítico das atividades da base e da de seus membros. E verificamos que, de um lado e de outro, o resultado é negativo. Nada realizamos de útil, nós, os escritores de ficção, dentro de nossa especialidade, desde que nos filiamos ao Partido; nada de útil realizou nossa base.

Em nossas reuniões habituais de célula, passamos meses perdidos em debates estéreis, em discussões sobre política internacional, em apreciações de pontos doutrinários — e como, a essas divagações teóricas, não acrescentávamos qualquer tarefa de cunho prático, nem procurávamos qualquer contato com a massa, nenhum rendimento positivo pudemos oferecer ao Partido. Não devemos ter medo de confessar em voz alta o que cada um de nós reconhece intimamente: nossa célula, até a reunião de 16 de julho, que procurou encontrar-lhe uma finalidade, foi, sem dúvida, uma célula morta. Perguntamos aos companheiros: de que trabalho de organização, de divulgação, de agitação, de finanças, de massas ou eleitoral já se desempenhou a célula Teodoro Dreiser? Na realidade, estávamos enveredando pelo perigoso desvio do oportunismo, estávamos em via[3] de nos transformar em teóricos pedantes, cada vez mais nos encouraçando na nossa casca de intelectuais pequeno-burgueses, cheios de pretensão e de autossuficiência. Sim, nada de concreto, de prático, foi feito pelos militantes da célula Teodoro Dreiser, dentro da célula.[4]

Fora da célula, ao contrário, temos sido empregados, individualmente, quase que só em tarefas práticas. Sucedem-se as incumbências que nos dão, na maioria inteiramente estranhas à nossa profissão e às nossas tendências, ao nosso gosto e às nossas possibilidades. Tomamos parte em mesas-redondas para discutir questões municipais, em comissões para barateamento do preço do leite, demos entrevistas sobre a carestia da vida, formamos grupos para levar, a domicílio,

convites a políticos e figurões, debatemos problemas de economia doméstica — coisas que fazemos muito mal e de que entendemos pouco.

Tudo isso está, por certo, em desacordo com as próprias resoluções das bases, que mandam que o militante *viva* os problemas que tem de resolver. Ora, só *artificialmente* podemos viver problemas que não são os nossos. Aceitamos de boa vontade debatê-los e encaminhá-los, como aceitaremos sempre, disciplinados, toda e qualquer incumbência que nos dê o Partido, quer se trate de discursar em comícios, de colar cartazes, de pichar muros ou de vender bilhetes de rifas. Mas o que acontece é que empregamos, na sua solução, mais propriamente esforços do que interesse, e o resultado, por certo, não pode ser o mesmo. Não estamos pretendendo fazer nossa autodefesa por motivos de vaidade, de comodismo, de personalismo pequeno-burguês. Estamos sinceramente convencidos de fazer, ao mesmo tempo, a defesa dos interesses do Partido, que só teria a ganhar — parece-nos — com a utilização exata das capacidades de cada um de nós.

Julgamos que apenas os escritores, no Partido, não são aproveitados dentro de sua profissão, e, na profissão, dentro de sua especialidade. Não sabemos que aos marceneiros se mande pintar paredes nem que aos pintores se exija a construção de uma escada. De modo geral, os outros profissionais são empregados, de preferência, em suas próprias especializações. Conhecemos convocações de garçons para servir mesas, de professores para fazer cursos, de desenhistas para preparar cartazes, de motoristas para guiar automóveis, de advogados para defender presos. Cremos não cometer ato de indisciplina quando reivindicamos, para nós, tratamento igual ao que recebem outros profissionais.

Devemos, entretanto, reconhecer que os maiores culpados por essa situação somos nós mesmos que, devido ao nosso excessivo personalismo, à nossa incapacidade de organização, não soubemos, dentro do Partido, como fora dele, fazer aceitar como uma profissão nosso trabalho de escrever. O mal vem de longe, desde a época em que muito se falava em “arte pela arte” e em que a literatura constituía ainda, para a grande maioria, mera ocupação subsidiária ou passatempo para as horas vagas. Hoje, porém, (e já naquele tempo alguns escritores) muitos dos nossos vivem realmente de sua pena, e mesmo os que dela não tiram sua manutenção, consideram o trabalho de escrever como sua atividade principal, a mais importante, levando-a muito a sério, respeitando-a, reconhecendo-lhe toda a dignidade e os direitos inerentes a uma verdadeira profissão. Mas, de qualquer forma, não vencemos ainda os preconceitos gerais e continuamos a ser tratados, por nossos companheiros de Partido como pelas nossas relações extrapartidárias, como amadores e, pior ainda, como diletantes. Essa certeza de que o escritor é um profissional é que precisamos fortalecer em

torno de nós.

É verdade que o Partido sabe que somos escritores e é essa a profissão que figura em nossas cadernetas de militantes. Assim, produzimos, de vez em quando, minguados artigos ou balbuciamos saudações e conferências — isto é, continuamos, apesar de tudo, fora de nossa especialidade, que é a de escrever contos e romances. Na maior parte das vezes, esses artigos não são publicados, o que nos confirma na nossa opinião sobre a péssima qualidade deles. Gastamos, com frequência, horas inteiras na elaboração custosa de frases sobre assuntos que nos são pedidos com pressa; deixamos de lado, para tanto, nossas histórias de ficção (e é perfeitamente justo que o façamos, porquanto o interesse do Partido deve sempre prevalecer sobre nossos próprios interesses; aliás, o que pretendemos demonstrar, nesta exposição, é que o interesse do Partido talvez não esteja em substituir aquilo que sabemos fazer direito por aquilo que fazemos mal); apresentamos o trabalho executado; e dele nunca mais ouvimos falar, desconhecendo o destino que lhe deram. Naturalmente, o Partido não pode aproveitar trabalhos que não estejam à altura de suas exigências e é razoável que os rejeite. Nós, por nosso lado, apesar de nossos esforços, não temos prática dessas tarefas e as executamos de maneira deficiente, pois nossa literatura habitual é a de ficção. Um especialista de garganta não será bom médico de doenças nervosas; um romancista não passará de medíocre escrevinhador de crônicas e artigos, de inábil inventor de *slogans*.

Não somos, entretanto, contrários ao desempenho de quaisquer tarefas intelectuais, e, muito menos, ao de tarefas práticas. Gostaríamos, apenas, de que a execução destas e daquelas nos deixasse margem para a confecção de nossos contos e romances. Parece-nos certo, certíssimo, que o Partido empregue seus escritores no trabalho de escrever, encarregando-os de redigir tudo quanto lhe pareça conveniente (mesmo quando fora do gênero literário próprio a esses escritores, seus militantes em todas as atividades necessárias). Jamais executaríamos de má vontade as incumbências de uma e de outra natureza. Apenas desejamos resguardar um pouco de nossas horas e de nossa solidão para gastá-lo em nossa literatura, em nossa incoercível necessidade de criar nossos personagens e nossas histórias — coisa que muitos de nós nunca mais conseguiram, desde que se filiaram ao Partido.

O horário de trabalho dos demais militantes, operários, camponeses, funcionários públicos, empregados na indústria, no comércio e nos serviços domésticos, médicos, engenheiros, advogados, é estritamente respeitado pelo Partido; nunca são convocados durante o tempo de seu expediente, nunca são aconselhados a faltar ao serviço. Gostaríamos, nós também, de dispor de alguns momentos para nossa literatura. Mesmo "as duas horas pela manhã" que um

companheiro dirigente ofereceu a Jorge Amado5 seriam bem recebidas por alguns de nós, que têm a sua espera, na gaveta, um romance de que só falta alinhavar o último capítulo. Estamos certos de que, com a publicação de nossos livros, por pequeno que seja o seu valor, seremos mais úteis ao Partido do que quando debatemos assuntos mal compreendidos ou levantamos, junto à massa, reivindicações que não temos a capacidade de viver profundamente. Daríamos, ao menos, um desmentido àqueles que dizem que o Partido nos absorveu por completo e nos esterilizou.

Mas nossa possibilidade de ajudar o Partido não se detém aí. Não bastaria, para prestigiá-lo, a contribuição de nossa minguada produção intelectual. É nosso desejo sincero estimular nossos companheiros principiantes, descobrir valores novos, capazes de concorrer, com sua literatura, para a causa do Proletariado, formar, enfim, todo um grupo de escritores do Partido, autores de obras de ficção inspiradas na realidade, na vida e nos sofrimentos de nosso povo.

A Secretaria de Educação e Propaganda recebe constantemente obras inéditas de ficção, enviadas por companheiros jovens, ainda tímidos, hesitantes, que ignoram, eles próprios, a importância que possa ter seu trabalho. Cabe-nos, a nós, escritores mais experientes, ler essas produções, selecioná-las, analisá-las, dar nosso parecer, propô-las para publicação nas editoras do Partido ou nas empresas burguesas, onde, possivelmente, uma recomendação facilitará sua impressão.

Sendo esta comissão encarregada da seleção e crítica de obras de ficção, o presente plano foi organizado apenas para esse setor de trabalho.

A Comissão de ficcionistas deverá entrar em entendimento, por meio do Secretariado da célula Teodoro Dreiser, com a Secretaria de Educação e Propaganda do Comitê Nacional, do Comitê Metropolitano e dos Comitês Estaduais, assim como com os Distritais e as células, na forma prevista da terceira parte deste plano, pedindo que lhes sejam encaminhadas as produções literárias (romances, novelas e contos) de seus militantes.

Nessas produções, compete à comissão destacar:

a) Os erros de caráter doutrinário;
b) Os desvios da linha política do Partido;
c) As tiradas demagógicas, o excesso de pieguices sentimentais, os devaneios ocos, a grosseria de linguagem, o populismo intencional etc.;
d) As imperfeições de forma e de fundo;
e) A falsidade na construção dos tipos e das situações.

A distribuição e o processo de trabalho se farão na forma estabelecida na parte de “Divulgação”.

Sempre que se tratar de obra aproveitável, mesmo quando defeituosa, seu autor será chamado à presença da comissão, que procurará explicar-lhe as falhas encontradas, debater com ele todas as dúvidas e apontar-lhe a maneira de superar as deficiências. Essas explicações serão ministradas por carta, no caso de se tratar de militante dos Estados.[6]

Pensamos ser esta uma tarefa dentro das nossas possibilidades. Se a desempenharmos a contento, como, sem falsa modéstia, julgamos ser capazes de fazer, teremos prestado verdadeiro auxílio a nossos companheiros e a nosso Partido.

Impediremos, certamente, que militantes comunistas caiam no grave erro do populismo, da grosseria, do idealismo vazio ou da demagogia. Ainda há poucos dias, um de nós foi abordado por um rapaz ainda jovem que, estendendo-lhe um livro de sua autoria, pediu-lhe a opinião, dizendo tratar-se de obra “verdadeiramente revolucionária e comunista”. O livrinho, entretanto, não passava de amontoado de obscenidades e imundices, expresso na mais hermética das gírias (e não gíria do povo, do trabalhador, do estudante, mas gíria da malandragem) e cuja única novidade consistia em se escrever com minúscula todos os nomes próprios — a começar pelo do autor, na capa — e em não se usar nenhuma pontuação. Os personagens do livro eram todos prostitutas, vagabundos e ladrões.

Estamos certos de que um parecer da comissão, cuja criação a célula propôs, não permitiria que obra tão comprometedora fosse publicada por um de nossos camaradas.

Não temos a menor dúvida de que uma boa e abundante produção literária dos militantes comunistas virá prestigiar e enriquecer o Partido. E embora essa afirmação possa fazer cair sobre nós, mais uma vez, a pecha — talvez merecida — de sectários, julgamos que é desta maneira que poderemos fazer o melhor trabalho de massas, sem sacrifício de nossas tendências e de nossa profissão. O que nos dá a coragem de assim expor nosso ponto de vista e defender nossa possibilidade de trabalhar na nossa profissão e na nossa especialidade, dentro do Partido, é a intenção manifesta do Partido de prestigiar seus escritores e o aplauso com que foi recebida, na III Conferência, a defesa do escritor comunista, feita pelo nosso camarada Jorge Amado.

Um livro publicado por nós, ou por um de nossos companheiros em que tivermos descoberto vocação literária, será de maior utilidade para o Partido do que as discussões filosóficas (teoria afastada da prática) em que nos perdemos até o dia 16 de julho passado, ou do que qualquer *slogan* que a muito custo

conseguirmos inventar, por simples espírito de disciplina.

Esperamos que o Partido e a célula aceitem nossas sugestões com o mesmo espírito com que as apresentamos: com o desejo sincero de dar vida ativa a um organismo de base, que tem constituído, até o presente momento, verdadeiro peso morto para o Partido.[7]

Notas

1. Arquivo Graciliano Ramos, Manuscritos, Discursos, not. 12.19. Discurso proferido, provavelmente, no segundo semestre de 1946. Título atribuído pelo organizador.

2. Ver o texto anterior, "Discurso à célula Teodoro Dreiser I".

3. Originariamente, estava grafado "vai" em vez de "via", erro de digitação no datiloscrito que foi corrigido.

4. Segundo depoimento de Gilberto Paim, caberia aos integrantes da célula Teodoro Dreiser "entender e explicar as coisas que o camarada Prestes estava propondo na Constituinte ou nos informes partidários", bem como "disseminar as teses que vinham do Comitê Central, através de artigos, conferências, conversas e reuniões" (MORAES, Dênis de. *O velho Graça*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1992, p. 218).

5. Ver o texto anterior, "Discurso à célula Teodoro Dreiser I".

6. Em meio à fortuna crítica do escritor, pertencente ao Instituto de Estudos Brasileiros, existe um documento assinado por Graciliano Ramos, Lia Corrêa Dutra e Alina Paim que, embora incompleto, já dava conta das disposições aqui expressas pelo artista alagoano: "O exame do original sob todos os aspectos fornecerá elementos precisos para a orientação do autor. Caso apareçam bons livros de autores desconhecidos, a célula tentará facilitar-lhes a publicação, oferecendo-lhes depois a publicidade necessária. De acordo com as falhas apresentadas, organizaremos cursos práticos destinados ao aperfeiçoamento dos elementos que revelaram talento e probabilidade de êxito. As críticas serão orais ou por correspondência, no caso de o interessado não residir no Distrito Federal. Catalogados esses conselhos escritos, teremos em futuro próximo um trabalho organizado, rápido e eficiente" (Arquivo Graciliano Ramos, Recortes, caixas 51-2).

7. Tal proposta de Graciliano teria sido imediatamente aprovada pelos integrantes da célula, mas o diretor do Comitê Central, Diógenes Arruda, informado de que a Teodoro Dreiser estava tomando decisões à revelia de seu comando, ordenou a dissolução desta, sem comunicar, contudo, a decisão aos interessados. "Conclusão: a célula continuaria em atividade por alguns meses, até ser notificada oficialmente de sua extinção" (MORAES, Dênis de, *op. cit*. p. 219).

Cultura a serviço do povo[1]

Camaradas:

Não sei bem se o que lhes vou dizer nesta conversa ligeira combina com o título dela, anunciado no jornal. Escapou-me a notícia, é possível que me afaste um pouco da matéria comunicada aos leitores.

Bem. Para não estarmos com prólogos, entro no assunto e declaro que, na minha fraca opinião, antes de vermos no livro um veículo de cultura, devemos considerá-lo simples mercadoria. Evidentemente ele não é uma graça de Deus, como a luz do sol e a água da fonte: encerra o esforço de numerosas pessoas, do trabalho complexo do autor à rija labuta do impressor. Sem levarmos em conta as fases anteriores e posteriores a isso: a fabricação do papel, da tinta, das máquinas, dos cordéis; a distribuição, a propaganda e até o que neste momento realizamos, pois, confessemos honestamente, exercemos aqui o ofício de camelôs.

Esta minha declaração chocha retira ao livro, objeto pouco mais ou menos inútil à massa e apenas acessível aos iniciados, o caráter de coisa misteriosa a que desde a infância nos habituamos. Criou-se uma espécie de tabu vantajoso à classe dominante: a sabedoria dos compêndios foi durante séculos e continua a ser meio de opressão. Sujeitos hábeis reuniram ideias safadas e adularam, sem nenhuma vergonha, os seus patrões horrorosos. A imprensa sadia é instituição velha, anterior aos tipógrafos, já usada pelos escribas do Egito.

Deixemos os escribas do Egito. Se meter-me em funduras, daqui a pouco estarei falando difícil, empregando a linguagem que desvia dos pensamentos arrumados na folha o homem da multidão. Volto ao que afirmei no começo: o livro é mercadoria. As metralhadoras também são mercadorias, que, até hoje utilizadas contra o povo, irão resguardá-lo. É intuitivo, porém, que de nada

servirão se ele não souber manejá-las.

A verdade é que nem todos os livros cantam loas aos tiranos. A desgraça dessa gente é perceber que as suas armaduras racham, a sua força se esvai, os seus defensores se transformam de repente em inimigos. A palavra escrita é arma de dois gumes. A literatura velha arqueja e sucumbe; a literatura nova fere com vigor a reação desesperada. Não nos ocupamos da primeira, está visto; deixaremos que se enterre, no silêncio, na penumbra e no mofo, com algum latim resmungado pelos críticos da LEC.[2] A segunda é a que nos traz a esta sala, encerra-se nos volumes aqui expostos. Precisamos conhecê-la de perto. É claro que nada ganharemos olhando, com respeito, esses volumes protegidos por uma vitrina. Indispensável sabermos o que há dentro deles. Vimos numa capa o nome de Máximo Gorki e experimentamos o desejo de largar uns palpites sobre ele, atrapalhando tudo. Recuamos a tempo — e na reunião da célula ouvimos, bastante chateados, referências ao admirável russo, num informe. Contudo, a recordação da vitrina permanece, garantimos que Máximo Gorki é notável. Temos de cor uma lista de personagens célebres, afirmamos a celebridade, mas seria difícil dizermos em que ela se baseia. Asserções que nos fizeram na escola, repetidas longamente, foram aceitas afinal. Em vão tentamos adivinhar como subiram certos figurões das letras nacionais. Vi um tipo quase chorar lendo a notícia da morte de um literato conde.

Necessário conhecermos a razão dos nossos entusiasmos, não nos comovermos à toa. Vamos ver se a página impressa é digna de admiração. Tratemos, pois, de adquiri-la: é para ser vendida que se exibe além do vidro. Terra de leitura escassa. Vemos filas para banha, açúcar, pão, carne, o diabo, mas não conceberíamos fila diante de uma livraria. Realmente ali não se vendem comestíveis. Contudo é bom um sujeito ler algumas vezes, ao menos para fingir importância na presença do chefe ou da namorada.

Literatura ao alcance da massa? Muito bem. O livro está perto, à mão, na vitrina. Foi redigido cuidadosamente: no interior dele não há cercas de arame farpado, evitaram-se atoleiros, rios cheios, pedras escorregadias e pinguelas, enfim qualquer inteligência razoável pode transitar ali facilmente, por todos os lados. Agora esperemos que o homem do povo se mexa, dê alguns passos até o balcão da livraria, peça o volume. E pague, naturalmente, pois os cidadãos que mourejam naquilo não vivem no éter.

Rio, 28 de fevereiro de 1947

Notas

1. Arquivo Graciliano Ramos, Manuscritos, Discursos, not. 12.22A. Título atribuído pelo organizador. Palestra proferida por Graciliano no comitê distrital Santos Dumont, órgão pertencente à estrutura do PCB, no dia 1º de março de 1947. Segundo o jornal *Tribuna Popular*, tal fala, intitulada “Cultura a serviço do povo”, se deu no contexto da “Campanha do livro”, promovida pelo Partidão, que pretendia, sobretudo, estimular a venda de obras das editoras de orientação comunista Vitória e Horizonte. Na oportunidade, o escritor alagoano foi homenageado pelo jornalista Astrojildo Pereira (GRANDE INTERESSE desperta a “Campanha do livro”. *Tribuna Popular*, Rio de Janeiro, 27 de fevereiro de 1947, p. 3).

2. Referência à Liga Eleitoral Católica (LEC), uma associação civil de caráter nacional criada em 1932, no Rio de Janeiro, por dom Sebastião Leme da Silveira Cintra, com o auxílio de Alceu Amoroso Lima. “Seu objetivo era mobilizar o eleitorado católico para que este apoiasse os candidatos comprometidos com a doutrina social da Igreja nas eleições de 1933 para a Assembleia Nacional Constituinte e de 1934 para a Câmara Federal e as assembleias constituintes estaduais” (KORMIS, Mônica. LIGA ELEITORAL CATÓLICA (LEC). In: ABREU, Alzira Alves de *et al* [coords.]. *Dicionário histórico-biográfico brasileiro — Pós-1930*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010). Atuou ainda nos pleitos presidenciais de 1945 e de 1950, bem como nas eleições para a Assembleia Constituinte de 1946.

Solilóquio derramado[1]

Rio, 22 de outubro de 1947.

Prezado Allyrio: tenho procurado avistar-me com Monte Brito,[2] mas esse seu amigo é vaporoso, é abstrato, abala-me as convicções, atira-me ao idealismo, insinua-me a suspeita de que um ser livre de carne e osso é capaz de escrever extensos rodapés. Na livraria e no jornal percebemos a sombra de Monte Brito: em vão nos esforçamos por ver-lhe a figura, ponderável, com as suas fraquezas e as suas incongruências, imperceptíveis na folha onde se alarga e aprofunda o pensamento. Você, ótimo Allyrio, me afirma conhecer de perto o vivente singular. Não indago mistérios — e, como a asserção me é útil, peço-lhe que transmita à personagem fugitiva, pelos meios convenientes, este solilóquio derramado.

Quero referir-me ao longo ensaio de Monte Brito, exposto no *O Jornal* em seis domingos. Tendo fornecido assunto ao homem, deveria achar-me vaidoso, imaginar haver ganho nestes últimos tempos algumas polegadas. Não sucede, porém, isso, pois as minhas letras apenas serviram de pretexto ao admirável estudo: com elas ou com outra qualquer matéria-prima, as largas colunas teriam sido lançadas no suplemento, graves e valiosas. Assim, recolho-me discreto, dou a Fabiano, Luís da Silva e Paulo Honório o mérito escasso que eles tiveram na vida.

Ao ler Monte Brito, muitas vezes me pareceu distinguir os meus insetos sociais através de uma lente de microscópio. Nesse aumento excessivo com certeza surgiram pormenores invisíveis a olho nu, mas convém antes de tudo mencionar a honestidade rigorosa do observador: as criaturas, ampliadas e vistas sob luz forte, de nenhum modo se deturparam: as conclusões nasceram de fatos irrecusáveis.

É essa a principal virtude, suponho, do seu amigo, rara num país onde não precisamos justificar opiniões. A nossa crítica, decisiva, dogmática, pouca importância liga às cobaias que lhe chegam às garras; tem preguiça de investigar, arroja-se a dissertações inoportunas, falsifica um texto com citações inverídicas. Naturalmente não são todos os críticos: aludo aos que procedem assim.

Nem sempre, julgo, o comportamento leviano revela irresponsabilidade ou malícia: enxergaremos nele talvez deficiência de método. Em vez de se considerar um livro, medi-lo, pesá-lo, toma-se de ordinário uma parte dele, abandonando passagens nocivas a afirmações apriorísticas. Desse modo um católico provará que também sou católico; outros alinharão princípios morais, quererão obrigar-me a escorar-me neles. Pregam-nos rótulos, matriculam-nos à força numa ou noutra escola; exumam padroeiros exóticos, os figurinos que dizem adotarmos. Como se tivéssemos a pretensão de avizinhar-nos dessa gente grande. Enfim nos atribuem as suas ideias, as suas preferências, os seus ódios.

Pergunto a mim mesmo se poderia ser de outra forma, se não estão certos. Devem estar. Não somos nunca, é possível, inteiramente objetivos: reproduzimo-nos tentando ocupar-nos de outra pessoa. Monte Brito, porém, identifica-se tanto com as minhas histórias que nos dá a impressão esquisita de sair de si mesmo, analisar, comparar, aceitando casos e indivíduos como estão no romance, bem ou mal, não como ele acaso desejasse vê-los. Nada trunca, nada enxerta.

Se não me engano, é razoável imputarmos isso a uma concordância de juízos. Como admitimos certo número de noções e apreciamos de igual jeito a sociedade, não lhe terá sido muito difícil explicar e comentar sem receber choques, sem ferir-se em nenhuma aresta.

Aliás, excluindo essa analogia de conceitos, alcançaremos uma interpretação verdadeira? As minhas narrativas, confessemos, são chinfrins, mas foram construídas na terra, as minhas mãos bisonhas pretenderam cavar alicerces. Não terá isso contribuído para que Monte Brito me olhasse com simpatia? Se eu conseguisse uma obra-prima isenta de realidade, feita com pedaços de sonho, não lhe torceria Monte Brito o nariz? Foi, presumo, a afinidade que lhe excitou a perspicácia e o levou a descobrir nos meus escritos o material necessário ao seu trabalho. Isso e o conhecimento perfeito da região estudada por mim, dos nossos hábitos, da nossa economia, das nossas tradições, da nossa língua.

Vistas a distância, essas coisas se mostram às vezes desprovidas de interesse; buscamos selecionar minúcias, agrupá-las — e os leitores recebem delas um reflexo pálido e frio. Certas observações perturbam a rotina, lesam modelos consagrados. Se exibirmos, por exemplo, desavenças familiares, pais a brigar com filhos, arrepiar-se-ão como se resvalássemos em sacrilégio. Não investigam se as discórdias existem: preferem negá-las, reputar-nos inimigos por nos

arriscarmos a desacatar os seus padrões velhos.

Monte Brito e eu percorremos o sertão do Nordeste — e não temos conveniência em cantar loas aos mandantes de lá.

Teve o bom gosto de não me oferecer amabilidades irritantes, comuns na literatura nacional. À míngua de substância, é frequente rechearem-se artigos com adjetivos. E já alguém se lembrou de ornando um cavalheiro vastamente impresso e discutido elogiar-lhe as gravatas. Veja só, um homem trata de poesia e desce a usar recursos de natureza indumentária. Longe disso, Monte Brito desdenhou até a minha sintaxe, que afinal é superior à roupa. Muitos agradecimentos a ele, prezado Allyrio. E abraços para você.

Graciliano Ramos

Notas

1. RAMOS, Graciliano. “Solilóquio derramado”. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 2 de novembro de 1947. Os editores do periódico apõem o seguinte introito ao texto do escritor alagoano: “Documento de importância para a compreensão da obra e dos pontos de vista de Graciliano Ramos é a carta que ele dirigiu ao escritor Allyrio Meira Wanderley, pedindo a este que transmitisse a Monte Brito o que o romancista chamou de ‘solilóquio derramado’. O modo como Graciliano Ramos encara a crítica literária e especialmente os críticos que estudaram os seus romances e a ‘concordância de juízos’ que observou existir entre os dele e os juízos de Monte Brito dão singular interesse a esse depoimento que a seguir publicamos:”. Esta missiva de Graciliano a Allyrio também foi publicada na revista *Teresa* (São Paulo, Editora 34, nº 2, 2001, pp. 170-3).

2. Monte Brito era o pseudônimo com que o crítico e escritor paraibano Allyrio Meira Wanderley assinou sua série de textos sobre a obra de Graciliano, estampados na seção “Ronda dos Livros” do periódico carioca *O Jornal*, ao longo de seis domingos, de 31 de agosto a 5 de outubro de 1947. Ele assim inicia sua crítica: “Ao estudar as metageometrias de Riemann e Lobatchevsky, nas relações entre a ciência e a hipótese, imagina Poincaré, a viverem sobre superfícies de curvatura constante, seres de duas dimensões — animais *infiniment plats*. E então pergunta que espaço poderiam conceber semelhantes seres destituídos de espessura. Aqui está a imagem que nos acode, mal franqueamos o portal desse mundo, impregnado de um desespero branco, que é o mundo da ficção do Sr. Graciliano Ramos (Obras — 5 volumes — Livraria José Olympio Editora — Rio, 1947). À gente que aí vaga e sofre, tão viva mas do mesmo passo tão triste, falta qualquer coisa como uma dimensão, uma dimensão talvez moral, com que de começo não atinamos muito às claras: uma dimensão capaz de dar-lhe em comum conosco a plenitude da condição humana, que é o nosso bem como é o nosso mal” (BRITO, Monte [Allyrio Meira Wanderley]. Graciliano Ramos. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 31 de agosto de 1947).

Prestes[1]

Atribuem a Carlos Prestes um papel diversamente considerado neste vivo tempo de exaltações ásperas: ídolo da massa. Isto lhe ocasiona louvores excessivos e objurgatórias às vezes não isentas de algum despeito. Doces panegiristas e detratores amargos concordam num ponto: responsabilizam, pelo menos fingem responsabilizar essa estranha figura por se haver tornado uma espécie de mito nacional.

Vamos refletir um pouco. Será que realmente se tornou? No caso afirmativo, poderia ter evitado essa canonização leiga? Afinal é ela conveniente ou inconveniente?

O que sucede a Carlos Prestes ocorre, em maior ou menor grau, a todos os indivíduos forçados a romper o casulo e entrar na vida pública. Não os veem como de fato são: enxergam-nos através de lentes deformadoras. Qualquer literato sabe isto: pequenas alterações, acumuladas, chegam a transformar uma pessoa: a frase largada na livraria modifica-se no jornal, emprestando a um sujeito opinião que ele nunca teve; críticos sagazes decifram complicados enigmas em livros comuns. De repente surgimos autores de pensamentos alheios, recebemos ataques ou elogios por uma entrevista dada pelo telefone, em meia dúzia de palavras desatentas. Ora, se tal acontece ao modesto colecionador de ideias mirins, em país analfabeto, que não se dará com o dirigente político, em horas de efervescência como as atuais? Lenda? Com certeza. Mas na história também fervilham exageros — e às vezes, conhecendo as deturpações, não nos livramos delas, tanto nos imbuíram.

Conseguiria o homem assim crescido eximir-se da grandeza e readquirir o tamanho natural? Pouco provável. Esse gigantismo significa a força criadora da multidão. Tolice negá-lo ou condená-lo. É um fato. Não se improvisa, não se encomenda: absurdo pretender forjá-lo nas escolas ou na caserna, com hinos e

lugares-comuns. Está no espírito do povo — e não o extirparemos daí.

Vantajoso? Desvantajoso? A um formigueiro de pigmeus bem acomodados é desagradável. A turba imagina heróis para defender-se de bichinhos importunos, na verdade uns insetos, mas tão numerosos que formam pragas. De alguma forma os semideuses são um reflexo dela — e apenas ela é capaz de concebê-los. Esses eleitos obtêm consagração espontânea que lhes interpreta os atos em conformidade com os interesses da maioria. Esta não se engana: sente neles a sinceridade infalível, deixa-se arrastar, parece possuir antenas, dotes divinatórios que nos assombram.

Evidentemente não experimentaríamos a fascinação, o entusiasmo doido que leva o popular, num comício, a despojar-se do paletó e queimá-lo, transformá-lo em archote, ou supor-se bastante sólido para aguentar sozinho uma carga de cavalaria. Não, em geral não queimamos os paletós, e no dia 23 de maio víamos bem que tantos cavalos, galopando para cima de gente, nos iriam causar sério transtorno. Somos prudentes, calculistas: as nossas palmas ao discurso mais enérgico são abafadas, lentas; as nossas almas encolhidas se embotaram — e em consequência inspiramos ao habitante ingênuo do morro uma vaga repulsa. Certo não concedemos auréola a Prestes: o que nos atrai nele é a parte humana, de ordinário deixada na sombra.

Logo nos surpreende, ao conhecê-lo, uma desmedida paciência. Criatura tão cheia de ocupações acha vagar para longas cavaqueiras. Quatro anos atrás cavalheiros abundantes o amolaram com receitas admiráveis para salvar a pátria. Um afirmou que ele, simulando escutar, não lhe dava a atenção devida aos planos. Vistos os programas em curso por aí, admitiremos sem dificuldade a informação. É inegável, porém, que muitos badalaram tenazmente, em busca de um comunismo eleitoral, para uso dos patrões. Decepcionaram-se — e houve muitas injúrias nas folhas. Às vezes, entretanto, a paciência estala, uma fenda se alarga e aprofunda na superfície convencional. Em sabatina realizada no sertão mineiro, uma pergunta incômoda teve esta elucidação fulminante:

— Falo de coisas sérias. Não me ocupo de miseráveis, patifes, vendidos.

Essas manifestações devem ser raras. Há em Prestes excessiva polidez. Viajará horas em pé num aeroplano se alguém se avizinhar da cadeira dele e puxar conversa. A voz clara, baixa, sacudida, não se eleva — e é como se nos martelasse. Ouvindo-a através dos alto-falantes, desconcertamo-nos ao perceber que finda a lhaneza e as marteladas batem rijo no adversário e lhe metem pregos.

Há quem o julgue intolerante, escarpado, fanático. Ninguém mais acessível. A urbanidade ali não é máscara política, mas junta-se à franqueza — e não ficaremos iludidos um minuto. Fazemos-lhes uma exposição. Queda pensativo, o sorriso cansado a iluminar-lhe o rosto pálido. Ao concluirmos dirá

simplesmente:

— Discordo. Não conheço direito o assunto: é possível que esteja em erro. Venha almoçar comigo qualquer dia e traga elementos para convencer-me.

Temos a impressão de que nele se equilibram sentimentos opostos. Ou não será isso: talvez se combinem qualidades naturais e qualidades adquiridas, umas e outras a convergir, com força terrível, para a concretização de uma ideia. A intensidade se explica pelo afastamento impiedoso de tudo quanto de leve perturbe a execução de um plano estudado com rigor, criticado e corrigido sempre, segundo as circunstâncias.

Frieza? Quase nos desorienta a contradição. Sob as cinzas que se espalham na face torturada, lavra fogo medonho, pavoroso incêndio a custo perceptível. Raramente uma labareda rompe a crosta gélida. Noutras épocas essa alma ardente se teria enchido de visões celestes; hoje se prende à terra.

Novo contraste: achamo-nos diante de um tímido. Esta observação tem visos de contrassenso e dificilmente será tolerada. Contudo insistimos nela. Ninguém como os tímidos para dedicação completa a uma empresa — e na coragem que revelam sente-se a impossibilidade de recuar. Não os detêm obstáculos: nenhum desvio do caminho escolhido.

Delicadeza interior, pureza quase infantil trava a fala desse homem, turva-lhe os olhos ao reler um trecho de carta materna; por outro lado imenso vigor o induz às façanhas mais temerárias. Sobre a aguda sensibilidade nasceram calos, alastraram-se, revestiram-na por fim de espessa couraça impenetrável. Uma natureza emotiva refreou a emoção e aparenta a firmeza de um compressor.

Ainda uma dualidade: afigura-se-nos que a singular personagem apreende com igual nitidez os objetos próximos e os distantes, graúdos e miúdos, o panorama e o pormenor, os mais graves acontecimentos internacionais e os efeitos de ligeiras desavenças existentes nas brenhas de um território meio deserto.

Chegamos agora a um ponto em que não distinguimos nenhum sinal de oposição: há em Prestes uma dignidade fundamental, incontrastável. É a essência do seu caráter. Admiram-no com exaltação, odeiam-no com fúria, glorificam-no e caluniam-no. Seria difícil achar quem lhe negasse respeito à austeridade imutável, maciça, que o leva a afrontar serenamente duras fadigas e sacrifícios horríveis — coisas previstas e necessárias.[2]

Notas

1. RAMOS, Graciliano. “Prestes”. *Classe Operária*, Rio de Janeiro, nº 157, 1º de janeiro de 1949, p. 8. Tal edição do periódico dedicou-se à comemoração do aniversário de Prestes. Além do texto do autor de *Vidas secas*, contou com contribuições de Candido Portinari (“Prestes está no coração do povo”), Oscar Niemeyer (“São raros os homens como Prestes”), Maurício Grabois (“Prestes como secretário-geral do PCB”), Moacir Werneck de Castro (“Herói e líder do povo”), Astrojildo Pereira (“Meu primeiro encontro com Prestes”), Jorge Amado (“Mensagem de Natal para Prestes”), entre outros. Uma versão datiloscrita e não assinada desta crônica, também datada de 1º de janeiro de 1949, pertence ao Instituto de Estudos Brasileiros: Arquivo Graciliano Ramos, Manuscritos, Discursos, not. 12.21. Esse datiloscrito apresenta uma série de imprecisões, aparentando ser uma espécie de transcrição da crônica saída em jornal. Assim, nesta edição, considerou-se como texto-base o recorte publicado na imprensa.

2. Mostra do apoio do escritor alagoano ao líder partidário pode ser observada em 1947, quando aquele faz parte da comissão de defesa do mandato de senador deste, num contexto de cassação do registro eleitoral do PCB, pelo TSE, em maio do referido ano. Sobre esse tema, Graciliano endereça, com deferência, a seguinte carta a Prestes:

> “Exmo. Sr. Luís Carlos Prestes:
>
> Comunicamos a V. Excia. ter sido aqui organizada a Comissão de Defesa do Mandato do Senador Prestes — uma voz nova a juntar-se ao clamor do país contra a reação empenhada em forçar ao silêncio representantes do povo.
>
> O nosso protesto pouco significa na indignação geral; não pretende ferir esses teimosos restos de fascismo caboclo, aparentemente forte no desespero e já condenado. Essa hidrofobia passará.
>
> Sem dúvida há liberais tímidos, democratas cheios de susto, a procurar meios difíceis de obedecer às ordens de um patrão mais ou menos atrabiliário, sem desgostar a massa dos eleitores. Não sabemos para onde se deixarão levar tais criaturas; iludir-se-ão possivelmente com pequenas vitórias conversíveis em derrotas.
>
> Sejam quais forem os resultados imediatos das ameaças espumosas de cavalheiros a arder na raiva e no pavor, estamos certos de que em breve eles se calarão. E os vagidos ditatoriais que nos aborrecem terão fim.
>
> Apresentamos-lhe, Sr. Senador Luís Carlos Prestes, a nossa irrestrita solidariedade” (Arquivo Graciliano Ramos, Correspondência Ativa, caixa 035, doc. 068).

Lembrança do III Congresso[1]

O III Congresso de Escritores[2] significou para mim uma derrota. Compreenda-se: não quero dizer que nele tenha havido falha: a derrota foi minha.

Ausentes da ABDE os representantes verdadeiros da literatura nacional, achei absurdo exibirmos as nossas fraquezas.[3] Somos, na opinião desses homens notáveis, uns pobres-diabos meio analfabetos. Desejávamos aprender com eles, pois nos habituamos a admirá-los, e quando um batia o pé, ameaçava afastar-se de nós, gaguejávamos com sincero receio:

— Não, não. Tudo, menos isso.

E corríamos a satisfazê-lo.

Trabalho perdido. Os mestres ásperos, em manifesto cruel, nos abandonaram, expondo, com legítimo orgulho e rude franqueza, as suas vantagens e as nossas deficiências.[4] Por isso, ouvindo falar no Congresso, alarmei-me:

— Que diabo vamos fazer? Não damos um caldo.

Certas pessoas me chamaram pessimista, esforçaram-se por convencer-me de que o Distrito Federal não possuía quatrocentos e vinte e cinco gênios. Mas as criaturas poderosas no jornal e na política me inspiravam grande respeito — e por causa delas não fui a São Paulo nem fui a Belo Horizonte.[5] Conheço o meu lugar. Temia ouvir as palavras duras que apareceram depois no manifesto. Prudência.

Agora, vencidas as minhas objeções relativas ao III Congresso, resolvi desenroscar-me, ir à Bahia. Disse comigo:

— Estou entre indivíduos chinfrins como eu, já não há motivo para acanhar-me. Não temos um poeta, um romancista, graças a Deus. Posso viajar.

— Enganei-me. Em Salvador encontrei figuras numerosas de influência nas

letras — e arrependi-me de ter voado quatro horas. Sosseguei. No plenário e na comissão dispensaram as minhas habilidades sem prejuízo. Da plateia, observei os trabalhos, a harmonia, estranhando às vezes, ainda sob a horrível impressão do manifesto severo, não perceber nenhum solecismo nos discursos. Ora, vejam. Como a gente se equivoca! A declaração de princípios foi ouvida com aplausos unânimes, todos aqueles sujeitos em pé. Não surgiram provocadores.

Os nossos inimigos, que acatamos e adulamos pacientemente, disseram de nós cobras e lagartos, referiram-se a vagos intuitos vermelhos. Éramos bichos perigosos à ordem. Sim senhor. Cadeia. Quando se sentem mal, pedem cadeia para os viventes que os incomodam.

Apesar do enorme grito, fomos bem recebidos e o governo do Estado nos hospedou. Fez-se representar, mandou música fardada — e no Teatro Guarani, na Escola de Filosofia, onde realizamos a primeira sessão e a última, não jogamos bombas. Tudo andou perfeitamente, Deus louvado! Entramos na igreja de São Francisco e vimos a festa de São Benedito.

— Que é isso, Vladimir?[6]

Negros de opas roxas, a sustentar andores. Vladimir não sabia. Dirigiu-se a uma preta gorda, peituda:

— Minha tia, que procissão é essa?

— Pois não é São Benedito, meu filho?

Findo o Congresso, assistimos a um candomblé. E estivemos uma semana a conversar com os estudantes. Precisamos voltar à Bahia, falar a esses rapazes.

Notas

1. RAMOS, Graciliano. “Lembrança do III Congresso”. *Para Todos*, Rio de Janeiro, nº 4, maio-junho de 1950, p. 3. Texto também publicado em GARBUGLIO et al. *Graciliano Ramos*. São Paulo: Ática, 1987, pp. 160-7. Manuscrito pertencente ao Instituto de Estudos Brasileiros: Arquivo Graciliano Ramos, Manuscritos, Discursos, not. 12.18A.

2. Congresso da ABDE, sob a presidência de Álvaro Moreyra, realizado entre 17 e 21 de abril de 1950 em Salvador. Juntamente com Edison Carneiro, Santa Rosa, entre outros, Graciliano fez parte da comissão de organização do evento.

3. Graciliano alude à debandada de grande contingente de intelectuais da ABDE, após as conturbadas eleições de 1949, quando os comunistas passaram a controlar a instituição. Segundo o boletim *ABDE* de agosto de 1949, antes do referido pleito, a organização contava com 1.119 sócios; depois, dele saíram 425, dos quais 186 eram associados antigos. Em 29 de abril de 1949, o *Diário de Notícias* publicara um longo manifesto da diretoria da ABDE eleita nas eleições de 26 de março de 1949, mas impedida de tomar posse pela ação dos comunistas, no qual ela expunha publicamente as justificativas da sua renúncia coletiva. Em seguida, listavam-se, um por um, todos os escritores que se desligavam da entidade (RENUNCIOU a diretoria da Associação Brasileira de Escritores. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 29 de abril de 1949).

4. Em artigo para a *Tribuna da Imprensa*, de março de 1950, o feroz crítico anticomunista Carlos Lacerda assim se referiu à ABDE: “Associação Brasileira de Escritores, nome pomposo dado ao que resta de uma entidade de classe, hoje um aglomerado de arrivistas e aventureiros, entre os quais dificilmente se pescaria um escritor de verdade” (Arquivo CEDEM/Unesp, Fundo Astrojildo Pereira, recorte do jornal *Tribuna da Imprensa*, 18 de março de 1950).

5. Locais nos quais ocorreram os primeiros congressos da ABDE em janeiro de 1945 e em outubro de 1947, respectivamente.

6. Possível referência a Wladimir Guimarães (cujo prenome é grafado, em alguns contextos, “Vladimir”), integrante da seção baiana da ABDE e diretor da revista de orientação comunista *Seiva*, quando a publicação volta a circular em 1950. Juntamente com A. Soares de Azevedo, apresentou as seguintes teses no III Congresso Brasileiro de Escritores: “O problema do livro e o cooperativismo” e “Cooperativas editoras” (O QUE foi o Terceiro Congresso Brasileiro de Escritores. *Para Todos*. Rio de Janeiro, n. 4, maio-junho de 1950, p. 2).

O último romance de Alina Paim[1]

Alina Paim deve pesar uns quarenta e dois quilos, ou menos.[2] É distraída, silenciosa, tem um sorriso tímido. Ninguém diria que uma pessoa tão leve, de modos tão inofensivos, se resolvesse a cometer um crime.

Ninguém — exceto um juiz de direito, em Cruzeiro. Esse homem extraordinário ordenou a prisão de Alina Paim, que, no parecer dele, se embrulhou em atividades subversivas lá pela comarca. A moça é uma agitadora perigosa, merece cadeia.

Vamos examinar esse caso, ver em que se resumem o perigo e a agitação. Alina Paim dedica-se à literatura. Chegou da Bahia há alguns anos com um romance, e, apesar de nova, quase garota, desconhecida na livraria e no jornal, achou facilmente editor. Deu-nos mais dois livros, e em geral a crítica lhe foi favorável. Escreve com segurança, observa, atenta às personagens, tem realizado sensíveis progressos. Conhece bem o ofício. Gosta de velhos e de mulheres, adora as crianças: são as figuras mais interessantes das suas histórias. Há nelas umas solteironas magníficas.

Ora, ultimamente surgiu uma greve de ferroviários em Cruzeiro, e Alina teve a ideia de aproveitar isto para assunto de uma novela. Profissional honesta, foi olhar as coisas de perto, colher informações, saber como tinham procedido os grevistas, especialmente as companheiras deles. Muitas se haviam deitado na via férrea, diante das máquinas, suspendendo o trânsito.

Findos os estudos, a escritora nos apareceu cheia de entusiasmo com a sua coleção de tipos e iniciou o trabalho. Mas o juiz de Cruzeiro julga isso um atentado à ordem e exige a prisão da moça. Não tínhamos notícia de fato igual no Brasil. Passamos tempos duros; anos atrás qualquer denúncia podia arremessar um indivíduo para lá das grades. No entanto ninguém se lembrou, nos piores dias, de excomungar uma obra literária em projeto. Sim, o mais

curioso é esse esquisito magistrado condenar um livro que ainda não foi escrito. Possivelmente, no juízo dele, greve não é matéria digna de ficção. Numerosas criaturas por aí pensam do mesmo jeito; contudo é a primeira vez que uma se revela com tanta clareza e falta de cerimônia. Se a moda pega, seremos forçados, antes de começar um romance, a pedir licença ao rigoroso censor de Cruzeiro.[3]

Notas

1. RAMOS, Graciliano. “O último romance de Alina Paim”. *Imprensa Popular*, Rio de Janeiro. 10 de abril de 1951, p. 2. O romance de Alina Paim sobre uma greve de ferroviários, ao qual Graciliano se refere, é *A hora próxima*, que saiu quatro anos depois pela Editora Vitória, como volume da coleção proletária “Romances do Povo”, sob a supervisão editorial de Jorge Amado.

2. Alina Paim (1919-2011): escritora sergipana, autora de, entre outros, *Estrada da liberdade* (1944) e *Simão Dias* (1949), seus primeiros romances. Graciliano assina o prefácio deste último (ver a primeira edição [Rio de Janeiro: Livraria Editora da Casa, 1949] e a segunda [Rio de Janeiro: Cátedra; Brasília: INL, 1979]). Tal texto de apresentação da referida obra de Alina se encontra recolhido, por sua vez, em *Linhas tortas* sob o título “Simão Dias”.

3. A violência sofrida pela escritora mobilizou, sobretudo, a intelectualidade de esquerda. Moacir Werneck de Castro afirmou: “Defender Alina Paim, portanto, é defender a literatura. O que se faz com ela, do ponto de vista literário, é o mesmo que o pontapé no ventre de mulher grávida. Querem impedi-la de escrever o seu livro, promover um estado de terror que impeça o aparecimento de outros livros nascidos do povo (...). E se os escritores e artistas não souberem criar em defesa dela um poderoso movimento de solidariedade e protesto, a ordem do juiz de Cruzeiro será um gravíssimo precedente de obscurantismo fascista contra a renovação da literatura brasileira” (CASTRO, Moacir Werneck de. “O caso Alina Paim”. *Imprensa Popular*, Rio de Janeiro, 8 de abril de 1951).

A prisão do livro *Mundo da paz*[1]

Houve ultimamente neste país um caso lastimoso, mais ou menos abafado, pois é conveniente ao poder público, aos homens que nos dirigem discricionariamente, guardar silêncio às vezes.

O caso foi este: prendeu-se um livro.[2] Teria sido melhor, com certeza, meter na cadeia o autor, como se fazia há quinze anos, com vantagem para o governo. Agora, infelizmente, isto não foi possível: o autor estava longe, para lá da cortina de ferro. Se o doutor Fulano quisesse agarrá-lo, acharia dificuldades.

Sabem a quem me refiro: ao escritor Jorge Amado, homem perigoso, perigosíssimo, na opinião das pessoas castradas que governam, com antolhos, o hemisfério ocidental e cristão.

Que se passa além da cortina de ferro? Desejamos saber isso, esforçamo-nos por entender os telegramas forjados pelos nossos patrões.

Recebemos um livro. Muito bem. Vamos ver o que existe para lá da cortina de ferro. Mas a polícia não consente que leiamos esse livro. Por quê? A polícia não quer que saibamos o que acontece no mundo.

Há nessas páginas, possivelmente, qualquer coisa contra a ordem ocidental e cristã. Não podemos ver esses horrores, porque nos arrancam das mãos o volume. Antes de examinar o livro, a ordem já sabe que ele não presta. Não se condena o livro, mas o autor, que vive bem, suponho, melhor que nós, fora do cristianismo e do dólar.

Este caso, minhas senhoras e meus senhores, é triste e é burlesco. Fazia tempo que não víamos isso. Entra um funcionário carrancudo na livraria e retira algumas dezenas de volumes da prateleira. Está salva a pátria, pelo menos durante uma semana.

Mas a inteligência que determinou a brutalidade ignora isto: o livro se valoriza. Passaria talvez despercebido, vendia-se por trinta, quarenta, cinquenta

mil-réis. Depois da apreensão, é vendido clandestinamente por um conto de réis, ou mais, nem sei quanto, dinheiro como o diabo. Muita gente que o veria sem interesse deseja comprá-lo, porque está proibido. O mercado negro, que arranjam por aí. Não temos culpa disso.[3]

Outra coisa: as nossas autoridades cautelosas desconhecem um fato corriqueiro: a literatura de Jorge Amado é publicada em vinte línguas, mais de vinte línguas. Será que a nossa polícia tem a pretensão de retirar esse veneno das vitrines em Sofia, em Bucareste, em Praga e em Varsóvia? Os dedos dela são curtos, não chegam lá.

Minhas senhoras e meus senhores: o escritor Miécio Tati,[4] que nos honra com seu trabalho na Associação Brasileira de Escritores, vai dar-nos o prazer de ouvir um estudo sobre os romances do nosso companheiro Jorge Amado.

Notas

1. Arquivo Graciliano Ramos, Manuscritos, Discursos, not. 12.17A e 12.17B. Título atribuído pelo organizador. Fala proferida por Graciliano em evento promovido pela Comissão Organizadora do IV Congresso da ABDE (O ROMANCE de Jorge Amado. *Tribuna Popular*, Rio de Janeiro, 4 de agosto de 1951), em 9 de março de 1951, às 20:00, na sala do conselho da Associação Brasileira de Imprensa, a qual introduziu a conferência de Miécio Tati, intitulada "Estilo e revolução no romance de Jorge Amado". Com este mesmo título, mas datada de outubro de 1951, a fala de Miécio Tati foi recolhida anos depois, possivelmente com alterações, em seu *Estudos e Notas críticas* (Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1958, pp. 177-208), volume que reúne diversos textos críticos do autor, incluindo aqueles nos quais discorreu sobre o autor de *Vidas secas*: "Aspectos do romance de Graciliano Ramos" (pp. 105-47), "O aniversário de Graciliano" (pp. 149-57) e "Conversa com Graciliano" (pp. 159-73). Mais especificamente, ao abordar a obra de Jorge Amado, o ensaísta destaca que o estilo do romancista baiano se caracterizava por dois modos opostos: "crueza de linguagem e tratamento poético do tema, da mesma forma que *Suor* se distingue de *Mar morto*, pela distância que separa um romance duramente realista, no sentido comum do termo, de um outro que transcorre, em suas linhas mestras, num clima de poema" (*idem*, p. 177). Apesar de considerar tais diferenciações no modo de elocução, enfatiza aquele que seria o caráter uno da obra de Amado: "O herói é positivamente um só, em gradativa evolução, no sentido revolucionário" (*idem*, p. 207).

2. Referência ao livro *Mundo da paz*, de Jorge Amado, lançado em junho de 1951, pela Editora Vitória. Em linhas gerais, o volume trata dos países da Europa oriental que o autor baiano visitou: Albânia, Polônia, a antiga Tchecoslováquia, Bulgária, Hungria, Romênia, Geórgia, bem como a própria Rússia. Obra de propaganda, ela procuraria mostrar como os povos nas democracias populares do Leste Europeu estariam "rapidamente se libertando da velha e pesada herança de miséria, fome, analfabetismo, obscurantismo e atraso deixada pelo capitalismo e pelas velhas dominações feudais" (ASSALTO a livrarias. *Para Todos*, Rio de Janeiro, nº 11, jul. 1951, p.3). Nessa linha, o livro era apresentado como um "hino constante, uma exaltação romântica no melhor sentido, tal é a grandeza daquilo que observou, do novo homem que conheceu, do futuro que está reservado à humanidade" (*Idem*, *ibidem*). Não por acaso, o governo de Vargas encontrou um "monstro subversivo" no livro e mandou prendê-lo, recolhendo-o em inúmeras livrarias, além de ter iniciado um processo contra seu editor.

3. "A resposta da intelectualidade progressista e do povo à agressão do Sr. Vargas à cultura nacional foi um apoio caloroso a Jorge Amado e uma procura redobrada do seu último livro, *Mundo da paz*. Em Salvador, onde chegaram apenas 200 exemplares do livro, em um único dia foram adquiridos todos eles" (MUNDO da Paz. *Seiva*, Salvador, ano IV, nº 3, agosto de 1951, p. 3). E ainda: "Os pedidos do livro começam a chover. Todo mundo quer ler o livro proibido. Sairá mimeografado, escrito à mão, de qualquer forma porque os leitores necessitam dele como nunca" (LIVROS, Revistas e Notas. *Para Todos*, Rio de Janeiro, nº 11, julho de 1951, p. 17).

4. Miécio Tati (1913-1980): crítico, ensaísta, tradutor e romancista, autor do já mencionado *Estudos e notas críticas* (Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, Instituto Nacional do Livro, 1958), além de *Jorge Amado — Vida e obra* (Belo Horizonte: Itatiaia, 1961), *Nossa máxima culpa*, romance (Rio de Janeiro: Pongetti, 1948; reeditado com o título *Rio dos afogados*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1961).

Discurso na ABDE[1]

Esta seção da ABDE foi desfalcada: perdeu algumas centenas de sócios num dia, e isto significa para nós um golpe de que não nos podemos com facilidade curar. O prejuízo ainda hoje nos abala, pois se é verdade não serem todos esses homens discrepantes os donos genuínos da literatura nacional, como diversos afirmaram imodestos, não podemos negar valor a muitos deles. É impossível preencher direito as vagas deixadas: seria absurdo tentarmos improvisar ficcionistas, poetas, críticos. As nossas dificuldades, sensíveis a princípio, aumentaram.

Ninguém esperava há dois anos aquela desgraçada pendenga.[2] Vários companheiros achavam conveniente afastarmos da associação qualquer sombra de política — e, em consequência, a política anuviou os espíritos: caímos num bate-papo horrível.

Quanto a nós, talvez tenhamos sido muitas vezes injustos. Por outro lado, velhos amigos nossos entraram a considerar isto um grêmio recreativo e uma sociedade revolucionária. Não precisamos exibir a incongruência, mostrar ser inconcebível juntar a revolução e o recreio. É necessário, porém, examinarmos os dois remoques isolados, vermos se um deles é razoável.

Estaremos aqui a procurar divertimento?[3] Se quiséssemos isso, iríamos buscar refúgio no carnaval e no futebol. Certas acusações, diretas e indiretas, a livros nossos têm por motivo sermos tristes, encararmos a parte má da vida. Mas a parte boa está longe, e se não conseguimos observá-la, não chegaremos a trazê-la para os nossos escritos. Pessoas levianas se esforçam por imaginar coisas agradáveis — e pintam lugares nunca percorridos, criaturas diferentes de nós ou se abrigam no céu antes do tempo. Alguém xingou desastradamente a arte — sorriso da sociedade. O otimismo falaz nos indigna: seria tolice andarmos sorrindo à toa. Se descrevêssemos a glória, a nobreza, a renúncia, o altruísmo,

faríamos trabalho cômodo, ao gosto do fornecedor e do senhorio, personagens que de ordinário não nos sorriem. Por que iríamos oferecer-lhes amabilidades, cantar loas, mentir?

Cerca-nos um pequeno mundo contraditório, a desgraçar-se — e o nosso dever, parece-me, é referir miudezas e misérias, chagas e farrapos de almas, estudados, sentidos. E o vasto mundo, lá fora, também não nos predispõe ao ócio contente. Se um indivíduo sorri ouvindo no rádio ou lendo nos telegramas os bombardeios da Coreia, as greves da Itália, da França, da Espanha, é intuitivo que está doido. Contudo, na opinião de cavalheiros prudentes, não convém pensarmos em tais casos: graças a Deus, estamos distantes deles, e as ideologias exóticas não se acomodam entre nós.

Desviemos a atenção para negócios próximos: os direitos autorais, por exemplo, o aumento das tiragens. Isso nos preocupa, decerto. Como, porém, alcançarmos vantagens pecuniárias, embora miúdas? Ao terminar um livro, o autor se convence de haver realizado obra-prima. Difícil é achar editor que tenha o mesmo pensamento e arrisque dinheiro numa empresa duvidosa. Ao cabo de viagens, canseiras, empenhos, surge nas vitrinas o volume, excelente no parecer de jornais camaradas. O público é teimoso — e ignora suplementos literários e revistas. As brochuras ficam dois dias junto aos vidros, empilham-se em seguida nos balcões, alinham-se nas prateleiras, somem-se enfim nos caixotes dos depósitos, e daí ninguém as tira. A visita a esses túmulos dá-nos terríveis surpresas: a nossa pobre edição de mil exemplares encalhou. Experimentamos agrura imensa, entram-nos alfinetes no amor-próprio, e, com forte razão, atacamos a burrice do editor e a incúria do livreiro. Quem irá mandar agora à tipografia os originais que temos na gaveta?

E ainda sonhamos com longas tiragens, reedições. Como obter isso? Instituam-se prêmios, aconselham-nos, façam-se conferências. Bem. Conferências. Ouvindo-as desatentos, raros sujeitos bocejam e cochilam nas barbas do orador. E os prêmios, em geral, não nos apresentam valores. Aliás não há meio de forçar o comprador a aceitar a decisão de um júri. E estamos diante de uma simples questão de oferta e procura. A respeito disso os dirigentes da ABDE gostariam de lançar aqui um programa, bom para ser repetido o ano vindouro, com pequenas variantes. Seriam capazes de efetivar as promessas? Poderiam criar artificialmente um mercado? Os nossos livros são mercadorias. Esprememos o cérebro com desespero, ganhamos corcunda, palidez, cabelos brancos, temos as vísceras em cacos — e somos fabricantes de poesia, de novelas. O freguês enjoado nos folheia torcendo o nariz, olha-nos o interior, deixa-nos, como se, na sapataria, notasse pregos dentro de um sapato. Juramos não haver pregos nas nossas infelizes páginas. Mas como levar aos outros esta

convicção? Afinal reconhecemos com tristeza: somos deficientes, não expomos artigo de boa qualidade. Indispensável aperfeiçoar-nos. De que modo, se exercemos três, quatro ofícios? Somos diletantes. E rodamos num círculo vicioso: a produção é falha por falta de venda, e existe venda escassa por ser defeituosa a produção. Isto se aplica a todos os escritores indígenas, presumo. São advogados, engenheiros, professores, médicos, funcionários públicos — e às vezes escrevem. Assim ou assado, quebramos a cabeça perguntando se é exequível qualquer melhora nas condições dos literatos. Perdemos o sono a remoer isso. E se nada conseguirmos, a culpa não será nossa.

Como veem, senhores, não estamos alegres — é um contrassenso dizerem que formamos um clube recreativo.

O segundo boato forjado contra nós é sério, revela o claro intuito de embrulhar-nos, apontando-nos à beca e à farda. Somos, em conformidade com a denúncia, um organismo revolucionário.

Isso nos desagrada em excesso. De fato não há riscos. Evaporaram-se, mas, no juízo dos nossos adversários espontâneos, devíamos estar enredados. Para evitar novas balelas, confessemos o nosso horror às violências. Habituados a manejar papéis, não temos o desígnio de jogar dinamite às casas desses acusadores de maus bofes, e se uma delas, amanhã ou depois, voar pelos ares com móveis e gente, assegurem às vítimas, no purgatório ou onde se hospedarem, que estarão limpas as nossas mãos. Viventes de ordem, evitamos barulho, acatamos o governo, a Santa Madre Igreja e a sintaxe, e se não pagamos impostos, não é por desleixo ou birra: é por ausência de fazenda.

Nunca trouxemos desarranjos às letras. De 1922 a 1930 obstinaram-se em virá-las pelo avesso. Só num Estado, São Paulo, de uma revolução partiram quatro sub-revoluções. E em toda parte moços apressados e afoitos compuseram romances numa semana e dúzias de poemas num dia. Aperrearam a gramática, buliram com palavrinhas inofensivas. O pronome, bambo, mesquinho, oblíquo, afeito a escorar-se, a meter-se nos cantos dos períodos, foi obrigado a servir de porteiro. Um sarapatel medonho, em suma.

Rolaram anos. Vieram rugas, embotaram-se os dentes — e numerosos homens sem rei nem lei, partidários da liberdade completa, entraram no bom caminho, e hoje, cristãos-novos exaltados, impõem a norma.[4]

Aqui todos nós, ou quase todos, recusamos a moda fácil de achincalhar os preceitos; nenhum de nós, creio, exigiu o direito singular de meter os pés pelas mãos. Por mim, assevero honestamente que, se deixo de flexionar o infinitivo conforme as regras, ofendo a regência, atrapalho modos e tempos, não sou arrastado por ideias subversivas, mas apenas pela ignorância.

São estas, senhores, as rápidas observações que me ocorreram a propósito do

segundo ataque feito à ABDE.

Não somos de briga. Desejamos a paz. Falando ou escrevendo, temos defendido a paz. E — vejam só — provocam-nos por defendermos a paz.

Notas

1. Arquivo Graciliano Ramos, Manuscritos, Discursos, not. 12.9. Título atribuído pelo organizador. Muito provavelmente, discurso proferido por Graciliano, em 15 de maio de 1951, no ato solene de sua posse como presidente da ABDE, na sede da ABI. Na oportunidade, estiveram presentes delegados da entidade dos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Bahia e Rio Grande do Sul, bem como representantes das autoridades federais e do Movimento Nacional dos Partidários da Paz. O primeiro a discursar foi Álvaro Moreyra, presidente cujo mandato findava. Em seguida, falou o escritor Milton Pedrosa em nome dos novos escritores do Brasil e, logo depois, teve lugar a fala do autor de *Angústia* (ASSOCIAÇÃO Brasileira de Escritores. *Para Todos*, Rio de Janeiro, nº 10, junho de 1951, p. 16). As eleições vencidas por Graciliano não passavam de pura formalidade. Como a entidade se reduzira a uma simples facção de escritores, subordinada ao PCB, havia apenas a chapa de Graciliano concorrendo ao pleito (RAMOS, Ricardo. *Graciliano: Retrato fragmentado*. São Paulo: Siciliano, 1992, p. 148).

2. Ao se referir também à "pendenga" das eleições da ABDE de 1949, as quais representaram a cisão da entidade, Astrojildo Pereira mostra opinião contrária. Segundo ele, a divisão dos escritores nacionais em dois blocos, espelhando a própria situação mundial pós Segunda Guerra, já avultava desde 1947, no âmbito do II Congresso da ABDE, realizado em Belo Horizonte. De um lado estariam os comunistas; do outro, os "falsos democratas", "os melancólicos palhaços da arte pela arte" (PEREIRA, Astrojildo. "O próximo congresso de escritores". *O III Congresso — Boletim da Comissão Paulista do III Congresso Brasileiro de Escritores*, São Paulo, nº 1, março de 1950, p. 6).

3. Anos antes, no contexto da tumultuada eleição da nova diretoria da ABDE, em 1949, quando concorria a membro do Conselho Fiscal da entidade, Graciliano já recusava que a instituição se orientasse por certa diretriz que tomava a arte como simples divertimento: "Estou inteiramente de acordo com Álvaro Lins, que, ao ser eleito presidente da ABDE, declarou em discurso que esta sociedade não é um clube recreativo. Evidentemente não é. (...) Disseram que a literatura é o 'sorriso da sociedade'. Julgo isso estupidez e safadeza. Não escrevemos para dar prazer aos idiotas" (A ABDE não é um clube recreativo. *Folha do Povo*, Rio de Janeiro, 19 de março de 1949).

4. As restrições feitas por Graciliano ao modernismo de 1922 são uma constante ao longo de sua produção cronística e das entrevistas que concedeu à imprensa. Em depoimento a Osório Nunes, chegou a declarar que "o modernismo fracassou (...) pois fracassada está uma rebelião literária cujos soldados acabam na Academia" (NUNES, Osório. "O modernismo morreu?". *Dom Casmurro*, Rio de Janeiro, 12 de dezembro de 1942).

Convocação[1]

A comissão organizadora do IV Congresso Brasileiro de Escritores, a realizar-se em Porto Alegre, na data de 20 de setembro próximo, dirige-se a todos os membros da Associação Brasileira de Escritores, a todos os escritores brasileiros, convocando-os para participar dos trabalhos da importante reunião.

Reunir escritores de todo o país para discutir seus problemas, deveres e direitos, debater teses e apreciar os atuais acontecimentos no país e no mundo, ligados à atividade do escritor e às questões culturais, é para a nação um fato de incalculável importância, como o comprovam os congressos anteriores. Os escritores do Brasil não se encontram separados do povo, nem procuram fugir às solicitações da hora presente, em que se exige do escritor a sua indispensável e constante participação.

Essa participação de escritores constitui em nossa história um dos capítulos mais ricos de compreensão dos deveres da inteligência, fé nos destinos nacionais e nas ideias progressistas. É o que nos diz o exemplo dos intelectuais nas lutas pela Independência, pela Abolição e pela República. Hoje, mais do que nunca, os escritores brasileiros sentem o inelutável dever de participar também em todos os movimentos nacionais em defesa da democracia, do progresso e da paz, de que depende o desenvolvimento de nossa cultura. Assim cresce e continuará a crescer a influência que sempre exerceu o escritor na vida social brasileira.

O IV Congresso saberá reunir escritores das mais variadas tendências, com o objetivo de formar vigorosa unidade na defesa dos interesses profissionais do escritor, da solução correta e urgente das questões imediatas da cultura brasileira, e na declaração de princípios que ajudem o nosso povo a resolver seus inadiáveis problemas e reflitam ao mesmo tempo a justa e ardente aspiração de todos os povos, que é a paz mundial. Com esse espírito, convocamos os escritores para o seu IV Congresso, congresso em defesa da cultura, em defesa das liberdades e

pelo progresso do Brasil.[2]

Notas

1. RAMOS, Graciliano. “Convocação”. *ABDE boletim mensal de literatura*, Rio de Janeiro, nº 4, de agosto de 1951, p. 1. Escrito também publicado no *Jornal do IV Congresso*, Rio de Janeiro, nº 1, 1º de setembro de 1951, p. 1; em *Seiva — mensário de cultura nacional popular*, Bahia, ano IV, n.3, ago. 1951; novamente em *Seiva — mensário de cultura nacional popular*, Bahia, ano IV, nº 4, setembro de 1951, p. 4; e em *Para Todos*, Rio de Janeiro, nº 12, agosto de 1951. No boletim da *ABDE* e no *Jornal do IV Congresso*, a presente convocatória era antecedida pela seguinte nota: “A ABDE, cumprindo decisão votada no Congresso da Bahia, constituiu nesta capital a COMISSÃO ORGANIZADORA DO IV CONGRESSO BRASILEIRO DE ESCRITORES, que se reunirá em Porto Alegre, entre 20 e 25 de setembro vindouro. A referida Comissão, que é presidida pelo escritor Cleto Seabra Veloso, lançou o seguinte documento convocatório que traz a assinatura do romancista Graciliano Ramos:”. Tal comissão era composta pelos seguintes membros: Alex Viany, Alina Paim, Álvaro Dória, Álvaro Moreyra, Aníbal Machado, Antônio Chediak, Ary de Andrade, Atílio Milano, Augusto Lopes Gonçalves, Branca Fialho, Carlos Sussekind de Mendonça, Carrera Guerra, Castro Barreto, Dalcídio Jurandir, Edison Carneiro, Fernando Segismundo, Floriano Gonçalves, Gentil Fernando de Castro, Gondim da Fonseca, Graciliano Ramos, Herbert Moses, Homero Homem, Homero Pires, Jacinta Passos, James Amado, José de Castro Goiania, Josué de Castro, Laura Austregésilo, Lia Corrêa Dutra, Miécio Tati, Milton Pedrosa, Moacir Werneck de Castro, Murilo Araújo, Neves Manta, Orígenes Lessa, Porta da Silveira, Ramayana Chevalier, Renato de Alencar, Renato Travassos, Rivadávia de Sousa e Túlio Chaves (COMISSÃO Organizadora. *ABDE boletim mensal de literatura*, Rio de Janeiro, nº 4, agosto de 1951, p. 1).

2. Mais especificamente, conforme indica nota publicada no referido boletim da ABDE, tal congresso teve como temário: “Os escritores, os problemas econômicos e os direitos autorais — A defesa da cultura e da paz — Problemas da difusão da instrução pública — Defesa do nosso patrimônio cultural e divulgação e estudo dos elementos populares e democráticos de nossa cultura — Folclore — Tendências e objetivos da cultura moderna e as perspectivas de nossa atividade cultural — Questões de forma e conteúdo — A literatura para o rádio e para o cinema — Problemas do teatro brasileiro — Literatura infantil — Literatura científica e didática — O jornal e a revista — Intercâmbio cultural e questões relativas à aquisição do livro estrangeiro — O livro nacional, sua defesa e divulgação” (IV CONGRESSO de Escritores — temário aprovado. *ABDE boletim mensal de literatura*, Rio de Janeiro, nº 4, agosto de 1951, p. 2).

Viver em paz com a humanidade inteira[1]

Sr. representante do Sr. governador do Estado
Senhoras
Senhores
Companheiros da Associação Brasileira de Escritores.

Começo agradecendo a hospitalidade que nos ofereceram em Porto Alegre. Isto é lugar-comum: os habitantes desta cidade podem julgar que recebi a tarefa de expor aqui salamaleques e cortesias. Não é verdade: estamos realmente agradecidos. Não esperávamos tanto: acomodar-nos-íamos de qualquer modo — e o que o Rio Grande do Sul nos deu foi excessivo e nos sensibiliza.

Adiante. O IV Congresso de Escritores se sentiu honrado e fortalecido com o apoio do povo. Sem isso, nada teríamos podido fazer. Não nos reunimos para lá de portas fechadas: as portas, durante uma semana, estiveram abertas — e pedimos que toda a gente viesse trabalhar conosco. Não somos vaidosos: aceitamos, com humildade, a colaboração do homem da rua.

Cavalheiros sabidos andaram a afirmar seguros, em jornais ricos, que somos uns pobres-diabos, mais ou menos analfabetos. Paciência. Não nos zangamos. Quando, no correr do tempo, essas grandes, essas enormes suficiências perceberem que não temos propósitos subversivos, descerão um pouco, chegarão até nós — e nos ensinarão qualquer coisa. Não somos vaidosos, repito.

Ninguém teve o intuito de jogar bombas em Porto Alegre. Desejaríamos fixar a alegria que esse nome nos apresenta. Não estamos a serviço de nenhuma potência estrangeira. Nunca diríamos ao gringo: “Entre, tome conta disto. A casa é sua.”[2]

Não, meus amigos. A casa, pobre, é nossa. E denunciamos os traidores que desejam vendê-la.

Enfim, pequeninas calúnias, pequeninas infâmias, não nos atingem. O Congresso, bem ou mal, deu conta do recado, provou ser possível conseguirmos entendimentos para objetivo comum. Escritores de várias tendências aqui se encontram — e, apesar de todo o veneno espalhado lá fora, não houve barulho, graças a Deus. Estamos de acordo.

Encontros como este são indispensáveis, parece-me. Divergências, pontos obscuros, equívocos, tudo afinal desaparece, tudo se explica. E saímos com uma firmeza que não tínhamos quando chegamos. Amanhã não nos separaremos: em Belém, no Rio, em São Paulo, em Porto Alegre, continuaremos a trabalhar juntos.

Agridem-nos por sermos políticos. Bela novidade. Claro que somos políticos. Quiseram afastar-nos. Norte contra Sul; materialistas contra idealistas; o realismo e o romantismo de mangas arregaçadas, coléricos. Atiraram-nos uns aos outros. Para tal fim, utilizaram-se diversos disparates. Termos nascido por acaso no Nordeste não é razão para atacarmos o pampa e a planície amazônica.

Não faremos isso. Nesta semana mostramos que não faremos isso. Política? Perfeitamente. Nem só os idiotas e os malandros devem ocupar-se dela. Resolveremos as nossas questões em família. Política? Perfeitamente. É uma vergonha ouvirmos o que ouvi de um estrangeiro, há pouco tempo, num banquete: “Façam isto, façam aquilo.” O dedinho ameaçador: “Façam isto, façam aquilo.” Não. Faremos o que acharmos razoável fazer. Seremos inimigos desse homem que nos vem dar ordens, em língua estranha? De nenhum modo. Apenas desejamos que ele não nos dê ordens. Já não somos crianças. Queremos viver em paz com ele, viver em paz com a humanidade inteira.

Necessitamos novas reuniões. Falar muito, discutir, brigar às vezes. Ótimo. Sairemos dessa luta fortalecidos. Lá fora defenderemos os nossos interesses e a cultura exígua de que somos capazes. Surgirão descontentamentos, numerosos descontentamentos, é claro. Sempre haverá quem diga de nós cobras e lagartos. Que fazer? Estamos habituados, essas ofensas não nos perturbarão.

Agradecemos especialmente à senhora Lila Ripoll,[3] admirável mulher franzina que realizou sozinha o trabalho de vinte homens fortes.[4]

Notas

1. RAMOS, Graciliano. “Viver em paz com a humanidade inteira”. *Horizonte*, Porto Alegre, nº 10, outubro de 1951, pp. 292-3. Texto também publicado por duas vezes no jornal *Imprensa Popular* em 7 e 14 de outubro de 1951, sob o título “Discurso de Graciliano Ramos”, e, posteriormente, na revista *Para Todos*, nº 13 e 14, de outubro/novembro de 1951. Manuscrito pertencente ao Instituto de Estudos Brasileiros: Arquivo Graciliano Ramos, Manuscritos, Discursos, not. 12.11A. (Tal versão apresenta pequenas diferenças em relação àquelas saídas na imprensa comunista: parece ser a primeira redação do texto, que depois, supõe-se, teria recebido novo acabamento por parte do autor antes de ser publicado em periódico; daí a preferência pelo recorte de jornal como texto-base nesta edição). Trata-se do discurso proferido pelo escritor Graciliano Ramos, então presidente da Associação Brasileira de Escritores (ABDE), no ato de encerramento do IV Congresso da entidade, realizado em Porto Alegre, em setembro de 1951.

2. Possível alusão à canção *Boas-vindas* (1946), resultado da parceria entre Villa-Lobos e Manuel Bandeira. Ao poeta coube a composição da letra: “Seja bem-vindo! A casa é sua! Não faça cerimônia, vá pedindo, vá mandando...”. Posteriormente, depois de a música ser executada por Villa-Lobos diante da missão naval norte-americana, durante os festejos da Independência, em 1951, o maestro e o autor de *Cinzas das Horas* passaram a ser acusados pelos esquerdistas de “lacaios de Wall Street”. Dizendo-se vítima de calúnia, Bandeira lamenta o fato de uma “cançãozinha”, feita no bojo da reação nacionalista contra a popularidade que vinha alcançando entre os brasileiros o *Happy birthday to you*, passar a ser tachada, pelo “papaguear comunista”, como um antipatriótico “hino aos americanos” (BANDEIRA, Manuel. *Andorinha, andorinha*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1986, pp. 10-1).

3. Lila Ripoll (1905-67): poetisa gaúcha, na oportunidade presidente da seção rio-grandense-do-sul da ABDE, responsável local pela organização do IV Congresso de Escritores em Porto Alegre.

4. Na declaração de princípios e resoluções do IV Congresso constavam itens como “a defesa da cultura, da liberdade de criação artística, dos interesses profissionais do escritor e dos supremos benefícios da convivência pacífica entre os povos” (NOVA FASE de atividade da Associação Brasileira de Escritores. *Imprensa Popular*, Rio de Janeiro, 4 de novembro de 1951, p. 3). Para pôr em prática tais determinações, foi elaborado, pela delegação do Distrito Federal que participou do evento, sob a presidência de Graciliano, um plano de atividades que incluía: a nomeação de uma comissão para elaborar o “Código de Proteção ao Trabalho Intelectual, incluindo juristas e escritores que conheçam o assunto” (*idem, ibidem*); a reorganização das seções estaduais da ABDE; a tomada de providências “no sentido de obter a suspensão das medidas restritivas da livre expressão do pensamento” (*idem, ibidem*); a criação dos departamentos Editorial, de Atividades Culturais e de Atividades Sociais que visariam a divulgar as produções intelectuais e artísticas dos membros; a defendê-los; a assistir-lhes socialmente; a criar uma editora cooperativa e um clube do livro; e a promover luta pela paz mediante o estímulo aos escritores brasileiros das mais variadas tendências para que estes apoiassem os congressos sobre o tema, a serem realizados no continente.

A ABDE e os atentados à cultura argentina[1]

Exmo. Sr. ministro da Justiça da República Argentina,

A Associação Brasileira de Escritores, reunida em sessão de sua diretoria, resolve protestar perante V. Excia. contra a condenação iníqua do escritor argentino Alfredo Varela,[2] que constitui atentado contra a liberdade de pensamento, provando prática de arbítrio ditatorial. A liberdade para Alfredo Varela é o que exige a consciência democrática dos povos americanos.

A ABDE confia na bravura do povo argentino em defesa da paz e da cultura continental.

Pela diretoria, Graciliano Ramos, presidente.

* * *

Exmo. Sr. ministro da Educação da República Argentina,

A Associação Brasileira de Escritores vem protestar perante V. Excia. contra a medida antidemocrática e ditatorial da suspensão do professor Norberto A. Frontini,[3] com mais de 24 anos de serviço na cátedra, figura de alto relevo continental e defensor das relações culturais entre os povos sul-americanos.

Esperamos revogação do ato de V. Excia., em benefício da paz, do bom nome da nação amiga e da defesa da cultura.

Respeitosamente,

Graciliano Ramos, presidente[4]

Notas

1. RAMOS, Graciliano. “A ABDE e os atentados à cultura argentina.” *Imprensa Popular*, Rio de Janeiro, ano IV, nº 938, 9 de dezembro de 1951. Tais notas de protesto redigidas por Graciliano foram acompanhadas, no referido número do periódico, do seguinte texto introdutório: “A Associação Brasileira de Escritores, na última reunião de sua diretoria, tomou conhecimento das violências cometidas contra os intelectuais argentinos Alfredo Varela e Norberto A. Frontini, tendo sido enviados, a propósito, os seguintes telegramas de protesto às autoridades da vizinha República:”

2. Alfredo Varela (1914-84): jornalista e escritor argentino conhecido por sua literatura de temática social. Escreveu *El río oscuro* (1943), seu livro de maior êxito de público, no qual aborda a exploração sofrida pelos trabalhadores das plantações de erva-mate do nordeste argentino. Membro do Partido Comunista, foi condenado a um ano de prisão em 1951, no contexto de reeleição de Perón, e é contra isso que Graciliano, enquanto presidente da ABDE, protesta. Segundo a revista esquerdista *Problemas*, a detenção de Varela ocorrera depois que o peronismo fizera aprovar pelo “Parlamento as reformas reacionárias da Constituição Nacional, as reformas ao Código Penal, introduzindo nele os ‘delitos de ideias e de intenção’ (O SIGNIFICADO das recentes eleições na Argentina — correspondência da direção nacional do Partido Comunista da Argentina sobre as eleições de 11 de novembro de 1951. *Problemas: revista mensal de cultura política*, Rio de Janeiro, nº 38, janeiro-fevereiro de 1952, p. 10). Em setembro de 1952, Varela estava entre os escritores argentinos que visitaram Graciliano, quando da permanência do artista alagoano num sanatório de Buenos Aires, no qual convalescia depois de passar, sem sucesso, por uma cirurgia para a remoção de um tumor na pleura que lhe seria fatal (MORAES, Dênis de. *O velho Graça*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1992, p. 297). Na oportunidade, presenteou o autor de *S. Bernardo* com um exemplar de *El río oscuro*, no qual constava a seguinte dedicatória: “*Al gran escritor americano camarada Graciliano Ramos, con la antigua admiración por su obra y el afecto personal/ Alfredo Varela / Buenos Aires, setembro, 26 del 1952*.”

3. Norberto A. Frontini (1899-1985): advogado e intelectual filiado ao Partido Comunista Argentino. Em função de suas posturas antiperonistas, sofreu represálias do governo de Juan D. Perón. Revelou ativo interesse pela cultura brasileira, estabelecendo contatos com Candido Portinari, Sérgio Buarque de Holanda, Mário de Andrade, entre outras eminentes figuras nacionais. Com o escritor paulista, firmou amizade desde os primeiros anos da década de 1940 (ARTUNDO, Patrícia. *Mário de Andrade e a Argentina*: um país e sua produção cultural como espaço de reflexão. São Paulo: Edusp, 2004, p. 13). Em relato autobiográfico, Antonio Candido destaca que foi incumbido por Octávio Tarquínio de Sousa de servir de intermediário entre Mário de Andrade e Frontini, o qual tinha vindo ao Brasil com o encargo de arranjar livros brasileiros para a coleção mexicana Tierra Firme, do Fondo de Cultura Económica (CANDIDO, Antonio. “O Mário que conheci.” In: LOPEZ, Telê Ancona [org]. *Eu sou trezentos, sou trezentos e cinquenta*. Rio de Janeiro: Agir, 2008, p. 39). No que diz respeito à sua relação com Graciliano, Frontini verteu para o espanhol “Um novo professor”, conto do autor alagoano publicado no periódico argentino *Correo Literario* (Buenos Aires, 14 de agosto de 1944, p. 3) e depois recolhido em *Infância* (1945).

4. Juntamente com os protestos assinados por Graciliano, o jornal também publica um telegrama escrito por E. Carrera Guerra, segundo secretário da ABDE, e endereçado ao embaixador argentino no Brasil: “A Associação Brasileira de Escritores, em cumprimento de resoluções formuladas em seu IV Congresso, recentemente reunido em Porto Alegre, vem reiterar junto a V. Excia. o seu protesto contra as medidas discricionárias de que foram vítimas os ilustres intelectuais argentinos Alfredo Varela e Norberto A. Frontini e que denunciam o caráter antidemocrático do governo que V. Excia.

representa em contraste com os desejos de paz e o alto nível de cultura sempre demonstrados pela nação argentina./ Comunicando a V. Excia. o texto dos telegramas que se sentiu no dever de endereçar aos Srs. Ministros da Educação e da Justiça da República Argentina, a Associação Brasileira de Escritores confirma, neste ensejo, sua solidariedade irrestrita ao povo e à intelectualidade democrática rioplatense.”

Carta de Graciliano às crianças[1]

Leitor amigo,

Com certeza você compreende, meu pequeno leitor, que o escritor vive quase sempre afastado do seu público. Por isso, nem sempre sabe para quem escreve, como são recebidos os seus livros, quais as suas falhas, como melhorar as suas histórias, os seus romances.

Pensando nisso resolvi ter com vocês em fevereiro ou março uma conversa sobre as *7 Histórias Verdadeiras* em que eu conto as aventuras de Alexandre. Nessa conversa nós nos tornaremos conhecidos. Vocês farão críticas e sugestões, que me servirão de ensinamento para outras histórias.

Sei que você gostará dessa reunião para a qual poderá convidar também os seus amigos.

Para receber o seu convite, preencha o cupão abaixo e remeta-o até 31 de janeiro à editora deste livro a fim de ser avisado do dia e lugar dessa conversa.

Muito obrigado,
Graciliano Ramos

Nota

1. RAMOS, Graciliano. “Carta de Graciliano às crianças.” *Imprensa Popular*, Rio de Janeiro, 23 de dezembro de 1951. Uma semana antes da publicação da presente carta, o mesmo jornal trazia uma nota intitulada “7 Histórias Verdadeiras”: “Pela primeira vez o grande romancista brasileiro Graciliano Ramos publica um volume de contos para crianças: *7 Histórias Verdadeiras*, que acaba de ser lançado pela Editora [Vitória], em primorosa edição com ilustrações de Percy Deane. O ano se encerra assim com um notável acontecimento literário, e as crianças poderão ter nele o seu melhor presente de Natal. Um fato inédito será a conversa que os leitores mirins do livro terão com Graciliano Ramos, dentro em breve, a propósito de suas histórias. Cada livro é acompanhado de um cartão-convite para essa palestra, que será oportunamente marcada” (*Imprensa Popular*, Rio de Janeiro, 16 de dezembro de 1951). Tal edição teve como base o volume *Histórias de Alexandre*, publicado em 1944 pela Editora Leitura. Este era composto por 13 contos. Ao deliberadamente formatá-lo para o público infantil, Graciliano elegeu apenas sete histórias (CRISTÓVÃO, Fernando Alves. *Graciliano Ramos*: *estrutura e valores de um modo de narrar*. Rio de Janeiro: Ed. Brasília/Rio, 1977, p. 104).

Condena a guerra bacteriológica a Associação Brasileira de Escritores[1]

Sr. Jean Laffitte,[2]
Paris
Meu caro confrade:

Em nome da Associação Brasileira de Escritores e no meu próprio, protesto com a máxima veemência contra esse nefando crime que é a guerra bacteriológica desencadeada atualmente na Coreia e na China por tropas internacionais sob a bandeira das Nações Unidas. Tal fato constitui tremenda ameaça a toda a humanidade e atinge moral e politicamente os governos que aprovaram a intervenção da ONU no país coreano.

VIVA A PAZ!
Graciliano Ramos[3]

Notas

1. RAMOS, Graciliano. “Condena a guerra bacteriológica a Associação Brasileira de Escritores”. *Imprensa Popular*, Rio de Janeiro, 10 de abril de 1952, p. 1. Esta breve mensagem de Graciliano é introduzida pela seguinte nota dos editores do periódico: “Expressando a condenação dos intelectuais brasileiros à guerra bacteriológica de que lançam mão na Coreia os agressores ianques, o escritor Graciliano Ramos, presidente da ABDE, enviou o seguinte telegrama ao Secretário Geral do *Bureau* do Conselho Mundial da Paz:”

2. Na descrição de Zélia Gattai, que chegou a ser íntima de Jean Laffitte e de Georgette, esposa deste, no início da década de 1950, ele era um escritor francês novato “que exercera a profissão de pasteleiro na juventude. Preso durante a luta contra a ocupação nazista, passara alguns anos num campo de concentração, terrível experiência da qual resultou seu primeiro livro: *Ceux qui vivent* (1947), sobre os horrores do campo, livro que revelou sua vocação de escritor e obteve grande sucesso. Escrevera em seguida dois romances: *Nous retournerons cueillir les jonquilles* (1948) e *Rose France* (1950), sobre a luta dos maquis” (GATTAI, Zélia. *Senhora dona do baile*. Rio de Janeiro: Record, 1984, p. 284). Em 1949, no Congresso da Paz de Paris, Laffitte foi eleito secretário-geral do Conselho Mundial da Paz, sob a presidência de Frédéric Joliot-Curie (*idem*).

3. Em nota publicada na revista *Para Todos*, além deste telegrama de apoio ao Conselho Mundial da Paz, há indicação de que Graciliano também teria enviado uma mensagem de protesto ao Congresso dos Estados Unidos, contudo tal documento não fora localizado. O que se sabe é que o artista alagoano, juntamente com Jorge Amado, Candido Portinari, Oscar Niemeyer, entre outros, subscreve, em 1º de julho de 1952, o seguinte protesto contra o uso de armas bacteriológicas:

> “Está plenamente comprovado, aos olhos estarrecidos do mundo inteiro, o fato de os agressores norte-americanos empregarem a arma bacteriológica na guerra da Coreia.
>
> É um crime monstruoso, contra o qual se levantam com vigor crescente as vozes de protesto das consciências livres do mundo.
>
> O crime é ainda caracterizado pela circunstância de que aparece como recurso de guerra longamente premeditado e preparado pelo governo norte-americano, precisamente um dos poucos governos que até hoje se negaram a assinar o protocolo de Genebra de 1925, que proíbe o uso de arma bacteriológica.
>
> Os escritores e artistas brasileiros, abaixo assinados, não podem calar a profunda indignação que lhes causa este inominável atentado contra os mais comezinhos princípios da humanidade, aceitos e consagrados por todos os povos civilizados, e julgam de seu dever juntar sua voz ao clamor geral de protesto que se ergue por todo o mundo contra os responsáveis pelo emprego da arma bacteriológica na Coreia” (PROTESTO contra o uso da arma bacteriológica. *Para Todos*, Rio de Janeiro, nº 17, julho de 1952, p. 1).

Unidade em defesa dos direitos do escritor[1]

A Associação Brasileira de Escritores considera de seu dever manifestar-se a respeito da fundação, nesta capital, de uma sociedade de escritores cujos objetivos são do conhecimento público.

Seriam sempre louváveis e dignas de apoio as novas iniciativas que se destinassem a congregar os escritores brasileiros em torno da defesa de seus interesses e a combater os obstáculos às suas atividades profissionais.

Parece, entretanto, óbvio que o caminho para assegurar o êxito de tais iniciativas não é aquele que alguns membros da diretoria da Sociedade Carioca de Escritores desejam seguir.

Não deve haver, entre os escritores brasileiros, interesses antagônicos, nem grupos inconciliáveis, nem diferenças de ideias ou de opiniões capazes de forçá-los a permanecer dispersos ou divididos, quando os problemas que todos defrontam, quer os de ordem profissional, quer os de ordem geral, exigem, agora mais que nunca, sólida unidade de ação e de princípios.

A grande maioria dos intelectuais brasileiros jamais consentiu que em seu seio se desenvolvessem ideias e práticas discriminatórias, como as que alguns pretendem agora estabelecer, com o propósito evidente de comprometer possíveis entendimentos, cercear a liberdade de associação, e justificar, daqui em diante, todas as medidas restritivas da liberdade de criação.

Se permitirmos que se inaugure nos meios intelectuais, a qualquer pretexto, o policiamento de ideias, em breve teremos formas drásticas de supressão das liberdades democráticas, transformando-se em regra a exigência de atestados de ideologia para a publicação de livros, a edição de jornais, as exposições de artes plásticas e quaisquer outras atividades de cultura.

A tradição cultural, no Brasil, não é, felizmente, a dos capitães do mato, não é a da escravização do pensamento, mas a luta pela livre atividade criadora. Se quisermos referir-nos apenas aos tempos mais próximos, relembremos a unidade conseguida, em debates democráticos, nos congressos de escritores realizados desde 1945.

No I Congresso Brasileiro de Escritores, promovido pela ABDE, os congressistas presentes, por decisão unânime, firmaram uma declaração que conserva toda a sua atualidade. Por ela se comprometeram a defender a "completa liberdade de expressão do pensamento", a "paz e a cooperação internacionais" e a "independência econômica dos povos".

Esses princípios têm sido reafirmados por meio de resoluções aprovadas no II, III e IV Congressos, sendo que no último, realizado no Rio Grande do Sul, a maioria e a minoria dos delegados expressaram livremente sua concordância com aqueles pontos de vista gerais, em termos diferentes e da maneira que lhes pareceu mais própria.

Ainda recentemente, na reunião convocada pela Sociedade Paulista de Escritores, declarações pela paz entre os povos, pela expressão do pensamento e contrárias à apreensão de livros foram prova de que os intelectuais brasileiros não esquecem seus compromissos de princípio.

Há, portanto, razões muito fortes para confiarmos na possibilidade de aproximar ainda mais os escritores brasileiros em torno dos seus interesses profissionais e dos grandes problemas da cultura. Nossos esforços devem combinar-se no propósito honesto de dissipar equívoco, não no de romper a unidade de objetivos e de ações já esboçada.

A Associação Brasileira de Escritores, cujas portas estão abertas a todos os escritores brasileiros, quaisquer que sejam os setores de sua especialidade, sem indagar sua orientação estética ou sua filiação político-partidária, manifesta-se contrária às discriminações e lança um apelo aos homens de cultura de nosso país, a fim de que ponham acima dos interesses pessoais, de grupo ou partido, os interesses comuns a todos os que se dedicam ao trabalho intelectual.

A liberdade de associação e de opinião, de criação literária, a garantia de melhores condições de trabalho, a cooperação pela paz entre todos os povos do mundo continuam a ser os princípios básicos que podem e devem unir, num só movimento de solidariedade cultural e humana, todos os intelectuais brasileiros.

Rio, agosto de 1952
Graciliano Ramos — presidente.

Nota

1. RAMOS, Graciliano. “Unidade em defesa dos direitos do escritor.” *Imprensa Popular*, Rio de Janeiro, 30 de agosto de 1952. Em resposta ao aparelhamento da ABDE pelo PCB, processo iniciado com virada de mesa na posse da diretoria eleita no pleito de 1949, um grupo de escritores resolve fundar, em 1952, a Sociedade Carioca de Escritores, cujo primeiro presidente provisório foi o poeta Jorge de Lima. Como uma espécie de antípoda da ABDE, tal instituição teria uma orientação marcadamente anticomunista. “Segundo uma revista cujos diretores fazem parte da chamada Sociedade Carioca de Escritores que está sendo fundada, nessa nova entidade não entrarão comunistas. Mas, para evitar que aos candidatos a membro dessa entidade seja exigido atestado de ideologia que seria fornecido por Boré, os redatores do Estatuto [atestarão] artigos de tal modo que seja dispensada a colaboração aberta da polícia. Quer dizer, um dos diretores de tal entidade é que fará as funções de Boré. O nome mais em evidência para o cargo é o de Carlos Lacerda, *double* de escritor e policial, com pleno acesso ao fichário do setor trabalhista do DOPS” (HOMENS e fatos. *Imprensa Popular*, Rio de Janeiro, 10 de agosto de 1952).

Apelo de Graciliano Ramos aos intelectuais brasileiros[1]

Há várias maneiras de querermos a paz. Cada um de nós a sentirá diversamente. Mas quando é preciso defendê-la, quem não ficará de acordo? O que está em jogo, num momento como este em que o perigo de guerra parece tão denso, é a paz de cada um e é a paz de todos. Trata-se de defendê-la então pela unidade de todos os esforços. Buscamos salvaguardar valores, conceitos diferentes. Nossas contribuições à luta pela paz serão também diferentes, mas por isto mesmo nosso entendimento há de ser mais sólido, nossa frente mais ampla e representativa dos anseios da humanidade inteira.

Daí meu apoio sem restrições ao Congresso dos Povos pela Paz,[2] que vai realizar-se em Viena, no dia 12 de dezembro. Joliot-Curie3 em seu apelo para a convocação do Congresso:

"O Congresso dos Povos pela Paz reunirá, em torno de objetivos definidos em comum, os homens de todas as tendências e os grupos ou associações de toda natureza que desejam o desarmamento, a segurança, a independência nacional, a livre escolha de seu modo de vida e a cessação da tensão internacional.

O Congresso dos Povos pela Paz reunirá todos os que desejam que prevaleça o espírito de negociação sobre as soluções de força.

A paz pode ser salva!

A paz deve ser salva!"[4]

Concordo plenamente e faço meu este apelo generoso. Que a vontade de paz dos brasileiros seja ouvida em Viena![5]

Graciliano Ramos

Notas

1. RAMOS, Graciliano. “Apelo de Graciliano Ramos aos intelectuais brasileiros”. *Imprensa Popular*, Rio de Janeiro, 1º de novembro de 1952. Texto antecedido pela seguinte nota dos editores do periódico: “O romancista Graciliano Ramos, cujo sexagésimo aniversário vem de ser comemorado entre excepcionais homenagens, acaba de dirigir a todos os intelectuais brasileiros o seguinte apelo:”.

2. Na delegação brasileira destinada a tal evento, destaque para o escritor Jorge Amado, que, nesse momento, figurava como membro do Conselho Mundial da Paz, e para Abel Chermont, na oportunidade presidente do Movimento Brasileiro dos Partidários da Paz.

3. Ao se referir ao cientista e destacado membro do Partido Comunista Francês Frédéric Joliot-Curie (1900-58), em suas memórias, Jorge Amado o apresentava, em 1951, como “presidente do Conselho Mundial da Paz, grande cientista, Prêmio Nobel (foi laureado em 1935 em trabalho de química nuclear sobre a síntese de novos elementos radioativos), comunista convicto” (AMADO, Jorge. *Navegação de cabotagem*. Rio de Janeiro: Record, 1992, p.107).

4. Esta citação utilizada por Graciliano foi retirada do “Apelo para a convocação do Congresso dos Povos pela Paz”, texto publicado, entre outros veículos comunistas, no número 30 da revista *Fundamentos* (periódico de cujo conselho de redação Graciliano fazia parte), em novembro de 1952.

5. No que diz respeito a seu envolvimento com a causa da paz, segundo o prontuário de Graciliano na Polícia Política, documento de número 11.473, presente no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, o escritor alagoano teria sido conselheiro da Organização Brasileira da Paz e da Cultura; delegado eleito para o II Congresso Mundial dos Partidários da Paz, realizado em Varsóvia; bem como signatário de diversos manifestos, entre os quais um alusivo à Convocação do Congresso Brasileiro da Paz, sob o patrocínio do Congresso Paulista pela Paz (MORAES, Dênis de. *O velho Graça*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1992, p. 380). Além disso, o autor de *Vidas secas* foi legalmente dono e editor responsável do periódico *Partidários da Paz*, do final de 1950 a fevereiro de 1953.

De Graciliano Ramos a Obdulio Barthe[1]

Há mais de dois anos está preso Obdulio Barthe, chefe da luta de libertação do povo paraguaio, modelo de homem e de dirigente político.[2]

Por que o mantêm preso? Já ninguém seria capaz de dizê-lo em termos legais, depois que os três processos contra Barthe se desmoronaram um a um. No entanto, ele permanece encarcerado, e nas piores condições. Testemunhos irrecusáveis nos relatam o que é a Cadeia Pública de Assunção: um atentado aos direitos do homem. Laudos médicos oficiais nos descrevem o estado de Barthe: sua vida corre perigo.

Isto significa que um líder popular, sem outra culpa senão a de dedicar sua vida à causa da democracia e da libertação do Paraguai, está sendo lentamente exterminado.

Não nos podemos conformar com tamanho crime. A força de nossa solidariedade a Obdulio Barthe deve chegar aos governantes paraguaios.

A todos os homens honestos — em particular, aos escritores — cumpre sem demora erguer a voz, protestar. Abram-se as portas da cadeia de Assunção, que seja novamente livre, para glória de seu povo e alegria de toda a América, o grande Obdulio Barthe.

Notas

1. RAMOS, Graciliano. “De Graciliano Ramos a Obdulio Barthe.” *Imprensa Popular*, Rio de Janeiro, 30 de novembro de 1952.

2. Obdulio Barthe (1903-81): intelectual paraguaio, foi preso em 1º de agosto de 1950, em Buenos Aires, onde se achava eLivros com sua esposa e dois filhos, desde o desfecho do movimento revolucionário de 1947 (ato insurrecional desencadeado pelos comunistas no Paraguai em resposta à reinstauração da ditadura pelo general Moríngio), do qual, como dirigente do Partido, ele foi um dos chefes. Nas mãos da polícia peronista, foi torturado durante cinco dias, antes de ser entregue ao governo do Paraguai, “numa clara violação do direito de asilo, assegurado pelo acordo entre os dois países” (CASTRO, Moacir Werneck de. “A sombra da morte paira sobre Barthe.” *Imprensa Popular*, Rio de Janeiro, 16 de setembro de 1951). No Brasil, o Partidão chegou a criar uma Comissão de Defesa de Barthe, tendo organizado, inclusive, em São Paulo, um ato público em favor da libertação “do grande líder antifascista paraguaio” (A COMISSÃO de defesa de Barthe. *Imprensa Popular*, Rio de Janeiro, 9 de setembro de 1952). Graciliano presidiu uma comissão de escritores brasileiros que fez entregar ao embaixador do Paraguai no Brasil uma carta de solidariedade a Barthe (SOLIDARIEDADE dos escritores ao líder do povo paraguaio, Obdulio Barthe. *Imprensa Popular*, Rio de Janeiro, 30 de agosto de 1952).

VIDA E DE GRACILIANO RAMOS

Cronologia

1892 Nasce a 27 de outubro em Quebrangulo, Alagoas.

1895 O pai, Sebastião Ramos, compra a Fazenda Pintadinho, em Buíque, no sertão de Pernambuco, e muda com a família. Com a seca, a criação não prospera e o pai acaba por abrir uma loja na vila.

1898 Primeiros exercícios de leitura.

1899 A família se muda para Viçosa, Alagoas.

1904 Publica o conto “Pequeno pedinte” em *O Dilúculo*, jornal do internato onde estudava.

1905 Muda-se para Maceió e passa a estudar no colégio Quinze de Março.

1906 Redige o periódico *Echo Viçosense*, que teve apenas dois números.

Publica sonetos na revista carioca *O Malho*, sob o pseudônimo Feliciano de Olivença.

1909 Passa a colaborar no *Jornal de Alagoas*, publicando o soneto “Céptico”, como Almeida Cunha. Nesse jornal, publicou diversos textos com vários pseudônimos.

1910-1914 Cuida da casa comercial do pai em Palmeira dos Índios.

1914 Sai de Palmeira dos Índios no dia 16 de agosto, embarca no navio *Itassucê* para o Rio de Janeiro, no dia 27, com o amigo Joaquim Pinto da Mota Lima Filho. Entra para o *Correio da Manhã*, como revisor. Trabalha também nos jornais *A Tarde* e *O Século*, além de colaborar com os jornais *Paraíba do Sul* e *Jornal de Alagoas* (cujos textos compõem a obra póstuma *Linhas tortas*).

1915 Retorna às pressas para Palmeira dos Índios. Os irmãos Otacílio, Leonor e Clodoaldo, e o sobrinho Heleno, morrem vítimas da epidemia da peste bubônica.

Casa-se com Maria Augusta de Barros, com quem tem quatro filhos: Márcio, Júnio, Múcio e Maria Augusta.

1917 Assume a loja de tecidos A Sincera.

1920 Morte de Maria Augusta, devido a complicações no parto.

1921 Passa a colaborar com o semanário *O Índio*, sob os pseudônimos J. Calisto e Anastácio Anacleto.

1925 Inicia *Caetés*, concluído em 1928, mas revisto várias vezes, até 1930.

1927 É eleito prefeito de Palmeira dos Índios.

1928 Toma posse do cargo de prefeito.

Casa-se com Heloísa Leite de Medeiros, com quem tem outros quatro filhos: Ricardo, Roberto, Luiza e Clara.

1929 Envia ao governador de Alagoas o relatório de prestação de contas do município. O relatório, pela sua qualidade literária, chega às mãos de Augusto Schmidt, editor, que procura Graciliano para saber se ele tem outros escritos que possam ser publicados.

1930 Publica artigos no *Jornal de Alagoas*.

Renuncia ao cargo de prefeito em 10 de abril.

Em maio, muda-se com a família para Maceió, onde é nomeado diretor da Imprensa Oficial de Alagoas.

1931 Demite-se do cargo de diretor.

1932 Escreve os primeiros capítulos de *S. Bernardo*.

1933 Publicação de *Caetés*.

Início de *Angústia*.

É nomeado diretor da Instrução Pública de Alagoas, cargo equivalente a Secretário Estadual de Educação.

1934 Publicação de *S. Bernardo*.

1936 Em março, é preso em Maceió e levado para o Rio de Janeiro.

Publicação de *Angústia*.

1937 É libertado no Rio de Janeiro.

Escreve *A terra dos meninos pelados*, que recebe o prêmio de Literatura Infantil do Ministério da Educação.

1938 Publicação de *Vidas secas*.

1939 É nomeado Inspetor Federal de Ensino Secundário do Rio de Janeiro.

1940 Traduz *Memórias de um negro*, do norte-americano Booker Washington.

1942 Publicação de *Brandão entre o mar e o amor*, romance em colaboração com Rachel de Queiroz, José Lins do Rego, Jorge Amado e Aníbal Machado, sendo a sua parte intitulada “Mário”.

1944 Publicação de *Histórias de Alexandre*.

1945 Publicação de *Infância*.

Publicação de *Dois dedos*.

Filia-se ao Partido Comunista Brasileiro.

1946 Publicação de *Histórias incompletas*.

1947 Publicação de *Insônia*.

1950 Traduz o romance *A peste*, de Albert Camus.

1951 Torna-se presidente da Associação Brasileira de Escritores.

1952 Viaja pela União Soviética, Tchecoslováquia, França e Portugal.

1953 Morre no dia 20 de março, no Rio de Janeiro.

Publicação póstuma de *Memórias do cárcere*.

1954 Publicação de *Viagem*.

1962 Publicação de *Linhas tortas* e *Viventes das Alagoas*.

Vidas secas recebe o Prêmio da Fundação William Faulkner como o livro representativo da literatura brasileira contemporânea.

1980 Heloísa Ramos doa o Arquivo Graciliano Ramos ao Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo, reunindo manuscritos, documentos pessoais, correspondência, fotografias, traduções e alguns livros.

Publicação de *Cartas.*

1992 Publicação de *Cartas de amor a Heloísa*.

Bibliografia
de autoria de Graciliano Ramos

Caetés
Rio de Janeiro: Schmidt, 1933. 2ª ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1947. 6ª ed. São Paulo: Martins, 1961. 11ª ed. Rio de Janeiro: Record, 1973. [31ª ed., 2006]

S. Bernardo
Rio de Janeiro: Ariel, 1934. 2ª ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1938. 7ª ed. São Paulo: Martins, 1964. 24ª ed. Rio de Janeiro: Record, 1975. [93ª ed., 2012]

Angústia
Rio de Janeiro: J. Olympio, 1936. 8ª ed. São Paulo: Martins, 1961. 15ª ed. Rio de Janeiro: Record, 1975. [66ª ed., 2012]

Vidas secas
Rio de Janeiro: J. Olympio, 1938. 6ª ed. São Paulo: Martins, 1960. 34ª ed. Rio de Janeiro: Record, 1975. [117ª ed., 2012]

A terra dos meninos pelados
Ilustrações de Nelson Boeira Faedrich. Porto Alegre: Globo, 1939. 2ª ed. Rio de Janeiro: Instituto Estadual do Livro, INL, 1975. 4ª ed. Ilustrações de Floriano Teixeira. Rio de Janeiro: Record, 1981. 24ª ed. Ilustrações de Roger Mello. Rio de Janeiro: Record, 2000. [42ª ed., 2012]

Histórias de Alexandre
Ilustrações de Santa Rosa. Rio de Janeiro: Leitura, 1944. Ilustrações de André Neves. Rio de Janeiro: Record, 2007. [7ª ed., 2011]

Dois dedos
Ilustrações em madeira de Axel de Leskoschek. R. A., 1945. Conteúdo: Dois dedos, O relógio do hospital, Paulo, A prisão de J. Carmo Gomes, Silveira Pereira, Um pobre-diabo, Ciúmes, Minsk, Insônia, Um ladrão.

Infância (memórias)
Rio de Janeiro: J. Olympio, 1945. 5ª ed. São Paulo: Martins, 1961. 10ª ed. Rio de Janeiro: Record, 1975. [46ª ed., 2011]

Histórias incompletas
Rio de Janeiro: Globo, 1946. Conteúdo: Um ladrão, Luciana, Minsk, Cadeia, Festa, Baleia, Um incêndio, Chico Brabo, Um intervalo, Venta-romba.

Insônia
Rio de Janeiro: J. Olympio, 1947. 5ª ed. São Paulo: Martins, 1961. Ed. Crítica. São Paulo: Martins; Brasília: INL, 1973. 16ª ed. Rio de Janeiro: Record, 1980. [30ª ed., 2010]

Memórias do cárcere
Rio de Janeiro: J. Olympio, 1953. 4 v. Conteúdo: v. 1 Viagens; v. 2 Pavilhão dos primários; v. 3 Colônia correcional; v. 4 Casa de correção. 4ª ed. São Paulo: Martins, 1960. 2 v. 13ª ed. Rio de Janeiro: Record, 1980. 2 v. Conteúdo: v. 1, pt. 1 Viagens; v. 1, pt. 2 Pavilhão dos primários; v. 2, pt. 3 Colônia correcional; v. 2, pt. 4 Casa de correção. [45ª ed., 2011]

Viagem
Rio de Janeiro: J. Olympio, 1954. 3ª ed. São Paulo: Martins, 1961. 10ª ed. Rio de Janeiro: Record, 1980. [21ª ed., 2007]

Contos e novelas (organizador)
Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 1957. 3 v. Conteúdo: v. 1 Norte e Nordeste; v. 2 Leste; v. 3 Sul e Centro-Oeste.

Linhas tortas
São Paulo: Martins, 1962. 3ª ed. Rio de Janeiro: Record; São Paulo: Martins, 1975. 280 p. 8ª ed. Rio de Janeiro: Record, 1980. [21ª ed., 2005]

Viventes das Alagoas
Quadros e costumes do Nordeste. São Paulo: Martins, 1962. 5ª ed. Rio de Janeiro: Record, 1975. [19ª ed., 2007]

Alexandre e outros heróis
São Paulo: Martins, 1962. 16ª ed. Rio de Janeiro: Record, 1978. [55ª ed., 2011]

Cartas
Desenhos de Portinari... [et al.]; caricaturas de Augusto Rodrigues, Mendez, Alvarus. Rio de Janeiro: Record, 1980. [8ª ed., 2011]

Cartas de amor a Heloísa
Edição comemorativa do centenário de Graciliano Ramos. São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura, 1992. 2ª ed. Rio de Janeiro: Record, 1992. [3ª ed., 1996]

O estribo de prata
Ilustrações de Floriano Teixeira. Rio de Janeiro: Record, 1984. (Coleção Abre-te Sésamo). 5ª ed. Ilustrações de Simone Matias. Rio de Janeiro: Galerinha Record, 2012.

Antologias, entrevistas e obras em colaboração

CHAKER, Mustafá (Org.). *A literatura no Brasil*. Graciliano Ramos ... [et al.]. Kuwait: [s. n.], 1986. 293 p. Conteúdo: Dados biográficos de escritores brasileiros: Castro Alves, Joaquim de Souza Andrade, Carlos Drummond de Andrade, Vinicius de Moraes, Haroldo de Campos, Manuel Bandeira, Manuel de Macedo, José de Alencar, Graciliano Ramos, Cecília Meireles, Jorge Amado, Clarice Lispector e Zélia Gattai. Texto e título em árabe.

FONTES, Amando et al. *10 romancistas falam de seus personagens*. Amando Fontes, Cornélio Penna, Erico Verissimo, Graciliano Ramos, Jorge Amado, José Geraldo Vieira, José Lins do Rego, Lucio Cardoso, Octavio de Faria, Rachel de Queiroz; prefácio de Tristão de Athayde; ilustradores: Athos Bulcão, Augusto Rodrigues, Carlos Leão, Clóvis Graciano, Cornélio Penna, Luís Jardim, Santa Rosa. Rio de Janeiro: Edições Condé, 1946. 66 p., il., folhas soltas.

MACHADO, Aníbal M. et al. *Brandão entre o mar e o amor*. Romance por Aníbal M. Machado, Graciliano Ramos, Jorge Amado, José Lins do Rego e Rachel de Queiroz. São Paulo: Martins, 1942. 154 p. Título da parte de autoria de Graciliano Ramos: "Mário".

QUEIROZ, Rachel de. *Caminho de pedras*. Poesia de Manuel Bandeira; Estudo de Olívio Montenegro; Crônica de Graciliano Ramos. 10ª ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1987. 96 p. Edição comemorativa do Jubileu de Ouro do Romance.

RAMOS, Graciliano. *Angústia 75 anos*. Edição comemorativa organizada por Elizabeth Ramos. 1ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2011. 384 p.

RAMOS, Graciliano. *Coletânea*: seleção de textos. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL, 1977. 315 p. (Coleção Fortuna Crítica, 2).

RAMOS, Graciliano. "Conversa com Graciliano Ramos". *Temário* — Revista de Literatura e Arte, Rio de Janeiro, v. 2, n. 4, p. 24-29, jan.-abr., 1952. "A entrevista foi conseguida desta forma: perguntas do suposto repórter e respostas literalmente dos romances e contos de Graciliano Ramos."

RAMOS, Graciliano. *Graciliano Ramos*. Coletânea organizada por Sônia Brayner. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL, 1977. 316 p. (Coleção Fortuna Crítica, 2). Inclui bibliografia. Contém dados biográficos.

RAMOS, Graciliano. *Graciliano Ramos*. 1ª ed. Seleção de textos, notas, estudos biográfico, histórico e

crítico e exercícios por: Vivina de Assis Viana. São Paulo: Abril Cultural, 1981. 111 p., il. (Literatura Comentada). Bibliografia: p. 110-111.

RAMOS, Graciliano. *Graciliano Ramos.* Seleção e prefácio de João Alves das Neves. Coimbra: Atlântida, 1963. 212 p. (Antologia do Conto Moderno).

RAMOS, Graciliano. *Graciliano Ramos*: trechos escolhidos. Por Antonio Candido. Rio de Janeiro: Agir, 1961. 99 p. (Nossos Clássicos, 53).

RAMOS, Graciliano. *Histórias agrestes*: contos escolhidos. Seleção e prefácio de Ricardo Ramos. São Paulo: Cultrix, [1960]. 201 p. (Contistas do Brasil, 1).

RAMOS, Graciliano. *Histórias agrestes*: antologia escolar. Seleção e prefácio Ricardo Ramos; ilustrações de Quirino Campofiorito. Rio de Janeiro: Tecnoprint, [1967]. 207 p., il. (Clássicos Brasileiros).

RAMOS, Graciliano. "Ideias Novas". Separata de: *Rev. do Brasil*, [s. l.], ano 5, n. 49, 1942.

RAMOS, Graciliano. *Para gostar de ler*: contos. 4ª ed. São Paulo: Ática, 1988. 95 p., il.

RAMOS, Graciliano. *Para gostar de ler*: contos. 9ª ed. São Paulo: Ática, 1994. 95 p., il. (Para Gostar de Ler, 8).

RAMOS, Graciliano. *Relatórios*. [Organização de Mário Hélio Gomes de Lima.] Rio de Janeiro: Editora Record, 1994. 140 p. Relatórios e artigos publicados entre 1928 e 1953.

RAMOS, Graciliano. *Seleção de contos brasileiros*. Rio de Janeiro: Ed. de Ouro, 1966. 3 v. (333 p.), il. (Contos brasileiros).

RAMOS, Graciliano. [Sete] *7 histórias verdadeiras.* Capa e ilustrações de Percy Deane; [prefácio do autor]. Rio de Janeiro: Ed. Vitória, 1951. 73 p. Contém índice. Conteúdo: Primeira história verdadeira. O olho torto de Alexandre, O estribo de prata, A safra dos tatus, História de uma bota, Uma canoa furada, Moqueca.

RAMOS, Graciliano. "Seu Mota". *Temário* — Revista de Literatura e Arte, Rio de Janeiro, v. 2, n. 4, p. 21-23, jan.-abr., 1952.

RAMOS, Graciliano et al. *Amigos.* Ilustrações de Zeflávio Teixeira. 8ª ed. São Paulo: Atual, 1999. 66 p., il. (Vínculos), brochura.

RAMOS, Graciliano (Org.). *Seleção de contos brasileiros*. Ilustrações de Cleo. Rio de Janeiro: Tecnoprint, [1981]. 3 v.: il. (Ediouro. Coleção Prestígio). "A apresentação segue um critério geográfico, incluindo escritores antigos e modernos de todo o país." Conteúdo: v. 1 Norte e Nordeste; v. 2 Leste; v. 3 Sul e Centro-Oeste.

RAMOS, Graciliano. *Vidas Secas 70 anos*: Edição especial. Fotografias de Evandro Teixeira. 1ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2008. 208 p.

ROSA, João Guimarães. *Primeiras estórias*. Introdução de Paulo Rónai; poema de Carlos Drummond de Andrade; nota biográfica de Renard Perez; crônica de Graciliano Ramos. 5ª ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1969. 176 p.

WASHINGTON, Booker T. *Memórias de um negro*. [Tradução de Graciliano Ramos.] São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1940. 226 p.

Obras traduzidas

Alemão
Angst [Angústia]. Surkamp Verlag, 1978.
Nach eden ist es weit [Vidas secas]. Horst Erdmann Verlag, 1965.
São Bernardo: roman. Frankfurt: Fischer Bucherei, 1965.
Karges Leben [Vidas secas]. 1981.
Raimundo im Land Tatipirún [A terra dos meninos pelados].
Zürich: Verlag Nagel & Kimche. 1996.

Búlgaro
Cyx Knbot [Vidas secas]. 1969.

Catalão
Vides seques. Martorell: Adesiara Editorial, 2011.

Dinamarquês
Tørke [Vidas secas]. 1986.

Espanhol
Angustia. Madri: Ediciones Alfaguara, 1978.
Angustia. México: Páramo Ediciones, 2008.
Angustia. Montevidéu: Independencia, 1944.
Infancia. Buenos Aires, Rosario: Beatriz Viterbo Editora, 2010.
Infancia. Buenos Aires: Siglo Veinte, 1948.
San Bernardo. Caracas: Monte Avila Editores, 1980.
Vidas secas. Buenos Aires: Editorial Futuro, 1947.
Vidas secas. Buenos Aires: Editora Capricornio, 1958.
Vidas secas. Havana: Casa de las Américas, [1964].
Vidas secas. Montevidéu: Nuestra América, 1970.
Vidas secas. Madri: Espasa-Calpe, 1974.
Vidas secas. Buenos Aires: Corregidor, 2001.
Vidas secas. Montevidéu: Ediciones de la Banda Oriental, 2004.

Esperanto
Vivoj Sekaj, [Vidas secas]. El la portugala tradukis Leopoldo H. Knoedt. Fonto (Gersi Alfredo Bays), Chapecó, SC — Brazilo, 1997.

Finlandês
São Bernardo. Helsinki: Porvoo, 1961.

Flamengo
De Doem van de Droogte [Vidas secas]. 1971.
Vlucht Voor de Droogte [Vidas secas]. Antuérpia: Nederlandse vertaling Het Wereldvenster, Bussum, 1981.

Francês
Angoisse [Angústia]. Paris: Gallimard, 1992.
Enfance [Infância]. Paris: Gallimard.
Insomnie: Nouvelles [Insônia]. Paris: Gallimard, 1998.
Mémoires de Prison [Memórias do Cárcere]. Paris: Gallimard.
São Bernardo. Paris: Gallimard, 1936, 1986.
Secheresse [Vidas secas]. Paris: Gallimard, 1964.

Húngaro
Aszaly [Vidas secas]. Budapeste: Europa Könyvriadó, 1967.
Emberfarkas [S. Bernardo]. Budapeste, 1962.

Holandês
Dorre Levens [Vidas secas]. Amsterdam: Coppens & Frenks, Uitgevers, 1998.
São Bernardo. Amsterdam: Copperns & Frenks, Uitgevers, 1996.
Angst [Angústia]. Amsterdam: Coppens & Frenks, Uitgevers, 1995.

Inglês
Anguish [Angústia]. Nova York: A. A. Knopf, 1946; Westport, Conn.: Greenwood Press, 1972.
Barren Lives [Vidas secas]. Austin: University of Texas Press, 1965; 5ª ed, 1999.
Childhood [Infância]. Londres: P. Owen, 1979.
São Bernardo: a novel. Londres: P. Owen, 1975.

Italiano
Angoscia [Angústia]. Milão: Fratelli Bocca, 1954.
Insonnia (Insônia). Roma: Edizioni Fahrenheit 451, 2008.
San Bernardo. Turim: Bollati Boringhieri Editore, 1993.
Siccità [Vidas secas]. Milão: Accademia Editrice, 1963.
Terra Bruciata [Vidas secas]. Milão: Nuova Accademia, 1961.
Vite Secche [Vidas secas]. Roma: Biblioteca Del Vascello, 1993.

Polonês
Zwiedle Zycie [Vidas secas]. 1950.

Romeno
Vieti Seci [Vidas secas]. 1966.

Sueco
Förtorkade Liv [Vidas secas]. 1993.

Tcheco
Vyprahlé Zivoty [Vidas secas]. Praga, 1959.

Turco
Kiraç [Vidas secas]. Istambul, 1985.

Bibliografia
sobre Graciliano Ramos

Livros, dissertações, teses e artigos de periódicos

ABDALA JÚNIOR, Benjamin. *A escrita neorrealista*: análise socioestilística dos romances de Carlos de Oliveira e Graciliano Ramos. São Paulo: Ática, 1981. xii, 127 p. Bibliografia: p. [120]-127 (Ensaios, 73).

ABEL, Carlos Alberto dos Santos. *Graciliano Ramos, cidadão e artista*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1983. 357 f. Tese (Doutorado) — Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

ABEL, Carlos Alberto dos Santos. *Graciliano Ramos, cidadão e artista*. Brasília, DF: Editora UnB, c1997. 384 p. Bibliografia: p. [375]-384.

ABREU, Carmem Lucia Borges de. *Tipos e valores do discurso citado em* Angústia. Niterói: UFF, 1977. 148 f. Dissertação (Mestrado) — Instituto de Letras, Universidade Federal Fluminense.

ALENCAR, Ubireval (Org.). *Motivos de um centenário*: palestras — programação centenária em Alagoas — convidados do simpósio internacional. Alagoas: Universidade Federal de Alagoas: Instituto Arnon de Mello: Estado de Alagoas, Secretaria de Comunicação Social, 1992. 35 p., il.

ALMEIDA FILHO, Leonardo. *Graciliano Ramos e o mundo interior:* o desvão imenso do espírito. Brasília, DF: Editora UnB, 2008. 164 p.

ANDREOLI-RALLE, Elena. *Regards sur la littérature brésilienne*. Besançon: Faculté des Lettres et Sciences Humaines; Paris: Diffusion, Les Belles Lettres, 1993. 136 p., il. (Annales Littéraires de l'Université de Besançon, 492). Inclui bibliografia.

AUGUSTO, Maria das Graças de Moraes. *O absurdo na obra de Graciliano Ramos*, ou, de como um marxista virou existencialista. Rio de Janeiro: UFRJ, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, 1981. 198 p.

BARBOSA, Sonia Monnerat. *Edição crítica de* Angústia *de Graciliano Ramos*. Niterói: UFF, 1977. 2 v. Dissertação (Mestrado) — Instituto de Letras, Universidade Federal Fluminense.

BASTOS, Hermenegildo. Memórias do cárcere*, literatura e testemunho*. Brasília: Editora UnB, c1998. 169 p. Bibliografia: p. [163]-169.

BASTOS, Hermenegildo. *Relíquias de la casa nueva. La narrativa Latinoamericana: El eje Graciliano-Rulfo*. México: Universidad Nacional Autónoma de México, 2005. Centro Coordinador Difusor de Estúdios Latinoamericanos. Traducción de Antelma Cisneros. 160 p. Inclui bibliografia.

BASTOS, Hermenegildo. BRUNACCI, Maria Izabel. ALMEIDA FILHO, Leonardo. *Catálogo de benefícios: O significado de uma homenagem*. Edição conjunta com o livro *Homenagem a Graciliano*

Ramos, registro do jantar comemorativo do cinquentenário do escritor, em 1943, quando lhe foi entregue o Prêmio Filipe de Oliveira pelo conjunto da obra. Reedição da publicação original inclui os discursos pronunciados por escritores presentes ao jantar e artigos publicados na imprensa por ocasião da homenagem. Brasília: Hinterlândia Editorial, 2010. 125 p.

BISETTO, Carmen Luc. *Étude quantitative du style de Graciliano Ramos dans* Infância. [S.l.], [s. n.]: 1976.

BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira*. 32ª ed. Editora Cultrix, São Paulo: 1994. 528 p. Graciliano Ramos. p. 400-404. Inclui bibliografia.

BRASIL, Francisco de Assis Almeida. *Graciliano Ramos*: ensaio. Rio de Janeiro: Org. Simões, 1969. 160 p., il. Bibliografia: p. 153-156. Inclui índice.

BRAYNER, Sônia. *Graciliano Ramos*: coletânea. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978. 316 p. (Coleção Fortuna Crítica).

BRUNACCI, Maria Izabel. *Graciliano Ramos:* um escritor personagem. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008. Crítica e interpretação. 190 p. Inclui bibliografia.

BUENO, Luís. *Uma história do romance de 30*. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo; Campinas: Editora da Unicamp, 2006. 712 p. Graciliano Ramos, p. 597-664. Inclui bibliografia.

BUENO-RIBEIRO, Eliana. *Histórias sob o sol*: uma interpretação de Graciliano Ramos. Rio de Janeiro: UFRJ, 1989. 306 f. Tese (Doutorado) — Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1980.

BULHÕES, Marcelo Magalhães. *Literatura em campo minado*: a metalinguagem em Graciliano Ramos e a tradição brasileira. São Paulo: Annablume, FAPESP, 1999.

BUMIRGH, Nádia R.M.C. S. Bernardo *de Graciliano Ramos*: proposta para uma edição crítica. São Paulo: USP, 1998. Dissertação (Mestrado) — Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

CANDIDO, Antonio. *Ficção e confissão*: ensaio sobre a obra de Graciliano Ramos. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1956. 83 p.

CANDIDO, Antonio. *Ficção e confissão*: ensaios sobre Graciliano Ramos. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992. 108 p., il. Bibliografia: p. [110]-[111].

CANIZAL, Eduardo Penuela. *Duas leituras semióticas*: Graciliano Ramos e Miguel Ángel Asturias. São Paulo: Perspectiva, 1978. 88 p., il.

CARVALHO, Castelar de. *Ensaios gracilianos*. Rio de Janeiro: Ed. Rio, Faculdades Integradas Estácio de Sá, 1978. 133 p. (Universitária, 6).

CARVALHO, Elizabeth Pereira de. *O foco movente em Liberdade:* estilhaço e ficção em Silviano Santiago. Rio de Janeiro: UFRJ, 1992. 113 p. Dissertação (Mestrado) — Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

CARVALHO, Lúcia Helena de Oliveira Vianna. *A ponta do novelo*: uma interpretação da “mise en abîme” em *Angústia* de Graciliano Ramos. Niterói: UFF, 1978. 183 f. Dissertação (Mestrado) — Instituto de Letras, Universidade Federal Fluminense.

CARVALHO, Lúcia Helena de Oliveira Vianna. *A ponta do novelo*: uma interpretação de *Angústia*, de Graciliano Ramos. São Paulo: Ática, 1983. 130 p. (Ensaios, 96). Bibliografia: p. [127]-130.

CARVALHO, Lúcia Helena de Oliveira Vianna. *Roteiro de leitura*: *São Bernardo* de Graciliano Ramos. São Paulo: Ática, 1997. 152 p. Brochura.

CARVALHO, Luciana Ribeiro de. *Reflexos da Revolução Russa no romance brasileiro dos anos trinta*: Jorge Amado e Graciliano Ramos. São Paulo, 2000. 139 f. Dissertação (Mestrado) — Faculdade de

Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

CARVALHO, Sônia Maria Rodrigues de. *Traços de continuidade no universo romanesco de Graciliano Ramos*. São Paulo: Universidade Estadual Paulista, 1990. 119 f. Dissertação (Mestrado) — Universidade Estadual Paulista Júlio Mesquita Filho.

CASTELLO, José Aderaldo. *Homens e intenções*: cinco escritores modernistas. São Paulo: Conselho Estadual de Cultura, Comissão de Literatura, 1959. 107 p. (Coleção Ensaio, 3).

CASTELLO, José Aderaldo. *A literatura brasileira. Origens e Unidade (1500-1960).* Dois vols. Editora da Universidade de São Paulo, SP, 1999. Graciliano Ramos, autor-síntese. Vol. II, p. 298-322.

CENTRE DE RECHERCHES LATINO-AMÉRICAINES. *Graciliano Ramos: Vidas secas*. [S.l.], 1972. 142 p.

CERQUEIRA, Nelson. *Hermenêutica e literatura:* um estudo sobre *Vidas secas* de Graciliano Ramos e *Enquanto agonizo* de William Faulkner. Salvador: Editora Cara, 2003. 356 p.

CÉSAR, Murilo Dias. *São Bernardo*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1997. 64 p. Título de capa: *Adaptação teatral livre de* São Bernardo, *de Graciliano Ramos*.

[CINQUENTA] 50 anos do romance *Caetés*. Maceió: Departamento de Assuntos Culturais, 1984. 106 p. Bibliografia: p. [99]-100.

COELHO, Nelly Novaes. *Tempo, solidão e morte*. São Paulo: Conselho Estadual de Cultura, Comissão de Literatura, [1964]. 75 p. (Coleção Ensaio, 33). Conteúdo: O “eterno instante” na poesia de Cecília Meireles; Solidão e luta em Graciliano Ramos; O tempo e a morte: duas constantes na poesia de Antônio Nobre.

CONRADO, Regina Fátima de Almeida. *O mandacaru e a flor*: a autobiografia *Infância* e os modos de ser Graciliano. São Paulo: Arte & Ciência, 1997. 207 p. (Universidade Aberta, 32. Literatura). Parte da dissertação do autor (Mestrado) — UNESP, 1989. Bibliografia: p. [201]-207.

CORRÊA JUNIOR, Ângelo Caio Mendes. *Graciliano Ramos e o Partido Comunista Brasileiro*: as memórias do cárcere. São Paulo, 2000. 123 p. Dissertação (Mestrado) — Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

COURTEAU, Joanna. *The World View in the Novels of Graciliano Ramos*. Ann Arbor: Univ. Microfilms Int., 1970. 221 f. Tese (Doutorado) — The University of Wisconsin. Ed. Fac-similar.

COUTINHO, Fernanda. *Imagens da infância em Graciliano Ramos e Antoine de Saint-Exupéry*. Recife: UFPE, 2004. 231 f. Tese (doutorado) — Centro de Artes e Comunicação, Universidade Federal de Pernambuco. Inclui bibliografia.

COUTINHO, Fernanda. *Lembranças pregadas a martelo:* breves considerações sobre o medo em *Infância* de Graciliano Ramos. In Investigações: Revista do Programa de Pós-graduação em Letras e Linguística da UFPE. Recife: vol. 13 e 14, dezembro, 2001.

CRISTÓVÃO, Fernando Alves. *Graciliano Ramos*: estrutura e valores de um modo de narrar. Rio de Janeiro: Ed. Brasília; Brasília: INL, 1975. 330 p. il. (Coleção Letras, 3). Inclui índice. Bibliografia: p. 311-328.

CRISTÓVÃO, Fernando Alves. *Graciliano Ramos*: estrutura e valores de um modo de narrar. 2ª ed., rev. Rio de Janeiro: Ed. Brasília/Rio, 1977. xiv, 247 p., il. (Coleção Letras). Bibliografia: p. 233-240.

CRISTÓVÃO, Fernando Alves. *Graciliano Ramos*: estrutura e valores de um modo de narrar. Prefácio de Gilberto Mendonça Teles. 3ª ed., rev. e il. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1986. xxxiii, 374 p., il. (Coleção Documentos Brasileiros, 202). Bibliografia: p. 361-374. Apresentado originalmente como tese do autor (Doutorado em Literatura Brasileira) — Universidade Clássica de Lisboa. Brochura.

CRUZ, Liberto; EULÁLIO, Alexandre; AZEVEDO, Vivice M. C. *Études portugaises et brésiliennes*.

Rennes: Faculté des Lettres et Sciences Humaines, 1969. 72 p. facsims. Bibliografia: p. 67-71. Estudo sobre: Júlio Dinis, Blaise Cendrars, Darius Milhaud e Graciliano Ramos. Travaux de la Faculté des Lettres et Sciences Humaines de l'Université de Rennes, Centre d'Études Hispaniques, Hispano-Américaines et Luso-Brésiliennes (Series, 5), (Centre d'Études Hispaniques, Hispano-américaines et Luso-Brésiliennes. [Publications], 5).

DANTAS, Audálio. *A infância de Graciliano Ramos*: biografia. Literatura infantojuvenil. São Paulo: Instituto Callis, 2005.

DIAS, Ângela Maria. *Identidade e memória*: os estilos Graciliano Ramos e Rubem Fonseca. Rio de Janeiro: UFRJ, 1989. 426 f. Tese (Doutorado) — Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

D'ONOFRIO, Salvatore. *Conto brasileiro*: quatro leituras (Machado de Assis, Graciliano Ramos, Guimarães Rosa, Osman Lins). Petrópolis: Vozes, 1979. 123 p.

DUARTE, Eduardo de Assis (Org.). *Graciliano revisitado*: coletânea de ensaios. Natal: Ed. Universitária, UFRN, 1995. 227 p. (Humanas letras).

ELLISON, Fred P. *Brazil's New Novel:* Four Northeastern Masters: José Lins do Rego, Jorge Amado, Graciliano Ramos [and] Rachel de Queiroz. Berkeley: University of California Press, 1954. 191 p. Inclui bibliografia.

ELLISON, Fred P. *Brazil's New Novel:* Four Northeastern Masters: José Lins do Rego, Jorge Amado, Graciliano Ramos, Rachel de Queiroz. Westport, Conn.: Greenwood Press, 1979 (1954). xiii, 191 p. Reimpressão da edição publicada pela University of California Press, Berkeley. Inclui índice. Bibliografia: p. 183-186.

FABRIS, M. "Função Social da Arte: Cândido Portinari e Graciliano Ramos". *Rev. do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, n. 38, p. 11-19, 1995.

FARIA, Viviane Fleury. *Um fausto cambembe: Paulo Honório*. Tese (Doutorado) — Brasília: UnB, 2009. Orientação de Hermenegildo Bastos. Programa de Pós-Graduação em Literatura, UnB.

FÁVERO, Afonso Henrique. *Aspectos do memorialismo brasileiro*. São Paulo, 1999. 370 p. Tese (Doutorado) — Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. Graciliano Ramos é um dos três autores que "figuram em primeiro plano na pesquisa, com *Infância* e *Memórias do cárcere*, duas obras de reconhecida importância dentro do gênero".

FELDMANN, Helmut. *Graciliano Ramos:* eine Untersuchung zur Selbstdarstellung in seinem epischen Werk. Genève: Droz, 1965. 135 p. facsims. (Kölner romanistische Arbeiten, n.F., Heft 32). Bibliografia: p. 129-135. Vita. Thesis — Cologne.

FELDMANN, Helmut. *Graciliano Ramos:* reflexos de sua personalidade na obra. [Tradução de Luís Gonzaga Mendes Chaves e José Gomes Magalhães.] Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1967. 227 p. (Coleção Carnaúba, 4). Bibliografia: p. [221]-227.

FELINTO, Marilene. *Graciliano Ramos.* São Paulo: Brasiliense, 1983. 78 p., il. "Outros heróis e esse Graciliano". Lista de trabalhos de Graciliano Ramos incluída em "Cronologia": p. 68-75. (Encanto Radical, 30).

FERREIRA, Jair Francelino; BRUNETI, Almir de Campos. *Do meio aos mitos*: Graciliano Ramos e a tradição religiosa. Brasília, 1999. Dissertação (Mestrado) — Universidade de Brasília. 94 p.

FISCHER, Luis Augusto; GASTAL, Susana; COUTINHO, Carlos Nelson (Org.). *Graciliano Ramos.* [Porto Alegre]: SMC, 1993. 80 p. (Cadernos Ponto & Vírgula). Bibliografia: p. 79-80.

FONSECA, Maria Marília Alves da. *Análise semântico-estrutural da preposição "de" em* Vidas secas, S. Bernardo *e* Angústia. Niterói: UFF, 1980. 164 f. Dissertação (Mestrado) — Instituto de Letras, Universidade Federal Fluminense.

FRAGA, Myriam. *Graciliano Ramos*. São Paulo: Moderna, 2007. Coleção Mestres da Literatura. (Literatura infantojuvenil).

FREIXIEIRO, Fábio. *Da razão à emoção II*: ensaios rosianos e outros ensaios e documentos. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1971. 192 p. (Temas de Todo o Tempo, 15).

GARBUGLIO, José Carlos; BOSI, Alfredo; FACIOLI, Valentim. *Graciliano Ramos*. Participação especial, Antonio Candido [et al.]. São Paulo: Ática, 1987. 480 p., il. (Coleção Autores Brasileiros. Antologia, 38. Estudos, 2). Bibliografia: p. 455-480.

GIMENEZ, Erwin Torralbo. *O olho torto de Graciliano Ramos: metáfora e perspectiva*. Revista USP, São Paulo, nº 63, p. 186-196, set/nov, 2004.

GUEDES, Bernadette P. *A Translation of Graciliano Ramos' Caetes*. Ann Arbor: Univ. Microfilms Int, 1976. 263 f. Tese (Doutorado) — University of South Carolina. Ed. fac-similar.

GUIMARÃES, José Ubireval Alencar. *Graciliano Ramos:* discurso e fala das memórias. Porto Alegre: PUC/RS, 1982. 406 f. Tese (Doutorado) — Instituto de Letras e Artes, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

GUIMARÃES, José Ubireval Alencar. *Graciliano Ramos e a fala das memórias*. Maceió: [Serviços Gráficos de Alagoas], 1988. 305 p., il. Bibliografia: p. [299]-305.

GUIMARÃES, José Ubireval Alencar. Vidas secas: um ritual para o mito da seca. Maceió: EDICULTE, 1989. 160 p. Apresentado originalmente como dissertação de Mestrado do autor. — Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Bibliografia: p. [155]-157.

HAMILTON JUNIOR, Russell George. *A arte de ficção de Graciliano Ramos*: a apresentação de personagens. Ann Arbor: Univ. Microfilms Int., 1965. Tese (Doutorado) — Yale University. Ed. Fac-similar, 255 f.

HESSE, Bernard Hermann. *O escritor e o infante*: uma negociação para a representação em *Infância*. Brasília, 2007. Tese (Doutorado) — Orientação de Hermenegildo Bastos. Programa de Pós-graduação de Literatura — Universidade de Brasília.

HILLAS, Sylvio Costa. *A natureza interdisciplinar da teoria literária no estudo sobre* Vidas secas. Rio de Janeiro: UFRJ, 1999. 105 f. Dissertação (Mestrado) — Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

HOLANDA, Lourival. *Sob o signo do silêncio*: *Vidas secas* e *O estrangeiro*. São Paulo: EDUSP, 1992. 91 p. Bibliografia: p. [89]-91. (Criação & Crítica, 8).

LEBENSZTAYN, Ieda. *Graciliano Ramos e a novidade*: o astrônomo do inferno e os meninos impossíveis. São Paulo: Ed. Hedra em parceria com a Escola da Cidade (ECidade), 2010. 524 p.

LEITÃO, Cláudio Correia. *Origens e fins da memória*: Graciliano Ramos, Joaquim Nabuco e Murilo Mendes. Belo Horizonte, 1997. 230 f. Tese (Doutorado) — Universidade Federal de Minas Gerais.

LEITÃO, Cláudio. *Líquido e incerto*; memória e exílio em Graciliano Ramos. Niterói: EdUFF, São João del Rei: UFSJ, 2003. 138 p.

LIMA, Valdemar de Sousa. *Graciliano Ramos em Palmeira dos Índios*. [Brasília]: Livraria-Editora Marco [1971]. 150 p., il. 2ª ed. Civilização Brasileira, 1980.

LIMA, Yêdda Dias; REIS, Zenir Campos (Coord.). *Catálogo de manuscritos do arquivo Graciliano Ramos*. São Paulo: EDUSP, [1992]. 206 p. (Campi, 8). Inclui bibliografia.

LINS, Osman. *Graciliano, Alexandre e outros*. Vitral ao sol. Recife, Editora Universitária da UFPE, p. 300-307, julho, 2004.

LOUNDO, Dilip. *Tropical rhymes, topical reasons*. An Antology of Modern Brazilian Literature. National

Book Trust, Índia. Nova Délhi, 2001.

LUCAS, Fabio. *Lições de literatura nordestina*. Salvador: Fundação Casa de Jorge Amado, 2005. Coleção Casa de Palavras, 240 p. “Especificações de *Vidas secas*”, p. 15-35, “A textualidade contida de Graciliano Ramos”, p. 39-53, “Graciliano retratado por Ricardo Ramos”, p. 87-98. Inclui bibliografia.

MAGALHÃES, Belmira. Vidas secas*:* os desejos de sinha Vitória. HD Livros Editora Curitiba, 2001.

MAIA, Ana Luiza Montalvão; VENTURA, Aglaeda Facó. *O contista Graciliano Ramos*: a introspecção como forma de perceber e dialogar com a realidade. Brasília, 1993. 111 f. Dissertação (Mestrado) — Universidade de Brasília.

MAIA, Pedro Moacir. *Cartas inéditas de Graciliano Ramos a seus tradutores argentinos Benjamín de Garay e Raúl Navarro*. Salvador: EDUFBA, 2008. 164 p.: il.

MALARD, Letícia. *Ensaio de literatura brasileira*: ideologia e realidade em Graciliano Ramos. Belo Horizonte: Itatiaia, [1976]. 164 p. (Coleção Universidade Viva, 1). Bibliografia: p. 155-164. Apresentado originalmente como tese de Doutorado da autora — Universidade Federal de Minas Gerais, 1972.

MANUEL Bandeira, Aluisto [i.e. Aluisio] Azevedo, Graciliano Ramos, Ariano Suassuna: [recueil de travaux présentés au séminaire de 1974]. Poitiers: Centre de Recherches Latino-Américaines de l’Université de Poitiers, 1974. 167 p. (Publications du Centre de Recherches Latino-Américaines de l’Université de Poitiers). Francês ou português. Conteúdo: Roig, A. Manuel Bandeira, ou l’enfant père du poète, Garbuglio, J. C. Bandeira entre o Beco e Pasárgada, Vilhena, M. da C. Duas cantigas medievais de Manuel Bandeira, Mérian, J.-Y. Un roman inachevé de Aluisio Azevedo, Alvès, J. Lecture plurielle d’un passage de *Vidas secas*, David-Peyre, Y. Les personnages et la mort dans *Relíquias de Casa Velha*, de Machado de Assis, Moreau, A. Remarques sur le dernier acte de l’*Auto da Compadecida*, Azevedo-Batard, V. Apports inédits à l’oeuvre de Graciliano Ramos.

MARINHO, Maria Celina Novaes. *A imagem da linguagem na obra de Graciliano Ramos*: uma análise da heterogeneidade discursiva nos romances *Angústia* e *Vidas secas*. São Paulo: Humanitas, FFLCH/USP, 2000. 110 p. Apresentado originalmente como dissertação do autor (Mestrado) — Universidade de São Paulo, 1995. Bibliografia: p. [105]-110.

MAZZARA, Richard A. *Graciliano Ramos*. Nova York: Twayne Publishers, [1974]. 123 p. (Twayne’s World Authors Series, TWAS 324. Brazil). Bibliografia: p. 121-122.

MEDEIROS, Heloísa Marinho de Gusmão. *A mulher na obra de Graciliano Ramos*. Maceió, Universidade Federal de Alagoas/Deptº de Letras Estrangeiras, 1994.

MELLO, Marisa Schincariol de. *Graciliano Ramos:* criação literária e projeto político (1930-1953)*.* Rio de Janeiro, 2005. Dissertação (Mestrado). História Contemporânea. Universidade Federal Fluminense (UFF).

MERCADANTE, Paulo. *Graciliano Ramos*: o manifesto do trágico. Rio de Janeiro: Topbooks, 1993. 167 p. Inclui bibliografia.

MIRANDA, Wander Melo. *Corpos escritos*: Graciliano Ramos e Silviano Santiago. São Paulo: EDUSP; Belo Horizonte: Editora UFMG, 1992. 174 p. Apresentado originalmente como tese do autor (Doutorado) — Universidade de São Paulo, 1987. Bibliografia: p. [159]-174.

MIRANDA, Wander Melo. *Graciliano Ramos.* São Paulo: Publifolha, 2004. 96 p.

MORAES, Dênis de. *O velho Graça*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1992. xxiii, 407 p., il. Subtítulo de capa: Uma biografia de Graciliano Ramos. Bibliografia: p. 333-354. Inclui índice.

MOTTA, Sérgio Vicente. *O engenho da narrativa e sua árvore genealógica*: das origens a Graciliano Ramos e Guimarães Rosa. São Paulo: UNESP, 2006.

MOURÃO, Rui. *Estruturas*: ensaio sobre o romance de Graciliano. Belo Horizonte: Edições Tendências, 1969. 211 p. 2ª ed., Arquivo, INL, 1971. 3ª ed., Ed. UFPR, 2003.

MUNERATTI, Eduardo. *Atos agrestes*: uma abordagem geográfica na obra de Graciliano Ramos. São Paulo, 1994. 134 p. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) — Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

MURTA, Elício Ângelo de Amorim. *Os nomes (próprios) em* Vidas secas. Concurso monográfico "50 anos de Vidas secas". Universidade Federal de Alagoas, 1987.

NASCIMENTO, Dalma Braune Portugal do. *Fabiano, herói trágico na tentativa do ser*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1976. 69 f. Dissertação (Mestrado) — Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

NASCIMENTO, Dalma Braune Portugal do. *Fabiano, herói trágico na tentativa do ser*. Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro, 1980. 59 p. Bibliografia: p. 55-59.

NEIVA, Cícero Carreiro. Vidas secas *e* Pedro Páramo: tecido de vozes e silêncios na América Latina. Rio de Janeiro: UFRJ, 2001. 92 f. Dissertação (Mestrado) — Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

NERY, Vanda Cunha Albieri. *Graça eterno.* No universo infinito da criação. (Doutorado em Comunicação e Semiótica). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1995.

NEVES, João Alves das. *Graciliano Ramos*. Coimbra: Atlântida, 1963. 212 p.

NOGUEIRA, Ruth Persice. *Jornadas e sonhos*: a busca da utopia pelo homem comum: estudo comparativo dos romances *As vinhas da ira* de John Steinbeck e *Vidas secas* de Graciliano Ramos. Rio de Janeiro: UFRJ, 1994. 228 f. Tese (Doutorado) — Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

NUNES, M. Paulo. *A lição de Graciliano Ramos.* Teresina: Editora Corisco, 2003.

OLIVEIRA, Celso Lemos de. *Understanding Graciliano Ramos.* Columbia, S.C.: University of South Carolina Press, 1988. 188 p. (Understanding Contemporary European and Latin American Literature). Inclui índice. Bibliografia: p. 176-182.

OLIVEIRA NETO, Godofredo de. *A ficção na realidade em* São Bernardo. 1ª ed. Belo Horizonte: Nova Safra; [Blumenau]: Editora da FURB, c1990. 109 p., il. Baseado no capítulo da tese do autor (Doutorado — UFRJ, 1988), apresentado sob o título: *O nome e o verbo na construção de* São Bernardo. Bibliografia: p. 102-106.

OLIVEIRA, Jurema José de. *O espaço do oprimido nas literaturas de língua portuguesa do século XX*: Graciliano Ramos, Alves Redol e Fernando Monteiro de Castro Soromenho. Rio de Janeiro: UFRJ, 1998. 92 p. Dissertação (Mestrado) — Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

OLIVEIRA, Luciano. *O bruxo e o rabugento.* Ensaios sobre Machado de Assis e Graciliano Ramos. Rio de Janeiro: Vieira & Lent, 2010.

OLIVEIRA, Maria de Lourdes. *Cacos de Memória*: Uma leitura de *Infância*, de Graciliano Ramos. Belo Horizonte, 1992. 115 f. Dissertação (Mestrado) — Universidade Federal de Minas Gerais.

PALMEIRA DOS ÍNDIOS. Prefeitura. *Dois relatórios ao governador de Alagoas*. Apresentação de Gilberto Marques Paulo. Recife: Prefeitura da Cidade do Recife, Secretaria de Educação e Cultura, Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1992. 44 p. "Edição comemorativa ao centenário de nascimento do escritor Graciliano Ramos (1892-1953)." Primeiro trabalho publicado originalmente: Relatório ao Governador do Estado de Alagoas. Maceió: Impr. Official, 1929. Segundo trabalho publicado originalmente: 2º Relatório ao Sr. Governador Álvaro Paes. Maceió: Impr. Official, 1930.

PEÑUELA CAÑIZAL, Eduardo. *Duas leituras semióticas*: Graciliano Ramos e Miguel Ángel Asturias. São Paulo: Perspectiva, Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo, 1978. 88 p. (Coleção Elos, 21).

PEREGRINO JÚNIOR. *Três ensaios*: modernismo, Graciliano, Amazônia. Rio de Janeiro: São José, 1969. 134 p.

PEREIRA, Isabel Cristina Santiago de Brito; PATRIOTA, Margarida de Aguiar. *A configuração da personagem no romance de Graciliano Ramos*. Brasília, 1983. Dissertação (Mestrado) — Universidade de Brasília. 83 p.

PINTO, Rolando Morel. *Graciliano Ramos, autor e ator*. [São Paulo: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Assis, 1962.] 189 p. fac-sím. Bibliografia: p. 185-189.

PÓLVORA, Hélio. "O conto na obra de Graciliano." Ensaio p. 53-61. *Itinerários do conto: interfaces críticas e teóricas de modern short stories.* Ilhéus: Editus, 2002. 252 p.

PÓLVORA, Hélio. *Graciliano, Machado, Drummond e outros*. Rio de Janeiro: F. Alves, 1975. 158 p.

PÓLVORA, Hélio. "Infância: A maturidade da prosa." "Imagens recorrentes em *Caetés*." "O anti-herói trágico de *Angústia*." Ensaios p. 81-104. *O espaço interior.* Ilhéus: Editora da Universidade Livre do Mar e da Mata, 1999. 162 p.

PUCCINELLI, Lamberto. *Graciliano Ramos*: relações entre ficção e realidade. São Paulo: Edições Quíron, 1975. xvii, 147 p. (Coleção Escritores de Hoje, 3). "Originalmente a dissertação de Mestrado *Graciliano Ramos — figura e fundo*, apresentada em 1972 na disciplina de Sociologia da Literatura à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo." Bibliografia: p. 145-146.

RAMOS, Clara. *Cadeia*. Rio de Janeiro: J. Olympio, c1992. 213 p., il. Inclui bibliografia.

RAMOS, Clara. *Mestre Graciliano*: confirmação humana de uma obra. [Capa, Eugênio Hirsch]. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979. 272 p., il. (Coleção Retratos do Brasil, 134). Inclui bibliografia.

RAMOS, Elizabeth S. *Histórias de bichos em outras terras:* a transculturação na tradução de Graciliano Ramos. Salvador: UFBA, 1999. Dissertação (Mestrado) — Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia.

RAMOS, Elizabeth S. Vidas Secas *e The Grapes of Wrath — o implícito metafórico e sua tradução*. Salvador: UFBA, 2003. 162 f. Tese (Doutorado) — Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia.

RAMOS, Elizabeth S. *Problems of Cultural Translation in Works by Graciliano Ramos*. Yale University-Department of Spanish and Portuguese, Council on Latin American and Iberian Studies. New Haven, EUA, 2004.

RAMOS, Ricardo. *Graciliano*: retrato fragmentado. São Paulo: Globo, 2011. 2ª ed. 270 p.

REALI, Erilde Melillo. *Itinerario nordestino di Graciliano Ramos*. Nápoles [Itália]: Intercontinentalia, 1973. 156 p. (Studi, 4).

REZENDE, Stella Maris; VENTURA, Aglaeda Facó. *Graciliano Ramos e a literatura infantil*. Brasília, 1988. 101 p. Dissertação (Mestrado) — Universidade de Brasília.

RIBEIRO, Magdalaine. *Infância de Graciliano Ramos*. Autobiografia ou radiografia da realidade nordestina? In: Identidades e representações na cultura brasileira. Rita Olivieri-Gadot, Lícia Soares de Souza (Org.). João Pessoa: Ideia, 2001.

RIBEIRO, Maria Fulgência Bomfim. *Escolas da vida e grafias de má morte*: a educação na obra de Graciliano Ramos. Dissertação (Mestrado). Departamento de Letras e Artes, Universidade Estadual de Feira de Santana, 2003.

RISSI, Lurdes Theresinha. *A expressividade da semântica temporal e aspectual em* S. Bernardo *e* Angústia. Niterói: UFF, 1978. 142 f. Dissertação (Mestrado) — Instituto de Letras, Universidade Federal Fluminense.

SANT'ANA, Moacir Medeiros de. *A face oculta de Graciliano Ramos.* Maceió: Secretaria de Comunicação Social: Arquivo Público de Alagoas, 1992. 106 p., il. Subtítulo de capa: Os 80 anos de um inquérito literário. Inclui: "A arte e a literatura em Alagoas", do *Jornal de Alagoas*, publicado em 18/09/1910 (p. [37]-43). Inclui bibliografia.

SANT'ANA, Moacir Medeiros de. *Graciliano Ramos*: achegas biobibliográficas. Maceió: Arquivo Público de Alagoas, SENEC, 1973. 92 p., il. Inclui bibliografias.

SANT'ANA, Moacir Medeiros de. *Graciliano Ramos*: vida e obra. Maceió: Secretaria de Comunicação Social, 1992. 337 p., il. ret., fac-símiles. Dados retirados da capa. Bibliografia: p. 115-132.

SANT'ANA, Moacir Medeiros de. *Graciliano Ramos antes de* Caetés: catálogo da exposição biobibliográfica de Graciliano Ramos, comemorativa dos 50 anos do romance *Caetés*, realizada pelo Arquivo Público de Alagoas em novembro de 1983. Maceió: Arquivo Público de Alagoas, 1983. 42 p., il. Título de capa: Catálogo, Graciliano Ramos antes de *Cahetés*. Inclui bibliografia. Contém dados biográficos.

SANT'ANA, Moacir Medeiros de. *História do romance* Caetés. Maceió: Arquivo Público: Subsecretaria de Comunicação Social, 1983. 38 p., il. Inclui bibliografia.

SANT'ANA, Moacir Medeiros de. *O romance* S. Bernardo. Maceió: Universidade Federal de Alagoas, 1984. 25 p. "Catálogo da Exposição Bibliográfica 50 Anos de *S. Bernardo*" realizada pelo Arquivo Público de Alagoas em dezembro de 1984. Contém dados biográficos. Bibliografia: p. 17-25.

SANT'ANA, Moacir Medeiros de. Vidas secas: história do romance. Recife: Sudene, 1999. 150 p., il. "Bibliografia sobre *Vidas secas*": p. [95]-117.

SANTIAGO, Silviano. *Em liberdade*: uma ficção de Silviano Santiago. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981. 235 p. (Coleção Literatura e Teoria Literária, 41).

SANTOS, Valdete Pinheiro. *A metaforização em* Vidas secas: a metáfora de base animal. Rio de Janeiro: UFRJ, 1979. 65 f. Dissertação (Mestrado) — Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

SÉMINAIRE GRACILIANO RAMOS, 1971, Poitiers. *Graciliano Ramos*: *Vidas secas*. Poitiers [França]: Centre de Recherches Latino-Américaines de l'Université de Poitiers, 1972. 142 p. (Publications du Centre de Recherches Latino-Américaines de l'Université de Poitiers). Seminários: fev.-jun. de 1971. Inclui bibliografia.

SERRA, Tânia Rebelo Costa. *Análise histórica de* Vidas secas *de Graciliano Ramos.* Brasília, 1980. 17 f.

SILVA, Bélchior Cornelio da. *O pio da coruja*: ensaios literários. Belo Horizonte: Ed. São Vicente, 1967. 170 p.

SILVA, Enaura Quixabeira Rosa e outros. Angústia *70 anos depois*. Maceió: Ed. Catavento, 2006. 262 p.

SILVA, Hélcio Pereira da. *Graciliano Ramos*: ensaio crítico-psicanalítico. Rio de Janeiro, Aurora, 1950. 134 p., 2ª ed. rev., Ed. G. T. L., 1954.

SILVEIRA, Paulo de Castro. *Graciliano Ramos*: nascimento, vida, glória e morte. Maceió: Fundação Teatro Deodoro, 1982. 210 p.: il.

SOUZA, Tânia Regina de. *A infância do velho Graciliano:* memórias em letras de forma. Editora da UFSC. Florianópolis, 2001.

STEGAGNO-PICCHIO, Luciana. *História da literatura brasileira*, Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2ª ed., 2004. 744 p. "O Nordeste em ponta seca: Graciliano Ramos." p. 531-533. Inclui bibliografia.

TÁTI, Miécio. "Aspectos do romance de Graciliano Ramos". *Temário* — Revista de Literatura e Arte, Rio de Janeiro, v. 2, n. 4, p. 1-19, jan.-abr., 1952.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. *Roteiro de* Vidas secas: seminário sobre o livro de Graciliano Ramos e o filme de Nelson Pereira dos Santos. Brasília, 1965. 63 p.

UNIVERSITÉ DE POITIERS. *Manuel Bandeira, Aluísio Azevedo, Graciliano Ramos, Ariano Suassuna*. Poitiers, 1974. Texto em francês e português. 167 p.

VENTURA, Susanna Ramos. *Escritores revisitam escritores*: a leitura de Fernando Pessoa e Ricardo Reis, por José Saramago, e de Graciliano Ramos e Cláudio Manuel da Costa, por Silviano Santiago. São Paulo, 2000. 194 p. Anexos. Dissertação (Mestrado) — Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

VERDI, Eunaldo. *Graciliano Ramos e a crítica literária.* Prefácio de Edda Arzúa Ferreira. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1989. 184 p., il. Apresentado originalmente como dissertação de Mestrado do autor — Universidade Federal de Santa Catarina, 1983. Bibliografia: p. 166-180.

VIANA, Vivina de Assis. *Graciliano Ramos*. São Paulo: Nova Cultural, 1990. 144 p.

VIANNA, Lúcia Helena. *Roteiro de leitura*: *São Bernardo* de Graciliano Ramos. São Paulo: Ática, 1997. 152 p., il.

ZILBERMAN, Regina. São Bernardo *e os processos da comunicação*. Porto Alegre: Movimento, 1975. 66 p. (Coleção Augusto Meyer: Ensaios, 8). Inclui bibliografia.

Produções cinematográficas

Vidas secas — Direção de Nelson Pereira dos Santos, 1963.

São Bernardo — Direção, adaptação e roteiro de Leon Hirszman, 1972.

Memórias do cárcere — Direção de Nelson Pereira dos Santos, 1983.

Produção para rádio e TV

São Bernardo — novela em capítulos baseada no romance, adaptado para a Rádio Globo do Rio de Janeiro por Amaral Gurgel, em 1949.

São Bernardo — *Quarta Nobre* baseada no romance, adaptado em um episódio para a TV Globo por Lauro César Muniz, em 29 de junho de 1983.

A terra dos meninos pelados — musical infantil baseado na obra homônima, adaptada em quatro episódios para a TV Globo por Cláudio Lobato e Márcio Trigo, em 2003.

Graciliano Ramos — Relatos da Sequidão. DVD — Vídeo. Direção, roteiro e entrevistas de Maurício Melo Júnior. TV Senado, 2010.

Prêmios literários

Prêmio Lima Barreto, pela *Revista Acadêmica* (conferido a *Angústia*, 1936).

Prêmio de Literatura Infantil, do Ministério da Educação (conferido a *A terra dos meninos pelados*, 1937).

Prêmio Felipe de Oliveira (pelo conjunto da obra, 1942).

Prêmio Fundação William Faulkner (conferido a *Vidas secas*, 1962).

Por iniciativa do governo do Estado de Alagoas, os Serviços Gráficos de Alagoas S.A. (SERGASA) passaram a se chamar, em 1999, Imprensa Oficial Graciliano Ramos (Iogra).

Em 2001 é instituído pelo governo do Estado de Alagoas o ano Graciliano Ramos, em decreto de 25 de outubro. Neste mesmo ano, em votação popular, Graciliano é eleito o alagoano do século.

Medalha Chico Mendes de Resistência, conferida pelo grupo Tortura Nunca Mais, em 2003.

Prêmio Recordista 2003, Categoria Diamante, pelo conjunto da obra.

Exposições

Exposição Graciliano Ramos, 1962, Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional.

Exposição Retrospectiva das Obras de Graciliano Ramos, 1963, Curitiba (10º aniversário de sua morte).

Mestre Graça: “Vida e Obra” — comemoração ao centenário do nascimento de Graciliano Ramos, 1992.

Maceió, Governo de Alagoas.

Lembrando Graciliano Ramos — 1892-1992. Seminário em homenagem ao centenário de seu nascimento. Fundação Cultural do Estado da Bahia. Salvador, 1992.

Semana de Cultura da Universidade de São Paulo. Exposição Interdisciplinar Construindo Graciliano Ramos: *Vidas secas*. Instituto de Estudos Brasileiros/USP, 2001-2002.

Colóquio Graciliano Ramos — Semana comemorativa de homenagem pelo cinquentenário de sua morte. Academia de Letras da Bahia, Fundação Casa de Jorge Amado. Salvador, 2003.

Exposição O Chão de Graciliano, 2003, São Paulo, sesc Pompeia. Projeto e curadoria de Audálio Dantas.

Exposição O Chão de Graciliano Ramos, 2003, Araraquara, SP. SESC — Apoio UNESP. Projeto e curadoria de Audálio Dantas.

Exposição O Chão de Graciliano, 2003/04, Fortaleza, CE. SESC e Centro Cultural Banco do Nordeste. Projeto e curadoria de Audálio Dantas.

Exposição O Chão de Graciliano, 2003, Maceió, sesc São Paulo e Secretaria de Cultura do Estado de Alagoas. Projeto e curadoria de Audálio Dantas.

Exposição O Chão de Graciliano, 2004, Recife, SESC São Paulo, Fundação Joaquim Nabuco e Banco do Nordeste. Projeto e curadoria de Audálio Dantas.

4º Salão do Livro de Minas Gerais. Graciliano Ramos — 50 anos de sua morte, 50 anos de *Memórias do cárcere*, 2003. Câmara Brasileira do Livro. Prefeitura de Belo Horizonte.

Entre a morte e a vida. Cinquentenário da morte: Graciliano Ramos. Centenário do nascimento: Domingos Monteiro, João Gaspar Simões, Roberto Nobre. Exposição Bibliográfica e Documental. Museu Ferreira de Castro. Portugal, 2003.

Home page

http://www.graciliano.com.br

http://www.gracilianoramos.com.br

Índice onomástico

Garranchos:

Sobre o autor

- http://www.record.com.br/autor_sobre.asp?id_autor=269

Sobre o organizador, Thiago Mio Salla

- http://www.record.com.br/autor_sobre.asp?id_autor=6656

Saiba mais sobre o livro na página do Skoob

- http://www.skoob.com.br/

Site do autor

- http://www.graciliano.com.br/

Página do organizador no Facebook

- https://www.facebook.com/thiago.m.salla

Página do autor na Wikipédia

- http://pt.wikipedia.org/wiki/Graciliano_Ramos

Documentários sobre o autor

- http://www.senado.gov.br/noticias/tv/hotsites/graciliano/default.html

Autorretrato do autor, feito quando ele tinha 56 anos

- http://www.graciliano.com.br/grporelemesmo.html

Entrevista com o organizador do livro feita pela TV Cultura

- http://tvuol.uol.com.br/assistir.htm?video=metropolis--garranchos-de-graciliano-ramos-04020E983566C4A13326

Matéria sobre o livro

- http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/ view/_ed718_graciliano_era_